JULIA DUARTE DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS
CIDADE DE VITÓRIA - ES
(1991-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos.

Vitória
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JULIA DUARTE DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS
CIDADE DE VITÓRIA - ES
(1991-2008)

Vitória, de de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. Fabio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Membro Titular)

Professora Dra. Nara Saletto da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Membro Titular)

Professor Dra. Lia Calabre
Universidade Federal Fluminense (UFF)
(Membro Titular)

Professor Dr. Julio Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo
Suplente

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Souza, Julia Duarte de, 1968-
S729p Políticas culturais na cidade de Vitória (1990-2008) / Julia Duarte de Souza. – 2009.
250 f. : il.

Orientador: Fábio Muruci dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Vitória (ES). [Lei Rubem Braga (1991)]. 2. Escola de Teatro e Dança Fafi (Vitória, ES). 3. Cultura. 4. Brasil - Política cultural. 5. Vitória (ES) - Política cultural. I. Santos, Fábio Muruci dos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

“Não existe uma história da humanidade, há apenas muitas histórias de todos os aspectos da vida humana”.
Popper, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos.*

“Tudo é teatro mesmo, porque na vida todos somos personagens”.
Montenegro, Fernanda. *Fernanda Montenegro em o exercício da paixão, de Lúcia Rito - Rio de Janeiro: Rocco, 1990.*

“Este mundo é gozado. Acontecem as coisas pra gente e a s gente nem sente. Tudo acontece assim. Sem mais nem menos, acontecendo.
Romana, em *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri.

Esta mulher que é minha mãe
Esta mulher que e minha avó
Esta mulher que é minha filha
Esta é a mulher que sou.
Sou todas elas, inda mais algumas
e, nenhuma delas é
A mulher que sou.
Lispector, Clarice.

Este trabalho
é dedicado especialmente
à minha mãe Ruth de Souza Duarte (in memorian),
a pessoa que mais me incentivou,
e que mais orgulho teria de ver meu mestrado concluído.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento que tenho a fazer é a Deus, porque foi ele quem em carregou no colo e literalmente, me ajudou a terminar este projeto, meio a maior perda que tive. A morte de minha mãe. Em seguida a própria, dona Ruth, que desde o momento que enfiei a cara nos estudo para ser aprovada no mestrado não parava de orar, torcer, apoiar de todas as maneiras. Mais de um mês reclusa em meio a textos e livros e ela ali, do meu lado.

Em seguida, a minha sócia amiga de fé todos os momentos, Mayla, que em momento algum de todos os momentos doloridos que vivi nunca me abandonou e foi a pessoa mais paciente do mundo. Sócia-irmã. Nessa leva a Dona Kleone, mãe da Mayla, que me acolheu como filha e seu Adilson como pai, nos momentos que eu mais precisei de apoio. A minha irmã Jussara que sempre torceu por mim e em muitos momentos de minha vida, foi e é uma mãe também. Agradeço também minha sobrinha Daniela que veio trazer marmitinha porque não tinha tempo de comer em cima deste projeto.

Ao meu orientador e professor Fábio Muruci que não tenho palavras para expressar, me ajudando sempre, desde o primeiro momento que aceitou me orientar. Só Deus sabe o quanto ele foi generoso, acolhedor, paciente e humano comigo. De toda orientação que recebi a que eu mais aprendi foi como ser humano no meio das dificuldades. Os parabéns vão para você!

É tanta gente, que em algum momento posso ser injusta ao ser relapsa pelo esquecimento. Na Prefeitura Municipal de Vitória vai meu carinho pela boa vontade com que atenderam: Danilton Jacob (Gabinete do Prefeito – Gerência de Documentos Oficiais); Anna Karine de Queiroz C. Bellini (Arquiteta da Coordenação de revitalização Urbana, da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade - Gerência de Projeto Urbanísticos-Coordenação de Revitalização Urbana); Luciana Rocha de Barbosa Moreira (Chefe da Equipe de Controle de Bens Imóveis, da Gerência de Administração Patrimonial da Secretaria de Administração). Na Câmara Municipal ao Lauro Cypreste, Diretor do Departamento Legislativo.

Agradeço o carinho e companheirismo dos colegas de turma. Ao Gerson Duarte, Fabiano Mazzini, Rita Vidal, Auxilia Guizolfi, o querido Ueber de Oliveira que em muito nos ensinou. Ao pessoal de outros períodos mas que em todas as disciplinas só tivemos a somar como a Sara Nigri, Giovanna Entringer, Juan Pablo Sena, enfim a todos o meu carinho. Ao pessoal da secretaria como a Ivana, a professora Adriana Campos, Ricardo da Costa, Sérgio Feldman, Gilvan Ventura. Luiz Cláudio Ribeiro e Nara Saleto.

Nunca poderia deixar de esquecer do pessoal do Arquivo Público Estadual representado pela sua diretora, Débora do Carmo, ao estagiário e futuro grande historiador Michel Caldeira e a uma pessoa que já algum tempo trabalha no arquivo, Ivana Araújo, mas que nunca deveria ter saído da área da cultura. Ivana que se tornou uma amiga é uma das pessoas que mais contribuíram para este projeto me suprindo de importantes e inéditas informações e documentações que, graças a sua paixão, pela cultura capixaba, em especial, da Cidade de Vitória, manteve por iniciativa própria, guardar, a princípio simples papéis, breves relatórios, mas que se tornaram documentos importantes para contar esta história.

RESUMO

A pesquisa faz uma leitura histórica dos acontecimentos culturais ocorridos na Cidade de Vitória no período entre 1991 e 2008, destacando a criação da Lei Rubem Braga e a estruturação da Escola de Teatro e Dança FAFI. Analisando a importância que ambos os movimentos representaram para o desenvolvimento da Cidade de Vitória e para o Espírito Santo, o presente projeto procura documentar cientificamente esses acontecimentos e suas conseqüências, nos liames regidos pela História Política, contextualizando as informações de forma sistemática e observando os dois movimentos dentro da visão de uma Política Pública Cultural sustentável. Política essa que desencadeou diversas conseqüências claramente positivas para a sociedade capixaba, como a democratização do acesso aos bens culturais, ao mesmo tempo em que este acesso permaneça questionável devido a pouca participação da sociedade em si no processo.

Palavras-chaves: Políticas Culturais; Leis de Incentivo à Cultura; Lei Rubem Braga, Escola FAFI.

ABSTRACT

This research involves a historical reading of the cultural events that happened in the City of Vitoria between 1991 and 2008, emphasizing the creation of the Rubem Braga Law and the structuring of the FAFI School of Theater and Dance. Analysing the importance of both movements for the development of the City of Vitoria and the Espirito Santo State, the project seeks scientifically documenting these events and their consequences, tied with a vision of the Political History, contextualizing the information in a systematic way and observing the two movements within the vision of a sustainable Cultural Public Policy, a policy which clearly triggered several positive consequences for the capixaba society as the democratization of the access to cultural goods, at the same time that this access remains questionable due to the low participation of society itself in the process.

Key words: cultural policies and laws of Incentives for Culture, Law Rubem Braga, FAFI School.

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviaturas..... 13
Lista de Tabelas..... 16
Lista de fotografias e imagens..... 17
Introdução..... 19

Capítulo 1 – Políticas Públicas na área da Cultura..... 24
1.1 O Conceito de política cultural: novas bases para a Cultura e as políticas culturais..... 24
1.2 Uma nova visão para a cultura: dimensão antropológica..... 27
1.3 Pensando a política cultural..... 29
1.4 Motivações para políticas culturais..... 31
1.5 Tipos de Políticas Culturais e seus circuitos de intervenção..... 32
1.6 Classificação das políticas culturais segundo seus modelos ideológicos 33
1.7 Cultura e Cidadania..... 36

Capítulo 2 – Anos 90: O debate cultural e a Lei Rubem Braga..... 40
2.1 Histórico sobre as Políticas Culturais no Brasil: fases e relação Cultura e Estado..... 40
2.2 São Paulo e Vitória – municípios pioneiros em leis de incentivo à cultura..... 54
2.3 As leis de incentivos: importância e limitações (Brasil e Vitória)..... 69
2.3.1 A Lei Rubem Braga: um debate em aberto 69
2.3.1.1 Questões acerca da comissão móvel 71
2.3.1.2 Questões acerca do sentido original da lei 76
2.3.1.3 Questões acerca de a lei servir somente ao município 80
2.3.1.4 Questões acerca do acesso a lei pelo empresariado 83
2.3.1.5 Vantagens para os empresários e produtores 84
2.3.1.6 Questões acerca da inadimplência, fiscalização e acessibilidade a Lei RB..... 85
2.3.1.7 Questões acerca da apresentação de documentação e prazos para participar da lei 89

Capítulo 3 – Percalços da Política Cultural em Vitória 91

3.1 As origens da FAFI: da arquitetura a Escola de Teatro e Dança 92
3.1.1 Introdução 92
3.1.2 O início de tudo 93
3.1.3 A multifuncionalidade da FAFI 95
3.1.4 A luta para revitalizar o prédio 102
3.2 - A briga pela FAFI: polêmica sobre sua compra 107
3.2.1 UFES versus Governado do Estado versus Prefeitura Municipal de Vitória 111

Capítulo 4 – A FAFI dos anos 90 117
4.1 Anos 90 - Processos de utilização da FAFI como espaço cultural 117
4.2 Nasce a Escola de Artes FAFI 129
4.3 FAFI como Escola de Teatro e Dança 135
4.4 FAFI gerenciada por uma ONG 135
4.5 FAFI volta a ser administrada pela SEMC 138
4.6 Conclusão do capítulo 142

Capítulo 5 - Políticas Culturais: seus estudos e avanços (Brasil e Vitória) 148
5.1 Políticas culturais e seus instrumentos de ações 151
5.2 Os avanços nas políticas culturais no Brasil e em Vitória 152

Conclusão (Considerações Finais) 161

Fontes e Bibliografias 165
Bibliografias 165
Artigos 167
Periódicos e revistas 167
Websites 168
Documentos Oficiais 172
Entrevistas 173

Entrevistados 174

Apêndices e Anexos 175

APÊNDICE A - Tabela 1: Quadro de alterações da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória 175

APÊNDICE B - Tabela 2: Quadro de nomeações e exonerações de Secretários de Cultura de Vitória – ES (1989-2006) 176

APÊNDICE C - Tabela 3: Quadro de nomeações e exonerações de Secretários-Executivos da Lei Rubem Braga (1991-2008) 177

APÊNDICE D - Tabela 4: Nomes dos Membros das Comissões Normativas da Lei Rubem Braga (1991-2008) 178

APÊNDICE E – Tabela 5: Nomes dos Ministros da Cultura desde a criação do MINC 186

ANEXO A - Art. 215 da Constituição Federal da República 1988 187

ANEXO B - Dados sobre o tombamento histórico da FAFI - Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo 189

ANEXO C - Texto atualizado da Lei Rubem Braga com suas devidas alteração feitas em 1999 190

ANEXO D - Texto do Decreto nº. 10.328 que dá nova regulamentação a LRB 194

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

Ancine - Agência Nacional De Cinema

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Bandes - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo

BCUFES - Biblioteca Central da UFES

BPEES - Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo

CEC – Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo

CDFB - Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro

CFC – Conselho Federal de Cultura

CNDA – Conselho Nacional de Direito Autoral

Concine – Conselho Nacional de Cinema

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CR88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (FACOM/UFBA)

Dec-ES – Departamento Estadual de Cultura - ES

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNE – Departamento Nacional de Educação

DNP - Departamento Nacional de Propaganda

DOP - Departamento Oficial de Propaganda

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

DO - Diário Oficial ES

Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S/A

Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Facom - Faculdade de Comunicação da UFBA

Fafi – Faculdade de Filosofia

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FCB – Fundação do Cinema Brasileiro

FCRB - Fundação Casa rui Barbosa

Fecata – Federação Capixaba de Teatro Amador, atual Fecat

Fecat – Federação Capixaba de Teatro

FFCH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA

Finatec - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Funarte – Fundação Nacional de Artes

Fundacen – Fundação Nacional de Artes Cênicas

FNPL – Fundação Nacional Pró-Leitura

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

GABPREF-GDO - PMV - Gabinete do Prefeito – Gerência de Documentos Oficiais

IAB-ES - Instituto de Arquitetura do Brasil – Espírito Santo

IACC – Instituto de Arte e Cultura Capixaba

Ibac – Instituto Brasileiro de Arte e Cultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

INC - Instituto Nacional de Cinema

Ince – Instituto Nacional de Cinema Educativo

INL – Instituto Nacional do Livro

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Cultural

LRB – Lei Rubem Braga

Maes – Museu de Artes do Espírito Santo

Mec – Ministério da Educação e Cultura

Minc – Ministério da Cultura

MS – Ministério da Saúde

Nau – UFES – Núcleo de Arquitetura e Urbanismo

PAC – Plano de Ação Cultural

PRONAC – Programa Nacional de Apoio as Artes

PROJUR-PMV – Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Vitória

PT – Partido dos Trabalhadores

SATED-ES – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado do Espírito Santo

SC-PR - Secretaria de Cultura da Presidência da República

Seac – Secretaria de Assuntos Culturais

Semce - Secretaria Municipal de Cultura e Esportes - Vitória

Sedec-PGU-CRU-PMV - Secretaria de Desenvolvimento da Cidade- Gerência de Projeto Urbanísticos - Coordenação de Revitalização Urbana

Semad-GAMP-PMV - Secretaria de Administração-Gerência Administrativa Municipal Patrimonial

Semc - Secretaria Municipal de Cultura de Vitória

SNT – Serviço Nacional de Teatro

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

UFBA - Universidade Federal da Bahia

Une - União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quadro de alterações da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória.	175
Tabela 2 -	Quadro de nomeações e exonerações de Secretários de Cultura de Vitória – ES (1989-2006)	176
Tabela 3 -	Quadro de nomeações e exonerações de Secretários-Executivos da Lei Rubem Braga (1991-2008)	177
Tabela 4 -	Nomes dos Membros das Comissões Normativas da Lei Rubem Braga (1991-2008)	178
Tabela 5-	Nomes dos Ministros da Cultura desde a criação do MINC	186

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Certificado de Curso de Interpretação 1º Festival Nacional de Vídeo de Vitória realizado em novembro de 1991	62
Imagem 2 -	Certificado de Curso de Interpretação 1º Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória-ES realizado em agosto de 1992	63
Imagem 3 -	Capa do 1º Volume do impresso do Projeto Palavras da Cidade. O Projeto foi lançado pela Semce em setembro de 1990	64
Imagem 4 -	Texto de apresentação do Projeto Palavras da Cidade assinado pelo Prefeito Vitor Buaiz	65
Imagem 5 -	Curso de Interpretação em vídeo para atores, realizado no 1º Festival Nacional de Vídeo de Vitória realizado durante uma semana no mês de novembro de 1991. Duração de 20 horas	68
Imagem 6 -	Fafi - foto antiga (sem data) ilustrando a escola próximo ao mar ainda sem o aterro da Esplanada	96
Imagem 7 -	Página da Revista Cuca – edição setembro/outubro de 1985. Especial S.O.S Fafi.	103
Imagem 8 -	A capital ganhou um “presente” insólito, o prédio da antiga Fafi que a Ufes quer vender. Título de matéria. A Gazeta 22/12/1985, Caderno Dois, capa.	108
Imagem 9 -	A Fafi vai a leilão: Max desmente reitor da Ufes. Título de matéria. A Gazeta 16/09/19996, Caderno Dois p. 16.	112
Imagem 10 -	Vera Viana - A Fafi é questão de honra	118
Imagem 11 -	Luta da Secretária Vera Viana para utilizar o espaço da Fafi para a Cultura e reabri-la, mesmo em escombros, inaugurando o primeiro Curso Livre de Teatro da Fafi.	121
Imagem 12 -	Entrevista com a 1ª Turma do 1º Curso Livre de Teatro da Fafi.	123
Imagem 13 -	Fotos dos alunos do I Curso Livre de Teatro, em aula de interpretação ministrada pelo professor e ator Eliezer de Almeida. .	124
Imagem 14 -	Matéria sobre a apresentação de encerramento do 1º Curso Livre de Teatro da Fafi, no teatro Carmélia.	126

Imagem 15 - Convite do encerramento do 1º Curso Livre de Teatro. 127

Imagem 16 - Folheto de programação 1 127

Imagem 17 - Folheto de programação 2 128

Imagem 18 - Fala da Secretária de Cultura no folheto de programação 2 128

Imagem 19 - Arquivo Vera Viana . A Gazeta 8/02/1992, Caderno Dois 130

Imagem 20 - Matéria sobre a Fafi após sua inauguração. “Fafi: após a festa o trabalho. A Gazeta, 03/02/1992 133

Imagem 21 – Matéria intitulada: A arte de porta aberta. A Gazeta, Caderno Dois, capa, 17/02/1992 134

Imagem 22 – Matéria de jornal questionamento o uso dos recursos públicos, a falta de fiscalização e os projetos não finalizados 150

INTRODUÇÃO

O estudo das políticas culturais é hoje no Brasil um campo em pleno desenvolvimento. Pensar as políticas públicas sem levar em consideração a importância da cultura no desenvolvimento da humanidade é um fato que até o início da década de 1990 acontecia com freqüência nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Foi a partir de meados da década citada que a cultura passa a ganhar um peso no discurso e no planejamento das gestões públicas no país, principalmente nas cidades administradas por partidos de esquerda. No final da década de 80, o Brasil vive um grande momento político com a preparação da CF88. Nela a cultura é vista em sua maior amplitude: antropologicamente. A CR88 em seu artigo 215 rege que a cultura é um direito e cuidar da diversidade cultural no país é uma dever do Estado.

Em um momento histórico de grandes acontecimentos no Brasil, como a abertura política, a primeira eleição direta, as medidas provisórias do Governo Collor, que tanto marcaram política como sócio e economicamente os brasileiros, a cidade de Vitória vive momentos importantes de sua história no campo cultural. Registram-se a criação da Lei Rubem Braga, segunda de incentivo cultural do País, e a reabertura do prédio da Fafi como escola de artes.

Fazer uma leitura histórica dos acontecimentos culturais ocorridos na Cidade de Vitória, e suas conseqüências, com a criação da Lei Rubem Braga e da estruturação da Escola de Teatro e Dança Fafi foi à proposta desta pesquisa. A pretensão foi investigar, retratar e documentar como se deram esses acontecimentos mediante análise científica, amparada nos instrumentos fornecidos pela História Política. Os dois movimentos citados serão resgatados dentro da visão do que se considera Política Cultural. Os dois temas foram escolhidos como principais por serviram para a reflexão sobre como foram pensadas as políticas culturais da Cidade de Vitória nas últimas décadas.

Está análise irá contribuir para uma reflexão dos acontecimentos. Se estes permeiam uma real política cultural ou se servem de base para o desenvolvimento desta e em que conjunturas tais acontecimentos se deram. A análise visa mostrar que, se enquadrando ou

não no que se conceitua como “Política Cultural”, tanto a lei de incentivo à Cultura – Rubem Braga -, quanto a Escola Fafi são fatos que colaboram para o movimento sócio-cultural da capital do Espírito Santo.

O período tratado na pesquisa inicia-se com um breve recorte de 1990 e concentra-se entre 1991 e 2008. Em 1991, a LRB foi criada e no ano seguinte a Fafi foi reformada e inaugurada. Todos os acontecimentos ligados ao tema central da pesquisa usando esses dois instrumentos culturais acontecem neste período. Finaliza-se a pesquisa no ano de 2008, quando ocorrem mudanças de formulação de novas propostas de políticas culturais, sendo discutidas e implantadas pela administração do município.

A presente pesquisa tem também como objetivo se tornar um veículo de documentação histórica. Parte das fontes e informações nunca foi abordada anteriormente, nem pensada pelo enfoque da história. O objetivo geral é apresentar uma análise e reflexão sobre a importância da Lei Rubem Braga e a consolidação da Fafi, de como estes dois instrumentos contribuíram para o momento atual em que se encontra a gestão da cultura no município, sendo os dois, elementos de base para uma política cultural estruturada e planejada, mas que se encontra em fase incipiente ainda. A pesquisa visa, também, estimular a reflexão sobre a importância da cultura como uma variável importante de desenvolvimento sócio-econômico; fomentar discussões sobre a importância da construção de uma Política Pública Cultural responsável e atuante; repensar a relação da política com a cultura; mostrar a abrangência sobre o que vem a ser uma política cultural e se de fato esses movimentos podem se classificar como tal; documentar cientifica e historicamente uma fase importante da estruturação cultural do município de Vitória; registrar a mobilização social da classe cultural (das entidades organizadas e de seus representantes) na luta pela criação da Lei Rubem Braga e da Escola de Arte Fafi.

O desenvolvimento desta pesquisa contou com estudos de documentação, atos oficiais, registros, relatórios e outros da PMV, Secretaria de Cultura, Lei Rubem Braga e Escola de Teatro e Dança Fafi, pesquisa em jornais da época, especialmente no periódico *A Gazeta*, e

entrevistas e depoimentos para reconstruir a história oral de fatos importantes não documentados de outras formas.

Ao longo da pesquisa houve muitas dificuldades de acesso à documentação: demora nos prazos de entrega de cópias de documentos; demora no retorno das entrevistas para checagem e correção de informações; dificuldade de acesso a determinados jornais da época no arquivo público, sendo muitos deles danificados, onde datas e outras informações foram perdidas.

Quanta às fontes orais, foi um dos grandes meios de obtenção de informações, completando às de outras fontes. Seu caráter particular de resgate da memória dos acontecimentos também deve considerar que, mediante o presente, essas informações sofrem interferências como esquecimentos ou uma nova visão sob a situação, que, tendo o entrevistado passado por outras experiências, agora trás ao momento atual o que se passou em outro momento. Esse "misturar" de sentimentos, vivências passadas relatadas no presente, deixam a pesquisa com um toque de reconstrução do que estava perdido no tempo e no espaço. Isso enriquece todo o trabalho à medida que a história ganha vida, história, passado e presente com seus personagens, sujeitos que vivem e fazem a nossa história.

Para a perspectiva geral que orienta esta dissertação foi fundamental a participação do Seminário Municipal de Políticas Culturais da Cidade de Vitória, realizado em junho de 2008, onde cultura, equipamentos culturais, meio ambiente, gestão culturais, agentes e outras questões que fazem parte dos centros das discussões mundiais sobre o tema forma tratados. Nesse encontro, que durou três dias no cine Metrópolis – Ufes todas essas questões foram discutidas, debatidas, pensadas e construídas, propiciando uma reflexão maior sobre políticas culturais e seus pontos de atuação. Fiz parte como relatora, nos anais, do grupo temático Gestão Cultural.

Outra fonte importante foi minha participação no I Seminário Internacional de Gestão Cultural, realizado em Belo Horizonte, onde pude ter acesso aos estudiosos e pesquisadores do Brasil e do mundo, sendo muitos deles aqui usados como referência ou bibliografia,

como Isaura Botelho. Lia Calabre, Maria Helena Cunha, Márcio Barros, Marta Porto, Sérgio Miceli e outros. Além de participar de grupo temático, essa relação e troca de informação foram momentos que me auxiliaram muito da dissertação desta pesquisa.

Durante a pesquisa pude reunir um significativo acervo de cópias de documentos oficiais, matérias de jornais e variedades de documentos como relatórios, projetos, que estarei futuramente disponibilizando, como um catálogo, para os órgãos públicos, entidades, arquivos.

No primeiro capítulo fazemos algumas considerações teóricas sobre políticas públicas na área da cultura. Discutimos o conceito de "políticas culturais" e as novas bases para a cultura e para as políticas culturais, onde a cultura assume uma função muito mais ampla que no passado, passando de uma visão estética para uma dimensão antropológica; quais são os tipos de políticas culturais e seus circuitos de intervenção; a classificação das políticas culturais de acordo com seus modelos ideológicos, além de conceituação do que é cultura no contexto contemporâneo.

No segundo capítulo, passamos para uma análise histórica nos anos 90, sobre o debate cultural que acontece nesse período e sua relação com a criação da Lei Rubem Braga. É feito um histórico cronológico dos acontecimentos culturais até a década de 90 abordando um contexto nacional e inserindo Vitória no discurso sobre a cultura daquele momento. Foram relacionados quais os principais acontecimentos históricos na área de cultura que refletiram no Espírito Santo e conseqüentemente interferiram na criação de uma lei de incentivo à cultura e a abertura de um prédio para servir de centro cultural, que é a Fafi. Esse capítulo é composto de análise e uso de fontes documentais, jornais de época e depoimentos. Retrata-se também o pioneirismo da cidade de São Paulo e em seguida de Vitória na criação das primeiras leis municipais de incentivo à cultura do Brasil. Em seguida, é colocada a questão da importância dessas leis para a cultura e o desenvolvimento de uma política cultural democrática e inclusiva, assim como as limitações desse tipo de instrumento cultural. Finaliza-se com um debate sobre a Lei Rubem Braga com depoimentos de gestões, produtores e atores culturais.

O debate sobre a Fafi aborda questões como uso integral ou não do que a lei estabelece como as comissões móveis; sobre o sentido original da lei; abrangência da lei; acesso e restrições do empresariado quanto a possibilidade de renúncia fiscal para a emissão de bônus e utilização de marketing cultural; vantagens para produtores e empresários na utilização da LRB; inadimplência, fiscalização, acessibilidade; tramites formais para participar da lei, documentação e prazos.

O capítulo terceiro é mais específico sobre a cultura na cidade. Repensa, analisa e discute os percalços das políticas culturais em Vitória; a origem da Fafi, a importância histórica, política, social e cultural desse equipamento físico, percorrendo cronologicamente os momentos históricos importantes para se entender a importância da Fafi ontem e entender a Fafi de hoje. Relacionando documentos de época com matérias de jornais e depoimentos, buscando na memória de seus expositores informações que estavam perdidas, mas que mereciam serem documentadas. A luta de revitalização do prédio é um acontecimento importante que explica muitos acontecimentos atuais. É o momento da pesquisa onde se pode trabalhar com mais imagens, ora reforçando, ora completando a história.

O capítulo quarto trata da Fafi. Nesse momento da pesquisa é abordada a Fafi como instrumento cultural: sua utilização como espaço cultural a partir dos anos 90; sua ocupação inicial com o curso livre de teatro em 1991, para impulsionar politicamente sua ocupação e virar uma Escola de Artes, o que vem acontecer em 92, com a inauguração do prédio. Fala também das formas de gestão da escola, que, em determinado momento, passa de uma gestão direta para uma gestão através de uma OS. O capitulo tem por finalidade refletir sobre o uso deste equipamento cultural.

No capítulo 5 e na conclusão fizemos considerações finais sobre a importância desses dois instrumentos culturais e seus usos, relacionando-os com os acontecimentos ao longo desses 18 anos de história pesquisada.

CAPÍTULO 1
POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA CULTURA

1.1 O conceito de "política cultural": novas bases para a cultura e as políticas culturais

Para desenvolver uma reflexão sobre a ampliação dimensional que a cultura vem ganhando desde os anos 1990, sobre sua institucionalização como instrumento de Gestão Pública, sua importância no reconhecimento das diversidades sociais e culturais existentes no Brasil, assim como sua importância como mecanismo de inclusão e redução das desigualdades sociais, é necessário que a Cultura seja conceituada de maneira abrangente, destacando as suas múltiplas funções. Cultura não mais se enquadra em conceitos restritos como "entretenimento" e "artes", mas passa a ser projetada como instrumento de desenvolvimento da humanidade. É o conceito mundial sobre a cultura tratada no âmbito das políticas públicas.

A cultura passou a ser vista como fator de desenvolvimento sustentável. Em 1995, a *Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento*[1] elaborou um documento, e apresentou na Assembléia Geral das Nações Unidas, cujo teor conclui que cultura e desenvolvimento são sinônimos:

> Esse documento trouxe à tona estudos que concluíram que cultura e desenvolvimento são sinônimos[2] e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta à própria cultura. Três anos depois, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento permitiu transformar essas idéias em políticas e práticas de desenvolvimento humano. A Declaração da Diversidade Cultural reconheceu como universais vários desses princípios e, em 2003, a Cúpula

[1] Grifo nosso.
[2] Grifo nosso. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento/index_html/mostra_documento >. Acesso em 05/04/2006.

> Mundial para o Desenvolvimento Sustentável enfatizou os vínculos entre a diversidade cultural, a diversidade biológica e o desenvolvimento[3].

Entender a cultura como elemento de transformação da sociedade requer que pensemos como as políticas culturais podem contribuir para a democratização da cultura, sendo esta um elemento primordial na inclusão social, no processo da construção do ser humano enquanto ser integrante de um todo social. Hoje entender a cultura é associá-la ao próprio desenvolvimento do homem e seu meio de forma sustentável.

O processo cultural como parte integrante de uma política de desenvolvimento sócio-econômico há muito vem sendo incluído na pauta das Políticas Públicas Mundiais como propulsor da inclusão social. Não é por acaso que uma organização como a UNESCO se preocupa em formatar projetos para uma Política Cultural, mobilizando e conscientizando seus integrantes a aderirem a tais medidas:

> Fundamento da identidade, da energia e das idéias criativas dos povos, a cultura, em toda sua diversidade, é fator de desenvolvimento e coexistência em todo o mundo. [...] No Brasil, a UNESCO tem atuado em cooperação com as autoridades nacionais na área do Patrimônio Cultural, no programa Monumenta, no apoio à preservação do Patrimônio Mundial e na salvaguarda do rico patrimônio imaterial brasileiro. Também colabora constantemente com o Brasil em atividades de formação, na elaboração de políticas culturais nas áreas do artesanato, das indústrias culturais e do turismo cultural, entre outras.[4]

Esta consciência sobre a cultura cada vez mais ganha força. Em 2002, a UNESCO desenvolveu um trabalho junto ao IPEA[5], um seminário para enfatizar a inserção da cultura no processo de desenvolvimento, propondo diversas ações envolvendo o IBGE[6], os Ministérios da Cultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, universidades, ONGs e o setor privado. O seminário se baseou na apresentação de práticas de excelência (*best practices*) do Brasil e do exterior, "que relacionam cultura, inclusão social e

[3] Documento da Unesco disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento/index_html/mostra_documento >. Acesso em 05/04/2006.
[4] A UNESCO e a Cultura no Brasil – Disponível em: < www.unesco.org.br/area/cultura/index_htm/mostra_documento> . Acesso em 09/04/2006.
[5] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
[6] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desenvolvimento. [...] abordaram as relações entre Cultura e Ação Social e entre Cultura e Transformação Econômica”[7].

A prática tem mostrado que o desenvolvimento de um trabalho cultural, traçado no planejamento de Políticas Culturais, atrelado às outras vertentes que a política implica, desencadeia na inclusão social. Neste sentido, justifica-se o estudo da cultura dentro do estudo científico proporcionado pela História Política. A cultura deve ser vista como um processo de cidadania.

A cultura traz em si vários significados e funções. Uma delas é a cultura como sinônimo de desenvolvimento social e econômico. Uma conceituação do que é cultura auxilia em entender suas variadas vertentes. Brant (2004:13), ao fazer uma analogia entre cultura e desenvolvimento, busca na UNESCO o conceito mais abrangente que o termo cultura deve seguir:

> Segundo a UNESCO, cultura pode se entendida como um conjunto de características distintas, espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca, além das artes e das culturas, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças [8].

A leitura da cultura por sua conceituação mais ampliada é necessária para a discussão e produção cultural dentro de um contexto político, possibilitando discuti-la como Política Cultural. No *Dicionário Crítico de Política Cultural*, Coelho (2004:103-106) constrói o conceito de cultura tomando alguns parâmetros. Em sua forma mais ampla, *cultura* remete à idéia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante. Num sentido mais restrito, como anota Raymond Williams**,** *cultura* designa o processo de “cultivo da mente” [9].

Numa reflexão mais profunda o autor vai retratando as correntes que levam ao entendimento da cultura, mostrando que a tendência hoje dominante é uma junção dos

[7] Documento da Unesco disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento/index_html/mostra_documento >. Acesso em 05/04/2006.
[8] UNESCO – Congresso Mundial sobre Políticas Públicas.
[9] Williams, Raymond. *Cultura.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.

modos de entendimento idealista e materialista. Cultura não se caracterizaria apenas pelo leque de atividades ou objetos denominados “culturais”, mas, igualmente, sob a forma de diferentes manifestações integrantes de um amplo sistema de significações.

O termo cultura não se limita à produção de obras de caráter “estético” (teatro, pintura, literatura, cinema), mas, igualmente, permite a ampliação do leque de significados ou linguagens, incluindo a publicidade, a moda, o comportamento dos grupos, o carnaval, a cultura popular, etc.

O que a Política Cultural vem trabalhando é o pensar a cultura em suas conceituações mais amplas. As políticas culturais têm trabalhado com diversas concepções. Por vezes, esta se apresenta no seu sentido totalizante, antropológico e sociológico. Nesse aspecto, a política cultural toma a linha mestra de viabilizar programas voltados para a discussão e implementação do desenvolvimento nacional, no sentido de contribuir para melhoria da condição de vida nas cidades. Apoio a minorias étnicas, a luta contra a violência, auxilio no melhoramento do sistema educacional, apoio às expressões artísticas. A política cultural incute para si própria tais responsabilidades enquanto instrumento de mudança social.

1.2 Uma nova visão para a cultura: a dimensão antropológica

A necessidade de que a cultura deva ser repensada no país está presente na Constituição Federal de 1988. Em um país como o Brasil, com uma pluralidade enorme de grupos e necessidades, era perceptível que se precisava tratar das necessidades desses grupos de formas diferenciadas. A carta magna demonstra uma nova visão da cultura a qual, até a década de 30, era vista como uma parte da questão educacional. A cultura agora ganha uma dimensão antropológica, de um país que se democratiza, que precisa valorizar seus costumes, suas tradições, e aceitar uma multiculturalidade. Com o texto da nova Constituição Federal, o Estado passa a assumir sua responsabilidade de promover apoiar, incentivar e difundir a cultura.

A multiculturalidade é um termo relativamente novo que começa a ser usado em diversas partes de todo mundo:

> De uso corrente a partir da década de 80, em particular nos EUA e Europa, indica preferencialmente um novo modo de interação entre grupos étnicos e, em sentido amplo, entre culturas distintas [...]. A convivência entre diferentes grupos, sobretudo raciais, é característica de países como EUA e Brasil, que colocam questões sobre comportamento a assumir frente à diversidade étnica, cultural, religiosa que os compõem. [...] Como programa, o multiculturalismo surge como uma política cultural que reduz a cultura – e a arte, em particular – a uma questão de História e de Política. (COELHO, 2004: 263 e 266).

A CF88 diz que é competência do Estado proporcionar os meios de acesso à cultura. A cultura entra no conjunto de competências do Estado na esfera das atividades públicas:

> Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito e dos Municípios: V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência "(CR, 1988: 27).

A visão antropológica da cultura fica devidamente expressa nos artigos 215 e 216[10] (Seção II DA CULTURA) da Constituição Federal de 1988. Quando o texto da lei vem expondo em seu caput que "garantirá o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (CR88, 1988:141-142), e explicita, em seus parágrafos seguintes, a previsão da inclusão cultural para acesso irrestrito a todos os cidadãos. Também acata a diversidade cultural existente no país. Dessa forma, a Constituição amplia o conceito de cultura não como, apenas, bens e entretenimento e a coloca dentro de uma visão antropológica, "que abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores (BRANT, 2000:3)" [11].

[10] Ver em anexo o texto dos artigos na íntegra.
[11] Leonardo Brant. *Diversidade Cultural e desenvolvimento social*. In BRANT, Leonardo (org). *Políticas Culturais (*v.1) São Paulo: Manole, 2003.

Isaura Botelho[12] trabalha o conceito da dimensão antropológica encontrada na Constituição. Ela conceitua cultura na visão antropológica, considerando a formulação proposta pelo sociólogo chileno José Joaquim Brunner. Sobre essa dimensão antropológica a autora diz que:

> A cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações dos tipos diversos, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (BOTELHO, 2004:2).

Nessa visão, a dimensão antropológica é mais contemplada na organização e gestão das práticas culturais governamentais. Por outro lado, essa visão requer, muitas das vezes, o rompimento com os padrões habituais de política cultural, como no caso da proposta de *Cidadania Cultural* realizada por Marilena Chauí em sua gestão como Secretária de Cultura da cidade de São Paulo (1989 -1992). A filósofa e então secretária destaca o que ela chama das três tradições principais de políticas culturais, consolidadas nos órgãos públicos brasileiros que são: a cultura oficial (produzida pelo Estado), a populista e a neoliberal. Chauí propõe a ruptura de estruturas de poder viciadas, quase que indestrutíveis, e propõe um novo fazer e pensar cultura.

1.3 Pensando a política cultural

Diversos são os entendimentos do conceito de "política cultural". Por ser uma discussão relativamente nova, Teixeira Coelho propõe, em seu *Dicionário Crítico de Políticas Culturais*, pensar a política cultural como uma ciência da organização das estruturas culturais e descreve de forma sistematizada, clara e direta um conceito abrangente de política cultural que procura entender esse novo campo de estudo cientificamente.

Em sua proposta, a política cultural deve ser entendida como um conjunto de programas de intervenções realizadas pelo Estado ou outras instituições como as civis, entidades

[12] Isaura Botelho. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais.* Disponível em: <http://www.cultura.gov.br. > Acesso em 12/04/2006.

privadas, grupos comunitários. O objetivo comum seria satisfazer as necessidades culturais da população, promovendo o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Em suma: a política cultural seria um conjunto de iniciativas, através de seus agentes, tendo como meta promover a produção, a distribuição, o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento dos órgãos burocráticos por ela responsáveis.

As intervenções nesta conjuntura conceitual sistematizada como uma ciência assumiria duas formas. Uma delas seria a sua forma legal, de norma jurídica, onde o Estado definiria os procedimentos que tipificariam as regras que iriam reger as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais. A outra intervenção está ligada à ação cultural propriamente dita, como a construção de centros de cultura, apoio às manifestações culturais específicas e outras:

> Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam (COELHO, 2004:293).

Mais do que realizar eventos culturais, a ação pública para a cultura deve permitir que os cidadãos desenvolvam suas próprias práticas culturais e assim favorecer a melhoria da qualidade de vida. A cultura não pode mais, como no passado, ser pensada e realizada desarticuladamente, onde o Estado proporcionava o aparato cultural para sua realização, como oficinas, cursos, exposições, festivais etc. E nem pode ser centrada, exclusivamente, nas mãos dos artistas.

A consciência sobre cultura vem mudando e isso necessita uma cultura mais articulada com o desenvolvimento local, incluindo prioridades e estratégias no plano de governo. A cultura nos órgãos públicos não pode se restringir aos centros culturais, espaços de exposições, salas de exibições, bibliotecas, museus, enfim, deve ultrapassar os limites pré-estabelecidos e adentrar as casas, as ruas, as escolas, as entidades religiosas, aos outros poderes, aos sindicatos, associações. Tem que assumir seu papel que é fomentar no cidadão seu espírito de cidadania e colocá-lo com ator participante ativo da dinâmica da vida social.

Então política cultural pode e deve ser entendida como conjuntos de ações que o poder público operacionaliza. Princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Essa política deve ser orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas e sociais. Essas ações têm em seu foco de atuação um atendimento amplo, pois não são voltadas para segmentos específicos e sim para atender a sociedade em sua diversidade. Suas preocupações principais consistem em conservar o patrimônio cultural e promover atividades culturais, sempre apoiando os artistas, mas, priorizando, igualmente, o acesso da população aos bens culturais, tendo como meta democratizar a cultura. Diversas ações são realizadas neste sentido como shows gratuitos, ingressos às salas de cinema e de teatro a preços acessíveis, cursos gratuitos, dentre outros. Mas isso consiste num pequeno passo para o processo de democratização da cultura, que se amplia no entendimento de possibilitar à sociedade a participação ativa nas atividades culturais, sendo proporcionados meios e instrumentos necessários para desenvolverem suas próprias práticas. O mais importante não é mais a cultura para todos, mas todos na participação do fazer cultural.

1.4. Motivações para as políticas culturais

Ainda na visão das políticas culturais como “ciência da organização das estruturas culturais”, é importante questionar os motivos que levam o Estado a propor esta ou aquela política. Para o entendimento de que iniciativas foram tomadas por esta ou aquela gestão, qual visão possui desta ou daquela política cultural, é importante considerarmos o contexto sócio, político e econômico e outros determinantes em que se encontram os agentes promotores dessas ações e os sujeitos consumidores dessa cultura.

Segundo Teixeira, existem duas motivações básicas para a adoção de políticas culturais. A primeira delas é o entendimento de política cultural atrelada a uma política social, como um dos principais recursos de que se serve o Estado contemporâneo para garantir sua legitimação como “entidade que cuida de todos e em nome de todos fala” (Coelho: 2004:294). Paralelamente, como diz o autor, a política cultural é definida como “conjunto

de intervenções dos diversos agentes no campo cultural com o objetivo de obter um consenso de apoio para a manutenção de um certo tipo de ordem política e social ou para uma iniciativa de transformação social" (Coelho, 2004: 293-294). Nesse caso, a motivação desse tipo de política cultural encontra-se na difusão cultural[13]. O autor critica o pressuposto de que existe um núcleo cultural com importância superior ao ponto de ser "amparado e de interesse público" que deve ser difundido e compartilhado pelo maior número de pessoas, sendo estes receptores ou apreciadores. Essa conduta entende "cultura" e "povo" como sendo "entidades distintas e afastadas uma da outra, quando não opostas", Coelho (2004:294)

A segunda motivação é a política cultural como resposta às demandas sociais[14]. Não há uma iniciativa do gerenciador dessa cultura, mas uma reação às reivindicações colocadas. A não avaliação dessas demandas leva essa política para o mesmo caminho da anterior: "Nessa hipótese como na anterior, estas políticas se desenham a partir de uma morfologia da dinâmica social, que é vista como claudicante[15], devendo ser assim complementada ou suplementada" , Coelho (2004:294).

1.5 Tipos de Políticas Culturais e seus circuitos de intervenção

A sistematização proposta por Teixeira Coelho (2004:297-298) ajuda a classificar quais os tipos existentes de Políticas Culturais e quais os circuitos (meios) em que elas se distribuem. Esses tipos podem se apresentar isolados ou combinados. A utilização de todos os tipos combinados, segundo Teixeira, caracteriza a existência plena de uma *política cultural de Estado*.

O primeiro tipo de *política cultural* é aquela *voltada para o mercado cultural*. São apoios dados a setores de produção, distribuição e consumo de cultura. Em relação à iniciativa privada, o que se determina é a criação de políticas de incentivos fiscais, regras de

[13] Grifo nosso.
[14] Grifo nosso.
[15] Entende-se claudicante como sinônimo de "algo que possui falhas, ineficiente".

mecenato, se enquadrando numa política de mercado geral, já que apenas trabalha os limites de intervenção do privado sem determinar quais os modos de beneficiação.

O segundo tipo é a *política cultural voltada para a cultura marginalizada pelo mercado cultural*. Políticas que viabilizam os modos culturais[16], que não se propõem entrar no jogo do mercado econômico (grupo de folclore, de cultura popular, amadores). Está em foco também para estas políticas a defesa, conversação e difusão do patrimônio histórico.

O terceiro tipo são as *políticas culturais que intervém no uso da cultura*, que se destina a criar condições de acesso aos objetos culturais. Promoção de cursos, seminários, exposições. Tudo que possa ser denominado educação cultural. Centros de cultura e centros de artes são os espaços primordiais desta política.

O quarto tipo são as Políticas Culturais voltadas para as instâncias institucionais de organização de circuitos culturais. Destinam-se as organizações administrativas da cultura, estabelecendo a estrutura de funcionamento (secretarias, departamento, comissões). Quanto mais essas estruturas estiverem orientadas para solução de questões de ordem interdisciplinar, como educação, saúde, social, mais prioridade recebem e mais recursos são destinados a elas.

1.6 Classificação das políticas culturais segundo seus modelos ideológicos

Ao se analisar uma possível classificação das políticas culturais diante de suas perspectivas ideológicas, encontra-se três tipos básicos conforme Teixeira Coelho (2004:298-300).

O primeiro tipo básico é o tipo *políticas de Dirigismo Cultural*, praticado por um Estado forte, e partidos políticos intervencionistas. As ações promovidas são sempre definidas em concordância com o interesse do desenvolvimento ou da segurança nacional. Subdivide-se em: *Tradicionalismo Patrimonialista* que promove, de modo particular em cada gestão, a

[16] Modos culturais segundo Teixeira Coelho (2004:260), é a forma particular de manifestação de uma cultura. *Modo* designa o *tipo* de uma manifestação cultural: o cinema é um modo cultural, assim como o teatro, a pintura, a dança, uma manifestação folclórica, o livro, a arquitetura, etc.

preservação da identidade cultural. E o *Estatismo Populista*, que prima por firmar a cultura definida como popular e mantém um Estado "popular-nacionalista", relegando a quase morte as artes eruditas ou de vanguarda.

Para a filósofa Marilena Chauí, essa subdivisão passa a ser a divisão dos três tipos que ela classifica de Políticas Culturais *Tradicionais*. Chauí entende que os três tipos seriam o *Tradicionalismo Patrimonialista*, o *Estatismo Populista* e acrescenta a *Política Cultural Neoliberal*.

Quanto à cultura produzida pelo Estado[17] , em que Teixeira define de *Tradicionalismo Patrimonialista*, Marilena descreve que esta: "Coloca o poder público na qualidade de sujeito cultural, de produtor de cultura, determinando para a sociedade formas e conteúdos culturais definidos pelo grupo dirigente, com a finalidade de reforçar a própria ideologia"[18]. Essa tradição teve seu auge durante o Estado Novo e a ditadura dos anos 60/70, que usa a cultura como instrumento justificador do regime e, pela distribuição dos recursos e encomenda de trabalhos, passa a submetê-la ao controle estatal:

> Conteúdos como verdeamarelismo, a identidade nacional, o 'Brasil Grande', a valorização indiscriminada do folclore enquanto e porque folclore, o uso dos oligopólios de comunicação de massa como braço auxiliar dos órgãos culturais operam para produzir uma cultura oficial, exposta nacional e internacionalmente através de estereótipos (como o carnaval e o futebol), feliz sensualidade de democracias tropicais. Glorificação do Estado, da autoridade e do monumental (ainda que o monumento seja de papel crepom) são marcas dessa tradição autoritária (FARIA e SOUZA, 1993:12).

Para Marilena, a tradição *populista*[19], mais forte no Brasil dos anos 50 e início dos 60, pretendeu que o órgão de cultura tivesse um papel pedagógico sobre as massas populares, apropriando-se da cultura popular para, depois de transformá-la, devolvê-la em sua 'verdade verdadeira' ao 'povo`:

---

[17] Grifo nosso.
[18] Marilena de Souza Chauí. *Uma opção e moderna: Democracia Cultural*. In FARIA, Hamilton José Barreto de, org. E SOUZA,Valmir de, org. *Experiências de Gestão Cultural Democrática.* São Paulo: PÓLIS, 1993. 120 p. (Publicações Pólis, 12):12-14.
[19] Grifo nosso.

> O centro desta operação é a divisão entre cultura de elite (ou elitista) e cultura popular, a primeira considerada diretamente vinculada à classe dominante, enquanto a segunda seria a expressão autêntica da classe dominada e oprimida. Nessa divisão, pouco a pouco, a 'cultura de elite' vai sendo satanizada, à medida que a ´cultura popular´ vai adquirindo uma aura quase messiânica e salvífica. Os órgãos públicos de cultura surgem, então, como agentes da salvação sócio-política, desde que traduzam para um nível de consciência maior e mais claro a função pedagógica da cultura popular e sua missão redentora, conseguindo que o ´povo´ se reconheça nas formas e conteúdos que lhe são devolvidas pelo Estado. Não por acaso, o populismo cultural esteve ligado (no final dos anos 50 e início dos 60) ao vanguardismo político do Partido Comunista.

O segundo tipo básico de políticas culturais, proposta por Coelho, segundo modelos ideológicos, são as políticas de *Liberalismo Cultural.* Esse tipo de política cultural não defende modelos determinados de manifestação artística. Passa a ser dever do Estado a promoção da cultura e a oferta de opções culturais à população. Em sua subdivisão encontram-se as políticas culturais adeptas ao mecenato liberal, ou seja, o apoio à cultura fica na dependência da iniciativa privada, onde o Estado pouco participa. A implantação dessa cultura pode promover o fechamento de vários órgãos e entidades representativas, como ocorreu no Brasil do governo Collor, o que estimulou a privatização da iniciativa cultural. Desse ponto a cultura passa a ser enquadrada nos conceitos de mercado. O perigo do mecenato é que este pode ser excludente e tende a apoiar a alta cultura ou aquela veiculada pelos meios de comunicação de massa. Não tem nenhuma preocupação nacionalista e se apóia não em grupos, mas em indivíduos e empresas. A promoção da cultura tende mais à divulgação de empresas e seus produtos como patrocinadores. Para Marilena Chauí:

> [...] a tradição neoliberal, que começa a deitar raízes desde meados dos anos 80, minimiza o papel do Estado no plano cultural: enfatiza, apenas, o encargo estatal com o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado e coloca os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado. Por ser ideologia em estado puro, essa tradição acredita na capacidade mágica da iniciativa privada, não só como parceria principal das atividades culturais, mas sobretudo como modelo de gestão, isto é, como culminância da cultura administrada. [...] a tradução administrativa dessa ideologia é a compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir de critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões,. Expressa-se pelo efêmero, liga-se ao mercado de consumo da moda, dedica-se aos espetáculos enquanto eventos

> sem raiz e proliferação de imagens para consagração do sagrado, e volta-se para os aspectos intimistas da vida privada, isto é, para o narcisismo [20].

O terceiro e último tipo básico de políticas culturais segundo modelos ideológicos são as políticas de *Democratização da Cultura*. Partem do princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo, não podendo ficar à disposição do mercado. Seu objetivo é um acesso à cultura igualitária para todos os indivíduos e grupos e a difusão de todas as formas de cultura. Não privilegia modelos pré-determinados como os do nacionalismo e têm no Estado e nas instituições públicas seus principais agentes. Seu principal subtipo é a *Democracia Participativa*, que é a promoção de todas as formas culturais em concordância com as necessidades de cada um. Incentiva a participação popular no processo de criação e nos modos de autogestão das iniciativas culturais. Tem metas políticas e apóia-se em partidos geralmente progressistas e em movimentos populares independentes.

1.7 Cultura e Cidadania

O lugar que a cultura conquistou nos últimos anos, sob o âmbito da sua importância como instrumento de inclusão social, se deve ao fato desta ser analisada pela visão antropológica. Foi na Constituição Federal de 1988 que o Estado toma para si a responsabilidade de assumir a cultura nas políticas públicas, estimulando a necessidade de se conceituar, olhar, planejar e realizar políticas culturais com uma visão mais democrática, responsável e ampliada. Pensando sempre que um povo como o brasileiro, com diversidades culturais enormes, precisa de projetos e ações especificamente voltadas para esses grupos que compõem nossa sociedade.

Esses diferentes grupos que compõem nossa sociedade requerem tratamentos específicos, o que fez com que diversos gestores, intelectuais e artistas criassem modelos diferentes dos habitualmente usados durante décadas pelo Estado e que não mais atendem as necessidades dos cidadãos brasileiros.

---

[20] Marilena de Souza Chauí. *Uma opção e moderna: Democracia Cultural*. In FARIA, Hamilton José Barreto de, org. E SOUZA,Valmir de, org. *Experiências de Gestão Cultural Democrática***.** São Paulo: PÓLIS, 1993. 120 p. (Publicações Pólis, 12):13.

Cada vez mais os gestores culturais buscam fazer uso de políticas culturais que permitam maior participação popular. Passa a ser pensada e praticada com uma perspectiva antropológica e praticada de forma inclusiva, como diz Hamilton Faria[21]:

> Estes acontecimentos denotam o nascimento de uma Cultura da Cultura, isto é, uma cultura que revaloriza os aspectos culturais da realidade social.
>
> Muitos municípios brasileiros vivem hoje a experiência da gestão democrática e, com isso, há uma preocupação em democratizar a Cultura, trazê-la à presença do grande público, ampliar os direitos culturais pelo conjunto dos cidadãos. Fomentam-se as artes, difundem-se conhecimentos, circula uma pluralidade de discursos. A expressão-chave é o direito do cidadão à Cultura. São definidas políticas que estimulam o acesso dos cidadãos aos espaços e equipamentos culturais. Outros vão além: combinam o processo de democratização da Cultura com uma Política Cultural que aponta no sentido da construção da Cidadania Cultural.
>
> Agora já não basta o cidadão de ter acesso à Cultura, mas há necessidade de promover processos de participação para que o cidadão seja agente da sua cultura, deflagrando um ato permanente de criação.
>
> Neste caso a Política Cultural não se limita a estimular o acesso a uma Cultura estabelecida, mas caminha no sentido de uma construção nova e original que cria arte, gera reflexões, questiona modos de vida, resgata tradições, instiga o fazer político, pergunta-se sobre o *ethos* urbano, instaura redes de sociabilidade, desestabiliza o estabelecido, reconquista a vida cotidiana como espaço do humano.
>
> Esta visão de Política Cultural propõe a realização da Cultura pelo conjunto dos cidadãos, grupos, comunidades, pessoas, a partir das suas referências, identidades e diferenças. O Estado impulsiona mas não se limita, propõe mas não define pautas culturais da sociedade: estimula, a todo momento, a participação nos processos criativos, respeitando o pluralismo, a diversidade, a autonomia; sem se abster do debate, inclui-se enquanto ator dos processos culturais (FARIA e SOUZA , 1993:04-05).

As reflexões geradas sobre a cultura da cultura e do direito do cidadão ao acesso à cultura, a inclusão social que a cultura possibilita, a diversidade cultural e a ampliação do conceito da cultura são conseqüências de um Brasil que passava por um processo de redemocratização.

[21] HAMILTON FARIA. *Os sentidos da cultura nas cidades.* In FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs). *Experiências de gestão cultural democrática.* São Paulo, Pólis, 1993. Ver também: *II Seminário de Políticas Culturais- diálogos e tendências* – Fundação Casa Rui Barbosa, dias 04 e 05/10/2007. Participação da Hamilton Faria na mesa III *Direito e Cidadania Cultural*, sendo o seu tema: *Direitos e conceitos que formam a cidadania cultural.*

Com a abertura política pós-ditadura e os cidadãos redescobrindo seus direitos surgem novas demandas de um país que cresce.

Antecedendo a este processo de redemocratização que se inicia com a abertura política ainda no final da ditadura militar na década de 70, o desenvolvimento do país pede novas formas de estruturar a cultura. Esses modelos de políticas culturais foram sendo construídos de acordo com cada conjuntura que se colocava. Para Renato Ortiz, a "problemática da cultura brasileira tem sido e permanece até hoje uma questão política"[22] (2005:8). Para o autor, é preciso compreender como a questão cultural se estrutura atualmente no interior de uma sociedade que se organiza de forma radicalmente distinta do passado, pois, na medida em que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, novos tipos de organização da cultura são implantados, em particular a partir de meados dos anos 60.

Por se tratar de uma visão nova sobre a cultura (cultura cidadã), iniciada entre o final da década de 80 e início da década de 90, a discussão continua em aberto. Aumenta o número de trabalhos acadêmicos ligados ao assunto. A pesquisa no setor ganha dimensões especializadas. A gestão na cultura se profissionaliza a cada dia. O MINC reforça e apóia constantemente essas iniciativas. O IBGE realiza mapeamentos sobre o setor cultural, relacionando dados sobre cultura, economia e mercado (consumo e inclusão social). A revista *Observatório Itaú Cultural*[23]**,** do Instituto Itaú Cultural, assim como a Fundação Casa Rui Barbosa realizam junto a diversos pesquisadores, professores e especialistas em Políticas Culturais, mapeamentos sobre o setor, tendências e promovem diversas ações e debates, para que cada vez mais a cultura ganhe espaço de prioridade dentro das políticas públicas. O setor se estrutura, cresce, se profissionaliza. Criam-se gestores para atender a demanda do Estado de incluir cada vez mais a cultura como prioridade nas políticas públicas. Ela tem que ser planejada, precisa, definida, e para que isso aconteça a cultura necessita de uma estrutura. É o momento de dar a cultura o espaço que ela precisa, pensá-la como um modelo a ser definido, planejado dentro de uma visão política. É preciso pensar e fazer cultura como uma política definida.

---

[22] Ortiz, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005, 5ª reimpr. da 5ª ed. de 1994.

[23] A revista número 02 (maio/agosto/2007) trata desses assuntos das demandas atuais do setor cultural.

Nessa discussão em aberto nota-se que ainda existem muitas dificuldades na gestão administrativa dos setores culturais das esferas estaduais e municipais. Dificuldade na definição conceitual, pragmática e em sua formulação. Dificuldades em diferenciar o uso de mecanismos de incentivo fiscal, de abertura e utilização de espaços culturais e como utilizá-los como apenas um mecanismo de ação e não uma política em si. De se criar formas de promover, fazer e dar acesso à cultura a todos os cidadãos.

CAPÍTULO 2
ANOS 1990: O DEBATE CULTURAL E A LEI RUBEM BRAGA

2.1 Histórico sobre as políticas culturais no Brasil

O estudo sobre a cultura com ênfase nas políticas públicas é um processo recente. No Brasil, somente a partir dos anos 1990 que pesquisadores intensificaram os estudos nesta área. A cultura foi tomando novas diretrizes e seus conceitos se ampliando à medida que ela foi se mostrando tão necessária para o desenvolvimento do país quanto para a sobrevivência do ser humano. O pensar cultural teve que se adaptar às novas realidades. O advento da Internet e as mudanças em que esse veículo possibilita fazem com que uma informação em milésimo de segundo chegue aos quatro cantos da Terra.

Nesse contexto, a cultura passa a ganhar uma nova dimensão. Surge a necessidade de pesquisar a responsabilidade do Estado sobre a produção cultural, se a produção se democratizou, pesquisar o processo de descentralização do fazer cultural. Pesquisar se a cultura tem desenvolvido a inclusão social que a cultura deve proporcionar; ou seja, fez-se necessário estudar a responsabilidade que o Estado tem que assumir, qual o seu papel no desempenho cultural e quais seriam os princípios que devem ser traçados para a elaboração de uma política cultural. Segundo Lia Calabre, esses estudos não vêm sendo conduzidos juntamente com o estudo sistematizado da atuação do Estado no campo cultural. Para fazer tal afirmativa a pesquisadora delimita e define política pública cultural como sendo "um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura"[24].

Em um de seus estudos sobre políticas culturais, Lia Calabre delineia as linhas gerais sobre como estudar uma política cultural em um determinado momento ou governo. Para isso, ela aconselha fazer um mapeamento das ações levando em conta três eixos de observação: produção; circulação e consumo no campo da cultura. Lia Calabre ainda relata que para

[24] *Política cultural no Brasil; um histórico.* Palestra e texto para o I Encontro Internacional de Estudos da Cultural I ENECULT realizado na Bahia em 14/04/ 2005. Lia Calabre é pesquisadora da Casa Rui Barbosa.

construir um histórico sobre políticas culturais no Brasil deve-se levar em conta que a descontinuidade no processo de elaboração, implementação e ações na área cultural sempre foi uma constante.

Quanto à formulação das políticas culturais, o Brasil apresentaria três fases marcantes e algumas ações isoladas[25]. Na construção desse histórico, a primeira fase acontece no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945). Vargas criou várias instituições em que o Estado passa a deliberar sobre elas. Para a cultura temos como o principal exemplo a criação do SPHAN em 1937, do CNC em 1938, do INCE e do INL.

Inicialmente a cultura não era institucionalizada. Ela passou a existir ligada a pasta da Educação em 1953, quando foi criado o MEC. Vinte e três anos antes, a Educação foi institucionalizada junto com a Saúde onde Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde em 1930[26]. Como a cultura não era institucionalizada vemos na década de 30 o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde contemplando dentro do DNE, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e a Escola de Artes e Ofício. Em 1953, a Educação se desmembra da Saúde e se une a Cultura (MEC). Trinta e dois anos depois, em 1985, a cultura ganha ministério próprio (MINC)[27].

---

[25] Pesquisa baseada no texto da Lia Calabre e no estudo de Leonardo Brant intitulado *O Estado e a Organização da Cultura - concepção da cultura e estruturação do setor cultural na História do Brasil:* iniciado em 2006 e não publicado até o momento. Material cedido pelo autor para minha dissertação de mestrado.

[26] Através do Decreto nº 19.402, foi criado em 14 de novembro de 1930, pelo então presidente Getúlio Vargas, uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. Em 13 de novembro de 1937, pela Lei nº 378 altera a denominação para Ministério da Educação e Saúde. Foi somente em decorrência do da criação do Ministério da Saúde, a Lei 1.920 de 25 de julho de 1953, altera a denominação para Ministério da Educação e Cultura, no governo Vargas no décimo quinto período do governo republicano.
Disponível em : < http://pesquisa.d**n**o**n**li**n**e.com.br/docume**n**t/?dow**n**=8088> – Diário de Natal, 24/08/2005, e <http://www.cultura.gov.br/legislacao/docs/EX-ORGAO.htm>. Acesso em 07/09/2007. < https://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm >. Acesso em 12/09/2007. Sobre o décimo quinto período do governo republicano brasileiro do mandato de Vargas de 31/0/1951 a 3/01/1956.< http://mecsrv04.mec.gov.br/newsletter/NoticiasDia.asp?data=12/11/2004 >. Acesso em 07/09/2007. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=37285>. Acesso em 23/09/2007.

[27] O Ministério da Cultura foi criado através do Decreto nº 91.144 em 15/03/1985, no Governo do Presidente Sarney. O MINC foi criado com voto unânime do Congresso Nacional e com sua estrutura aprovada integralmente.

Um acontecimento importante que merece ressalvas por marcar a questão da construção de políticas culturais no Brasil na década de 30 foi a presença de Mário de Andrade na administração da prefeitura de São Paulo, em um momento em que a elite cafeeira, logo após a Revolução Constitucionalista de 32, desejava a criação de instituições de cunho educacional e cultural. Isso deu origem a USP em 1934, que foi considerado um projeto ousado do governo paulista. No ano vindouro a prefeitura dá um passo inovador e cria o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. A atuação de Mário de Andrade é considerada por vários estudiosos como um marco. Roberto Barbato, no livro *Missionários de uma utopia nacional*, afirma: "Não seria exagero afirmar que, com a experiência do Departamento de Cultura, começa haver no Brasil a noção do que seja propriamente uma política cultural [...] Mário e seu grupo abdicaram de suas obras pessoais em prol de um projeto cultural para a sociedade. O Estado figura nesse processo como um instrumento necessário à consecução dos fins colimados pelo Departamento" (CARLOS HAAG, 2004)[28].

Nos seus três anos à frente do departamento de cultura paulista, Mário realizou diversos trabalhos importantes. Criou a biblioteca pública e parques infantis, promoveu cursos de refinamento musical, concertos musicais e criou a discoteca pública para acesso popular da produção musical popular e erudita produzida no país. Criou as primeiras bibliotecas itinerantes que se tem conta na história das políticas culturais brasileira. Mário acreditava que através da política poderia não só levar a cultura erudita aos excluídos, mas fazer uma mão dupla de circulação entre classes e população da cultura erudita com a popular: "Ainda não se percebeu que em nossa terra que a cultura é tão necessária quanto o pão e essa é a nossa mais dolorosa imoralidade cultural, dizia Mário" [29].

Mário queria fazer a cultura brasileira circular. Ao mesmo tempo de proporcionar a população acesso a bibliotecas, concertos musicais queria também conhecer o Brasil escondido em seus recônditos e mostrá-lo nos centros urbanos que sequer sabiam da

[28] Disponível em: < http://www.universia.com.br/matéria/matéria.jsp?id=5906 > . Acesso em 29/05/2008. *A história do departamento de cultura de Mário de Andrade*, por Carlos Haag. Publicado no site em 15/12/2004 e, matéria publicada na Revista Fapesp n 106.
[29] Idem.

existência dessa cultura paralela e no anonimato. Para isso, Mário fez ações que hoje se enquadram em definições de ações de políticas culturais, como proporcionar para todos ingressos gratuitos. Com as bibliotecas itinerantes, democratizou o acesso à leitura. Acontece que o prefeito seguinte Prestes Maia não se interessava por cultura, mas por urbanismo e preferia gastos seus recursos administrativos em construção de ruas e pontes. Sabendo que seu tempo era curto como representante do departamento de cultura, Mário de Andrade acelerou uma Missão de Pesquisas etnográficas folclóricas para resgatar e registrar um Brasil ainda não visto pelo povo brasileiro[30].

O golpe militar de 1964 foi um retrocesso total para a cultura no Brasil. Todo um processo de repressão e censura desestruturou a maioria dos projetos culturais que eram realizados. Apesar de o Governo militar de Castelo Branco (1964 -1967) ter iniciado uma discussão acerca de que era preciso criar uma política nacional para a cultura, o movimento foi inexpressivo. Em 1966, foi criado e implantado o CFC onde se elaboraram alguns planos de cultura a serem executados em 1968, 1969 e 1973, sendo que nenhum deles foi realizado. Neste mesmo ano através do decreto Lei n 43 de 18 de novembro, foi criado o INC, incorporando em seu organograma o INCE.

Um segundo momento de destaque[31] no que consideramos a construção de uma política cultural no Brasil acontece nos governos militares do Presidente Médici e Ernesto Geisel. No Governo Médici algumas ações impulsionam a institucionalização da cultura. Em 1975, na gestão no Ministro Jarbas Passarinho, cria-se o PAC, projeto elaborado para financiar eventos culturais, e que teve grande importância no cenário das políticas culturais no Brasil. Para Sérgio Miceli: "O PAC, [...] não era apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção oficial até então praticamente desassistidas pelos

[30] Grande parte do que Mário de Andrade conseguiu com essa excursão foi apresentada até o dia 25/01/2005 no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, numa exposição intitulada Coleção Mário de Andrade, que reuniu obras sacra, tradicional e popular, indígena, afro-brasileira que Mário reuniu ao longo de sua vida e principalmente durante a viagem. A exposição teve como curadora, Maria Rossetti Batista.
[31] Grifo nosso.

demais órgãos oficiais, mas também uma tentativa oficial de 'degelo' em relação aos meios artísticos e intelectuais" Miceli (1984:55)[32]:

> O PAC abrangia o setor de patrimônio, as atividades artísticas e culturais, prevendo ainda a capacitação de pessoal. Ocorria, então, um processo de fortalecimento do papel da área da cultura[33]. Lançado em agosto de 1973, o Plano teve como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja, uma atuação no campo da promoção e difusão de atividades artístico-culturais[34] . [35]

No governo militar de Ernesto Geisel (1974-1978), o destaque se dá por conta da criação do CNDA, do CONCINE, da CDFB, da FUNARTE. Já a EMBRAFILME e o SNT passaram por reformulações. Tanto a FUNARTE quanto às diretrizes do PAC foram criados para conduzir os sistemas e os órgãos no sentido de se conduzir uma cultura institucionalizada e dentro de uma gestão política de ações. Esse pode ser considerado um grande momento quando se trata de um histórico das políticas culturais no Brasil.

Nestas duas fases do processo histórico das políticas culturais no Brasil, é identificável uma semelhança de ações entre o governo Vargas e os governos de regime militar de Médici e Geisel. Ambos trabalharam a questão cultural pelo seu controle direto do que se produzia, financiava ou apoiava.

Entre 1979 e 1985, as ações culturais continuam ganhando espaço juntamente com a consolidação das instituições criadas e seus devidos fortalecimentos. Esse continuado misto de ações levou o governo a criar a Secretaria de Cultura, que assumia as funções da SEAC e toda área do patrimônio. Só em 1985, já no governo de José Sarney, que a Secretaria de Cultura se transforma em Ministério, MINC. A formação de uma pasta independente para a cultura poderia não ser boa para a cultura, segundo parte dos atuantes no setor. Eles temiam

---

[32] MICELI, Sérgio. *O processo da construção institucional na área cultural federal (anos 70).* IN: MICELI, Sérgio (org.) Estado e cultura no brasil. São Paulo: Difel, 1984.
[33] Os recursos financeiros do PAC vinham do FNDE.
[34] *"Um dia para a cultura"*. In: Veja, p. 66-70. 15/08/1973.
[35] CALABRE Lia: *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectiva.* Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25/05/2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

que a divisão das verbas entre os ministérios da Educação e o novo ministério de Cultura fosse prejudicial para a cultura. O temor não era imaginário. As verbas se concentrariam mais na Educação. O Ministério da Cultura começa com inumeráveis problemas, como falta de espaço físico, recursos para continuidade dos programas, escassez de mão-de-obra, defasagem de equipe especializada para assessorar José Aparecido de Oliveira, que logo passou o cargo para Aloísio Pimenta e que em 1986 o passou para Celso Furtado.

Como o MINC sofria da redução atrofiadora de recursos, de ações e grandes dificuldades, era preciso pensar em novos mecanismos criadores de fontes de recursos para alavancar a cultura novamente. Durante a administração de Furtado, o presidente Sarney promulgou a primeira lei de incentivos à cultura em 2 de julho de 1986. A Lei Sarney, que se utilizava de recursos de renúncia fiscal para o financiamento cultural, nasce eivada de erros. Sua estruturação e atuação foram marcadas por críticas e questionamentos.

Os ventos para cultura sopravam favoráveis já que o então presidente José Sarney, em seu mandato como senador, havia proposto à criação da que seria a primeira lei federal de incentivo fiscal à cultura. Agora em seu mandato como presidente da república, dá voz de mando a cultura criando o MINC, abrindo seu governo a participação da sociedade, estimulando a classe artística e os intelectuais a juntos elaborarem essa lei que foi aprovada e conhecida como Lei Sarney[36]. A lei buscava estimular o setor privado a participar do apoio a cultura através de incentivos mediante dedução fiscal do imposto de renda.

A criação do MINC em 1985 foi de fundamental relevância para a área cultural. Pela primeira vez a cultura começa a ser vista como um ministério, que precisa atender suas demandas particularizadas como outras pastas. O setor cultural cresce, os veículos de massa criam força e a população busca mais acesso à cultura, mesmo que ainda vista pela linha do entretenimento e lazer. A cultura de massa vai se consolidando, a cultura popular pede novos espaços. Era claro e notório que a educação e a cultura não mais compatibilizavam suas necessidades. Não mais comportava um mesmo ministério. Na figura de seu primeiro

[36] Lei nº 7.505 de 02/07/1986.

ministro, José Aparecido de Oliveira[37], ex-governador de Brasília, inicia um processo democrático da sua condução do ministério. O MINC abre para a sociedade um processo novo de fazer cultura chamando esta a participar do processo. Em outubro de 1986, o Governo Federal organiza o Encontro Governo-Sociedade[38]. Esse encontro visava pautar discussões com representantes de diversos segmentos da sociedade para que juntos, sociedade e governo, pudessem pensar o país, proporem sugestões, buscarem soluções que seriam analisadas pelos gestores políticos. Ou seja, a meta era democratizar as ações criando uma comunicação bilateral, quebrando a verticalidade estatal. E na cultura, mediante este encontro, a classe artística pôde expor seus sonhos e necessidades, junto ao terceiro ministro da pasta, Celso Furtado[39]. A criação do MINC ia além de atender uma mudança filosófica de se pensar a cultura. Fazia parte da necessidade que o Estado tinha de legitimar sua relação com a sociedade. Relação esta totalmente anulada durante o longo período ditatorial.

Em 1990, cinco anos após sua criação, o MINC é extinto[40] (1990) pelo presidente Fernando Collor de Mello que o transforma em Secretaria da Cultura. Esta era vinculada diretamente a Presidência da República quebrando toda a autonomia conquistada. Pouco mais de dois anos depois, o presidente Itamar Franco institui novamente a pasta do Ministério da Cultura[41].

Nos anos 1990 entramos no terceiro momento importante das políticas culturais no Brasil. Avanços e retrocessos acontecem simultaneamente como a criação de leis de incentivos culturais municipais e extinção da Lei Sarney, primeira lei federal de incentivo. Acontecimentos preponderantes para a criação das leis municipais de incentivo à cultura. As duas primeiras leis municipais criadas no Brasil tiveram a peculiaridade de ocorrem em

---

[37] José Aparecido de Oliveira – gestão 15/03/1985 a 29/05/1985. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Cultura_(Brasil)>. Acesso em 07/09/2007.

[38] Grifo nosso.

[39] Celso Furtado foi o 3º Ministro da Cultura de 14/02/1986 a 28/07/1988. Foi antecedido por Aloísio Pimenta de 30/05/1985 a 13/02/1996.

[40] Pela lei n° 8.028, de 12/04/1990, O Ministério da Cultura é extinto e é criada a Secretaria da Cultura da Presidência da República - SEC/PR. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/docs/EX-ORGAO.htm >. Acesso em 07/09/2007.

[41] A Lei nº 8.490 de 12/11/1992 transforma a SEC/PR em Ministério da Cultura. Disponível em: < http://www.lei.adv.br/8490-92.htm> . Acesso em 07/09/2007.

administrações esquerdistas, ambas em governos petistas na capital paulista e na capital capixaba. A primeira lei municipal de incentivo à cultura nasce na Cidade de São Paulo batizada como Lei Mendonça e a segunda do país nasce seis meses depois na Cidade de Vitória, Espírito Santo denominada de Lei Rubem Braga[42]. Neste mesmo período a cultura se equipa com novos espaços voltados especialmente para a cultura, nesse primeiro momento com finalidade de centro cultural como foi o caso da FAFI, inaugurada para esse fim em início de 1992.

Essas ações municipais que se iniciam em 1991 foram uma resposta às necessidades emergente da época. A década de 90 inicia-se com profundas turbulências e crises, mas também com avanços. O novo governo Collor marca uma catástrofe para o setor cultural. Em abril de 1990, o presidente promulga a lei n 8.029 extinguindo diversas instituições importantes para a cultura inclusive o próprio ministério reduzido à secretaria novamente. Foram extintos de uma só vez a FUNARTE, FCB, Pró-leitura, a EMBRAFILME e outros reformulados como o SPHAN. Desmantela-se todo o processo político-administrativo que vinham sendo construído para a cultura.

Importante retomar a era Collor, pois houve um retrocesso em conquistas do campo cultural em pouco tempo. A classe artística e toda população brasileira foram pegas de surpresa e decepcionadas com uma série de medidas e pacotes adotados pelo Presidente Collor. Para a área cultural foi uma avalanche de perdas e é nesse período que se pensa em leis de incentivo para fomentar a cultura. Agora sem mecanismos federais de apoio para promovê-la, era preciso novas formas de conduzir as produções e buscar na própria Constituição Federal reforço para isso. Apesar das reivindicações das classes representativas da arte, Collor extinguiu diversas organizações, assinando 20 medidas provisórias e três decretos voltados para a educação e economia.

A classe artística se mobilizou para que o MINC não fosse extinto e nos dias 15 e 16 de fevereiro do mesmo ano, 19 secretários de cultura de todo o Brasil reuniram-se em Brasília

[42] Lei Rubem Braga nº 3.730 de 05/06/1991, segunda lei municipal do Brasil de incentivo a cultura a ser criada no Brasil. A primeira lei foi a Lei Mendonça pelo município de São Paulo, nº 10.923 de 30/12/1990.

no 23º Fórum Nacional de Secretários de Cultura. Desse encontro formalizaram um documento, encaminhado ao presidente Collor, intitulado *Diretrizes para uma política cultural*. As diretrizes continham inúmeras reivindicações, mas principalmente exigindo a manutenção do MINC e suas fundações[43]**.** Na época o diretor do DEC do Espírito Santo, Maurício Silva, foi um dos secretários estaduais presentes no encontro que, em entrevista no jornal *A Gazeta* expôs sua preocupação quanto à extinção do MINC, a qual considerava um retrocesso não só para o país, mas para o continente:

> [...] um fator preponderante para manter o MINC é sua dotação orçamentária, que não significa quase nada. Para os anos 90, corresponde a 0,0455% do orçamento geral da União. Não justifica seu fechamento por questões econômicas. [...] Collor pretendia cortar os subsídios e incentivos fiscais, risco para a Lei Sarney Lei 7.505 01/08/1986. A lei é confusa mais importante segundo Maurício Silva. Ela precisa ser simplificada e divulgada mas não extinta, pois graças à Lei Sarney foi possível restaurar o Porto de São Mateus e, brevemente, o Convento da Penha. [...] Seria um estímulo para muitos governadores e prefeitos extinguirem seus órgãos. Haveria conseqüências externas também. A cultura no Primeiro Mundo é tratada como um bem. Não só de consumo, mas de informação e transformação social que gera recursos e emprego'. Ele lembra ainda que a tônica dos anos 90 no Primeiro Mundo se deterá em dois pontos positivos. Cultura e meio ambiente. "A década de 90 vai sedimentar isso no Brasil. Na hora em que você avança a questão cultural no País conseguirá resolver problemas de educação, saúde e outras questões básicas. O nosso problema é cultural. (Jornal *A Gazeta* – caderno dois capa, 24/02/1990, matéria de Marco Antônio Antolini).

As mesmas dificuldades e preocupações que o Diretor do DEC, Maurício Silva, eram também de diretores de departamentos de cultura ou secretários estaduais. Era também uma preocupação de todos àqueles que militavam na cultura. Para o Espírito Santo a extinção da Lei Sarney e do MINC causaria uma série de dificuldades para a cultura capixaba, pois recursos que ajudaram a restaurar patrimônios históricos importantes no Estado não mais seriam disponibilizados.

---

[43] Sobre esse momento historicamente tumultuado, o jornal *A Gazeta* do ES, no dia 24/02/1990, anuncia como título de matéria de capa, em seu caderno de cultura (Caderno Dois): *"Em defesa do Ministério da Cultura, secretários de cultura de 19 Estados se reúnem em Brasília e pressionam o novo Governo para não extinguir o MINC".* Vale ressalvar que a primeira versão do Fórum Nacional de Secretários de Cultura aconteceu em 1984 em Belo Horizonte, onde na época a principal reivindicação foi justamente a criação do MINC, que ocorre um ano depois. Pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em 21/03/2007.

Era evidente que a Lei Sarney funcionava de modo exclusivista, no moldes do mecenato, favorecendo a poucos contemplados por seus conhecimentos no meio, mas sua extinção era um retrocesso total na construção de uma política cultural nacional. Eliminar um grande instrumento de apoio à produção, fomentação e manutenção dos aparelhos culturais, mostrava a total falta de importância que o Governo Federal legava a cultura. A lei precisava ser revista, mas nunca extinta, já que o modelo de renúncia fiscal funcionava bem e mostrava ser uma grande aliada da cultura.

A extinção da Lei Sarney e outros cortes de subsídios e incentivos fiscais desestruturaram a fomentação da cultura. É nesse momento conjuntural que a classe artística começa a buscar mecanismos de fomentação e viabilização das produções culturais. Desmantela-se a produção do cinema brasileiro, que mal começava um período promissor, atingindo uma média de 100 filmes por ano. Com o fechamento da Embrafilme e extinção da Lei Sarney, a produção anual de filmes nacionais caiu para dois filmes por ano.

O cinema brasileiro procura soluções para sobreviver. A busca por novas formas de promover a produção cultural acontece em todo o Brasil. Como resposta a essa demanda de produção e nenhuma oferta de meios surgem nos anos 90 os pólos de cinema, como o *Pólo de Cinema Capixaba***,** o pólo de cinema de Brasília (1991)[44] e muitos outros.

Apesar de muita repercussão o pólo de cinema capixaba teve pouca expressão em termos de produção de longas metragens. Oficialmente o pólo foi marcado por três produções nacionais e uma capixaba, todas nos anos 90[45]. Em sua meteórica criação, recebeu diversos apoios. Não faltaram incentivos, nem do Governo do Estado, nem dos meios de comunicação, como por exemplo, as mídias impressas dos dois grandes jornais da Capital, jornal *A Gazeta* e jornal A Tribuna divulgavam e estimulavam a expansão do tão sonhado pólo. O jornal *A Gazeta* destaca em seu caderno de cultura:

---

[44] "[...]O Pólo de Brasília foi criado em 1991, na gestão do governador Joaquim Roriz. Incentivar a produção de cinema foi um de seus 50 compromissos em campanha política de 1990. [...]" Disponível em: < http://www.sc.df.gov.br/paginas/polo_de_cinema/polo_de_cinema_02.htm >. Acesso em 08/09/2007.

[45] *Moças de Fino Trato* de Paulo Thiago, *Lamarca* de Sérgio Medeiros, *Fica Comigo* de Tizuka Yamasaki e *O Cupido está no ar*, de Amylton de Almeida.

> "O presidente Fernando Collor de Mello extinguiu toda a legislação e os órgãos de apoio e fiscalização ao setor cinematográfico. A época ficou marcada como um período de obscuridade para o cinema brasileiro, e o Espírito Santo surgia como uma luz no fim do túnel. O Bandes [46] criou uma carteira de financiamento destinada aos projetos culturais, que contemplou, sobretudo a área cinematográfica", Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (Produtores Capixabas querem pólo de cinema, 28/05/1991, capa).

O site *Overmundo*, dezesseis anos depois, publica matéria sobre a interrupção do Pólo de Cinema Capixaba:

> Num momento em que a produção de longas no país praticamente zerou, a imprensa nacional voltou seus olhos para o estado, e atribui a alcunha Pólo de Cinema do Espírito Santo. Lamarca, Vagas Para Moças de Fino Trato, Fica Comigo e a primeira ficção do capixaba Amylton de Almeida, O Amor Está no Ar, foram produzidas através dessa linha de financiamento que, não importa o nome, deu certo. Mas que mesmo assim, hoje, está interrompida [47].

Com a extinção do MINC o presidente Collor cria a SC-PR e empossa como secretário o cineasta paraibano Ipojuca Pontes. O novo secretário não agradou os representantes da classe artística de todo o país. A secretaria municipal de cultura de Vitória, da época, Denny Gomes entendeu que a escolha do cineasta, feita pelo presidente se deu devido ao fato de Collor ter recebido durante sua campanha presidencial, apoio de Ipojuca e sua esposa, a atriz Tereza Rachel:

> [...] Para ela (Denny) a transformação do ministério em secretaria fortalece a centralização administrativa ao invés da descentralização e não vê apoio e nem projetos para obter recursos do Governo Federal.
>
> Maurício Silva (Diretor do DEC) espera do cineasta uma definição de uma política nacional de cultura, incentivo a municipalização das atividades culturais e a questão da regionalização da produção cultural prevista na CR88 no capítulo de comunicação. (JORNAL *A GAZETA*,15/03/1990).

A colocação do Maurício Silva, diretor de Departamento de Cultura do Estado já demonstra um pensamento sobre a construção de uma política cultural como se discute nos dias atuais.

---

[46] Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

[47] Matéria de Ana Murta (Vitória (ES) · 10/05/2006 19:24), intitulada "*O Cinema Capixaba Existe*", para o site Overmundo. Disponível em: < http://www.overmundo.com.br/overblog/o-cinema-capixaba-existe >. Acesso em 08/09/2007.

Ao citar a municipalização das atividades culturais e a regionalização da cultura nos moldes do que determina a CR88 o Diretor reconstrói a questão de observar a cultura pela visão antropológica, ou seja, levando em conta sua a diversidade cultural, e ainda, a construção de políticas públicas voltadas para a cultura, colocando a pasta na dimensão da importância que ela possui, conforme carta da Unesco. Uma cultura como pilar do desenvolvimento humano.

Próximo a completar um ano no mandato, Ipojuca pede demissão do cargo em 08 de março de 1991, sete dias antes do 1º ano do governo Collor. No período em que foi secretário, Ipojuca adquiriu muitas inimizades e sua saída foi comemorada publicamente com manifestações de servidores públicos da área de cultura em Brasília. Um dos pontos de maior desgaste com a classe artística para Ipojuca foi à extinção da Lei Sarney. Talvez seja essa decisão do governo que mais interferiu negativamente em sua administração[48].

Os meses de março e abril de 1991[49] foram representativos no que concerne a acontecimentos importantes para o setor cultural no Espírito Santo, especificamente na Cidade de Vitória. Os gestores municipais que trabalhavam na Secretaria de Cultura e Esportes se mobilizaram junto às entidades representativas de classe ligadas à cultura e

[48] O jornal *A Gazeta* do dia 09/03/1991 estampa duas destacadas matérias: "O secretário de Cultura pediu demissão ontem e entregou ao presidente Collor o projeto de desregulamentação da área de cinema e vídeo. Imediatamente Collor nomeou o embaixador do Brasil na Dinamarca, Paulo César Rouanet. [...] Pontes foi vaiado em festivais gerando uma inimizade total da classe artística. O projeto de desregulamentação da área de cinema e vídeo iria ser apresentado no dia 15 (aniversário do 1º ano do Governo Collor), foi antecipado e será enviado ao Congresso Nacional na próxima semana. Ipojuca esperou apenas que o Ministério da Economia aprovasse o documento para se demitir", Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (*Diplomata assume Cultura no lugar de Ipojuca Pontes* 09/03/1991, capa).

[49] Gati, Pupa: "*FAFI começa curso de teatro*: renovar palco e platéia é, em essência, a proposta dos nove professores escolhidos. Pura magia: o teatro capixaba está sendo redescoberto. Os que sempre brincaram ou falaram sério no palco abandonaram a barca. O mar entre cortinas está vazio. Quem se habilita? O Curso Livre de Teatro a ser aberto no dia 18 deste mês na FAFI, recruta os novos marujos. A viagem promete ser exaustiva, mas feliz" Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (10/03/1991, capa). Barreto, João. "*Novo fôlego para a cultura.* Artistas capixabas se movimentam para usufruir os benefícios da Lei Rubem Braga. Aplaudida pela classe artística,a Lei Rubem Braga que estabelece a concessão de incentivos fiscais para a realização de projetos culturais no Município de Vitória [...] a festa já acontece no Blitz Bar, onde a aprovação da Lei pela Câmara de Vereadores foi comemorada com muita música. Agora é hora da regulamentação pois depois da aprovação ela tem que 90 dias para entrar em vigor. [..]", Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 25/04/1991, capa).
Gati, Pupa: "*Na FAFI o sonho dos palcos:* a primeira turma do curso de teatro da FAFI investe no aprendizado e aposta no futuro", Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 26/04/1991, capa).

buscavam concretizar dois novos instrumentos culturais para o município: a abertura do 1º Curso Livre de Teatro, a ser realizado ainda nos escombros do que viria a ser a Escola de Artes FAFI e a aprovação da Lei de Incentivo a Cultura – Rubem Braga. Além disso, o Estado do Espírito Santo ganhava um Pólo de Cinema. Enquanto Vitória conquista vitórias para a cultura, o Brasil aceita a nomeação de Rouanet com desconfiança.

Em entrevista no jornal *A Gazeta* [50] o diretor de cinema Paulo Thiago, que rodou o primeiro longa-metragem no Estado com financiamento do Pólo de Cinema Capixaba fala sobre a nomeação de Rouanet com desconfiança: "[...] vai ter que ser reformulada uma política cultural, dentro de um quadro democrático. [...] Depois de desmontada os aparelhos culturais (Embrafilme, Lei Sarney, entre outro) acredita-se também que a grande dificuldade do novo secretário será consolidação de leis de incentivos"[51]. Na mesma matéria, o jornal entrevistou a presidente do SATED-ES, Bete Caser, no qual disse que a classe artística não foi ouvida quando não queriam o Ipojuca. A secretária de cultura e esportes da Cidade de Vitória, Vera Viana, também foi ouvida quanto a nomeação de Rouanet com muito receio e preocupação: "[...] Existe uma questão bem clara a respeito dessa questão. Até agora o Governo Collor não disse a que veio a área de Cultura. Chegou destruindo tudo, e a gente sabe que alguns órgãos deveriam ser reestruturados mas nunca extintos. [...] Agora o que nós esperamos é que o Governo Collor tenha o mínimo de sensibilidade para com a área Cultural. [...] Que seja implantado uma política cultural que venha a respeitar tanto o homem comum como as pessoas da área cultural"[52].

Pelas manifestações de opiniões comuns, tanto para os gestores representantes da cultura no Espírito Santo quanto para profissionais de renome nacional como o cineasta Paulo Thiago, comprova-se uma preocupação de qual seria o novo capítulo para a cultura com a chegada de um novo secretário. Já havia, claramente expressa uma preocupação na consolidação e criação de leis de incentivos. A necessidade de uma política cultural era no país inteiro.

Nove meses após Rouanet assumir a secretaria, o presidente Collor promulga a lei 8.313 em 23/12/1991, que institui o PRONAC. Conhecida como Lei Rouanet, a 8.313, retoma a Lei

---

[50] *"Rouanet, o intelectual no poder: apesar das desconfianças, a indicação do novo secretário de cultura reacende esperança"*. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 12/03/1991, capa).
[51] Grifo nosso.
[52] *"Rouanet, o intelectual no poder: apesar das desconfianças, a indicação do novo secretário de cultura reacende esperança"*. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 12/03/1991, capa).

Sarney (7.505 de 02/07/1986) em sua proposta de incentivo fiscal para a cultura, como um mecanismo de captar recursos para o setor cultural. Leis e portarias subseqüentes só a regulamentam em 1995. A lei permite às empresas patrocinadoras um abatimento de até 4% no imposto de renda, desde que já disponha de 20% do total já pleiteado. Para ser enquadrar na lei, o projeto precisa ser aprovado pelo Ministério da Cultura, sendo apresentado à Coordenação Geral do Mecenato e aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.

Apesar de ter como base a lei Sarney, a Rouanet aperfeiçoa os mecanismos de incentivos fiscais e muda as relações entre artistas e produtores, iniciativa privada e Estado. Não havia mais uma relação direta entre os "produtores culturais" e os empresários pelo conhecimento entre eles. O Estado passa a funcionar como incentivador indireto do fomento cultural se colocando como um intermediador, mesmo que passivo, no processo. Agora alguns critérios deveriam ser seguidos como um programa e normas de como os empresários poderiam apoiar a produção cultural. Mas a Lei Rouanet também não atingia a marca de democracia do direito de acesso ao fazer e consumir cultura. Passa para a mão da iniciativa privada a escolha de que produto cultural é "bom" ou "ruim". Qual merece apoio para receber incentivos e quais não merecem. Entra aqui o jogo de mercado.

Itamar Franco assume a Presidência da República e em 1992 recria o MINC e institucionaliza alguns órgãos novamente como a Funarte e cria a Lei do Audiovisual. Um ponto de mudança de modelo de gestão da cultura: uma política voltada para as leis do mercado onde o governo se acomoda e se exime de pensar uma política cultural e se posicionar como fiscalizador e regulamentador, não assumindo seu papel, se acomodando a uma das ações que compõem uma política de cultura que são os mecanismos de incentivos financeiros.

O presidente Fernando Henrique trata por consolidar e coloca totalmente nas mãos da iniciativa privada, o poder de decisão de quem deve ou não receber recursos para a produção de seus produtos culturais. O conceito e a aplicação do marketing político ganham força entre as empresas e os produtores que tentam "vender' seus produtos para

que o mercado privado decida o que é um "bom" para ser incentivado, produzido e fomentado:

> A Lei foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceira da iniciativa privada em investimentos na área da cultura. As alterações ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort. O resultado de todo esse processo foi o de uma enorme concentração na aplicação de recursos. Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. Por outro lado grande parte desse patrocínio se mantém concentrando nas capitais da região sudeste. As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de marketing são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas urbanas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos. (CALABRE, 2007)[53].

2.2 São Paulo e Vitória – municípios pioneiros em leis de incentivo à cultura

A década de 90 pode ser considerada a década das leis de incentivos. Dois municípios tomaram a frente na criação e consolidação de suas leis. O município de São Paulo (SP) e Vitória. Em 1989 Marilena Chauí assume em São Paulo a secretaria municipal de cultura. O trabalho diferenciado que realizou na secretaria ficou conhecido como "Cidadania Cultural [54]", até hoje citado, discutido e estudado por pesquisadores, intelectuais, gestores e profissionais da área cultural. Chauí esboça em texto de prestação de contas do seu mandato todas a ações realizadas na sua gestão, dentro desse novo modelo[55]. Essa prestação de contas virou um documento de estudo e de referência em monografias, dissertações, teses, livros, encontros, pesquisas, ligados ao assunto políticas culturais. Em sua gestão Chauí explica que só assumiu a secretaria por ter em mente uma proposta diferenciada do

[53] CALABRE Lia: *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectiva.* Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25/05/2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

[54] Grifo nosso

[55] "*Cidadania Cultural em Ação – 1989-1992* – prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura". O Documento também foi editado na Revista Polis edição nº 12.

que sempre se praticou nas políticas públicas culturais no Brasil. A proposta de Chauí de Cidadania Cultural nada mais era do que colocar em prática a seguinte filosofia: cultura é um direito de todos e como direito, os cidadãos têm que ter acesso a ela, no usufruir, mas principalmente ser participante no fazer desta:

> A idéia de definir para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo uma política cultural, em vez de um programa de atividades e serviços culturais, nasceu da exigência imposta pelas circunstâncias, isto é, do fato de tratar-se da primeira gestão pública do Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo. Em outras palavras, do fato de não possuirmos uma tradição que pudesse ser simplesmente seguida, mas que precisava ser criada, tendo como referência, por um lado, algumas políticas anteriores (em especial, as de Mário de Andrade e de Sábato Magaldi) em por outro, algumas tradições que pretendíamos recusar. Partindo, pois, das referências que aceitávamos e das que recusávamos, definimos a política de Cidadania Cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação. Iniciamos com a recusar de três tradições principais que, em diferentes conjunturas, consolidaram-se nos órgãos públicos de cultura: oficial produzida pelo Estado, a populista e a neoliberal. Faria e Souza (1993:12).

São Paulo e Vitória percorrem o mesmo caminho de uma mudança conjuntural dentro da cultura. Sendo também a primeira gestão pública, na história da cidade do PT. A frente do cargo de Vice-Prefeito da Cidade de Vitória, Rogério Medeiros[56] relata que aconteceram diversos encontros realizados na sede do PT Nacional. Por iniciativa das duas gestões municipais do PT Vitória e do PT São Paulo, houve uma movimentação para que o PT Nacional pensasse na cultura como um mecanismo importante na gestão dos dois municípios e que marcariam essas gestões fazendo a diferença. E foi exatamente o que aconteceu:

> Minhas idas a São Paulo, inclusive acompanhada do historiador Miguel Depes tinha por objetivo se reunir com técnicos e a Marilena Chauí, na época secretária de cultura do município de São Paulo. Havia uma discussão dentro do PT Nacional e nós estávamos batalhando para a criação de uma política cultural mais democrática. O que aconteceu de fato é que a criação das duas leis de incentivo foi um empenho do PT Nacional. São Paulo e Vitória levaram ao PT Nacional a necessidade de se pensar na importância da cultura, para o partido não ficar somente voltado para questões ideológicas, o que era muito forte. Precisava-se de muita objetividade, vontade, pensar e fazer algo pela cultura. O propósito era mostrar ser preciso pensar a cultura como um meio de inclusão social. Uma forma de democratizar os serviços do povo para o povo. A cultura é ainda algo muito elitista. Poucos têm acesso ao fazer e a usufruir dela. Era esse o objetivo da época. Isso na época foi bastante noticiado, por volta de setembro ou outubro de

[56] Entrevista cedida a autora em Vitória, no dia 10/07/2007.

> 1990. Eram duas administrações importantes para o Partido e era preciso construir uma forma de se gerir, fomentar e fazer cultura. E isso é o que foi feito. As duas leis viraram uma realidade. Eu lembro que desde o debate pré-eleitoral [57] ocorrido no Teatro Carlos Gomes eu coloquei a questão da criação de uma lei que pudesse incentivar a fomentação da cultura e julgaram como uma demagogia, promessa de campanha somente, mas enfim ela saiu. Aconteceu. Aliás, as duas leis aconteceram. Foi uma luta enorme, mas uma vitória ainda maior. E eu só aceitei a ser vice do Vitor porque ele me prometeu liberdade de se fazer algo pela cultura e pelo esporte"(Entrevista cedida a autora por Rogério Medeiros em Vitória, no dia 10/07/2007).

Em 30 de dezembro de 1990, São Paulo sanciona a sua lei municipal de incentivo a cultura, sendo a primeira do Brasil e seis meses depois a Cidade de Vitória sanciona a Lei Rubem Braga, em 05 de junho de 1991, aprovada na Câmara em abril. A finalidade das duas leis se assemelhava, sendo que cada uma tinha sua particularidade local. O processo da elaboração das duas leis pautava-se em pensar a cultura como mecanismo de inclusão social, criar acessibilidade para àqueles que não tinham acesso e gerar condições para elaborar produtos culturais. Rogério Medeiros explicou como foi esse processo:

> Você vai encontrar algumas semelhanças no texto das duas, claro! Foram pensadas em conjunto. Mas acontece que São Paulo é um oceano enquanto Vitória uma gota. Havia concepções divergentes em alguns pontos até mesmo pela peculiaridade entre os dois municípios. Apesar da proposta de se criar um mecanismo que viabilizasse a cultura, as necessidades eram diferentes. Por exemplo, São Paulo não achava que o ator ou artista tinha que ser o proponente de projetos na lei. Eles pensavam na figura intermediária do produtor. Na Rubem Braga não. O ator ou artista poderia ser o proponente. Acontece que nesse ponto São Paulo saiu na frente com esse texto, já que o ator ou artista não tinham o costume e nem o conhecimento com a parte burocrática da lei e acabou que a figura do produtor ficou sendo também usada aqui, mediante as dificuldades encontradas pelos artistas.
>
> Quando voltamos de São Paulo tivemos que adaptar essas diferenças em prol das necessidades daqui. O prefeito Vitor achou melhor conversar com as entidades. Ver o que era preciso para melhor adequar o texto. Até a lei ser formulada, foram reuniões diárias com as classes representativas. Ficamos, quase o mês de março de 1990 somente adaptando e formulando a lei. Eu, Miguel Depes e o professor Renato Pacheco, (Entrevista cedida a autora por Rogério Medeiros , em Vitória, no dia 10/07/2007).

[57] Ano de 1988, já que a gestão petista em Vitória foi de 1989-1992.

Os dois processos, a aprovação da Lei Rubem Braga e a implantação do 1º Curso Livre de Teatro, curso este que empurraria administrativamente a prefeitura a iniciar as obras de reforma da FAFI, contaram com o estímulo da então secretária de Cultura e Esporte da Cidade, Vera Viana. À frente da secretaria Vera apoiou mobilizações das classes artísticas, o que teve papel decisivo no movimento. Para aprovação da lei, Vera Viana e sua equipe, junto com as entidades, articularam movimentações nas sessões da Câmara Municipal de Vitória, no período da aprovação da lei Rubem Braga [58]**.** Quanto a FAFI, Vera Viana, assumiu a frente pela luta da escola:

> Desde que o projeto de lei foi dado entrada na Câmara, pelo Rogério, que era o prefeito interino na época, já que Vitor estava em férias. Foi desse momento em diante que a participação do movimento cultural do nosso Estado foi muito importante. Esse movimento foi importante para sensibilizar o apoio à lei. Eu me lembro que lotávamos a galeria da Câmara e isso também foi fundamental para aprovação da lei já que demonstrava para os vereadores que existia uma necessidade, um grupo grande, uma sociedade cobrando seus anseios. Encontrávamos resistência, mas teve um vereador na época, quem nem era do partido do prefeito, um médico que nos ajudou muito. O nome dele era Dermival Galvão e não posso deixar de citar isso. As entidades culturais se uniram muito. A Câmara ficava lotada de atores, intelectuais, pessoas ligadas à arte. Era muita gente, muita gente mesmo. Conseguimos mobilizar. Um a um chamando, anunciando, pedindo, comunicando.
>
> Essa presença dos artistas foi muito importante. Isso mostrava para os vereadores que essas pessoas tinham poder de voto. (Entrevista cedida a autora por Vera Viana, em Vitória, no dia 18/09/2007).

A necessidade de criação formas de incentivo à viabilização cultural não era somente da Cidade de Vitória. Vários movimentos já haviam sido realizados, mas nunca houve apoio dos políticos. Cogitou-se a criação de uma lei estadual de cultura. Benilson Pereira, escritor e poeta, relembra:

> Já havia uma movimentação de classes para que o Governo do Estado criasse uma lei de incentivo. Diversas entidades representativas da cultura como a Fecata e a Associação Capixaba de Teatros de Bonecos passaram a discutir a possibilidade de uma lei estadual. Não houve adesão dos representantes políticos na época. Voltamos nossa atenção para ser ouvido por quem queria e vimos à oportunidade e vontade da prefeitura em realizar

58 Aprovada em 2 de abril e sancionada em 5 de junho de 1991.

> isso. Lá encontramos todo o apoio do Executivo (Entrevista cedida a autora por Benilson Pereira, em Vitória, no dia 11/04/2007).

De fato, no ano de 1990 o então Deputado Estadual João Martins apresentou um projeto de lei, uma forma de incentivo fiscal através de dedução de imposto ICMS, onde obteria um estímulo à produção cultural. O projeto de lei foi arquivado, julgado inconstitucional[59]. Dias depois da aprovação da lei Rubem Braga[60]**,** o CEC faz planos de política cultural e cobra do Estado uma posição em relação à lei estadual[61]:

> O Vice-presidente, Claudino de Jesus está convicto de que o CEC não aceitará apenas promessas do Governo. Ele cita, por exemplo, que o então secretário de Planejamento e atual Governador Albuíno Azeredo assumiu na plenária do CEC, (e esta consta na ata para todo mundo ver), que o Governo do Estado vai comprar a Casa da Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo. ´Agora que ele é governador terá de cumprir'. Claudino também quer uma posição do governo estadual em relação à criação de uma lei de incentivo para a cultura, Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (09/04/1991, capa).

Enquanto que o Executivo e o Legislativo estadual não tinham nenhuma iniciativa para o desenvolvimento de uma política cultural, Vitória dava os primeiros passos fundamentais para seu processo cultural. César Baptista[62], ex-diretor de cultura da prefeitura na época explica:

> Tanto a criação da lei quanto à da escola foram conseqüências da formulação de uma política cultural desenvolvida e proposta pelas entidades representativas em período pré-eleição, mas aceita e incorporada ao plano de gestão pelo Vitor[63]**.** Tinha tudo isso guardado até pouco tempo. Mas me lembro bem das propostas, pois fizemos parte delas. Elas tinham três pilares principais:
> 1) Proporcionar o acesso aos bens culturais pela sociedade (deu origem ao projeto Taba[64]);
> 2) Viabilizar a produção cultural (o que culminou na proposição da lei como instrumento);

---

[59] Informação divulgada no Jornal *A Gazeta* de 25/04/1991 – Capa de Caderno Dois.

[60] O projeto de lei nº 46/91 que deu origem a Lei nº 3.730, a Lei Rubem Braga de 05/06/1991, foi aprovada com o texto original de sua proposição pelo executivo no dia 02/04/1991.

[61] *"CEC ajusta planos de política para a cultura"*. Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (09/04/1991, capa). O Presidente do Conselho era Sebastião Salles de Sá.

[62] César Baptista, produtor e diretor foi um dos integrantes da comissão de proposição da lei Rubem Braga. Foi o Presidente da primeira Comissão Normativa da LRB e Diretor de Cultura, entre 1989 a 1991, na gestão Vitor Buaiz. Entrevista realizada em 11/04/2007.

[63] Vitor Buaiz, ex-prefeito de Vitória pela PT de 1989 a 1992.

[64] Projeto que fomentava a criação e desenvolvimento da cultura nos morros da Cidade.

> 3) Incentivar a formação do artista local, onde surge a FAFI como esse espaço para essa formação, no primeiro momento, como um centro cultural formador (Entrevista cedida a autora por César Baptista, em Vitória, no dia 11/04/2007).

A Fafi foi reaberta como Escola de Artes com o propósito de ser um local de formação de mão-de-obra, de encontros, de cursos livres, de apresentação de espetáculos. Com suas portas abertas até por volta das vinte e duas horas, a Fafi estimulava a formação de público também com constantes estímulos através de suas atividades, com peças, shows musicais, apresentação de vídeos, palestra, tudo gratuito e bem divulgado. Essas atividades constantes perduraram-se até a escola se tornar Escola de Teatro e Dança onde o prédio passa a ser freqüentado somente por estudantes, voltado completamente para formação artística via cursos regulares, diminuindo assim seus transeuntes e freqüentadores.

Algumas entrevistas aqui relatadas e encontradas nos jornais sobre as medidas do Governo Collor como as de Maurício Silva, na época, diretor do Dec e de Vera Viana demonstram já uma concepção de se pensar a cultura não somente pautada em ações culturais soltas, mas voltada para uma política cultural pensada e executada.

Na administração municipal petista, havia uma intenção maior de se “apoiar” a cultura como uma pasta necessária, importante no contexto político-administrativo. Nunca a cultura foi tão evidenciada e tão respeitada na Cidade. Os noticiários apoiavam.

A descontinuidade das ações na área cultural entre um governo e outro impediu a criação de uma política cultural planejada que deveria ser continuada independente de quem fosse o governo. Em 1990 foi iniciado pela gestão pública municipal um conjunto de ações que nos levam a crer que a secretaria de cultura e esportes não via a LRB e a Fafi como políticas culturais em si e sim instrumentos culturais. Um criando condições de fomentar a produção cultural e outro buscando para a cultura um equipamento físico, de enorme importância histórica para o município, sendo resgatado como equipamento cultural, que uma vez aberto, não mais seria fechado. Pelo instrumento lei de incentivo, Vitória poderia produzir mais, gerar mais acesso à cultura, democratizando a cultura com aprovações de projetos que contemplassem novos grupos culturais, que dessem condições a que grupos ou

movimentos localizados em bairros do município ganhassem força e se projetassem. Mas não é bem assim que funciona. A Lei Rubem Braga, hoje no modelo de execução em que se encontra, reflete a aprovação continuada dos mesmos produtores, dos mesmos grupos, e conduzida pelos mesmos gestores de anos. Na tabela 4, no anexo, podemos observar que os membros das comissões normativas durante os dezessete anos de existência da Lei são inúmeras vezes reconduzidos em suas áreas representativas. Em cerca de 90% dos anos, ou os membros assumem as comissões por mais que seu devido tempo, de dois anos, ou representam outras categorias ou são reconduzidos frequentemente. Essa atitude das classes representativas conduz a apreciação e a aprovação viciadas de projetos . Não será possível que as devidas áreas tenham poucos representantes a ponto de não ter mudança de indicações. Em todas as áreas a recondução é uma constante, sendo mais evidente nas áreas de teatro/circo/ópera, dança/música, artes plásticas/gráficas/filatelia, folclore/capoeira/artesanato. Áreas onde se concentram os maiores números de artistas como teatro, música, artes plásticas:

> Uma perda profundamente grande para as comunidades, a sociedade de um município, ou um estado é a descontinuidade dos serviços com a troca de gestores. É uma pena que a maioria dos candidatos eleitos descontinue alguns serviços ou programas que deram certo e deram retorno para a comunidade, somente porque não foi sua gestão quem iniciou. Os projetos que construímos, na época em que gerimos a cultura, deveriam ter sido continuados. Havia uma política cultural planejada com intuito de promover a cultura, de produzir cultura, de criar acessibilidade ao produto cultural de uma forma igualitária nas comunidades. Além da lei que já era uma realidade para promover a produção dos produtos culturais, tínhamos um espaço para dar acesso ao fazer cultural pela sociedade que era a Fafi e tínhamos diversos projetos em que a meta era mesmo a inclusão social pela cultura. Hoje se fala de diversidade cultural, de inclusão como se fosse uma conversa atual. Estou falando de 1990 e até muito antes. Isso não é novo. Nós fizemos muita coisa que as comunidades mereciam que fossem continuadas. Abrimos um espaço na mídia nacional para que Vitória se incluísse como desbravadora no fazer cultura. Fizemos o primeiro e o segundo Festival de Cinema e Vídeo Nacional da Cidade de Vitória. Realizamos o Primeiro Festival Nacional de Teatro que lotou tanto o Teatro Carmélia, com o custo de ingresso irrisório, que tivemos que fazer duas sessões por espetáculo. Trouxemos profissionais conhecidos que tinham experiência e compromisso com a educação cultural. Nada disso foi gratuito. Lembro de um curso que chamamos a Tisuka Yamasaki, diretora de cinema e global na época, que quando falamos com ela para dar o curso em Vitória ele nem sabia aonde era. Mas logo ela veio fazer cinema aqui. Lutamos muito, mas as pessoas precisam saber que uma classe unida realmente faz as coisas acontecerem. [...] Não tenho mais os documentos

> dos planejamentos que fazíamos, mas era tudo planejado. Realizamos projetos muito gratificantes onde as comunidades ganharam com eles.
>
> O projeto *TABA* que a Colette Dantas cuidava com muito amor, tinha um cunho muito social. Eram voltados para crianças, jovens e adolescentes. Para tirar esses meninos das ruas o projeto proporcionava oficinas fora do horário da escola e tinha objetivo de estimular essas crianças na arte. Aqueles alunos que se interessavam e se destacavam em teatro e dança eram encaminhados para a Fafi. Os que brilhavam com o artesanato eram direcionados para grupos e entidades dos artesões. Os que se destacavam no esporte eram encaminhados para as escolinhas de suas respectivas federações. Foi uma pena a descontinuidade desses trabalhos. Nada era feito 'para inglês ver'. Não! Tinha uma meta para tudo.
>
> Outro trabalho maravilhoso que emocionava as comunidades foi o *Palavras da Cidade,* dirigido pela Cristina Valadão e o Burura. Era lindo. Os produtores do projeto iam às comunidades fazer gincanas. Todos participavam crianças, jovens, adultos, idosos. Eles estimulavam com brindes para quem trouxesse a pessoa mais idosa do bairro. Daí surgiam fotos, cartas, diversos documentos e assim a memória era reconstruída.
>
> Ai você pode me perguntar porque fizemos tanto. Sabe porque. Eu era atriz, escritora, eu sabia das necessidades e há anos estava na luta para que essas coisas se tornassem realidade.
>
> O *Palavras da Cidade* era outro projeto que merecia continuidade. Que eu me lembro editamos 11 versões. O objetivo era divulgar os escritores capixabas. Não era somente editar os livretos, mas nós enviávamos para diversas bibliotecas do Brasil. A gente buscava mecanismos de circular esses artistas e seus trabalhos. A gente sabia que não dava para depender das grandes editoras. Essa foi a maneira que descobrimos de divulgar os poetas e distribuir os livretos (Entrevista cedida autora por Vera Viana, em Vitória, no dia 18/09/2007).

A seguir algumas imagens que ilustram os projetos realizados como o *festival de vídeo e cinema*, *festival nacional de teatro* e o *projeto palavras da Cidade*.

Imagem 1 - Certificado de Curso de Interpretação em vídeo para atores, ministrada pela cineasta Tizuka Yamasaki, que futuramente veio rodar um longa metragem Fica Comigo, pelo Pólo de Cinema Capixaba, no **1º Festival Nacional de Vídeo de Vitória** realizado em novembro de 1991. O festival teve outras oficinas e houve grande demanda pelos cursos.
Fonte: Arquivo particular da autora.

Imagem 2 - Certificado de Curso de Interpretação **1º Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória-ES** realizado em agosto de 1992. A procura pelo público foi tamanha que ampliaram as apresentações para duas sessões de cada espetáculo.
Fonte: Arquivo particular da autora.

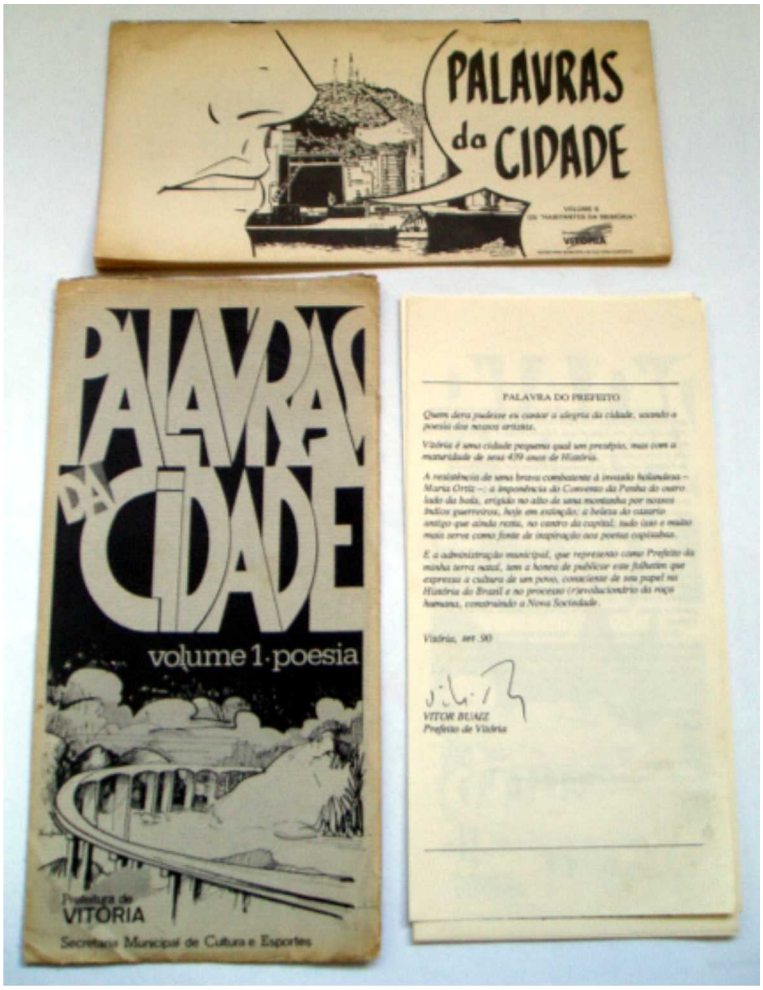
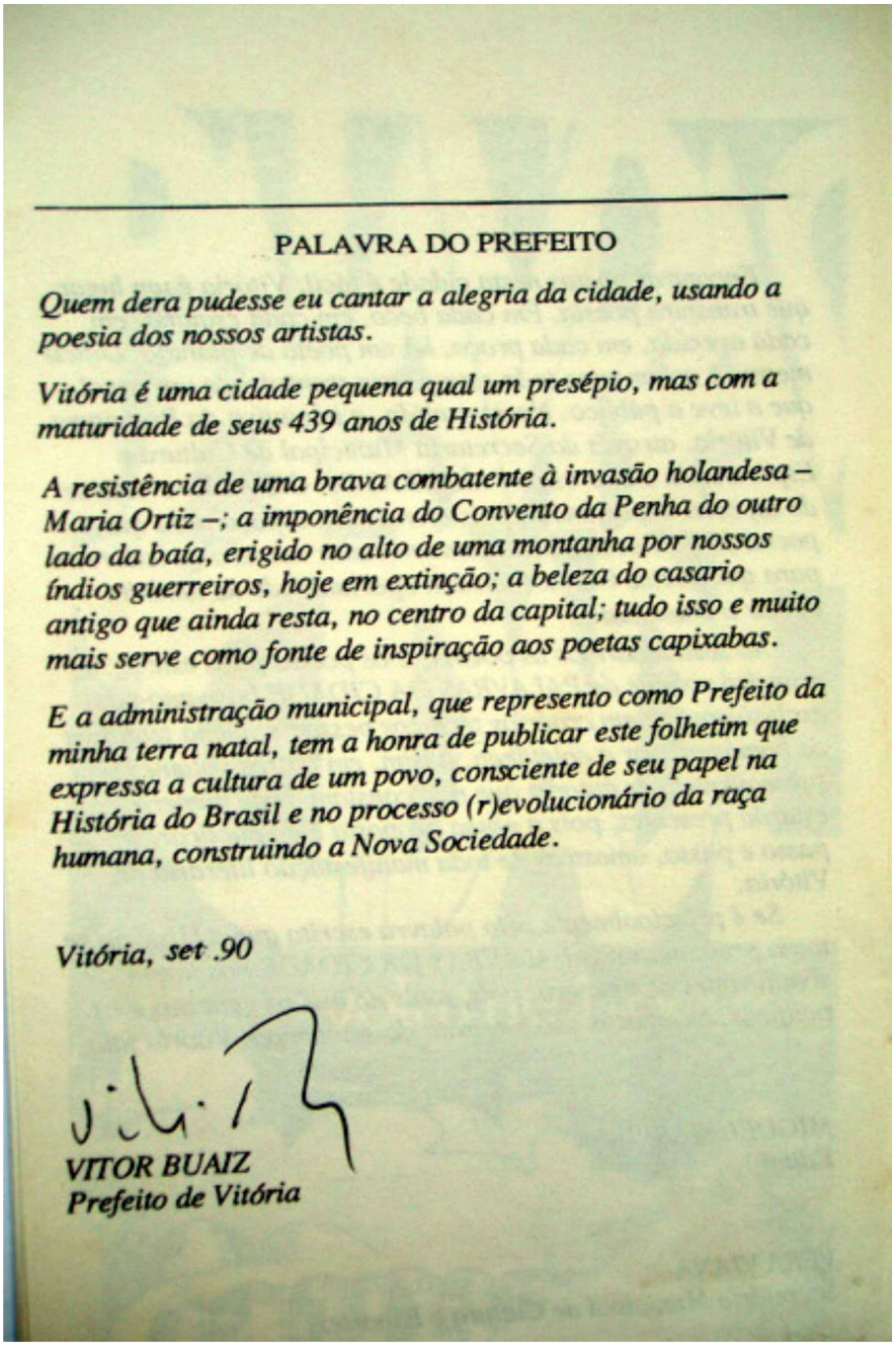


Imagem 3 - Capa do 1º Volume do impresso do **Projeto Palavras da Cidade**. O Projeto foi lançado pela Semce em setembro de 1990.
Fonte: Arquivo particular de Vera Vianna.



PALAVRA DO PREFEITO

Quem dera pudesse eu cantar a alegria da cidade, usando a poesia dos nossos artistas.

Vitória é uma cidade pequena qual um presépio, mas com a maturidade de seus 439 anos de História.

A resistência de uma brava combatente à invasão holandesa – Maria Ortiz –; a imponência do Convento da Penha do outro lado da baía, erigido no alto de uma montanha por nossos índios guerreiros, hoje em extinção; a beleza do casario antigo que ainda resta, no centro da capital; tudo isso e muito mais serve como fonte de inspiração aos poetas capixabas.

E a administração municipal, que represento como Prefeito da minha terra natal, tem a honra de publicar este folhetim que expressa a cultura de um povo, consciente de seu papel na História do Brasil e no processo (r)evolucionário da raça humana, construindo a Nova Sociedade.

Vitória, set .90

VITOR BUAIZ
Prefeito de Vitória

Imagem 4 - Texto de apresentação do **Projeto Palavras da Cidade** assinado pelo Prefeito Vitor Buaiz.
Fonte: Arquivo particular de Vera Vianna.

Na entrevista com a ex-secretária Vera Viana, descobre-se um discurso formulado e consciente do que foi realizado em sua gestão. Levando em consideração que a entrevista encontra-se com seqüelas de lapso de memória devido a um AVC, o conteúdo da entrevista respalda o atual discurso de especialistas e estudiosos do campo das políticas culturais no Brasil e no mundo quanto ao grande prejuízo que o setor cultural enfrenta com a descontinuidade dos trabalhos. No Brasil, e não diferente, em Vitória, a cada troca de gestores, no final dos quatro anos de mandato, com o processo eleitoral, prejudica o setor público como um todo. A falta de políticas públicas mais consistentes, com planejamento, objetivos, metas estabelecidas, participação popular, votações orçamentárias nas câmaras municipais e mais transparência dos trabalhos, além de prestações de contas desses trabalhos realizados, dentre outras, seria o grande viés condutor na melhoria dos serviços públicos como um todo. Em suma, caso essas ações fossem, em suas rotinas metodológicas, estabelecidas com esses e outros critérios, menos dinheiro público seria desperdiçado, mais resultados alcançados, e consequentemente, os trabalhos realizados dariam, ao longo do tempo, retorno a sociedade, que é exatamente a função das ações públicas.

Todo esse processo cultural, realizado via prefeitura, descontinuado ou dispersado em administrações futuras requer uma análise, uma reflexão. A falta de memória documental oficial, não encontrada nos próprios setores públicos, no caso aqui, na secretaria de cultura, na Lei Rubem Braga e até mesmo na secretaria de comunicação da prefeitura impede uma analogia das ações no passado e no presente. Essa deficiência institucional pode ser resgatada com documentação jornalística, como a matéria do jornal *A Gazeta* retrata um pouco dessa conjuntura de época importante que mostra o trabalho realizado na secretaria de cultura nos anos 90. As ações realizadas pelos gestores da época demonstram um trabalho cultural além de ações isoladas. Observando os trabalhos vê-se uma interação de ações. A secretaria de cultura não se acomodou nas possibilidades permitidas pela lei de incentivo, recém aprovada, de fomentar a cultura em sua produção e acesso e tão somente se apoiou no novo equipamento físico que a Fafi agora produziria. Mas essa cultura foi para a rua, abriu novos espaços, foi até as comunidades. Havia uma chama acesa de desenvolvimento de uma política cultural cidadã com uma participação ativa de seus moradores, das comunidades nobres e também periféricas. Uma política cultural que não se

preocupava apenas com a classe artística, mas com os bens culturais, sua distribuição e o acesso a estes de forma o mais igualitária possível:

> Com proposta de "sacralização" da elaboração cultural a Secretaria de Cultura e Esportes da PMV lança no próximo dia 22 com participação da Secretaria de Ação Social, o projeto Taba. Com oficinas de teatro, literatura, música, fotografia, trabalhos manuais, jornal comunitário e vídeo. Na apresentação do projeto é ressaltado que "a sua elaboração se deve a reflexão proposta pelo Departamento de Cultura, no sentido de que a cultura seja um elemento esclarecedor dos conflitos que se colocam em cada sociedade e assim a compreensão teórica que se estabelece é de que a sua discussão fará emergir uma realidade cultural em que ela esteja submersa. Este alto reconhecimento abre à comunidade a oportunidade de, em nível ideológico, operar descobertas que possibilitarão mudanças na sua estrutura organizacional (...)
>
> Peça: A proposta de oficina de teatro é levar aos membros das comunidades (atender as comunidades de Joana D'arc e Santa Martha) noções de interpretação, de improvisação, de leitura e exercícios de corpo e voz. No final do curso, os participantes deverão montar uma peça através de um processo coletivo de pesquisa da própria comunidade. A proposta da oficina de música [...] o projeto foi exaustivamente discutido com a comunidade. Jornal *A Gazeta*, Caderno Dois (17/01/1990, capa)[65].

As propostas de construção de uma política cultural sempre foram solicitadas pelos artistas e representantes de classes. Documentos eram elaborados a cada novo processo eleitoral para que algum candidato assumisse a responsabilidade com a cultura. Mas sempre em vão:

> Nós artistas sempre estivemos de prontidão para os candidatos. Na época de campanha eles nos procuravam e a gente perdia dias, fins de semana. Fazíamos diversas reuniões. Eu, Atílio Colnago, Renato Saudino, Wilson Coelho, Eliazar Pessoa e muitos outros de nós. Por último a gente já tinha desistido de qualquer possibilidade de algo ser realmente feito nesse Estado. Desde a época que Gerson Camata foi governador, todos os candidatos a prefeito e ao governo chamavam a classe e lá íamos nós fazer mais documentos. Por último a gente falava assim. É só pegar os planos de políticas culturais de 4, 12, 20 anos atrás. E depois esses eleitos colocam secretários de cultura quem nem sabíamos quem eram, que não tinham compromisso com a área. A luta sempre foi a mesma, mas na hora "H" ninguém fazia nada. Por isso falo dessa sensibilidade do Vitor e do compromisso do Rogério (Entrevista cedida autora por Vera Viana, em Vitória, no dia 18/09/2007).

[65] *Projeto "TABA" leva cultura à periferia.* Título da matéria.

Um dos projetos realizados pela PMV nesta época foi o Fenavi que projetou Vitória para o Brasil. Até então o Espírito Santo e Vitória não tinham expressão alguma na área cinematográfica. Cada vez mais, com iniciativas como o Pólo de Cinema pelo Governo do Estado e o Festival Nacional de Vídeo e Cinema da prefeitura de Vitória, o Estado passou a ser procurado por cineastas. A seguir, Tisuka Yamasaki, diretora global ensina as técnica de interpretação para câmeras.

Imagem 5 - Curso de Interpretação em vídeo para atores, realizado no 1º Festival Nacional de Vídeo de Vitória realizado durante uma semana no mês de novembro de 1991. Duração de 20 horas.
Fonte: arquivo particular da autora.

2.3 As leis de incentivos: importância e limitações

Vinte e dois anos se passaram desde a criação da primeira lei federal de incentivo à cultura, nos moldes de dedução fiscal. A Lei conhecida como Sarney era eivada de falhas em seu texto, se comparada a Rouanet, e sua estrutura. Apesar disto, marcou profundas mudanças na relação entre Estado e sociedade no campo cultural.

Era uma lei exclusivista, nos moldes de mecenato e operava da seguinte forma: uma empresa decidia apoiar um projeto cultural e apenas comunicava ao CFC o valor do financiamento e deduzia os impostos a pagar. Ao Conselho cabia acompanhar junto a Receita Federal as aplicações dos recursos cedidos ao artista. A Receita era que fiscalizava. Sem dúvida que para a cultura a Lei Sarney era uma porta que se abria, novas possibilidades que infelizmente não era tão acessíveis e fáceis como aparentavam. Nesse formato que começam os problemas operacionais e tornam a lei um mecanismo excludente ao invés de inclusivo.

A Lei Sarney, talvez mesmo sem intenção, estimulava o apadrinhamento. Valia a relação privada de afinidades e interesses. Quem tinha grandes amigos, empresários ou nome conhecido no mercado, só tinha a ganhar. As críticas dos desfavorecidos firmavam-se na questão que a lei fomentava mesmo o favorecimento pessoal.

A Lei Sarney sai de campo e entra a Lei Rouanet, usando do mesmo mecanismo de dedução de impostos, mas corrigindo parte da exclusão que a Sarney causava. Parte porque também não democratizou como deveria. O jogo do mercado passa a dominar e também a fazer parte dos incentivos das leis municipais.

2.3.1 Lei Rubem Braga: um debate em aberto

O Projeto Cultural Rubem Braga consiste na concessão de incentivo fiscal para a realização de Projetos Culturais, a ser concedida a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município no mínimo há cinco anos. O incentivo fiscal corresponde ao recebimento, por parte do

empreendedor de qualquer projeto cultural do município, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Executivo, correspondente ao valor do incentivo autorizado. Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamentos dos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - até o limite de 20% do valor devido a cada incidência dos tributos, observado o cronograma financeiro do projeto aprovado pela Comissão.

O valor utilizado pelo poder público anualmente não pode ser inferior a 2%, nem superior a 5% da receita. Há questionamentos sobre se o valor correspondente a esse teto mínimo vinha sendo aplicado pelas administrações desde sua criação. A verba até o ano de 2004 girava em torno 1 milhão de reais e em 2005 o teto foi aumentado para 2,3% da receita, representando 2 milhões e 100 mil reais.

O secretário-executivo da Lei Rubem Braga, Leonardo Passos Monjardim[66], comentou sobre sua gestão: "Procuramos fazer uma nova gestão e buscamos o cumprimento da lei. Que o valor repassado pela lei corresponda mesmo ao percentual proposto respeitando o teto mínimo. Esse aumento representou também não no crescimento dos valores da bonificação dos projetos como na ampliação do acesso de novos postulantes a lei. Em 2004 foram contemplados 59 projetos. Já em 2005, com o aumento do teto e de seu correspondente valor, 86 projetos foram aprovados, um recorde em aprovações. Em 2006 destinou-se a lei o valor de dois milhões e trezentos mil reais contemplando 94 projetos, isso correspondendo aos 2 %, teto mínimo", conclui.

Sobre o processo de incentivos fiscais, o ex-secretário executivo da lei Rubem Braga que foi o segundo mandato de secretário, Afonso Abreu relembra que foi uma conquista da sociedade:

> Na verdade a Lei foi um benefício um ganho que a sociedade teve. Um sucesso. Porque se for ver através de lei mesmo isso é uma coisa inconstitucional, já que se gasta dinheiro público, porque é um gasto (usa-se o dinheiro do ISSQN em um

66 Entrevista cedida a autora, em Vitória , no dia 29/08/2007.

> projeto). Todo gasto de dinheiro público deve seguir-se de um processo licitatório[67]. Inventaram este termo.
>
> Renúncia fiscal foi um termo que um vereador de São Paulo falou no início da década de 90[68]. Uma coisa importa sobre a Lei Rubem Braga, pelo que sei é a única lei de incentivo municipal que nunca parou suas atividades. A lei do Pará já parou. A de São Paulo e muitas outras. Desde que iniciou suas atividades, a lei nunca parou. Essa é uma grande vitória (Entrevista cedida a autora por Afonso Abreu, em Vitória, no dia 28/08/2007).

Falar em debate é encontrar consensos e divergências. Sem dúvida, a Lei Rubem Braga foi um grande avanço. Entre erros e acertos, uma grande vitória. Mas precisa ser revista. Precisa ser mais democrática. Precisa ter mais visibilidade.

Um ponto da LRB que ainda levanta questionamento e que pouco ou quase nada se comenta sobre sua vigência ou negligência de sua aplicabilidade é a utilização das comissões móveis.

2.3.1.1 Questões acerca da comissão móvel

Uma reflexão que se tem a fazer é que nenhuma alteração no corpo da lei foi efetuada, mas que em reunião ordinária da Comissão Normativa decidiu-se em votação aprovada pelos seus membros pela extinção da Comissão Móvel registrada em ata em 21/08/1996. Sendo perguntado o motivo da não continuidade da Comissão Móvel, Afonso Braga de Abreu e Silva [69], ex-secretário da lei, na, época relatou:

---

67 A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 (sobre normas gerais de licitações e compras) reserva algumas exceções para o processo de licitação(seus artigos 24 e 25), mas não cita nada referente a gastos com bens materiais e imateriais de cultural. Disponível em : < http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/1)%20lei-8666.pdf > . Acesso em 08/10/2007.

68 Renúncia fiscal como gasto indireto - *Renúncia fiscal* também é denominada de gasto tributário. O termo gasto tributário foi empregado pela primeira vez em 1967 pelo professor. Stanley Surrey, Secretário - Assistente do Tesouro dos Estados Unidos para Política Tributária de 1961 a 1969 (Surrey, 1973). SURREY, S. Pathways to tax reforman. Cambridge: Harvard University Press, 1973. p. vii., citado por Patrícia Dutra Sayd, em seu artigo sobre Renúncia Fiscal e Equidade na Distribuição de Recursos para a Saúde (p. 3). Associação Brasileira de e Economia da Saúde. Disponível em: < www.abres.cict.fiocruz.br/docs/22.pdf >. Acesso em 30/08/2007.

69 Afonso Abreu foi secretário-executivo da LRB de 1993 a 2001.

> A Comissão Móvel funcionou até uns dois anos após eu virar secretário. Ela dava o parecer de quais projetos iriam ser contemplados. Para mim ela era completamente desnecessária, pois os membros da comissão móvel emitiam um parecer, nomeado de julgamento de mérito, de ter gostado ou não do "livro", por exemplo, mas quem decidia mesmo era a comissão normativa. Além do mais os membros da comissão móvel não podiam sair com os processos dos projetos de dentro dos órgãos e se gastava muito com xerox para que pudessem apreciá-los fora dos prédios da lei, refletindo em suas casas. Não lembro bem ao certo, mas sei que decidimos deixar por conta da comissão normativa julgar o mérito e a aprovação (Entrevista cedida a autora por Afonso Abreu, em Vitória, no dia 28/08/2007).

No texto original da lei, em seu artigo 5º, continua constando sobre a formação das Comissões Móveis, que segundo a lei continua em vigor. Uma norma aparentemente importante cujo propósito de descentralizar as decisões quanto ao mérito dos projetos, evitando neste caso a tendência a possíveis vícios de apadrinhamento, costumeiros nas leis de incentivo:

> Art. 5º - Fica autorizada a criação de uma Comissão Móvel, independente e autônoma, formada pelos representantes das áreas culturais listadas no artigo 3º desta Lei, cujos nomes serão encaminhados pelas respectivas entidades representativas, para sorteio, para análise e apreciação dos projetos encaminhados.
> § 1º - Os componentes da Comissão de que trata o "caput" deste artigo, deverão ser pessoas de reconhecida notoriedade na área cultural.
> § 2º - Compete à Comissão Normativa a fixação do limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.
> § 3º - Para a obtenção do incentivo referido no artigo 2º desta Lei, deverá o interessado apresentar à Comissão Normativa, cópia do Projeto Cultural, explicitando objetivos, recursos financeiros e humanos envolvidos, para fim de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.
> § 4º - Fixado o valor do incentivo a ser concedido, a Comissão Normativa providenciará o sorteio dos integrantes da Comissão Móvel para análise e apreciação do mérito do projeto apresentado" (LEI 3.730 – Rubem Braga).

Os decretos posteriores como, a regulamentação da LRB (3.530 de 08/06/1991), decreto 8.607, que trata da formação da Comissão Normativa, e outros atos e o decreto 8.699, que aprova o Regimento Interno da Comissão, nenhum deles fala sobre a questão.

Apesar da deliberação pela extinção da Comissão Móvel, na ata da reunião ordinária da Comissão Normativa de 21/06/1992, fica um questionamento desse ato, pois segundo

documentações existentes, como os decretos acima citados e o regimento interno da Comissão Normativa, não consta nenhum artigo ou norma que delegue a esta comissão extinguir a Comissão Móvel. No capítulo III sobre sua competência diz:

> Art. 14 – Cabe à Comissão Normativa:
>
> a) Analisar os projetos a obterem os certificados expedidos pelo Poder Executivo, previstos na legislação;
> b) Sortear nomes para compor a Comissão Móvel que apreciará o mérito de cada projeto, conforme prevê a legislação;
> c) Fazer cumprir os prazos para a Comissão Móvel, previstos na legislação.
>
> Parágrafo único – Em caso de recursos, a Comissão Normativa poderá sortear novos nomes para compor outra Comissão Móvel.

Assim diz o texto da ata sobre a extinção da Comissão Móvel:

> Ata da reunião da Comissão Normativa da Lei Rubem Braga, em vinte e um de agosto de mil novecentos de noventa e seis [...] às dezesseis horas e quinze minutos [...]. Na seqüência o Secretário Executivo relatou à plenária a dificuldade da Secretaria Executiva em tramitar os processos junto à Comissão Móvel por se tratar de relação de "favor", pois que os senhores membros são nomeados para emitirem pareceres, com exigência de prazos as quais nunca são cumpridos provocando atrasos na tramitação dos mesmos. O Secretário colocou em votação à plenária a extinção da referida Comissão, tendo sido relatora a profª Natércia Lopes da área de teatro/circo/ópera, e a plenária acatou o parecer da relatora por unanimidade. E por mais nada constar, eu Afonso Braga de Abreu e Silva, Secretário Executivo da Lei Rubem Braga, em substituição a Presidente da Comissão Normativa, Silvia Selvaticci, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros [70] [...]. (Ata de reunião da Comissão Normativa da Lei Rubem Braga em 21/08/1996:70).

O mentor da lei o jornalista Rogério Medeiros, entende que a lei Rubem Braga perdeu sua finalidade democrática:

> Eu sempre pensei na Lei Rubem Braga com a natureza para desenvolver vários setores da intelectualidade. Que democratizasse, que oportunizasse,

[70] Na área de literatura Beatriz M. Dantas Rabello e Benilson Pereira, na área de teatro/circo/ópera, Natércia Lopes e Bete Caser, na área de cine/foto/vídeo, Clóvis Mendes e Marcelo Ferreira e na área de música/dança, Branca Santos Neves e na área de história, Hércules Dutra Campos Filho".

> que desse acesso a todos os capixabas talentosos de forma democrática. A essência da lei não é somente bancar projetos prontos. Por exemplo, você pode pleitear na lei o processo de pesquisa de um livro além dos custos de publicação e a Comissão Normativa tinha que apreciar se os custos estão dentro da realidade e se aquele projeto está dentro das normas da lei. Mas não, misturou-se tudo. Acabou-se com a Comissão Móvel que tanto democratizava o processo. Agora a Comissão Normativa é que aprecia a obra, determina o valor do projeto e aprova os projetos. Isso é complicado e pode excluir ao invés de incluir e vicia o processo. Além disso, a Comissão Normativa até decide quanto tempo de prazo que dá para o contemplado concluir o projeto. Isso colabora para a inadimplência e mau uso do dinheiro público. Cadê a fiscalização? (Entrevista cedida a autora por Rogério Medeiros, em Vitória, no dia 12/09/2007).

A Comissão Móvel desenvolvia uma função democrática, imparcial e que permitia a lei maior participação dos intelectuais de cada área na escolha de projetos de qualidade, pois os projetos eram apreciados separadamente por três membros que não estavam ligados diretamente ao processo de aprovação. A Comissão Móvel julgava o mérito, ou seja, a qualidade do que estava sendo pleiteado na Lei:

> A Comissão Móvel tinha uma função democrática muito importante. Porque, por exemplo, uma pessoa da literatura era convidada para ler a obra ou a proposta de criação da obra e apreciava o projeto e dava seu parecer. Este parecer era encaminhado para a Comissão Normativa que deveria tomar sua decisão baseada em finalidades técnicas das coisas. Entendimento em custo e tudo relacionado aquele setor. Acontece também que aquele membro da Comissão móvel não ia julgar pareceres ligados ao gostar ou não de modo pessoal, até porque ele não estaria dentro do processo da lei. O processo era muito mais imparcial. Eram pessoas convidadas. Havia uma lista de pessoas entendidas, especializadas de cada área para participar da comissão móvel e no parecer não precisavam nem ser revelados o nome de quem julgava. Além disso, essa pessoa que lesse tal obra ou proposta talvez ficasse anos para voltar a ser convidado novamente a participar da Comissão Móvel. Agora não, a Comissão Normativa passou a ter mais poderes do que a própria lei determinando que projeto vai ser aprovado. Se vai ser este ano, no outro e no outro. As comissões acabaram virando empresas quase que privadas de alguns grupos tornando-as coorporativas. Existem tantas pessoas nas classes, tantos representantes e observa se as comissões não são sempre formadas há anos pelas mesmas pessoas? Tinha que ser assim: continuar a comissão móvel conforme o texto original, as comissões normativas, e os membros destas deveriam assumir a comissão pelo prazo de dois anos e somente depois de muitos anos essas pessoas voltassem a ser membro novamente. Isso era o espírito da lei. É nesse sentido que eu digo que a lei mudou. Não era isso

> que eu pensei. Não era isso que eu acreditava. Não era essa a proposta. O texto pode não ter mudado, mas a conduta da lei verteu caminho completamente diverso da sua filosofia original (Entrevista cedida a autora por Rogério Medeiros, em Vitória, no dia 12/09/2007).

O questionamento do ex-vice-prefeito Rogério Medeiros é um questionamento talvez feito por muitas pessoas. No anexo D, tabela 4, observamos a constante reincidência de inúmeros membros nas comissões normativas nesses dezessete anos da LRB.

Não há critérios na LRB que proíbam a recondução. Os membros das comissões normativas das áreas são todos indicados pelas suas devidas classes. O assunto é polêmico, os agentes culturais comissionados ou funcionários da Secretaria de Cultura evitam tocar no assunto. A atuação dos inúmeros membros repetidamente por anos tem diversas possibilidades de explicação:

1) Como o cargo de membro das Comissões Normativas não é remunerado há desinteresse de muitos agentes culturais ou artistas;

2) A participação de muitos artistas em suas entidades representativas não é expressiva. A comunidade artística não é articulada e forte. Pode ser que as entidades tenham poucas pessoas disponíveis e com vontade para tal.

3) Participar de comissões normativas gera um desgaste pessoal grande à medida que a maioria dos participantes dos editais leva para o lado pessoal a não aprovação de seus projetos, o que gera inimizades. Assim como a liberação de recursos com maiores valores para artistas envolvidos no cenário político e cultual, pode dar a entender que a recondução constante pode beneficiar a determinados grupos. Uma análise rápida nos editais dos projetos aprovados pode observar as diferenças de valores e quem são os contemplados.

4) Enquanto membros das Comissões os artistas, produtores, agentes culturais não podem apresentar nenhum projeto. A rotatividade e a constância de representação pode se dar por este motivo. Como quem geralmente participa de suas classes ou se disponibiliza como

membro são artistas, estão envolvidos em produções culturais. Isso faz com que estes queiram sair das comissões antes do tempo previsto do término de seus mandatos, de dois anos.

Sabendo dessas ocorrências, poderia a Secretaria de Cultura intervir de alguma forma orientando ou estimulando a evitar esse vício nas comissões. É papel do órgão público intervir nessas discrepâncias, já que o presidente da lei é sempre um cargo assumido, obrigatoriamente, pelo secretário (a) de cultura do município. Afinal são dezessete anos com as mesmas ocorrências. Pela primeira vez na história da LRB, as comissões normativas do biênio de 2008/2009 vão ser representadas por pessoas que nunca participaram das comissões, o que gera ainda mais questionamentos sobre esses anos todos de repetidos membros.

2.3.1.2 Questões acerca do sentido original da lei

Esses comentários apontam para a questão do real cumprimento dos objetivos originais da lei e da qualidade dos produtos que ela financia. Sentindo uma necessidade de maior precisão, o entrevistado escreve um texto duro, mas como disse, a idoneidade dessa pesquisa requer ouvir a todos que participaram do processo:

> Falar da Lei Rubem Braga é falar de uma enorme frustração. Pois idealizada para servir à democratização do acesso à cultura, principalmente às camadas mais populares, não atingiu os seus objetivos. Nascida sob a imagem de que a sapatilha de balé também cabia no pé do pobre, vi que infelizmente não coube, apesar de ter girado e continuar girando imensos recursos públicos em favor da cultura.

> Ela, infelizmente, ou desgraçadamente (talvez esse adjetivo seja mais apropriado) tirou da porta do poder público pedintes culturais (há exceções, claro) e os alçou à condição de gestores do maior orçamento cultural do Estado do Espírito Santo, que, sem dúvida alguma, foi e continua sendo a Lei Rubem Braga. Como esse país é um país de golpes, deram um belo golpe na cultura capixaba quando substituíram a Comissão Móvel pelas

setoriais[71]. Pegaram o controle total dos projetos. As patotas tomaram conta da Lei Rubem Braga. Passaram a distribuir o seu imenso orçamento. Para não faltar com exemplos, na área de cinema e vídeo houve integrante da comissão que fez uma produtora e com ela produziu a maior parte dos projetos nela aprovados.

Citei o exemplo somente para segurar a crítica, mas o grande desastre ocorreu mesmo na qualidade dos projetos. Documentários sem qualidade para serem exibidos, CDs sem o mínimo de circulação, peças de teatros sem público, livros sem leitores. Evidente que há exceções de boa qualidade, mas que não apagam a má qualidade da maioria.

Não que essa má qualidade refletisse a condição cultural de Vitória. Ela é conseqüência, como já foi dito a pouco, do acesso aos recursos da Lei Rubem Braga de patotas que gravitaram em torno do poder público com os seus projetos.

Um balanço, por menor que seja, na vida da Lei Rubem Braga, vai mostrar o desperdício de uma imensidão de recursos, muito dinheiro mesmo, por conta do controle dos projetos pelas antigas patotas e as que nasceram em decorrência do fim da Comissão Móvel.

O recurso foi muito – estou falando de passado e não do presente, embora sem muita esperança no presente - e fez com que as patotas se legitimassem na lei também através de alianças com as elites capixabas, ao ponto de uma herdeira da principal rede de Comunicação, *A Gazeta*, Beatriz Lindenberg, passar a contar com recursos anuais da Lei Rubem Braga para o seu Vitória Cine Vídeo, embora esse tipo de atividade não esteja previsto na lei [72].

Acho que estou muito azedo para continuar a apreciação da Lei Rubem Braga. Para quem idealizou a lei, convenceu o prefeito Vitor Buaiz a deixar desenvolvê-la, buscou discussão fora do Estado, levou-a a apreciação das entidades culturais, escolheu os parceiros ideais para formulá-la (professor Renato Pacheco e Miguel Depes) e depois se fez presente junto aos vereadores para aprová-la como originalmente concebida, não gostaria que me perguntassem se jamais estivesse arrependido de sua participação na sua criação. (Texto escrito por Rogério Medeiros, enviado por e-mail em 26/09/2007).

---

[71] O questionamento do Rogério Medeiros faz sentido na medida em que as Comissões Móveis foram extintas por uma decisão, em assembléia, dos presidentes das áreas das comissões normativas. Não compete a estes tal poder. Para que as comissões móveis fossem extintas, seria necessária uma revisão e alteração no texto da lei e isso só pode ser feito, por decreto encaminhado a Câmara pelo prefeito ou por emenda proposta pela casa. A devida decisão de extinção das CM foi um ato ilegítimo.

[72] Segundo entendimento da gestão atual da LRB na pessoa do seu secretário Leonardo Haddad a lei prevê a aprovação de qualquer projeto ligado a cultura. Desde que o contemplado preste devidamente suas contas e dê uma contrapartida social relevante, este pode apresentar o projeto anualmente e pode também ser aprovado. Vai depender do entendimento das Comissões Normativas, principalmente a representativa de sua devida área, se este ou aquele projeto que mérito julgar. Como as devidas Comissões Normativas são sempre representadas pelos mesmos grupos por recondução, e as pessoas participantes do Vitória Cine Vídeo são também membros das Comissões Normativas é entendível a aprovação de recursos, anualmente, para O Vitória Cine Vídeo. Mas que isso possa ser considerado "panelas" , há possibilidades.

Outra visão crítica sobre os critérios de seleção e a adequação entre os objetivos da lei e seu real funcionamento é apresentada por José Luiz Gobbi. Gobbi fez parte da história inicial da Lei Rubem Braga. Seu projeto foi o primeiro espetáculo a ser montado com recursos advindos da lei:

> A peça *Hello Creuzodete* foi o primeiro projeto de artes cênicas, aprovado e montado com recursos da Lei Rubem Braga em seu primeiro de efetivação. Mas não foi somente isso. Foi também um sucesso de tudo! O Espetáculo foi tão bem sucedido que recebeu da comissão de análise da prestação de contas da Lei um elogio de como um dinheiro, fruto de impostos, foi tão bem empregado na cultura como este. "Hello" ficou um ano em cartaz direto no teatro galpão, um fato incomum em apresentações de teatro capixaba em nosso Estado. O sucesso foi tão grande que a peça mereceu destaque na imprensa como "recorde" (*A GAZETA*) no teatro capixaba. Lembro que, para comemorar o feito, doamos a bilheteria da 100ª e 101ª apresentação para a ACACCI e para o Sindicato dos Jornalistas (Entrevista cedida a autora por José Luiz Gobbi, em Vitória, no dia 15/05/2008).

Gobbi fala da importância da LRB para a fomentação de viabilização de recursos para a cultura, mas também reflete sobre o uso inadequado de recursos públicos:

> Hoje em dia faz-se necessária uma discussão sobre a forma como é aplicado, pelos projetos aprovados, o dinheiro da Lei Rubem Braga. Em alguns casos, trata-se de dinheiro público jogado fora. No caso das artes cênicas, por exemplo, existem projetos que sequer cumprem uma temporada mínima e, em alguns casos, duas apresentações são suficientes para efetivar a prestação de contas e tornar o beneficiado apto a novas postulações perante a Lei. Uma vergonha, um desperdício de dinheiro público! Tudo que é público tem que ter por si retorno social. A arte já é um retorno social. A arte pela arte se representa e se fundamenta em si mesma. A arte pela criação, pela vanguarda. Isso não é um discurso socialista meu e, sim, capitalista! A arte tem que ser feita por ela e não para atingir um objetivo social. Não é essa a função da arte. Então, investir dinheiro público em projetos (cinema, dança, música, não importa a área) que sequer chega ao conhecimento da população, na forma como a Lei é conduzida hoje, precisa ser revista. Na avaliação dos projetos, todos os postulantes são nivelados. Não importa o histórico do interessado, o currículo, a capacidade empreendedora, a história (de sucessos ou não), curiosamente, critério adotado pela Lei Rouanet (Federal) e também pelas empresas que vão "comprar" os bônus emitidos. Eles têm preocupação em associar (mesmo que seja dinheiro de imposto obrigatório) o nome, a marca de sua empresa a algum projeto ou alguém de sucesso comprovado É comum empresas me procurarem e dizerem que querem investir em meus projetos. Pena, que por conta da mediocridade da análise, os valores

> aprovados sejam praticamente os mesmos para todos. Assim, um produtor, um diretor que tenha seus méritos já reconhecidos por competência histórica, fica, perante as normas da lei, igual a um iniciante, de quem se quer tem a certeza de que vai realizar o projeto beneficiado ou se vai fugir com o dinheiro (já aconteceu e ainda acontece!). Diante dessa mediocridade, às vezes dá "vergonha de ser capixaba". Não há reconhecimento à vida profissional das pessoas. As políticas culturais precisam ser revistas. Nossos gestores querem ditar o que o público quer ver. Eles auferem valores individuais, movidos por paixões particulares, aos produtos, sem respeitar a trajetória. Têm preferências, que não acompanham o reconhecimento público. Fazer sucesso de público no ES é o mesmo que cair em desgraça! Em nosso Estado, o nivelamento é por baixo. Existe a socialização da mediocridade. Os gestores culturais estão distantes das classes artísticas em todos seus segmentos assim como as necessidades do que a sociedade quer e atender essas demandas. Por isso que a FAFI sumiu do mapa cultural artístico da cidade e a Lei Rubem Braga não atinge mais seu objetivo de proporcionar a produção de projetos sérios, que respeitem o público e faça jus aos recursos recebidos (Entrevista cedida a autora por José Luiz Gobbi, em Vitória, no dia 15/05/2008).

As evidências de que a LRB siga, na prática, rumo distinto do seu corpo teórico existem, mas nem todos os agentes culturais compartilham da visão, se podemos assim dizer, de que a "adequação" da teoria a prática seja necessariamente uma fuga do sentido original da lei. Uma visão diferente dos resultados da LRB é apresentada pelo terceiro secretário-executivo da lei (2001-2005), Orlando Bomfim Netto:

> O que funciona na LRB e muito bem é a diversidade e quantidade de projetos aprovados desde o seu início e o seu espírito de transparência. Todos os atos são publicados. Não há discriminação no processo de avaliação dos projetos. A Comissão Normativa é majoritariamente formada pelas entidades representativas legalizadas e ligadas a cada Setor Artístico/Cultural que a Lei contempla e cada câmara possui cinco (5) representantes. Agora, cabe às entidades escolher pessoas competentes para representá-las. Outra coisa importante que funciona bem é a avaliação dos projetos que pleiteiam o benefício da Lei. Eles são analisados primeiro pela adequação à legalidade dos documentos exigidos, depois pelas Câmaras Setoriais pelo mérito e, para finalizar, pelo Plenário com a participação de todos os representantes da sociedade organizada (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007).

O atual secretário-executivo da Lei Leonardo Passos Monjardim também faz uma reflexão sobre a lei "ser para poucos":

> Outra vez olha-se a questão pelo lado individualista. Não se tem que pensar que fulano ou beltrano todo ano é contemplado com projetos. Tem que se procurar, e é o que estou fazendo, é aumentar o valor dos recursos destinados à lei e aumentar o número de projetos contemplados. Isso é dar mais acesso, democratizar mais. Além disso, criar uma política cultural de visibilidade para a lei. Como já disse é preciso criar ações junto às comunidades e até folders explicativos mostrando que a lei veio para atender a todos, claro, que estiverem de acordo com os procedimentos. Mas queria refletir sobre a questão do beneficiado. Temos que pensar que o a importa não é se fulano ou cicrano todo ano entra na lei e volta a ser aprovado. Ora se isso acontece é porque prestou contas devidamente. Cumprir prazos e o mais importante criou e produziu produtos para a comunidade. Deu seu retorno social do dinheiro recebido para a produção de seu produto cultural. Temos que pensar é qual o ganho que a comunidade tem com esses produtos. Porque a questão de sempre os mesmo nomes sempre contemplados não deveria ser critério de avaliação. Até porque o grupo de pessoas produzindo e fazendo cultura não é grande. Podemos pensar também que isso é um processo histórico de criação de público, estimulo aos novos artistas. Vitória não tem essa cultura de cultura. Graças à lei Rubem Braga e a Escola Fafi que isso vem mudando. Isso é fazer cultura (Entrevista cedida a autora por Leonardo Monjardim, em Vitória, no dia 29/08/2007).

2.3.1.3 Questões acerca de a lei servir somente ao município

Uma lei de incentivo à cultura tem por finalidade maior democratizar o fazer e o acesso a cultura. A controvérsia quanto a LRB ser destinada a beneficiar apenas moradores da Cidade de Vitória ao invés dos Capixabas como um todo, ou ao menos os moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória que contemplaria além de Vitória, os municípios da Serra, Viana, Vila Velha, Cariacica, Fundão e Guarapari também causa polêmica. O debate em questão trata do artigo 2º da lei, que restringe o pleito de projetos somente a pessoas residentes na capital. Para Orlando Bomfim isso deveria ser mudado:

> Uma questão importante é que é preciso acabar com um certo provincianismo que existe no texto original da LRB. Essa limitação de que somente quem reside no município é que pode participar do processo não cabe mais. Vitória deixou de ser apenas a capital desejada para se transformar de fato na Capital política e administrativa do Estado. Assim, suas funções se ampliaram muito e é no processo de recebimento e expansão das histórias de todos em movimentos de soar e ecoar em construção e consagração que ela tem de sinalizar os tempos, os signos e os símbolos dessa identidade em percepção.

> A restrição sempre foi um complicador por vários motivos. Primeiro porque as pessoas acabam descobrindo maneiras de "burlar". A Lei Chico Prego, da Serra[73] e a Lei de Vila Velha[74], que acabou de ser enviada para a Câmara, não tem esse elemento que restringe. A Lei Rubem Braga deveria incorporar todos os moradores do Espírito Santo. Foi o que fez as duas leis (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007**)**.

Pedi para que citasse exemplos ou explicasse melhor como seriam essas maneiras de burlar a lei:

> Por exemplo: artistas que já produzem, mas que não moram em Vitória e, portanto, não podem colocar projetos em seus nomes, buscam parceiros da mesma área, com pelo menos cinco anos de residência em Vitória, para entrar com o projeto em nome deles (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007).

A Lei Rubem Braga em seu texto original diz:

> Art. 2º - O Projeto Cultural "RUBEM BRAGA"[75] consiste na concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município [76] .

Se pensarmos que o objetivo da lei de incentivo na época era participar do processo de redemocratização que o país estava vivendo, é válido levar em consideração o entrevistado. Restringir o acesso não é nada democrático e gera também uma exclusão de acesso ao fazer cultural para uma classe já bastante desprotegida de meios de viabilização de seus trabalhos.

---

[73] Lei de Incentivo à Cultura do Município da Serra. Lei n° 2.204 de 13/08/1999 denominada Projeto Cultural Chico Prego. Disponível em: < http://www.serra.es.gov.br >. Acesso em 24/08/2007.

[74] O entrevistado se referencia a lei de incentivo à cultura do Município de Vila Velha, que no momento da entrevista (em 24/08/2007) ainda se encontra em fase de elaboração e não possuía um nome.
A lei já foi aprovada. Lei Vila Velha de Cultura e Arte nº 4.573 de 13/11/2007. Disponível em: < http://www.vilavelha.es.gov.br > . Acesso em 06/01/2009.

[75] Decreto Lei nº 3.730 de 05/06/1991.

[76] Grifo nosso.

Em 1994, a restrição aumentou, tornando o processo ainda menos democrático. Através de um decreto[77], o artigo segundo passou a ter a seguinte redação:

> Art. 2º - O Projeto Cultural Rubem Braga consiste na concessão de incentivo fiscal para a realização de Projetos Culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município no mínimo há cinco anos.

Perguntamos sobre a questão das prioridades que um projeto poderia ter sobre outro, sobre como seria esse processo de julgamento e escolha:

> [...] se tiver dois projetos e digamos que eles estão em concordância com as exigências. Que eles estejam, por exemplo, empatados nesses critérios, uma forma que teria de desempate seria escolher o que contemplasse aspectos mais amplos da cultura capixaba e suas conseqüências mais profundas e positivas. Mas, o fato de um projeto não priorizar temas referentes ao estado não é uma impeditiva (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007).

Você teria algum exemplo de algum projeto aprovado nessas circunstâncias? Nada respondeu. Não respondeu na entrevista oral e nem posteriormente via e-mail. Quem não compartilha desse pensamento que a Lei Rubem Braga tem quer servir aos moradores de outros municípios é o secretário-executivo atual, Leonardo Passos Monjardim (2005 - 2007):

> Não entendo isso como exclusão ou provincianismo. Acontece que os próprios profissionais da arte não pensam a cultura como um setor público como outro. Ora as leis municipais têm que atender a seu município de origem. Se você procura um posto médico logo te perguntam onde você mora. Caso você não seja do município o posto de encaminhar para que você seja atendido no município onde você reside. Se você vai colocar um filho na escola a preferência é para quem mora até perto da escola, isto para dentro do mesmo município. São regras, deliberações que são acatadas pela sociedade e quando chega na cultura tem que ser diferente? Porque? Por acaso o artista quando é contemplado pela lei pode captar os bônus em outro município. Usar o ISSQN de outro município? Eu acho que está faltando é se pensar a cultura como um todo como um serviço público do município. Não se enxerga a cultura como um serviço prestado à comunidade a que ela se destina. Se tem alguém que está se eximindo de alguma coisa ai é o Executivo Estadual. Porque não existe uma lei de incentivo estadual? Isso é que a

[77] Decreto Lei nº 4.340 de 06/06/1994.

> classe deveria batalhar. Pelo estado como um todo? (Entrevista cedida a autora por Leonardo Monjardim, em Vitória, no dia 29/08/2007).

Cada lei tem sua instância de competência servindo a um país, estado ou município. Não seria diferente com uma lei cultural criada para um município servir especificamente a este município. O que o Espírito Santo precise talvez, seria uma lei estadual de incentivo a cultura, já que alguns municípios não possuem empresas de porte suficiente, para que uma dedução de incentivos seja capaz de recolher recursos necessários, para produção de um determinado bem cultural.

2.3.1.4 Questões acerca do acesso a lei pelo empresariado

A LRB necessita passar por algumas modificações que melhorem seu desempenho prático, como exemplo a porcentagem de captação dos bônus ser proporcional à dedução do imposto pelas empresas. Orlando Bomfim exemplifica uma aparente solução para essa melhora:

> Outra questão que já não funciona bem atualmente e que precisa ser revista com urgência é que a lei define em até 20% a porcentagem que uma empresa tem para descontar do seu ISSQN ou do IPTU para contribuir com a Lei [78]. O que acontece é que são poucas empresas pagam valores altos e com isso demora-se a achar uma empresa para descontar os bônus, principalmente projetos com valores acima de 30 (trinta) mil reais. Isso retira de várias empresas a possibilidade de serem procuradas e terem acesso a investir seu ISS oi IPTU apoiando a arte. Por exemplo, se uma empresa paga mil reais de ISS por mês e ele só pode contribuir com no máximo 20% deste imposto, só pode repassar para o proponente ou produtor do projeto R$ 200,00 (duzentos reais) por mês. Então um projeto para captar 30 (trinta) mil reais levaria 150 (cento e cinqüenta) meses para conseguir captar os bônus. Levaria mais de doze anos. E ainda tem a questão que se tem um prazo de 6 (seis) meses para a captação dos bônus a partir do momento em que o projeto é aprovado.
>
> Penso que a lei pode ser mais democrática e possibilitar mais acesso a ela tanto para os produtores quanto para as empresas. Podemos estabelecer um mecanismo de proporção, como por exemplo: empresas pequenas que pagam até R$ 15.000,00 poderiam deduzir até 100% do ISS e/ou do IPTU.

[78] O entrevistado quis dizer que uma empresa só pode trocar os bônus, contribuindo com no máximo 20% do valor do ISS que ele deduz de imposto.

> Empresas que pagam até R$ 30.000,00 por mês poderiam deduzir 70%, empresas que pagam até R$ 50.000,00 poderiam deduzir 50%. Nessa ordem, até chegar aos 20% atuais.
>
> Dessa forma, os realizadores poderiam fazer a captação em curto prazo e um número sem precedentes de novas empresas de todos os segmentos teria acesso ao apoio aos projetos aprovados pela LRB. O acesso das pequenas empresas é fundamental para a democratização, pois nesses casos os produtores conseguiriam chegar e propor seus projetos diretamente aos donos e diretores, o que no caso das grandes é quase impossível. Nesse processo de proporcionalidade até firmas como padarias, restaurantes, clinicas, etc. estariam aptas a apoiar a cultura" (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007).

Ver a cultura como um setor público, com capacidade de gerar melhoria na qualidade de vida para todos, é uma questão de enquadrá-la nas políticas públicas como prioritária ou de igual valor como a saúde, educação, saneamento e outras. Mostrar sua importância e seus benefícios a seus moradores é serviço de seus agentes, principalmente os públicos. Despertar um interesse pela área e como a sociedade pode participar para o aumento da produção de bens culturais, conscientizando dessa importância faz parte de pensar políticas culturais, suas ações, seus mecanismos, suas formas de atuações. É encarar a cultura como um espaço democrático e igualitário.

2.3.1.5 Vantagens para os empresários e produtores

Viabilizar para as empresas de pequeno porte a possibilidade de investir seus impostos em cultura é democratizar o acesso aos seus direitos. A grande maioria da empresas nem sabem que podem fazer isso. Não se interessam muitas vezes porque desconhecem. Em função disto e outras falhas na execução da LRB é que mostrar-se cada vez mais importante a criação de mecanismo da lei, quem são os beneficiados aos seus acessos (sociedade, empresas, agentes culturais etc.), como participar. Publicar as vantagens e benefícios estimula o investimento na área. Orlando Bomfim opina sobre essa questão:

> Os produtores/captadores de bônus teriam mais acesso às empresas pequenas. Essas empresas pequenas teriam mais acesso à lei;

> Não só facilitaria a troca, mas também estabeleceria um contato entre o produtor ou o artista e o empresário. Esse processo é mais democrático porque possibilita colocar todas as empresas em contato com os benefícios da lei.
>
> Outra coisa que pode ser modificada na Lei Rubem Braga é a proibição das empresas com pendências ou inadimplências não poderem trocar os bônus. Acredito que deveria mudar neste ponto também. Seria mais apropriado que apenas as empresas cujas pendências já foram processadas judicialmente fiquem fora da dedução dos incentivos. A meu ver agindo assim as prefeituras incentivam as empresas a acertarem seus débitos e pendências (Entrevista cedida a autora por Orlando Bomfim, em Vitória, no dia 24/08/2007).

2.3.1.6 Questões acerca da inadimplência, fiscalização e acessibilidade a Lei Rubem Braga

Há penalização para contemplados pela LRB que não produziram as obras culturais? Até o momento nenhum contemplado foi punido. Não há documentação na secretaria da lei nem acesso a essas informações, não sendo nada transparente como deveria, sendo isto uma obrigação do poder público e um direito de qualquer cidadão conhecer o que se passa com os gastos públicos.

Quanto à fiscalização é basicamente inexistente. Não por falta de cobrança social ou questionamentos, mas por uma falta de vontade administrativa de citar nomes ou contemplados. Isto envolveria uma série de implicações políticas. As práticas administrativas na secretaria da lei é que precisam ser revista. Uma gestão transparente, democrática, independente e com propostas consistentes de acessibilidade seria a saída. Mas ao invés disso a LRB tanto no seu escopo teórico, via Decreto nº. 10.789 de 09/01/2001, quanto na prática se torna ser excludente e favorece a inadimplência. Segundo o secretário-executivo, Leonardo Monjardim, quando perguntei sobre a acessibilidade a lei, se ela era democrática ele respondeu:

> Fiz um levantamento e descobri que quem usa a lei, o proponente, cerca de 75% deles são pessoas de classe média a alta. Acho que falta ai uma ação da secretaria em democratizar mais o acesso a lei" – Perguntei como: "Divulgando para as pessoas, nos bairros, interagir com as comunidades, criando mecanismos de divulgação, instruir o uso da lei. A lei parece um mito. Acredita que tem pessoas que chegam a mim e falam que acham

> impossível entrar na lei com um projeto. Tem-se a idéia de que a lei é um sonho distante. O pior é que não é. Adequando-se as exigências, qualquer pessoa pode pleitear um projeto ". - Perguntei como ele chegou a esse percentual: "Olhando e analisando através dos endereços dos proponentes percebi os bairros onde moram (Entrevista cedida a autora por Leonardo Monjardim, em Vitória, no dia 29/08/2007).

Sobre a inadimplência, as questões se complicam mais ainda. Têm proponentes que captaram os bônus e nunca montaram nada, não apresentaram relatório e prestação de contas e não sofreram qualquer tipo de punição, algo que é comentado, mas sem a citação de nomes em público.

Em matéria no jornal *A Gazeta*, a jornalista Taty Wuo escreveu uma matéria relatando que 135 dos projetos aprovados entre 2002 e 2003 não prestaram qualquer tipo de conta:

> [...] Isso quer dizer que ninguém sabe se eles saíram do papel ou, caso contrário, para onde foi o dinheiro – público – que arrecadaram. Para se ter uma idéia, o projeto de um curta-metragem, aprovado em janeiro de 2003 e beneficiado com mais de R$ 70 mil até hoje não foi finalizado. Outro do ano seguinte e no valor de R$ 92 mil esta na mesma situação. ' a gente tem mesmo que ser rigoroso mesmo. Afinal o dinheiro é público, um dinheiro que poderia estar comprando remédios, investindo em segurança, comprando livros´, admite o secretário-executivo da lei Rubem Braga Leonardo Monjardim, que está a frente da lei a cerca de dois anos", Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS 26/09/2006, capa).

A inadimplência começou a ser estimulada através do decreto número 10.789[79] que deu nova redação ao artigo 6º de Decreto, nº 10.328, que dá nova regulamentação a LRB:

> A lei previa um prazo de um ano para a prestação de contas dos projetos aprovados. Em janeiro de 2001, durante a gestão do prefeito Luiz Paulo Veloso Lucas (PSDB)[80] o decreto nº 10.789 alterou as normas e deu a Comissão Normativa – responsável pela seleção e aprovação dos projetos – o poder de definir o prazo para a finalização dos trabalhos beneficiados pela prefeitura. O próprio Monjardim diz que as novas regras favorecem a não conclusão de projetos. ' As pessoas não estão respeitando o prazo de 12 meses. Esse decreto facilitou a inadimplência´ [...] o secretário-executivo relembra que, desde que assumiu a Lei, muita coisa mudou. ' diminuímos a burocratização das coisas, hoje poucos trabalhos são indeferidos por falta de documentação. Além disso aumentamos o contato

[79] Decreto nº 10.789 de 09/01/2001. Decreto 10.328 de 11/03/1999.
[80] Assina junto o decreto a então secretária de cultura Cláudia Cabral.

> com as empresas, facilitando a troca de bônus´, justifica. (Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS 26/09/2006, capa).

Para alguns, a falta de punição estimula a inadimplência que perdura à anos. Na mesma matéria, Leonardo Monjardim continua: "Tinha projeto de 1995 que ainda não estava pronto. Alguns de 1998 também. Um livro de 1996 não está pronto até hoje. Como pode uma pessoa ficar 10 anos para fazer um livro, sendo que é preciso apresentar a obra pronta para entrar com o projeto na Lei Rubem Braga?", questiona. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 26/09/2006).

A colocação do secretário executivo da LRB não procede totalmente, já que a lei permite a entrada de um projeto de pesquisa inicial para a realização da obra, no caso de impresso. Os editais da LRB contemplam o projeto de pesquisa desde que estes atendam a critérios como apresentação de objetivos, justificativa, tempo de pesquisa, bibliografia usada. Neste caso não há obrigatoriedade de estar com a obra concluída ou sequer iniciada. O que também não justifica uma pessoa levar o prazo de dez anos para conceber um livro. Mas sem dúvida a não apresentação posterior do projeto em forma de livro é inadimplência. Uso indevido de dinheiro público.

Mas a matéria continua informando sobre a questão da falta de controle. Uma resposta provável da falta de fiscalização seria que nenhum setor da Secretaria de Cultura ou da prefeitura acompanha a execução dos projetos aprovados. O procedimento é inexpressivo no que compete na fiscalização dos recursos públicos. A Comissão Normativa da Lei Rubem Braga, subordinada à Secretaria de Cultura, tem a responsabilidade de controlar os prazos dos projetos que a lei financia. Mas a comissão normativa que freqüentemente se vê envolvida em polêmicas quanto à falta de critérios para a aprovação dos projetos, também se defende. 'Quem faz a cobrança é o pessoal da Comissão de Gerenciamento ligada à secretaria-executiva. A gente só aprova', afirma Hélio Oliveira, coordenador da área de Música da Comissão Normativa. Com relação ao prazo para prestação de contas, ele diz que, se o projeto estiver em andamento e houver um imprevisto na hora de mostrar os gastos, pode haver uma extensão no prazo: "Quando o artista não está fazendo nada, é a

Comissão de Gerenciamento que deve cobrar e a pessoa vai ter que dizer, em juízo, o que está fazendo com o dinheiro", garante[81] (CADERNO DOIS, 26/09/2006, capa).

Em entrevista o Secretário Leonardo Monjardim explica a dificuldade de fiscalização e de atuação para exercer a punição junto aos inadimplentes:

> Isso mudou muito depois que eu entrei [82]. O índice caiu muito. (ainda não me passou quantos os dados). Quanto a índice é muito complicado estabelecer quem deve. Acontece que a fiscalização não se dá no mesmo exercício em que o projeto é aprovado. Os projetos são aprovados no final do ano. Vejamos. Um projeto aprovado no final do ano de 2004 tem 180 dias ou seis meses para começar a trocar os bônus. Digamos que ele troque o primeiro bônus no último dia do prazo. Se o projeto for aprovado em dezembro de 2004 ele capta o primeiro bônus em julho de 2005. Digamos que seu projeto terá que captar 12 bônus e se ele capta um bônus no período de doze meses, isso vai acontecer em julho de 2006. E ai ele tem um prazo de 12 meses para executar o projeto depois do último bônus captado. Portanto ele tem até julho de 2007 para executar o projeto. Digamos que ele executou exatamente no último mês em julho de 2007. Ele tem ainda mais 60 dias para apresentar o relatório final (setembro de 2007). Resumo: dependendo do projeto e da captação e quantidades de bônus um projeto pode demorar quase 3 (três) anos para prestar contas. Isso dificulta levantar percentuais, dados para descobrir projetos inadimplentes. E nós começamos essa tipo de fiscalização que não havia. Além do mais desde 2001 o decreto 10.789 extinguiu o prazo de 12 meses para execução e dando poder a comissão normativa de avaliar caso a caso e restabelecer novos prazos. Enfim: enquanto a comissão normativa não der o parecer solicitando a comissão de gerenciamento e fiscalização para encaminhar à procuradoria a solicitação de prestação de contas a Lei nada pode fazer. O proponente pode entrar com um recurso pedindo o prazo e a comissão geralmente acata (Entrevista cedida a autora por Leonardo Monjardim, em Vitória, no dia 29/08/2007).

Mas isso não pode gerar algum tipo de corrupção e desvio de dinheiro público sem punição?:

> Até o ano de 2005 não haviam sido nenhum processo executado. Hoje são mais de 10 processos sendo executados pela procuradoria para que os proponentes devedores acertarem as contas com o poder público (Entrevista cedida a autora por Leonardo Monjardim, em Vitória, no dia 29/08/2007).

[81] Informações baseada na matéria produzida no Jornal *A Gazeta* pela jornalista Taty Who em 26/09/2006.
[82] No cargo desde 22/02/2005.

Para que o proponente da lei seja penalizado por não cumprimento do projeto, prestação de contas e uso indevido dos recursos o secretário da lei tem que enviar, com autorização da Secretaria de Cultura, o projeto que esteja em situação de inadimplência para o Departamento Jurídico. As medidas cabíveis de penalização competem a Procuradoria da Prefeitura.

2.3.1.7 Questões acerca da apresentação de documentação e prazos para participar da lei

Um procedimento comum na LRB, que continua a acontecer, sendo que gera grande questionamento é o mecanismo de indeferimento dos processos, em primeira instância, na análise dos projetos, sem que o proponente venha a ser avisado quanto a falta de alguma documentação. Não há um aviso de prazo para o encaminhamento de documentos anexos, assinaturas e outras ocorrências. Levando em conta que os editais não são amplamente divulgados como deveriam e o número de pessoas na secretaria da lei ficam sobrecarregados no auxílio da montagem dos projetos. A secretaria da LRB contou no máximo com três pessoas atuando com essas competências. Em 2008 a secretaria da lei só contava com duas pessoas, o secretário e um funcionário. Na época do secretário Afonso Abreu (1993-2001), o secretário, por iniciativa pessoal tentava amenizar essa situação:

> Esse é um erro a meu ver. Enquanto presidente, tentei remediar isso ao máximo. Principalmente no começo da lei muitos projetos eram indeferidos sem ao menos entrar na fase de julgamento porque faltava uma assinatura, um comprovante. Coisas simples. E eu sempre entrava em contato com a pessoa e falava sobre a pendência e solicitava dando um prazo para a pessoa levasse a documentação. A lei tinha que por direito ter esse mecanismo de retorno e prazo e se aí a pessoa não cumprisse tudo bem. Mas acontece que muita gente já recebia um comunicado do protocolo da prefeitura que o projeto foi indeferido e ninguém entrava em contato com os proponentes (Entrevista cedida a autora por Afonso Abreu, em Vitória, no dia 28/08/2007).

No judiciário, todo processo entra em uma fase de saneamento, onde o juiz emite um despacho chamado de saneador. Na LRB, não há nenhum artigo sobre essa questão de prazo, sobre pendência da fase inicial no protocolar o processo que pode vir a contemplar a

pessoa requisitante. Deveria de ser uma iniciativa da administração e dos agentes públicos, sejam eles, servidores de carreira ou ocupante de cargos comissionados enquanto gestores, de aplicar o que é feito no judiciário. Ou seja, a pessoa que examina o processo deveria verificar as falhas formais existentes, convocando seus respectivos proponentes, dando-lhes o devido prazo para sanear. Outro secretário que tentou resolver a questão de saneamento foi Leonardo Monjardim. O secretário-executivo relembra que, desde que assumiu a Lei, muita coisa mudou: "Diminuímos a burocratização das coisas. Hoje poucos trabalhos são indeferidos por falta de documentação. Além disso, aumentamos o contato com as empresas, facilitando a troca de bônus" (JORNAL *A GAZETA*, CAPA DE CADERNO DOIS, 26/09/2006).

Desde a sua criação, em 1991, a Lei Rubem Braga tem alcançado alguns avanços. Do que se sabe, esta é a única lei municipal de incentivo do país que não teve suas atividades paralisadas em algum momento: "Apesar de todas as dificuldades formais na execução da Rubem Braga, ela foi a única que nunca parou de funcionar"[83]. Alguns avanços foram alcançados, como os já citados: aumento dos números de proponentes contemplados; aumento dos valores repassados, a lei chegando ao que a lei determina com o repasse de 2% do orçamento municipal; aumento dos valores do repasse por projeto. Isto demonstra uma vontade de descentralizar os recursos e ampliar o acesso, mas muito ainda precisa ser feito para que a Lei Rubem Braga venha a ser considerada uma lei cultural democrática e inclusiva.

[83] Entrevista cedida a autora por Afonso Abreu, em Vitória, no dia 28/08/2007.

CAPÍTULO 3
PERCALÇOS DA POLÍTICA CULTURAL EM VITÓRIA: A TRAJETÓRIA DA FAFI

Um problema que marca a política cultural do período estudado foi a falta de esforços para a criação de centros culturais permanentes. Esses centros possibilitariam a utilização mais otimizada de um equipamento cultural, pela multiplicidade de ações que podem ser desenvolvidas ao mesmo tempo nesses espaços. Também poderiam atender às necessidades de cada comunidade. O Ministério da Cultura no ano de 2004 investiu em centros culturais, os quais denominou como "ponto de cultura"[84]. Esses espaços são equipados com estúdios de áudio, imagem, vídeo, Internet. Na época, o então ministro Gilberto Gil afirmou que os pontos de cultura "seriam uma ferramenta extraordinária para o mapeamento, para a cartografia não só cultural, mas socioeconômica, política e de cidadania no Brasil. Segundo ele, essa rede cultural espalhada pelo país cria uma base mais democrática de produção artística, sustentando um novo modelo cultural"[85]. Entenderíamos aqui esse novo modelo cultural como algo semelhante ao modelo de cultura cidadã, proposto na década de 90 por Marilena Chauí.

Outro pondo que também não recebeu a atenção devida foi a fomentação e criação de outros equipamentos culturais, como uma biblioteca municipal. Esta ainda continua a ocupar um insignificante espaço dentro da Fafi.

A falta dessas ações foi resultado da utilização dos recursos advindos das leis de incentivo, ou outros recursos da própria Secretaria de Cultura Municipal, em produtos culturais ou eventos que pudessem repercutir em apelo meramente promocional, de marketing cultural.

[84] "Ponto da Cultura": nome que alude à massagem "do-in", na qual se pressiona pontos estratégicos do corpo, e a promessa feita pelo ministro da realização de um "do-in" antropológico" no país. Os pontos escolhidos foram as iniciativas culturais já existentes em comunidades rurais, carentes, indígenas, de periferia e de portadores de deficiência. Disponível em:
< http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/noticias/na_midia/index.php?p=10392&more=1&c=1&pb=1 >. Acesso em 02/01/2009.

[85]

Outra possibilidade dessa falta de investimentos por esse ângulo foi a ausência de políticas de acesso e divulgação entre as camadas menos instruídas, para abrir o leque de acesso à cultura aos ditos “marginalizados”.

A Fafi na década de 80 chegou a ser pensada e planejada para esses fins, com a proposta de revitalização criada pela COOJES, mas acabou tendo seus potenciais limitados pela forma com que a política cultural foi conduzida na cidade de Vitória. Essa é a importância de se estudar sua história, que foi dividida nos capítulos terceiro e quarto. Neste capítulo, saberemos como esse espaço possui uma grande importância histórica, política, social e cultural para a cidade. No capítulo seguinte, entenderemos a Fafi dos anos 90, sua abertura, utilização, de sua transformação em escola de teatro e dança até a atualidade.

3.1 As origens da FAFI: da arquitetura a Escola de Teatro e Dança

3.1.1 Introdução

A Fafi do tempo presente, a Escola de Teatro e Dança Fafi tem muita história para contar e ser contada. Muitos que hoje a freqüentam conhecem somente a Fafi dos anos 1990. Uma Fafi teatral que serve de palco para dançar e contar histórias. Conhecem somente a Fafi que ressurge da poeira como Escola de Artes. Quase um ano antes da data oficial de inauguração da reforma e restauração do prédio, como Escola de Artes, em 25 de janeiro de 1992, a Fafi foi reaberta. Mesmo em escombros, iniciou suas atividades culturais de onde até o momento, suas portas nunca mais se lacraram na inatividade[86]. Antes disso, o prédio da Fafi ficou fechado por 15 anos, desde 1976 virando ruínas até 1991.

Sendo um patrimônio cultural arquitetônico tombado[87], o prédio da Fafi passou também a ser identificado como de interesse de preservação pelo município de Vitória pela lei

[86] Em março de 1991 a Secretária de Cultura e Esportes Vera Viana, com apoio de vários artistas, numa luta pela cultura, abrem o 1º Curso Livre de Teatro da FAFI na tentativa de criar forças políticas para reabrir de vez o prédio como espaço cultural no município de Vitória.

[87]Tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 12/03/1983, através da resolução nº 02/83 e processo 08/82. Inscrição no livro Histórico nº 31, Folha 04. (ACHIAME, Fernando A. M – Conselho Estadual de Cultura. *Catálogo dos bens culturais tombados no espirito santo***.** 190 p. - Vitória, 1991:125). Ver anexo.

3.158/84 que trata do 1º PDU (Plano Diretor Urbano) da Cidade de Vitória. Mas mesmo depois de tombado continuou abandonado e fechado sob posse da Ufes, até que em 1987 o destino do prédio passa para as mãos da Prefeitura de Vitória, comprado pelo prefeito Hermes Laranja depois de uma intensa briga por sua posse entre Prefeitura e Estado.

O prédio da Fafi tem importância ímpar para a Cidade. Desde sua construção a Fafi já abrigou a primeira escola de primeiro grau do município, a escola normal, o colégio estadual, o primeiro curso superior (de Cultura Pedagógica), a faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, atividades da Ufes como o projeto Rondon, o programa CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária)[88], Assessoria de Segurança e Informação da Ufes e, até fecharem suas portas em 1976, o Serviço de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo. Foram muitas funções, muitas histórias, palcos de muitos protestos e finalmente palco das Artes.

3.1.2 O início

A história da Fafi está diretamente ligada à história do próprio desenvolvimento sócio-econômico e arquitetônico-urbanistíco da capital do Espírito Santo. No século XIX a economia capixaba era basicamente agrícola. A partir de meados daquele século, a produção cafeeira no Estado se consolida. No início do século XX o café torna-se o principal produto produzido em todo o Espírito Santo e a principal fonte de economia. As altas nos preços do produto no mercado internacional, se desenvolvendo cada vez mais desde as primeiras décadas do século XX fizeram com que a economia do estado encontrasse um período de estabilidade e segurança. É nesse período que várias mudanças ocorrem em muitas cidades do estado e principalmente na cidade de Vitória. Foi na administração de Jerônimo Monteiro, principalmente, que a cidade de Vitória ganhou obras que demonstram seu crescimento urbanístico[89].

---

88 Disponível em: < http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37416207.pdf >. Acesso em 27/02/2008.

89 A partir de 1908, com o programa de urbanização implementado pelo presidente do Estado* Jerônimo Monteiro** , os habitantes de Vitória passaram a receber uma série de serviços de infra-estrutura, tais como rede esgoto, água encanada, pavimentação de ruas, luz elétrica, bondes elétricos. Vitória transita de Vila para Cidade ainda neste ano. Jerônimo Monteiro oficializa Vitória como Cidade com a decretação da lei 582*** , instituindo a Prefeitura de Vitória ****.

Na década de 1920, a cidade se urbaniza mais e muitas obras são inauguradas. Florentino Ávidos (1924-1928) continuou a urbanização da cidade, porém com mais ousadia. Vitória saiu de um contexto visual rural e se apresentada mais urbanizada. No primeiro ano de seu mandato (1924) a cidade recebe melhorias estruturais em logradouros conhecidos como Rua Sete de Setembro, Avenida Capichaba[90] e a Praça Costa Pereira. A inauguração do prédio da Fafi faz parte desta década[91].

A construção do então prédio da Fafi foi pensado inicialmente 10 anos antes do início efetivo de sua construção pelo governo de Bernardino de Souza Monteiro. A Fafi foi pensada e projetada para abrigar o Grupo Escolar da Capital Gomes Cardim (o mais antigo da Cidade, onde o nome é uma homenagem ao inspetor geral de Ensino Carlos Alberto Gomes Cardim). A vinda de Cardim ao Estado foi um convite feito por Jerônimo Monteiro. O Governador solicitou ao inspetor uma mudança nos métodos educacionais usados até então. Tal mudança fez do Estado uma referência como um padrão de ensino que ainda se encontrava nos moldes coloniais [92].

Em análise a documentos oficiais do Governo do Estado do Espírito Santo, datado de 1916, Vilaça destaca um texto que mostra a proposta do prédio da Fafi. "O Grupo Escolar desta Capital está mal situado. Será conveniente removê-lo para local mais apropriado, [...] construir um novo edifício, que obedeça às disposições técnicas exigidas pelo fim a que se destina [...]"[93]. A obra arquitetônica pertence ao tcheco-eslovaco Josef Pitlik[94] que, segundo

---

* Denominação do atual cargo de Governador, até 1930.
** 1908-1912.
*** Lei 582 de 14/12/1908. Pesquisa APEES, em relatórios oficiais do Governo Jerônimo Monteiro, em 17/02/2007.
**** Disponível em: < http://www.ceturb.gov.br/site/menu_uma_viagem_no_tempo.asp>. Acesso em 17/02/ 2008.

[90] Escrita original da época. Atual Avenida Jerônimo Monteiro.

[91] Junto com ele, em 1926, mais monumentos arquitetônicos, representativos historicamente, se compõem de pé, como o Mercado da Capichaba [91], hoje Capixaba, porque situava-se na Avenida Capixaba. Essa arquitetura também foi obra do projetista da FAFI e a Maes. No mesmo período foram inaugurado também a Ponte Florentino Ávidos *, o prédio do Arquivo Público Estadual (1926), a Escadaria Maria Ortiz (ex-ladeira do pelourinho, teve sua obra inaugurada em 15/11/1924).
* Inaugurada em 27 de junho de 1928, pelo presidente do Espírito Santo Dr. Florentino Avidos, É conhecida popularmente pelo nome de 5 Pontes. Matéria sobre restauração da ponte Florentino Avidos divulgada em 06/11/2006. Disponível em: < http://www.governo.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiaId=99663082> . Acesso em 23/02/2008.

[92] Vilaça, Adilson (2001:39).

[93] Idem p. 28.

o escritor Adilson Vilaça, construiu "uma boa meia dúzia de prédios que se destaca dos demais" (2001:33).

3.1.3 A multifuncionalidade da FAFI

O prédio da Fafi foi inaugurado em 25 de novembro de 1926 como o Grupo Escolar Gomes Cardim, que iniciou suas atividades na gestão de Jerônimo Monteiro[95]. O então novo prédio se localizava na esquina da Avenida Jerônimo Monteiro nº 656 com a rua Barão de Monjardim.

Espaço de muitos acontecimentos. Espaço multifacetado no prédio que ainda não se nomeava de Fafi, pode-se dizer que em cada década possuiu muitas serventias variadas, ora com funções conjuntas, ora com funções separadas. Além do grupo escolar, dos cursos noturnos, da faculdade de Cultura Pedagógica, das atividades da Escola Ativa, das apresentações cinematográficas nos anos 30, foi instalado provisoriamente o Ginásio Espírito-Santense, mais precisamente em 1933.

No início da década de 50 o prédio ganhou um anexo com frente para a Avenida Capixaba[96]. 1953 foi o último ano em que o prédio, ainda não Fafi, teria vista direto para o mar. Neste mesmo ano o governo de Jones dos Santos Neves começa o aterro da esplanada, como se vê na foto a seguir:

---

[94] Pitlik por Vilaça 2004:3. Piteik disponível em **:**
< http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/FAFI.htm> . Acesso em 17/02/2008. Joseph Lilitinick (Pitlick) conforme relatório da (Sedec/GPU/CRU-PMV) Joseph Pitilick de acordo com (Jornal *A GAZETA*, 14/09/1992, box p.22).

[95] "O Grupo Escolar Gomes Cardim tem vida desde o governo Jerônimo Monteiro, sendo uma de suas obras primeiras, e, hoje, situa-se na cidade alta, à rua Alzira Bley. Sua função educadora remonta a 1908, datando de 5 de setembro o decreto de sua criação, ocupando um prédio reformado para abrigá-lo na rua Jerônimo Monteiro. [...] O Grupo Escolar Gomes Cardim começou a funcionar no novo prédio ainda em 1926. [...] Por mais de vinte anos o prédio assinado por Josef Pitlik abrigaria o Grupo Escolar Gomes Cardim [...] Em 1927 foram inaugurados os cursos noturnos; e, em 1929/30, o prédio matriculou o Curso Superior de Cultura Pedagógica .[...] A Escola Ativa , criada pela lei nº 1.693, de 29/12/1928, visava à difusão de um ensino menos ilustrativo e mais prático" (VILAÇA, 2001:39-40).

[96] "Ainda no início dos anos 50 seria construído um anexo que dava para a Avenida Capixaba. Sua função era abrigar mais duas salas de aula da terceira série, servindo depois para as atividades da Politécnica. [...] A Escola Politécnica, que foi fazer companhia ao Colégio Estadual no prédio de Josef Pitlik foi criada pela lei nº 520, de 06/09/1951" (VILAÇA, 2001:44).

Imagem 6 - FAFI - foto antiga (sem data) ilustrando a escola próximo ao mar ainda sem o aterro da Esplanada
Arquivo: Sedec/GPU/CRU-PMV

A Politécnica foi criada pelo governo Jones dos Santos Neves, com a intenção de se tornar uma universidade: "Depois da Politécnica seu governo criaria a Escola de Belas Artes, A Escola de Música e a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras – Fafi. A Fafi nasce com a lei nº 550, em dezembro de 1951. [...] Finalmente em 1958, o Colégio Estadual muda para seu novo e definitivo prédio, construído vizinho ao Forte São João", Vilaça (2001:44-45). A intenção do governador Jones em constituir uma universidade fica relatada em uma mensagem de governo em 1952:

> [...] a criação e instalação, durante o último ano, da Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Escola Politécnica, como unidades básicas (...) da nossa almejada e futura Universidade do Estado do Espírito Santo". Fiel cumpridor de sua meta, o governo Jones dos Santos Neves encerra sua gestão deixando pronto o anteprojeto de lei para a criação da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. A Universidade foi criada em 1954 e

> federalizada em 1961 através da lei nº 3.868, de 30 de janeiro[97]. [...] somente em 1971[98] a Universidade seria transferida para o campus de Goiabeiras, construído para abrigá-la. Todavia desde a federalização, o prédio da FAFI foi incorporado ao patrimônio da União[99] (VILAÇA, 2001:55).

O prédio com tantas facetas de utilização e finalidades foi conhecido desde sua inauguração inicialmente por Gomes Cardim, em seguida, ao mudar de função, como "prédio do Estadual", nomeado assim por mais 25 anos. Na implantação da Faculdade de Filosofia, foi nomeado e não mais mudado de "prédio da Fafi".

Na época da Fafi enquanto escola de Filosofia, muitos outros cursos funcionavam por lá. Na Revista Cuca, Fernando Tatagiba descreve esta informação:

> Na época, funcionava no local a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Espírito Santo, a famosa FAFI. [...] Naquele tempo existia um laboratório de Biologia, cujo curso começou ali, tinha cursos de História, Inglês, Francês, Latim e Espanhol; havia também de Matemática, Pedagogia, Geografia, entre outros. (Revista Cuca – setembro/outubro – 1985:6)

Na década de 50 a Fafi não mais era freqüentada mais apenas por estudantes. Suas portas se estendem a sociedade. Seus acontecimentos e movimentos eram conduzidos pelos discentes das faculdades ali abrigadas, desde o seu primeiro curso superior de Cultura Pedagógica até o último de Filosofia, Ciência e Letras. Um "incipiente movimento cineclubista", Vilaça (2001:46), ganha forma resgatando as primeiras experiências de cinema das "apresentações cinematográficas", iniciadas em 1934, junto ao primeiro curso superior.

---

[97] Em 30/01/1961, no final do mandato de Juscelino Kubitschek, a lei federal nº 3.868 criou a Universidade do Espírito Santo, as Faculdades de Direito e Economia passaram a fazer parte desse complexo, juntamente com a Escola Politécnica, a Escola de Belas Artes, Escola de Educação Física, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Medicina (que ainda não havia sido instalada). Disponível em: < http://www.ccje.UFES.br/01hc_historico.asp > . Acesso em 23/02/2008.

[98] Mas em 1972 houve a transferência total dos cursos para o campus. (*Escritos de Vitória 3 – FAFI*, 1994:5 e matéria da *Revista Cuca***,** por Fernando Tatagiba, da COOJES: S.O.S Fafi – setembro/outubro /1985:5)

[99] Este fato: a incorporação do prédio da FAFI ao patrimônio da União é de fundamental importância que vai gerar uma série de movimentos a partir de meados da década de 80 para compra do prédio pela prefeitura de Vitória, onde as negociações só se iniciam oficialmente com intenção de compra registrada em cartório em 1987 na gestão do prefeito Hermes Laranja.

Paula de Paula ator, diretor, mestre e doutor em teatro, foi um dos professores da Fafi a partir de 1959, e o começo do movimento teatral na Fafi pode se datado desta época. Vilaça cita alguns nomes que se destacaram nesse movimento teatral:

> [...] Sônia Bunjes, Margaria Moreira, João Carlos Simonetti, Rita de Cássia, Gilson Sarmento, Wilson Coimbra, Margarida Moreira, Hilda Dantas. A União Estadual dos Estudantes acolheria o movimento teatral criando o Teatro Universitário Capixaba – TUC, vinculando-se ao departamento de cultura. [...] o clima em ebulição da época batizara o movimento nacional de teatro como subversivo (VILAÇA, 2001:46).

A Fafi foi muito badalada e movimentada nos anos 1960. Um período turbulento após o golpe de 1964. O ambiente servia para todos os tipos de encontros[100]. Tinha gente que ia lá somente para dançar, se divertir. Outros iam para fomentar cultura e outros grupos mais politizados, para se reunir e discutir politicamente os acontecimentos[101].

1964 foi o ano que a Fafi é aprisionada e acorrentada pela ditadura que assolava nosso país. Neste ano o prédio serviu como sede para informação e repressão da repressão do regime ditatorial.

---

[100] "Dias intensos. Ensaios aos sábados e aos domingos. Serões de dramaturgia à noite dos dias úteis. Mas também muita Nara Leão, bossa nova, rumba, bolero, cha-cha-cha e rock [...] caleidoscópio de ritmos. Era os tempos dos bailes da FAFI, contraponto às festas mais tradicionais e formais realizadas pelos clubes Vitória e Praia Tênis. [...] os bailes eram aos sábados, conforme acordo firmado com o curso de Odontologia, que bailava aos domingos. Mas nem só de festas viviam a Fafi: [...] assim rememora Beth Osório (ex-vereadora) ' Muita coisa de política estudantil nascia na Fafi, porque aos sábados uns iam para namorar, dançar e tal, mas uma turma ia para poder conspirar mesmo. Aproveitando-se do baile e do som, ali juntava o pessoal de Engenharia, alguns do curso de Direito, da Educação Física e da Odontologia. E toda essa movimentação concentrava-se na Fafi, pois as outras faculdades não tinham suas festas, com exceção das domingueiras da Odontologia" (VILAÇA, 2001:47).

[101] Professor aposentado do curso de Comunicação da Ufes, Jornalista e Poeta, José Irmo Goring, faz sua crônica no Escritos de Vitória – FAFI. Sua crônica, intitulada "Mora na Filosofia": "Vitória não cuidava que estava mudando. Deixava de ser a capital provinciana de um estado essencialmente agrário. E, nos fins dos anos 60, a FAFI e suas dançantes prenunciavam este clima que viria: da desumanização social, da decadência dos costumes, do despudor na política, da falência no ensino (A reforma universitária, por exemplo, acabou com o espírito de turma, ao instalar o sistema de crédito. E era na Fafi que se sentia o rescaldo do baque final no idealismo estudantil e nas questões social e cultural. Do banquete final de uma era de sonhos e utopia. [...] Ali os prazeres, no final dos anos 60, ainda não se assentavam no tripé sexo, drogas e rock-n'-roll. Algum ligeiro álcool e uma mulher bonita roçando em coxas. Com todo respeito, claro. E, de leve, uns apertos. Que ninguém é de ferro. [...] Caetano preso, Gil preso. O Homem na Lua. [...] Grupos tentam se organizar. A gente pode ver alguns bilhetes nos banheiros. Um pedido para votar nulo. O Olival Matos de Pessanha fez a resistência cultural com o Clube da Poesia (entidade sem estatuto, sem sede, sem fichas de filiados). Mas os recitais são prolíficos. Ele produz junto edições mimeografados, pioneiras no País, de poesia alternativa, que a história vai ter que registrar. Meu primeiro e único poema proibido. O Olival, carinhosamente, me consola: ' O pessoal acha que seu jogo de palavras pode levar a um mal-entendido'. O jogo de palavras: ' Os decibéis nos dinamitam/debilitam/delimitam e levam ao delito/ algumas vezes'. Eu falava ali da poluição sonora e prejuízo mentais. Só" (GORING, José I.: *Escritos de Vitória*, 1994:21,22 e 24).

Em *Escritos de Vitória* no seu volume três de fevereiro de 1994, que trata de depoimentos de pessoas que viveram e fizeram parte da história da Fafi, o então Secretário Municipal de Cultura e Esporte da Capital, Joaquim Beato faz uma belíssima apresentação do livreto que em poucas palavras define o que é a Fafi:

> [...] há muitas Fafi's. [...] Aquela que foi um marco na história da educação, no Estado e no País. Aquela que marcou a construção cultural de nossa terra. Aquela que foi engolfada na violenta correnteza da luta política e ideológica da sociedade brasileira. [...] o prédio da Fafi, por sua história, assemelha-se a um corpo que abrigasse, sucessivamente, diferentes almas. A alma de uma criança, na época do grupo escolar. A alma de um adolescente, na época do colégio estadual. A alma do adulto, na época da faculdade [...] Nem o para-facismo do Estado Novo, nem o desenvolvimento juscelinista, nem o populismo janguista conseguiram interrompê-la. Mas a utilização do prédio pelas forças da repressão introduziu nessa história uma violenta ruptura e descontinuidade, uma subversão total de valores que ele abrigava e defendia. [...] (ESCRITOS DE VITÓRIA – 3 Fafi, 1994:6).

Os famosos *Festivais de Poesias*, relembrados pelo professor José Augusto Carvalho, tiveram grande importância para a movimentação cultural da Fafi de meados dos anos 60. Não somente cultural, o festival reunia cabeças politizadas e de esquerda. Alvo da ditadura, o ator, escritor, poeta, cartunista e dramaturgo Milson Henriques conheceu tanto os palcos da Fafi quantos seus porões:

> Eu cheguei a Vitória aos 27 anos em 1964[102]. Comecei a freqüentar a Fafi, mas me sentia um peixinho meio fora d'agua. Não estuda, era hippe, não fazia faculdade. Mas tinha vários laços de ligação com aquele lugar. Primeiro que eu namorei a Carmélia Maria de Souza, que era bibliotecária na Fafi e eu ia muito lá, vê-la. A Fafi também tinha esse lado da esquerda (aqui ele se refere aos alunos e outros que eram comunistas) e do teatro, onde foi que conheci o Toninho Neves (ele refere-se a Antônio Carlo Neves), A Zélia (Marluza) Stein, a Cidinha, Beth Gaudino, o Fernando Tatagiba. Eu ia aos bailes, mas não dançava. Eu, já coroa. Com 27 anos me achando velho no meio daqueles jovens. Ficava só olhando e conversando. Os festivais de poesia, que por sinal, eram muito freqüentados e divulgados na imprensa começou quando dos ensaios de teatro, numa conversa quando eu, Toninho, Rogério Melo, a Sheila Bandeira – que na época ganhou o concurso da boneca do Café do Brasil. Ela era uma mulata linda, estudante

[102] Milson Henriques é nascido em São João da Barra, interior do Rio de Janeiro. Aos 14 anos mudou-se para Campos (RJ). Dos 14 aos 21 foi morar no Rio de Janeiro. Dos 21 aos 22 passou por São Paulo. Depois ficou um tempo em Belo Horizonte, retorna a Campos onde estão seus pais e vai para Bahia. Destinado a ir para o Uruguai, Milson, da Bahia, faz parada em Vitória em 1964 de onde nunca mais saiu.

> acho que de letras da Fafi, fazia teatro de protesto com a gente - resolvemos fazer leituras de poesias de escritores capixabas como Marli de Oliveira. O movimento de leitura foi crescendo que decidimos abrir para o público. Era na verdade sarais, que batizamos como festivais porque não tinha época pré-definida de acontecer. Geralmente de dois em dois meses. Ensaiávamos 15 dias. Foram em torno de uns 10 festivais, não me lembro muito bem" (Entrevista cedida a autora por Milson Henriques, em Vitória, no dia 05/03/2008).[103].

Neste período Milson vai trabalhar como chargista político no jornal *A Gazeta*[104], momento em que as pressões aumentaram por parte do Governo para que ele não executasse seu trabalho[105]. As pressões eram tantas que Milson Henriques experimentou na prática a tortura mental e os porões da Fafi serviram de cela para este momento:

---

[103] Milson conta que a repressão militar ficava em cima: "Eles ficavam disfarçados de hippe ou na FAFI, nos bailes ou no bar Blitz, só na escuta (...) Eu sempre era intimado e, por cada besteira que isso provocava qualquer um, que se não fosse da esquerda, a entrar. Eu não era de movimento de esquerda nenhuma. Eu queria mesmo era curtir a vida, fazer teatro. Mas aquelas atividades dos federais irritavam tanto que me estimulou a entrar no movimento. Mesmo com medo a gente continuava fazendo teatro de protesto e os festivais. Olha que absurdo. Num desses festivais eu declamei um poema de Paulo César (ex-marido de Clara Nunes) o texto era assim: '... você me prende vivo e eu escapo morto. De repente olha eu de novo, perturbando a paz, exigindo o troco'. Atrás de mim ficava um coro de vozes que murmurava baixinho a música do Sérgio Ricardo: '...Todo morro entende quando Zelão chorou. Ninguém ria, ninguém brincou e era carnaval...'. Pronto! Lá ia eu ser chamado para interrogatório na Política Federal" (Entrevista cedida a autora por Milson Henriques, em Vitória, no dia 05/03/2008).

[104] "Depois que eu fui trabalhar n*A Gazeta* como chargista político, eles pioraram. Para me pressionar a não fazer os desenhos, me intimavam com um mês de antecedência da data do interrogatório. Dai automaticamente, com medo, deixava de ir em passeatas, maneirava nas charges. Mas era exatamente esse o objetivo. Enquanto eu ficava um mês esperando. Eu na verdade ficava um mês de molho, preocupado e eles alcançavam o que pretendia: Para a gente!. Certa vez eu fui preso porque fiz uma charge e ao me referenciar ao vice-presidente na época escrevi ' aquele que tem sobrenome complicado'. Consideraram uma falta de respeito. Ah, eu não sabia como que se escrevia o sobrenome dele e ai falei assim ligar para Milson e pedir o nome do vice. (...) Teve um interrogatório, um tal de Edson da polícia que vinha sempre com conversa que era melhor eu sair dessa. Que me admirava. Tudo jogando verde para colher maduro. Queriam que eu soltasse alguma coisa. Mas eu não tinha nada para falar! Não tinha mesmo! Outra vez fiquei um dia inteiro esperando ser interrogado e o tal comandante me deixou de molho e só me interrogou no final do expediente dele. Era o pai da Patrícia Pilar. Não era nada. Só para me fazer pressão. Essas pressões todas me geraram muita raiva ai eu entrei mesmo para o movimento".

[105] Milson não esquece dos interrogatórios: "O objetivo da Polícia Federal era pressionar psicologicamente. Eu de repente virei alvo deles. Eles começaram a me 'perseguir'. Eles se perguntavam: ' Quem é essa cara? Que ele faz na Fafi que não estuda? Quem é a família dele?'. Isso porque eu fazia teatro de protesto, participava de passeata, de protestos, fazia teatro universitário, mas não era estudante e freqüentava muito a Fafi. Eu ficava muito junto do pessoal da esquerda e era preso por isso. Eu, Toninho Neves, Oswaldo Aliari, Xerges Gusmão Neto. Os policiais eram terríveis. Uma tortura mental muito grande. Às vezes na 'inquisição', vinham um interrogador e falava: ' Milson sai dessa. Você é um cara tão legal. Minha esposa gasta tanto do seu trabalho. A intenção do Governo é a melhor possível'. E eu, olhava para a cara de um monte deles em minha volta. Por dentro eu queria dizer um "vai para...", "me deixa em paz.." Vai trabalhar arrumar o que fazer! Mas o que mais irritava era ter que falar: ' Não senhor, não é nada disso. Sim senhor, pode deixar. Senhor é um mal entendido. Não é isso que se queria dizer'. Eles viajavam demais nos questionamentos. Era uma loucura" (Entrevista cedida a autora por Milson Henriques, em Vitória, no dia 05/03/2008).

> Uma noite a Polícia Federal bateu na minha casa. Eu morava na ladeira Santa Clara e falaram que eu tinha que ir com eles. Quando chegamos na Polícia, estava fechada e dai eles não me levaram para casa alegando que eu poderia fugir. Levaram-me para a Fafi e eu fiquei uma noite e um dia inteiro preso no porão. Não me fizeram nada de mal físico. Alimentaram-me bem e me trataram bem. A pressão era mesmo psicológica. E tinha outra coisa também. Eles sabiam que eu era uma pessoa conhecida. Como eu era chargista diário de *A Gazeta*, quando uma charge minha não entrava as pessoas logo sabiam que tinha alguma relação com a ditadura. Era eu e Jang. Dai o leitor logo percebia (Entrevista cedida a autora por Milson Henriques, em Vitória, no dia 05/03/2008).

O jornalista, Fernando Tatagiba, citado pelo Milson Henriques, em matéria de sua autoria na revista Cuca, do Coojes, faz um especial sobre a Fafi e a luta pela cooperativa sobre o destino desta, descreve o seguinte:

> "No palco, foram apresentadas, por Milson Henriques e Antônio Carlos Neves, as primeiras peças de teatro de Arena em Vitória – a moda naquela época" (REVISTA CUCA, setembro/outubro – 1985:5)

Pode-se dizer que os anos de "chumbo" para os alunos da Fafi se concentraram entre 1964 a 1970. Aos poucos as vozes iam se calando. Depois do golpe de 1964 muitos alunos da "resistência Fafi", foram presos[106]. Após o AI-5 (Ato Institucional), de 1968, as articulações estudantis tinham sido desarticuladas pelo regime militar imposto no país. As grandes lideranças estudantis da cidade se calaram forçadamente. Parte delas estava fora do contexto do "protestar", presa no Congresso da UNE de Ibiúna-SP. O palco de protesto cede, sem escolhas, sua vez ao palco dos atos burocráticos.

A partir de 1972 a Fafi teve seus cursos todos transferidos para o campus de Goiabeiras. Lugar de protesto, resistência e vanguardismo, o prédio agora era sinônimo de burocracia universitária. Passou a sediar o Serviço de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo até 1976 quando o prédio foi totalmente fechado.

Totalmente abandonado, em 1982, o prédio foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura. Fechado de 1976 a 1991 (15 anos), mas comprado pela prefeitura de Vitória em

[106] "Entre eles Domingos Freitas, Zélia Marluza Stein, Renato (Viana) Soares, Regina Egito, Vitor Buaiz , Ewerton e Freddy Guimarães. Anos depois alguns desses alunos seriam professores da Universidade Federal do Espírito Santo, sucedânea da Fafi", Vilaça (2001:49).

1987. Momento histórico para fase, o processo de compra e a discussão a partir de 1989 só culminaram com a real abertura e reforma geral do prédio em 1992, dez anos depois de ser tombado.

3.1.4 A luta para revitalizar o prédio

Desde início da década de 80 vinha sendo discutida a restauração e a ocupação do prédio da Fafi. A preocupação de todos que queriam devolvê-la para a sociedade como um espaço democrático voltado para a cultura era comum: o temor de o prédio ser demolido, reformado de alguma forma que perdesse suas características, por intermédio de sua venda para alguma instituição privada que só visaria o valor financeiro do imóvel considerado muito bem situado.

A bandeira de se utilizar a Fafi e preservar a história de muitos e da cidade era a bandeira de todos que desejavam que suas portas fossem novamente abertas para abraçar as necessidades da capital que pedia novos espaços culturais. Mas nem todos pensavam assim. Neste período as discussões se intensificaram e estavam claramente definidas quatro possibilidades para a ocupação do prédio.

Uma proposta de ocupação ficava por conta do Governo do Estado[107], que pretendia adquirir o imóvel ocupando-o como centro de lazer. Uma segunda proposta vinha da própria Ufes, de reutilizar o espaço, sendo parte dele voltado para uma área onde seria a galeria de Arte e Pesquisa do Centro de Artes. Outra, que fugia totalmente da real necessidade dos capixabas em ocupar a Fafi, era a da Delegacia do Ministério da Educação do Espírito Santo, com a finalidade de desenvolver atividades burocrático-administrativas. E a melhor proposta, de nosso ponto de vista, pertencia a Coojes, que tinha em vista ocupar o espaço com uma proposta definida, objetivos claros, baseados em justificativas coerentes, cuja meta era transformá-la no Empório Capixaba das Artes e da Comunicação. A proposta não ficou apenas no papel. Foi discutida, elaborada, divulgada, difundida e levada até o Ministro da Cultura, Aloísio Pimenta.

[107] Na época Gerson Camata que governou o Espírito Santo de 1983 a 1986. Hoje, Senador da República.

Em 1985, a Cooperativa dos Jornalistas, que na época era presidida por Annie Cicatelli, desenvolveu uma campanha-projeto, chamada "*SOS Fafi*", elaborada com bases concretas, definidas e claras de ocupação e revitalização do espaço. Para ajudar o projeto a revista *Cuca*, da Ufes, divulgou uma matéria – especial SOS Fafi assinada por Fernando Tatagiba. Veja imagem da abertura da matéria abaixo:

CUCA

S.O.S. FAFI

Quem passa, hoje, pelo velho casarão da avenida Capixaba – conhecido como Fafi – não imagina a efervescência cultural e política que houve ali um dia...

Em mais de meio século de existência, o prédio aglutinou diversas gerações de estudantes, professores, artistas e intelectuais que hoje militam em diferentes áreas. Ali funcionaram o Grupo Escolar Gomes Cardim, o Colégio Estadual do Espírito Santo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ali foram instalados o Museu de Arte Moderna do ES e o cine-clube Alvorada. Ali promoveram-se recitais poéticos, lançamentos de livros, palestras, exposições, bailes, além de intensa movimentação política no período mais cruento da ditadura.

Hoje, todos aguardam o destino que a Ufes dará ao prédio. Os que a ele estão ligados mais efetivamente esperam que seja restaurado e usado novamente para atividades artísticas e culturais. Seria um modo de perpetuar a memória de um monumento que, antes de tudo, deu vida à Vitória por muitas décadas.

Dez anos de abandono

Por FERNANDO TATAGIBA, da COOJES

Arquivo DEC

4 setembro - outubro / 1985

Imagem 7 – Página da Revista Cuca – edição setembro/outubro de 1985. Especial SOS FAFI. Arquivo: Sedec/GPU/CRU-PMV.

A Cooperativa pretendia criar um *Empório das Artes e Comunicação*. Elaborado por jornalistas, artistas e produtores culturais conjuntamente, o projeto tinha o apoio do Conselho Estadual de Cultura. Na proposta elaborada, quatro objetivos foram firmemente traçados. Um era preservar o prédio em sua arquitetura, com recuperação de telhados, paredes, assoalhos, recuperação da infra-estrutura geral. Este item trata de preservar o espaço na sua originalidade, tanto que propunha demolir dois anexos construídos "recentemente, que não fazem parte do projeto original"[108], para abrir uma área onde deveria funcionar o centro de artesanato e o teatro de arena, "além de uma área verde ligando a Rua Barão do Itapemirim à Avenida Jerônimo Monteiro"[109]. O segundo item proposto nos objetivos a serem colocados em prática era formação de mão-de-obra com a realização de oficinas de trabalho "fixas ou não [...] melhor formação do artista e pessoal técnico"[110]; espaço para o núcleo do povo capixaba de cinema; local para exposição de artes plásticas; criação de um pólo de produção artística, incentivando a formação de produtores culturais e criação de espaços para ensaios de teatro, música e dança.

De certa forma esse núcleo de cinema demonstra o que vem a se desenrolar nos anos 90 com a chegada do Pólo de Cinema Capixaba, que não se concretizou não passando de meia dúzia de longas-metragens filmados.

O terceiro item dos objetivos da proposta visava à ampliação do mercado de trabalho com novos espaços como a criação de um teatro de arena no centro da cidade, de um café concerto e de espaços para apresentações teatrais e de dança; de oficinas permanentes de cenografia, maquiagem, artes gráficas, adereços, laboratório fotográfico e muitas outras.

Dessa parte sobre a revitalização do Centro um destaque para a proposta de formação um "*corredor cultural*" que englobaria a Praça do Índio, Escola de Música, Casa da Cultura, Mercado da Capixaba, Empório Capixaba de Artes e Comunicação, Praça Costa Pereira, Cine Glória, Teatro Carlos Gomes, Praça Oito, Cidade Alta (Galeria Homero Massena, Teatro Estúdio, Capela Santa Luzia, Palácio Anchieta, Colégio do Carmo, Convento São

[108] Documento proposta da Cooperativa de jornalista sobre a ocupação da Fafi. p. 05.
[109] Idem.
[110] Idem.

Francisco, Arquivo Público Estadual, Assembléia Legislativa – queria dizer, Palácio Domingos Martins atualmente) e outros "demais monumentos e espaços públicos como praças, escadarias e ruas que compõe este conjunto denominado Cidade Alta, estendendo-se até o Parque Moscoso, incluindo cine Santa Cecília, São Luiz, Sesc e Praça Misael Pena" (Coojes - Projeto S.O.S Fafi, 1985:6).

O projeto SOS Fafi tinha em vista o que Fernando Tatagiba na revista *Cuca* classifica como "fazer um local de efervescência cultural e artística da cidade", Revista Cuca (1985:9). O projeto serviria apenas como uma mola propulsora que iniciaria as atividades, onde a Coojes administraria a Fafi por um ano, tendo como meta a criação de uma Fundação ou Cooperativa de Atividades Artísticas, que seria responsável pelo gerenciamento do prédio e depois em comprometimento com a causa assinaria um documento "a quem interessar possa, cedendo o Empório para a entidade que fosse formada para seu gerenciamento, depois de um ano do início das obras de restauração" (Coojes -Projeto SOS Fafi, 1985:8).

O ator, autor e produtor José Luiz Gobbi participou desse momento importante da história da cultura. Na matéria do jornal *A Gazeta* em 09/05/1986 com título "Fafi muda de mãos", Gobbi foi citado pela presidente da cooperativa Annie Cicatelli, como sendo um dos representantes da classe artística que sentou com a cooperativa, por mais de um ano, para elaborar a proposta:

> Não me lembro de ter demorado tudo isso. Por ser no sentido que não nos reuníamos todos os dias. Mas a verdade é que quem formulou esse projeto foi eu com a ajuda do Luiz Cláudio Gobbi e o pessoal da Coojes. Eu era Técnico em Planejamento da Fundação Jones dos Santos Neves. O projeto propunha o Empório das Artes, lembro bem. Tivemos o apoio total da classe jornalística na figura da Annie e da Carminha Corrêa que também, junto a Annie tocava a cooperativa (Entrevista cedida a autora por José Luiz Gobbi, em Vitória, no dia 15/05/2008).

Instigado às lembranças do onde surgiu à idéia da elaboração de um projeto com propostas definidas com características de planejamento dentro de uma visão política para a cultura foi perguntado: Elaborar um projeto tão bem formulado, com propostas claras, definidas e voltadas para que a Fafi virasse um grande centro de encontros culturais. Um espaço para a

classe artística poder ter onde fazer ensaios e um lugar voltado para encontros de pessoas. De onde surgiu tanta idéia? Você trazia em si, para a concepção escrita do projeto, algum pensamento filosófico, político de uma forma de fazer política cultural?:

> Não tinha nada pensado politicamente. Era tudo intuitivo, baseado nas necessidades de quem sentia e sofria com o deserto produtivo, com o vazio de políticas culturais, de criação de mercado de trabalho em detrimento de políticas nacionais de centralização. Vitória não tinha nada! Um marasmo total. Era muito triste ver aquele monumento com tanta representatividade histórica, social, política e cultural de nossa Cidade em escombros e desesperava a gente porque eles, o pessoal da Ufes, representantes do Governo Federal à época, queriam transformar a Fafi em um mero espaço burocrático, administrativo e, quem sabe, com possibilidade do prédio ser vendido para uma empresa privada qualquer que fosse transformar aquele ambiente riquíssimo de informação e de representação histórica em um lugar de uso qualquer (banco, restaurante, etc.), menos cultural.
>
> O projeto que formulamos era para que a Fafi tivesse outra função com muito mais retorno para a sociedade, até mesmo que parece que tem hoje. A proposta era a Fafi ser um empório, espaço amplo, multifacetário de encontros, de ensaios, apresentações rápidas, de marketing de espetáculos. E proporcionar juntos cursos, workshops, exposição de artes, etc. Tudo, menos o espaço reducionista e absurdamente mal aproveitado que é hoje. A FAFI estava em escombros e a gente queria fazer aquele lugar virar um símbolo e nada melhor do que a cultura para conseguir isso. Ser um pólo formador e irradiador de cultura.
>
> E para conseguir reverter o que parecia ser o objetivo de uma política federal (distante e, portanto, indiferente ao simbolismo regional) de recuperação de bens imóveis, o jornalista Amylton de Almeida acreditava que somente um projeto de utilização cultural pudesse obter êxito.
>
> Amylton se encantou com nossa proposta e abraçou o projeto de revitalização e ocupação da Fafi e com a garra que ele tanto possuía levou o projeto da Coojes para Brasília, para sensibilizar o Governo Federal sobre a importância do prédio quanto sua ocupação cultural (Entrevista cedida a autora por José Luiz Gobbi, em Vitória, no dia 15/05/2008).

O prédio da Fafi ganharia mais sentido se suas características fossem utilizadas com a finalidade projetada no período da Coojes. Após a abertura do prédio em 1990, a Fafi tinha essa característica de centro cultural onde seu acesso era muito mais democrático. Além de escola livre de artes a Fafi era freqüentada por moradores do Centro, outros públicos além de estudantes universitários, pois suas atividades eram diversas. A partir do momento em

que o prédio se fecha como escola para teatro e dança, se esvaem muitas possibilidades de interação com novos públicos. A escola se afasta da comunidade. Esta também perde o hábito de freqüentá-la.

Afinal, qual a melhor forma de aproveitamento de um instrumento cultural tão importante historicamente quanto a Fafi? A Fafi visivelmente é pouco aproveitada em suas muitas possibilidades inclusive de democratizar o acesso do fazer e usufruir cultura. A Fafi não se limita apenas a um equipamento cultural. Sua exploração pode e deve ser maximizada quando pensamos a possibilidade de um trabalho conjunto com a Lei Rubem Braga. Esta também não é trabalhada dentro da sua potencialidade. Em qual momento em seus quase vinte anos de existência a LRB priorizou contemplar projetos continuados?

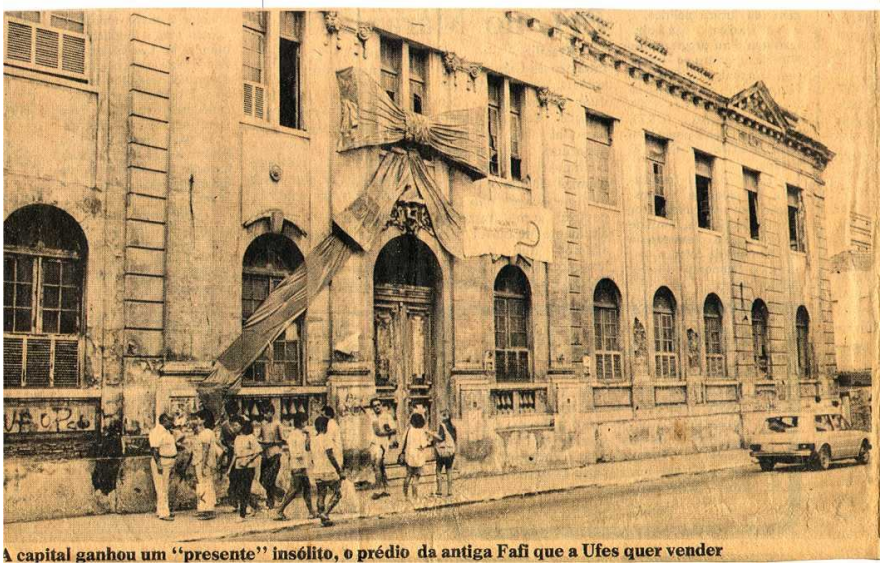
3.2 - A disputa pela Fafi: polêmicas sobre sua compra

Em 1985 a imprensa começa a noticiar a intenção da Ufes em se desfazer o prédio para capitalizar a Universidade. O destino da Fafi vira preocupação dos artistas, intelectuais, ex-estudantes, estudantes de arquitetura da Ufes e dos jornalistas, sendo que estes estavam engajados em uma luta para resguardar o prédio em seu destino. Os movimentos ganham força e a Fafi ganha um laço vermelho.

O Jornal *A Gazeta* publica no dia 22/12/1985, em sua capa uma foto da Fafi com um laço e o seguinte título: “A Capital ganhou um ‘presente’ insólito. O prédio da Fafi que a Ufes quer vender”. Uma breve referência sobre a foto é descrita num texto com uma chamada informando que o prédio ganhou um laço que foi colocado pelos alunos de Arquitetura da Ufes e faz uma chamada para matéria na página número 8 e nesta página do jornal não tem nenhuma matéria falando do assunto[111].

[111] A pesquisa foi realizada no microfilme do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em 21/03/2008. Para confirmação da presente afirmativa, presenciou a pesquisa o funcionário Michel Caldeira.

FONTE: A GAZETA - 22/12/85



A capital ganhou um "presente" insólito, o prédio da antiga Fafi que a Ufes quer vender

Vendas aumentam no comércio e já faltam bicicletas

Aumentaram consideravelmente as vendas do comércio lojista de Vitória, que teve ontem um dos seus dias mais movimentados. Segundo o presidente do Sindicato dos Lojistas, Lauro Maranhão, as vendas neste ano são 30% superiores às do ano passado e em algumas lojas já não há mais estoques de bicicletas ou malharia. Mesmo assim, os comerciantes ficaram frustrados por não poderem abrir hoje à tarde, quando previam um movimento ainda maior, o que deverá acontecer amanhã, conforme afirmam. Entre as pessoas de poder aquisitivo maior, os vídeo-games e microcomputadores estão sendo preferidos para presentes. Na rodoviária, a movimentação para deixar a cidade e passar os feriados fora foi muito grande, com filas de pessoas à procura de passagem, principalmente para o interior do Estado. Até terça-feira próxima, véspera do Natal, há previsão de embarque de 50 mil passageiros. Apesar do movimento, não há falta de passagens e as empresas estão colocando ônibus extras para atender a todos. No centro da cidade, os estudantes do curso de Arquitetura, da Ufes, preparam um presente para Vitória. "Embrulharam" o prédio da antiga Fafi, num grande laço vermelho, para chamar a atenção da população para o estado de abandono em que se encontra e alertar para a intenção do reitor que quer vendê-lo, com a finalidade de levantar recursos para a Ufes. (Página 8)

Imagem 8 - A capital ganhou um "presente" insólito, o prédio da antiga Fafi que a Ufes quer vender. Título de matéria. A Gazeta 22/12/1985, Caderno Dois, capa.
Arquivo: Sedec/GPU/CRU-PMV.

A compra da Fafi foi pejorativamente classificada por matérias publicadas no jornal *A Gazeta*, na época, como uma "novela". A sátira constante não era para menos. O prédio em ruínas poderia cair em mãos de empresas privadas, perdendo assim a Cidade parte importante de sua história:

> *GOVERNO COMPRA PRÉDIO DA FAFI* – A novela parece que chegou ao seu capítulo derradeiro: abandonado por quase 10 anos, o antigo prédio da Fafi acaba de ser adquirido pelo Governo do Estado, que tem proposta para sua recuperação, restauração e ocupação. A notícia foi dada pelo reitor da Ufes, Antônio Abi-Zaid. Ao confirmar a transação, ele diz que o objetivo foi 'fazer' uma negociação quer preservasse um patrimônio que pertence a 'sociedade'. De início uma boa notícia para a Cooperativa dos Jornalistas, que vai ganhar o espaço para seu empório das artes, (MATÉRIA DE CAPA DO JORNAL *A GAZETA*, chamada para a matéria do Caderno Dois, 09/05/1986).

Apesar de a notícia mostrar garantia total de negócio certo, o prédio da Fafi não foi comprado pelo governador Gerson Camata, como noticiado em 09/05/1996 no jornal *A Gazeta*. No que dependia da Ufes, na figura de seu representante o reitor Antônio Abi-Zaid, estava tudo certo. Antes de analisar como se deu a compra da Fafi, que ficou por conta da Prefeitura de Vitória, sendo o grande responsável pela compra o prefeito Hermes Laranja, é importante refletir sobre algumas informações veiculadas nesta matéria, que referenciam quais eram as preocupações de representantes da cultura e intelectuais quanto à reforma e ocupação da Fafi. Nesta matéria Ana Cicatelli representante da Coojes explica o projeto SOS Fafi que busca recuperar o prédio e uma proposta eficaz de ocupação feita pela cooperativa.

Na entrevista ao lado da matéria, a jornalista presidente da Coojes explica como seria a ocupação da Fafi e a atuação da Cooperativa que segundo sua proposta faria uma ocupação bem planejada. Nesse contexto, a Fafi teria uma área de lazer, que era a proposta do Estado e também cederia uma área em comodato com a Ufes para abrigar uma galeria de arte (a que estava na Capela Santa Luzia), mas que esta se transformaria num espaço aberto. Na reportagem, Cicatelli afirma que o governo chamou a Cooperativa para trabalhar no projeto de ocupação. As informações da jornalista demonstram que o projeto proposto pela Coojes

contava com o apoio das entidades representativas culturais e intelectuais do município: “Sabemos que as entidades com que a Cooperativa discutiu durante mais de um ano querem uma área para ensaios, apresentações, uma coisa pequena, não um teatro com mil lugares, mas vários espaços pequenos, principalmente espaços para ensaios que Vitória não tem”[112]. Outra necessidade dos grupos que a Annie ressalta é: “(...) uma área para estudos, onde aprender cenografia, como fazer um cenário, como trabalhar em cima de uma maquilagem”[113]. Em síntese, a proposta era usar o espaço da Fafi para as entidades culturais poderem fazer ‘um tipo de escola’. As entidades culturais as quais a presidente da Coojes se refere não são entidades propriamente ditas, são grupos de pessoas interessadas no movimento cultural como José Luiz Gobbi, Cláudio Gobbi, Sebastião Sá, entre outros, que sentem esse problema (*A GAZETA*, 09/05/1986, CAPA DO CADERNO DOIS).

As informações aqui retratadas evidenciam claramente a necessidade e a intenção de se criar uma Fafi como escola de artes, o que vem acontecer mesmo em 1992, seis anos depois com a oficialização da criação da Escola de Artes Fafi pela prefeitura de Vitória. Até a intenção do Governo de transformar o prédio numa área de lazer já havia sido direcionada pela Coojes como uma área de lazer cultural. Dizendo-se favorável a criação do centro de lazer proposto pelo Governo, Annie acredita que as entidades culturais ocupando o espaço podiam perfeitamente fornecer lazer para a população: “Por exemplo, há um ensaio, abre-se esse ensaio para a população [...] Tudo é viável, ligado a arte, uma coisa são”[114].

Bastante sábia a proposta da Cooperativa dos Jornalistas do Estado. Pela entrevista da Annie Cicatelli, percebe-se que o tempo todo a Coojes quer destinar a Fafi às mãos da cultura, mesmo quando a ocupação proposta pelo governo a vincula a ações sociais. O Governo tinha como proposta na parte social reativar a Fafi com festas e forrós “que marcaram época na Fafi e fizeram parte importante do seu passado” [115]:

> A partir do momento que se toma conta da parte social, está se incentivando músicos, pessoal do teatro, inclusive estendendo esta parte social ao horário

[112] *A GAZETA*, capa de Caderno Dois, 09/05/1986.
[113] Idem.
[114] Idem.
[115] Idem.

> de almoço, como pretende o governador. Além disso a Cooperativa tem feito promoções desse tipo, pode levar música até lá, dançar. Aproveitar um prédio importante, um espaço enorme no centro da cidade, da melhor forma possível. Tem mil opções‘. Entre elas aponta Annie a instalação de dois ou três pequenos auditórios. ´Onde o pessoal pudesse ir na hora do almoço para ver um filme, peças’. Outra sugestão é a criação de uma biblioteca, não uma biblioteca no sentido comum, mas onde houvesse revistas, jornais de todo o país, acessíveis a todos. ‘Nessa biblioteca, lembra ela, poderia ser criado também um espaço para se reconstituir a história (história) da Fafi, o que foi a Fafi, o que representou na história cultural do Estado, na história política, na história (história) educacional, em que sua importância foi muito grande. (*A GAZETA* 09/05/1986, CAPA DO CADERNO DOIS)

A Coojes sentou também com representantes de Arquitetura (o que tudo indica grupos de alunos estudantes da Ufes que pensavam e desenvolviam na época um projeto de revitalização do centro da cidade), mas, segundo a presidente, a proposta era grandiosa demais: “[...] um teatro, hospedagem de estudantes, etc, que exigem manutenção cara. Além disso, já existem o Carlos Gomes e o Carmélia. Nosso projeto é mais simples, podemos eleger comissões para manutenção, para programação, um negócio bem aberto”[116], conclui.

Desde o projeto de ocupação proposto pela Coojes, a Companhia Vale do Rio Doce já se apresentava como uma cooperadora na recuperação e restauração do prédio: “Parece que a Vale do Rio Doce pretende fazer isso”, cita a Annie. De fato, a CVRD foi uma das colaboradoras para que a Fafi se concretizasse enquanto Escola de Arte doando verbas para equipar o prédio em 1992.

3.2.1 Ufes versus Governado do Estado versus Prefeitura Municipal de Vitória

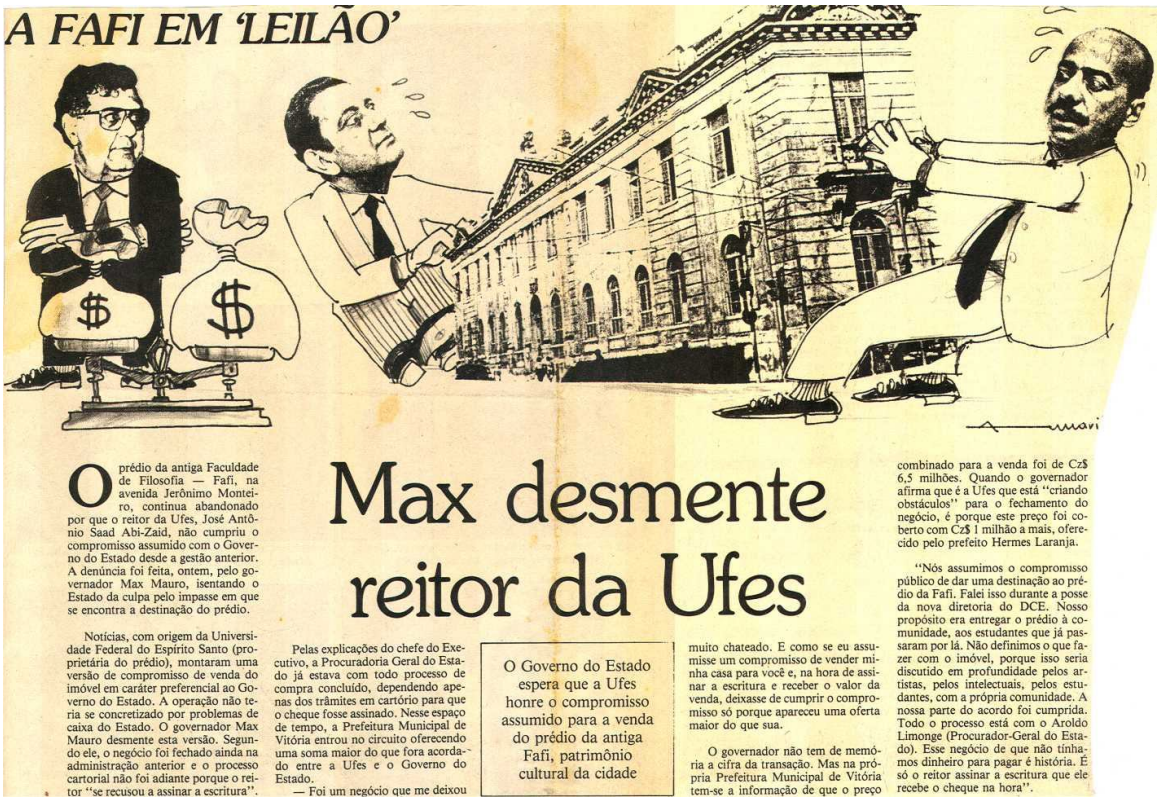
“Negócio fechado: Fafi troca de mãos [...] o próprio governador já havia revelado que estava ultimando a compra só falta o chegue”, relata, a presidente da COOJES, Annie Cicatelli ao jornal, *A Gazeta* (09/05/1986 – CAPA DO CADERNO DOIS). Mas esse não foi o destino do prédio

[116] *A GAZETA*, capa de Caderno Dois, 09/05/1986.

O tempo passa e o governador Gerson Camata termina seu governo sem que a Fafi fosse comprada. No ano seguinte a "compra certa que faltou o chegue" continua sem resolução. Mais de um ano depois o reitor Abi-Zaid fecha acordo com a Prefeitura de Vitória e o Governador em exercício, Max Mauro vai aos jornais expor sua insatisfação.

No jornal *A Gazeta* a matéria com o título "*Governo e PMV brigam pela Fafi*" relata este acontecimento:

> O Destino do antigo prédio da Fafi, que continua desafiando a lei da gravidade no Centro da Cidade, podendo ruir a qualquer momento, transformou-se numa novela com lances no mínimo patéticos. Ontem o governador, Max Mauro, acusou o reitor da Ufes, Antônio Abi-Zaid de não cumprir um compromisso assumido de vender o imóvel ao Governo do Estado. Segundo o governador, na hora de transferir à escritura, o reitor alegou que daria preferência a Prefeitura de Vitória, que apresentava proposta maior. (*A GAZETA*, MATÉRIA DE CAPA DO JORNAL – chamada para matéria de capa do Caderno Dois, 16/09/1987).



A FAFI EM 'LEILÃO'

Max desmente reitor da Ufes

O prédio da antiga Faculdade de Filosofia — Fafi, na avenida Jerônimo Monteiro, continua abandonado por que o reitor da Ufes, José Antônio Saad Abi-Zaid, não cumpriu o compromisso assumido com o Governo do Estado desde a gestão anterior. A denúncia foi feita, ontem, pelo governador Max Mauro, isentando o Estado da culpa pelo impasse em que se encontra a destinação do prédio.

Notícias, com origem da Universidade Federal do Espírito Santo (proprietária do prédio), montaram uma versão de compromisso de venda do imóvel em caráter preferencial ao Governo do Estado. A operação não teria se concretizado por problemas de caixa do Estado. O governador Max Mauro desmente esta versão. Segundo ele, o negócio foi fechado ainda na administração anterior e o processo cartorial não foi adiante porque o reitor "se recusou a assinar a escritura".

Pelas explicações do chefe do Executivo, a Procuradoria Geral do Estado já estava com todo processo de compra concluído, dependendo apenas dos trâmites em cartório para que o cheque fosse assinado. Nesse espaço de tempo, a Prefeitura Municipal de Vitória entrou no circuito oferecendo uma soma maior do que fora acordado entre a Ufes e o Governo do Estado.

— Foi um negócio que me deixou muito chateado. E como se eu assumisse um compromisso de vender minha casa para você e, na hora de assinar a escritura e receber o valor da venda, deixasse de cumprir o compromisso só porque apareceu uma oferta maior do que sua.

O Governo do Estado espera que a Ufes honre o compromisso assumido para a venda do prédio da antiga Fafi, patrimônio cultural da cidade

O governador não tem de memória a cifra da transação. Mas na própria Prefeitura Municipal de Vitória tem-se a informação de que o preço combinado para a venda foi de Cz$ 6,5 milhões. Quando o governador afirma que é a Ufes que está "criando obstáculos" para o fechamento do negócio, é porque este preço foi coberto com Cz$ 1 milhão a mais, oferecido pelo prefeito Hermes Laranja.

"Nós assumimos o compromisso público de dar uma destinação ao prédio da Fafi. Falei isso durante a posse da nova diretoria do DCE. Nosso propósito era entregar o prédio à comunidade, aos estudantes que já passaram por lá. Não definimos o que fazer com o imóvel, porque isso seria discutido em profundidade pelos artistas, pelos intelectuais, pelos estudantes, com a própria comunidade. A nossa parte do acordo foi cumprida. Todo o processo está com o Aroldo Limonge (Procurador-Geral do Estado). Esse negócio de que não tínhamos dinheiro para pagar é história. É só o reitor assinar a escritura que ele recebe o cheque na hora".

Imagem 9 - **A FAFI vai a leilão: Max desmente reitor da UFES.** Título de matéria. *A Gazeta* 16/09/19996, Caderno Dois p. 16
Arquivo: Sedec/GPU/CRU-PMV.

O governador Max Mauro acusou na época o reitor Abi-Zaid de não cumprir o compromisso assumido com o governo do Estado desde a gestão anterior. “[...] A denúncia foi feita ontem, pelo governador Max Mauro, isentando o Estado da culpa pelo impasse em que se encontra a destinação do prédio”, (*A GAZETA*, 16/09/1986:16). Na mesma matéria, o reitor tem outra versão para os fatos: “[...] a operação não teria se concretizado por problemas de caixa do Estado”. O governador desmente alegando que a Procuradoria Geral do Estado já havia concluído o processo de compra, mas que o “[...] o negócio não foi fechado ainda na administração anterior e o processo cartorial não foi adiante porque o reitor se recusou a assinar a escritura”[117]. Segundo a matéria, “[...] nesse espaço de tempo a Prefeitura Municipal de Vitória entrou no circuito oferecendo uma soma maior do que fora acordado entre a Ufes e o Governo do Estado”[118].

Este impasse todo acontece porque a Universidade aceita o lance oferecido pela Prefeitura em comprar a Fafi, que cobre o lance do Governo do Estado. Max Mauro “afirma que a Ufes que está ‘criando obstáculos’ para o fechamento do negócio, é porque este preço foi coberto com CZ$ 1 milhão a mais, oferecido pelo prefeito Hermes Laranja”, (*A GAZETA*, 16/09/1986:16).

Na mesma matéria a Prefeitura informa que o preço combinado para a venda foi de CZ$ 6,5 milhões, mas o governador contesta que a prefeitura ofertou mais 1 milhão. Os fatos se confirmam com a escritura lavrada em cartório.

Três dias depois (19 de setembro) *A Gazeta* noticia a assinatura do termo de aquisição do prefeito Hermes Laranja com o reitor Abi-Zaid. Nesta matéria o reitor confirma a cobertura da proposta da Prefeitura diante da feita pelo Estado, mas também declara que o governador Max Mauro foi procurado para cobrir a oferta. (“*A Fafi tem novo dono. É hora de revitalizá-la*”, título de matéria do jornal *A GAZETA* - CADERNO DOIS SESSÃO GUIA. p.8).

[117] *A GAZETA*, 16/09/1986:16.
[118] *A GAZETA*, 16/09/1986:16.

Sobre este processo, o ex-reitor declara não se lembrar com facilidade de como tudo se deu. Seu depoimento foi o tempo todo reiterado com informações dos jornais da época para reativar sua memória. Quanto à compra pela prefeitura o reitor não se lembrava. Pensava que o acordo tinha se estabelecido com a Ufes cedendo um espaço para a prefeitura para uma área de lazer e a Ufes instalando uma galeria de arte, acreditando que havia um documento regendo essas informações. Não sabia o motivo deste acordo não ter sido cumprido.

O fracasso do acordo entre a Ufes e o Estado gerou afirmações de que a Fafi tinha virado uma questão política. Mas os fatos demonstram que a questão era mesmo financeira. Antônio Abi-Zaid, reitor na época não nega que foi mais rentável fechar negócio com a Prefeitura de Vitória:

> A negociação não foi realizada com o Governo do Estado por nenhum motivo político, nenhuma briga como se especulava na época. Nem com o governo Gerson Camata e nem depois na gestão do Max Mauro. O que houve é que a negociação com a Prefeitura de Vitória aconteceu porque atendeu mais as necessidades e objetivos da Universidade, além do que a Prefeitura efetuou a negociação enquanto o Estado não deu continuidade do processo para fechar a compra. O dinheiro foi ‘orça cumulado ‘ na verba da União e usado em prol da Universidade de um modo geral. Não foi empregado aleatoriamente segundo a minha vontade. Na minha gestão (1984-88) eu introduzi o orçamento descentralizado. Estávamos num período político de transição de um regime fechado para um democrático. Eu inverti o processo de aplicação dos recursos que até então o reitor decidia por 80% da aplicação do recursos para a Federal. Na minha administração fiz o contrário. Fiz com que 80% fosse para as mãos de cada Centro para ser aplicado no que fosse necessário para cada departamento. A divisão dos recursos foi democrática, onde cada Centro recebia seu percentual de acordo com número de alunos, professores e funcionários (Entrevista cedida a autora por José Antônio Saad Abi-Zaid, em Vitória, no dia 15/04/2008).

Mas a Fafi foi oficialmente comprada pela Prefeitura Municipal de Vitória no dia 17/09/1987, no valor de sete milhões e novecentos cruzados[119]**.** O prefeito da época Hermes Laranja fala sobre a sua intenção de compra do prédio que foge totalmente de brigas políticas. Uma visão administrativa para a cultura. Enquanto se pensava sobre a Fafi, Hermes Laranja no poder que lhe competia tomou a iniciativa:

> Nós entramos no circuito pela compra do prédio da Fafi porque tínhamos uma preocupação do prédio ser vendido para qualquer outra instituição que não fosse o órgão público e a Fafi se perdesse no sentido de toda sua história e importância fosse esquecida e o prédio fosse usado apenas como um espaço físico. Houve vários burburinhos sobre a história da compra da Fafi, mas o que aconteceu é que em conversa com o reitor na época Abi-Zaid, demonstramos nossa intenção em adquirir o prédio já que o Governo do Estado não se posicionava, Abi-Zaid falou conosco que a intenção era mesmo vender o prédio para um órgão público por causa da importância do prédio pois o reitor queria capitalizar a Universidade para a construção do Teatro Universitário que por motivos que não me lembro só ocorrer na outra gestão.
>
> Eu me lembro que fomos procurar a Universidade porque receávamos que o governo Max também não efetivasse a compra. Afinal o Governador Gerson Camata prometeu comprar a Fafi e demorou três anos, desde a intenção de compra, até seu mandato acabar, a compra não havia sido feita alegando falta de recursos.
>
> A Prefeitura tinha preocupação além de ter um projeto para ocupar o prédio e começamos a agilizar a comprar. Max Mauro assume o Estado e nada de concreto da compra. Isso até me rendeu um desgaste como governador, mas como nada saía papel, demos um lance para a UFES e fechamos

---

119 "ESCRITURA Promessa de Compra e Venda, que entre si fazem: a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO e o MUNICÍPIO DE VITÓRIA, na forma abaixo: SAIBAM quantos, esta pública escritura de promessa de compra e venda, virem que aos dezessete (17) dias do mês de setembro (09), do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1987), nesta Cidade de Vitória-Capital do Estado do Espírito Santo [...] compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como Outorgante: a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO [...] representada pelo Sr. Magnífico Reitor Dr. JOSÉ ANTÔNIO SAAD ABI ZAID [...] o MUNICÍPIO DE VITÓRIA [...] neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. HERMES LARANJA GONCALVES[...] CLÁUSULA PRIMEIRA: O promitente vendedor promete vender ao promissário comprador o prédio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situado à Avenida Jerônimo Monteiro, nº. 220, esquina com a Rua Barão de Itapemirim, construído em terreno de marinha e acrescido e registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Vitória, sob o nº. 28.299, ás folhas 24 do Livro nº. 3-BP e ainda o terreno da antiga faculdade de medicina com área total de 20.063.7998 ms2 registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Vitória sob o nº. 3.190 em 09 de agosto de 1932 [...] CLÁUSULA SEGUNDA: O promissário comprador pagará ao promitente vendedor a quantia de CZ$ 7.900,00 (sete milhões e novecentos cruzados), sendo CZ$ 6.900,00 (seis milhões e quinhentos e novecentos cruzados) pelo prédio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] *.
* Cartório do 4º Ofício de Notas de Vitória, primeiro translado, livro 296, folhas 34/35v, data 17/09/1987.

> acordo (Entrevista cedida a autora por Hermes Laranja, em Vitória, no dia 09/04/2008).

Hermes Laranja explica porque comprou a Fafi. mas não executou nenhum projeto para ocupação do prédio:

> Infelizmente não tivemos a oportunidade de colocar a Fafi para funcionar, mas o Vitor que assumiu após meu mandato fez isso. Já era uma conquista do povo. Não dava mais para deixar o prédio fechado.
>
> *Porque sua administração não ocupou o prédio?*
> Meu mandato fui muito curto. Apenas três anos. O chamado mandato tampão. O primeiro mandato eleitoral como voto direto depois da ditadura de 1986 a 1988 e infelizmente não permitia reeleição. Mas fiz tudo que estava ao meu alcance como gestor público eleito pelo povo. Destinei no orçamento verbas para a cultura, a recuperação e a restauração do prédio da Fafi. Consegui na minha gestão construir o Sambão do Povo. Iniciei a construção da Usina de lixo, a primeira do Estado e privatizar o serviço de coleta pública.
>
> Quanto a FAFI já tínhamos o projeto de ocupação. Não me lembro muito bem mas a idéia era criar um museu da Cidade e um Centro de Artes. Só que o tempo era curto. Outra coisa que estava na nossa programação de Gestão era o Centro de Artesanato que seria construído onde se localizava a Cooperativa dos Jornalistas e depois o Sindicato dos Artistas, em frente à Capitania dos Portos[120]. Para isso tínhamos um contato com o pessoal da cooperativa para que juntos agregássemos idéias de ocupação da FAFI. Tinha nossa proposta de ocupação do prédio mas não que eu era o dono da verdade e tinha certeza que chegaríamos a um consenso. Afinal todos nós representaríamos a Cidade e suas necessidades (Entrevista cedida a autora por Hermes Laranja, em Vitória, no dia 09/04/2008).

Críticas à parte, o prefeito Hermes Laranja não somente teve projetos para a Cidade, mas os colocou em prática. Na área da cultura outro projeto que até hoje existe e se consolida a cada ano é o projeto *Artes na Praça*, com barraquinhas nos fins de semana na Praça dos Namorados e Desejos. O projeto começou na Praça Costa Pereira no Centro de Vitória. O projeto foi proposto por Hermes enquanto secretário de estado da indústria e comércio do Espírito Santo (1982 a 1985), antes de assumir a prefeitura. Hermes levou o projeto e implantou na cidade pela sua gestão no município.

---

120 Hoje o local, toda a estrutura física de concreto foi demolida restando somente a área livre.

CAPÍTULO 4
A FAFI NOS ANOS 1990

4.1 Anos 90 - Processos de utilização da Fafi como espaço cultural

Na década de 90 muitos planos saíram do papel para o setor da cultura em Vitória. O que ficou décadas somente como discurso político começava a se concretizar. As movimentações culturais, os planos e os objetivos ganham espaço com a nova administração da Capital, sob o comando de Vitor Buaiz. Comprada em cartório, em 1987, pela Prefeitura, o prédio da Fafi, porém, continuava fechado. Os planos de abrir de vez as portas do prédio foram comunicados pela "nova" secretária de Cultura e Esporte, Vera Viana. Em entrevista cedida ao jornal *A Gazeta* dias antes de sua nomeação, Vera diz que a "*Fafi é questão de honra*":

> A autora e diretora teatral Vera Viana, escolhida pelo prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, [...] toma posse na próxima segunda-feira, pretende gastar os próximos 30 dias ouvindo as entidades culturais da cidade e visitando as comunidades de bairro onde se desenvolvem atividades culturais sem o respaldo da mídia. 'Só depois que ouvir muito é que elaborarei uma proposta', defende ela.
> Somente um projeto já está definido para Vera Viana e a administração municipal. 'A Fafi é questão de honra para a Prefeitura. Ela vai ser entregue à população muito antes do que se imagina', garante ela com base nas conversas com o prefeito Vitor Buaiz. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 28/06/1990, capa).

A GAZETA — Vitória (ES), quinta-feira, 28 de junho de 1990

VERA VIANA

'Fafi é questão de honra'

Graciano Dantas

A autora e diretora teatral Vera Viana, escolhida pelo prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, para ocupar a Secretaria de Cultura e Esportes, e que toma posse na próxima segunda-feira, pretende gastar os próximos 30 dias ouvindo as entidades culturais da cidade e visitando as comunidades de bairro onde se desenvolvem atividades culturais sem o respaldo da mídia. "Quero ouvir todas as pessoas do cenário artístico, aquelas que saem no **Caderno 2** e aquelas que nunca saíram. Vou passar um mês ouvindo", promete Vera Viana. Segundo ela, não existe nada pronto em relação à sua futura função: "Só depois de ouvir muito é que elaborarei uma proposta", define ela.

Somente um projeto já está definido entre Vera Viana e a administração municipal: é a questão da Escola de Artes da Fafi. "A Fafi é questão de honra para a Prefeitura. Ela vai ser entregue à população muito antes do que se imagina", garante ela, com base nas conversas que teve com o prefeito Vitor Buaiz. De resto, há idéias generalizadas de futuros projetos para um amplo leque cultural que abrange desde as artes cênicas, plásticas, às populares, como a arte das paneleiras e dos grupos de congo da cidade. Mas sempre numa ação conjunta com a comunidade artística.

Vera Viana diz que estava à margem do processo de sucessão na Secretaria de Cultura e Esportes porque se mantinha totalmente dedicada aos projetos que desenvolve. "Acompanhava os fatos apenas pelo noticiário dos jornais e através de contatos com o Sindicato dos Artistas", afirma. O convite para substituir Deny Gomes, segundo Vera Viana, foi feito nas últimas semanas e a partir daí ela passou a pensar no assunto e pesar os prós e contras:

"Eu sempre fui uma pessoa muito briguenta. Estou na militância cultural há 17 anos. Isso está no sangue. Eu sempre estive nas antegalas dos gabinetes defendendo a causa cultural e não projetos próprios. Eu aceitei o convite do prefeito Vitor Buaiz porque sempre atirei pedras, mas agora sou vidraça. Não tenho nenhuma varinha mágica, mas pretendo ser uma ponte entre a administração pública e as pessoas que desejam desenvolver a cultura na cidade".

O desenvolvimento da cultura em Vitória, segundo a nova secretária, é uma preocupação comum na Prefeitura. "Senti esta preocupação com a cultura nas conversas que tive com as pessoas, com o Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Albene Meireles e outras. Se eu não acreditasse nisso não estaria aqui", diz Vera Viana.

A diretora teatral sabe, também, dos problemas que irá enfrentar. O mais grave deles é a escassez orçamentária para a cultura. Sobre essa questão, Vera Viana diz que existe promessa garantindo que o que for prioritário na Secretaria da Cultura terá dinheiro. "Vamos ouvir o Sindicato dos Artistas, as entidades, as comunidades organizadas, para decidir juntos o que é prioritário. Destacadas as prioridades, não faltarão recurso para os projetos".

Mas as verbas curtas não inviabilizam de todo a Secretaria de Cultura, segundo entende sua futura titular. Segundo ela, "a máquina administrativa sempre libera algum dinheiro quando [illegible] ação cultural mesmo sem dinheiro. Há muita coisa que se pode fazer sem dinheiro. A prova disso são as paneleiras, que há anos desenvolvem um trabalho importantíssimo para a cultura capixaba sem nenhuma verba pública. A mesma coisa fazem as bordadeiras. Há exemplos até mesmo aqui na Secretaria de Cultura e Esportes: você praticamente não gasta nada para passar uma máquina num terreno baldio para transformá-lo num campo de futebol de várzea".

Vera Viana declarou que a nova Fafi será entregue "muito antes do esperado"

A futura secretária da Cultura do município recentemente foi demitida da TVE onde passou seis anos desenvolvendo projetos culturais. Segundo ela, é inadmissível uma televisão cultural que não abra espaço para os artistas locais, os escritores capixabas, que não registre a cultura e a história do Espírito Santo. Foi isso que ela e outras pessoas da equipe fizeram nos últimos anos na TVE. Com a nova administração da emissora do Estado, todos os projetos culturais foram desativados. Vera Viana acredita que agora, em nível municipal, poderá ser possível retomar esses projetos.

A escolha de Vera Viana para assumir a Secretaria de Cultura e Esportes teve um outro fator. Discutia-se na Prefeitura que o perfil do futuro secretário, além de necessariamente ser do meio cultural, deveria também se identificar com a filosofia da atual administração. O nome com este perfil, já identificado pela própria Deny Gomes antes de sua saída, era o de Vera Viana: "Tem coisas que você não assumia, você já nasce sendo. Quando eu escrevi minha primeira peça de teatro, tinha 10 anos de idade. Não conhecia teatro mas escrevia de acordo com a filosofia do PT. Para mim, o discurso do pior político do PT sempre diz mais do que o melhor político de qualquer outro partido", confessa a futura secretária de Cultura e Esportes de Vitória.

Imagem 10 - Vera Viana - A FAFI é questão de honra
Fonte: arquivo de Vera Viana

Quase uma década de projetos e idéias para que a ocupação do prédio da Fafi saísse do papel, a Secretaria de Cultura realmente cumpriu a promessa e num breve espaço de tempo. Hermes Laranja inicia o processo e Vitor Buaiz continua e finaliza. Para que a gestão PT conseguisse finalizar o tão esperado sonho da Fafi se tornar um espaço cultural algumas ações funcionaram como um estopim para que a reforma geral do prédio acontecesse quase dois anos depois. A Fafi enquanto Escola de Arte nasce dentro de um projeto de política

cultural, inicialmente na versão de um Centro Cultural. Seu primeiro projeto *Curso Livre de Teatro*, só inicia em março de 1991, sendo realizado no prédio, ainda sem reformas e em situação física altamente precária, como forma de pressão para que a Escola se estruturasse. Vera Viana relata que o importante era que a Fafi abrisse as portas:

> Aquela foi a única forma que encontramos para que a Secretaria de Fazenda liberasse os recursos para que o prédio virasse uma escola. A Secretaria de Cultura tinha que fazer pressão, afinal o prédio já tinha sido comprado em 1987. Esperar mais o que? Foi uma luta enorme para aquele prédio ser comprado. Agora tínhamos que arrumar um meio de torná-lo espaço cultural. Eu falei que ia começar um curso lá e me disseram que ninguém iria estudar lá. A é? Eu falei que sabia de pessoas que topariam dar o curso mesmo com o prédio em escombros e sabia que os alunos apareceriam. As pessoas procuravam a secretaria para fazer cursos de teatro e dança. Eu falei então ta, não vamos conseguir né! ' – Eu sei que tem gente que topa. Peguei o telefone e falei. E ai meu amigo Renato Saudino você topa? Colette Dantas vamos? Eliezer de Almeida vem com a gente? Minha amiga Márcia Gáudio vamos começar?´. Todos toparam. Chamei a imprensa e comuniquei que a secretaria estaria abrindo um Curso Livre de Teatro e que as inscrições estavam abertas e o curso começaria tal dia. 'Choveu' de inscrições. Tanto foi que a princípio o curso era voltado para quem já tinha um certo conhecimento de teatro, mas tinha tanta gente querendo fazer teatro, que não tinham experiência, mas tinham tanta vontade que abrimos para todos (Entrevista cedida autora por Vera Viana, em Vitória, no dia 18/09/2007

No dia 10/03/1991, o jornal *A Gazeta* noticia uma matéria com capa de caderno dois completa sobre o Primeiro Curso Livre de Teatro da Fafi:

> Pura magia: o teatro capixaba está sendo redescoberto. Os que sempre brincaram ou falaram sério no palco abandonaram a barca. O mar entre cortinas está vazio. Quem se habilita? O Curso Livre de Teatro a ser aberto no dia 18 deste mês ma Fafi, recruta os novos marujos. A viagem promete ser exaustiva, mas feliz. Todo mundo pensa igual: a secretária de Cultura Vera Viana (idealizadora do projeto), a coordenadora Márcia Gáudio, os noves professores escolhidos – Renato Saudino, Wlad Castiglioni, Eliezer de Almeida, Erlon Paschoal, Isaú Firm, Markus Conká, Oscar Gama, Natércia Lopes e Colette Dantas, e até mesmo quem ficou de fora da sinopse. [...] Tão animador como o final é o começo desta história: ninguém paga nada para se inscrever e aprender. [...] Corra até a secretaria

> de Cultura e Esportes (até 11 de março), entre 13 e 18 horas, pois são apenas 30 vagas, Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 10/03/1991, capa)[121].

A matéria nos traz algumas informações importantes. Ela ajudou a divulgar o curso, dando oportunidade àqueles que não tinham tido conhecimento das inscrições falando do último dia para realizá-lo. Mas uma coisa que chama a atenção é a forma como Pupa Gatti inicia seu texto. Percebe-se que a cultura e o teatro no Espírito Santo estavam quase que findados. Até os anos 70 houve um período de "efervescência" no teatro, mas de lá até a década de 90 ela quase que inexistiu. O texto escrito pela jornalista, que também veio do teatro, tem toda uma poética e acaba sendo mais a frente justificado pela fala de um entrevistado. Veja imagem da matéria, a seguir:

> Atento desta vez a outros diálogos, o diretor Paulo de Paula bate palma para o Curso Livre de Teatro. É espectador voraz do que está por vir. "Acho muito importante, especialmente para a formação da platéia. De uma platéia mais consciente. Só assim teremos espetáculos melhores". Paulo diz que houve renovação, apesar de um tempo de calmaria ocorrido depois dos anos 70. "O que existe é uma necessidade maior de continuidade", pondera. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 10/03/1991, capa) [122].

[121] GATTI, Pupa: *FAFI começa curso de teatro – renovar palco e platéia é, em essência, a proposta de nove professores escolhidos.*
[122] Idem.

A GAZETA

Caderno Dois

Vitória (ES), domingo, 10 de março de 1991

Fafi começa curso de teatro

Renovar palco e platéia é, em essência, a proposta dos nove professores escolhidos

Pupa Gatti

Pura magia: o teatro capixaba está sendo redescoberto. Os que sempre brincaram ou falaram sério no palco abandonaram a barca. O mar entre as cortinas está vazio. Quem se habilita? O Curso Livre de Teatro, a ser aberto no dia 18 deste mês na Fafi, recruta os novos marujos. A viagem promete ser exaustiva mas com final feliz.

Todo mundo pensa igual: a secretária de Cultura Vera Viana (idealizadora do projeto), a coordenadora Márcia Gaudi, os nove professores escolhidos — Renato Saudino, Wlad Castiglioni, Eliezer de Almeida, Erlon Paschoal, Isaú Firm, Marcos Conká, Oscar Gama, Natércia Lopes e Colette Dantas, e até mesmo quem ficou de fora da sinopse. No total, o curso atinge 500 horas/aula, com encontros diários de segunda a sexta, de 19 às 23 horas, até final de julho.

Tão animador como o final é o começo dessa história: ninguém paga nada para se inscrever e aprender. Como nada é perfeito, existem algumas considerações para você entrar na nau dos escolhidos. Primeiro, a festa é proibida para menores de 16 anos. O comprovante de escolaridade do 1º grau completo também é fundamental. Do mesmo modo, xerox da identidade e duas fotos 3 x 4. Corra até a Secretaria de Cultura e Esportes da Prefeitura (até 11 de março), entre 13 e 18 horas, pois são apenas 30 as vagas.

Dividido em dez itens, o Curso Livre de Teatro atende a um desejo de grande parte dos jovens que costumeiramente se reúnem em oficinas. Teatro e dança, segundo Vera Viana, são as duas modalidades de arte mais procuradas entre os cursos gratuitos oferecidos pela Prefeitura. Resta apenas saber se o entusiasmo do início de namoro se mantém por outros meses. Além de noções sobre direção e interpretação, o aluno vai somar a seu currículo estudos sobre iluminação, sonoplastia, literatura dramática, produção, corpo, voz, cenário e figurino. A história do teatro capixaba também não fica de fora.

O psicólogo e escritor Oscar Gama se ocupa deste último tema. É um dos que apostam na idéia de olhos fechados. "O curso é aberto — o que é bom, o tratando-se de arte — já que a palavra liberdade é importante para qualquer artista, e pode ser um embrião para a escola de teatro. E o teatro capixaba carece de pensamento. A gente não tem uma crítica sistematizada sobre teatro. Quando ela existe, os atores se sentem gratificados".

Experiente no assunto — Oscar escreveu várias peças e dois livros básicos sobre o tema, **História do Teatro Capixaba — 395 anos**, editado pela Fundação Cultural do Espírito Santo, e **Teatro Romântico Capixaba**, com selo do Departamento Estadual de Cultura e Instituto Nacional de Artes Cênicas —, percebe mil benefícios em um curso como este. A produção acadêmica cresce, o contato com outros centros aumenta e as oportunidades aparecem, resume. Parceiro dos dois trabalhos citados, os originais da **Sócio-Psicanálise da Cultura Capixaba** (de autoria de Oscar Gama, a ser lançado pela José Olímpio) funcionam como cartilha para os iniciantes.

A professora de Educação Artística Colette Dantas vai dar aulas de teatro pela primeira vez. Vai ensinar como é dividir por dois o prazer de atuar e de criar figurinos e cenários, com base em pauta extensa. O curso é importante? "Muito, pois a gente começa teatro aqui como cego em tiroteio. E o curso vai dar embasamento para o ator descobrir se quer brilhar na Rede Globo ou enfrentar o teatro capixaba. É muito difícil fazer teatro nesta terra".

De volta à terra natal, depois de passar pela Suíça e outras paisagens, Eliezer de Almeida virou malabarista de seus próprios compromissos. Tantos e tantos. Oficina com funcionários da Caixa Econômica, ensaios da peça **A Gaiola de Avatsiu** (estréia no dia 15 de junho no Carlos Gomes) e brevemente as aulas na Fafi. Sua intenção: "Esclarecer o que é realmente o teatro. E, para isso, tenho que conhecer as pessoas, cada um tem sua história".

Em sua sala, a interpretação vai ser o ponto de partida. "Sem querer que as pessoas interpretem como eu, mas procurem sua forma de trabalho, despertem. O personagem é que deve estar presente, não o ator. O ator tem que conhecer tudo, tem que participar de tudo. Não só do teatro mas das coisas ao redor. E o iniciante te ensina muito".

Apesar do encargo, o diretor Renato Saudino pensa em transformar suas aulas não em centro de formação de diretores, "mas em tratamento globalizado para formação de atores". Unindo pesquisa de personagens, estilos de interpretação e análise de cenas, Renato pretende exercitar os alunos utilizando textos com um mínimo de indicações possível. A base vai ser o teatro realista. Como professor de sonoplastia, recorre ao clássico de Roberto Gil Camargo — **Sonoplastia no Teatro** — na hora de passar o bê-a-bá. "Quero fazer muitos exercícios para provocar o pessoal. Se eles tiverem saco de chegar até o final, vão sair da Fafi com uma mala de informações. O problema, é que o pessoal muito novo ainda não tem arquivo das emoções vividas".

O iluminador Wlad Castiglioni acumula elogios de toda ordem. A fama já cruzou mares mas ele acha pouco o que tem a dizer. "Minha formação é uma formação de trabalho e das oficinas que fui realizando. O ensino nesta área, hoje, é muito precário. Vou tentar fazer um trabalho sem muito formalismo. Vou dar a parte técnica de aprendizado de montagem e iluminação como tema de linguagem".

Isaú Firm, que ensina produção, usa e abusa da prática para riscar a realidade. "A gente precisa colocar o pessoal no vo na área. Acho sensacional o curso. Vou ensinar que eles podem entrar de cabeça, dar cheques pré-datados, e três meses depois pagar a dívida. É o jeitinho capixaba de fazer teatro".

Atento desta vez a outros diálogos, o diretor Paulo de Paula bate palmas para o Curso Livre de Teatro. É espectador voraz do que está por vir. "Acho muito importante, especialmente para a formação de platéia. De uma platéia mais consciente. Só assim teremos espetáculos melhores".

Paulo diz que houve renovação, apesar de um tempo de calmaria ocorrido depois dos anos 70. "O que existe é uma necessidade maior de continuidade", pondera. "Basicamente porque não há retorno financeiro que justifique empenhos muito grandes". Os atores Luiz Tadeu Teixeira, Eliezer de Almeida, Beto Costa, Du Pirã e Joelson Fernandes e Robinho estão na lista de seus preferidos.

Opções para entrar em cena

■ **Iniciação Teatral**. Início: 25 de março, com aulas às segundas, terças e sábados. Inscrições: 223-8087. O ator Milton Neves coordena os encontros semanais, voltados essencialmente para os interessados em teatro que nunca tiveram oportunidade de estudar a matéria. Paralelamente, Milton assiste aulas no Rio com o ator Cecil Thiré e ensaia uma comédia adulta do capixaba Wilson Nunes, com estréia prevista para abril.

■ **Teatro na Educação**. Início: 12 de março, com aulas três vezes por semana. Inscrições: 225-7821. O diretor César Huapaya (formado em Artes Cênicas e pós-graduado em Teatro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), juntamente com a atriz Rosa Andrade, aposta na socialização de crianças excepcionais a partir de exercícios corporais utilizados no teatro.

■ **Projeto Taba**. Início: 17 de março, em Santa Tereza, com aulas em horários e dias variados. Inscrições: Escola Mauro Braga, e Associação Comunitária Kolping, naquela cidade. O curso de teatro vai ser dirigido por Eleazar Pessoa.

■ **Iniciação Teatral**. Início: março, às segundas e quartas. Inscrições: secretaria da Escola Albina (em frente ao Palácio do Governo), onde o curso será ministrado. As aulas são organizadas pelo professor Eleazar Pessoa.

■ **Linguagem corporal dos performers**. Início: março, com aulas às terças e quintas. Inscrições: Conservatório de Dança (Fortunato Ramos, 142), onde as aulas serão dadas. Tel: 222-5721. César Huapaya coordena os exercícios e os estudos teóricos.

Duas idéias em cartaz

Teatro Galpão. Se o tempo acordar na ilha alguns mecenas, é certo que o público capixaba ganhe um novo teatro. Sobram espaço — na Reta da Penha (um grande galpão atualmente desocupado) —, boa vontade de seu proprietário — o ator, diretor de teatro e artista plástico José Augusto Loureiro — e incentivo da classe. O mercado também agradece, entusiasmado, a idéia. Pena que falte dinheiro. Com a retração dos incentivos oficiais, o projeto vem navegando em maré mansa.

— Escola Latino-Americana de Artes Cênicas. O sonho de seu idealizador, César Huapaya, é antigo. Criar em Vitória uma escola que abra para o alunos a porta dos ensinamentos básicos nesta área. A intenção é formar um público, uma platéia e um elenco capaz de diferenciar um ator de um diretor, cenógrafo, iluminador, maquiador, e assim por diante. Enfim, situar o aluno dentro de um palco teatral. O projeto está pronto mas depende da aprovação do Departamento Estadual de Cultura. É possível que nenhuma definição ocorra neste campo antes da posse do novo Governo.

Palavras de atriz e autora

Foto de Marylô Dulio

Neste final de verão, a secretária de Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Vitória, Vera Viana, daria tudo para mudar de papel. Há aproximadamente um ano a escritora e atriz trocou o cenário de sua atuação, mas a saudade não ficou para trás. Vera ama o teatro. E agora, quando surge um curso nesta área nos moldes em que ela sempre sonhou, a coisa aperta.

"Sinto falta do palco. Às vezes até sonho com isso. É como se faltasse alguma coisa em mim — o ir para o teatro ensaiar. Escrever não, já é uma coisa solitária, da madrugada", revela a secretária. Até para compensar o vazio, Vera está trabalhando dois textos. Um, ainda inacabado, sacode a burocracia. "De como ela consome horas e horas na vida da gente e a coisa não anda". Se a peça chegar ao final, entra em cena com cinco personagens em meados de abril.

A segunda história não foge do balcão burocrático. Gira em torno da administração vagarosa e impertinente, frequente em nossas instituições. E Vera esclarece: "Sempre joguei pedras no telhado dos outros. Agora virei a vidraça. Meu personagem é músico e pega uma estação de rádio para organizar. Sempre fiz isso: escrever minhas dificuldades, meus conflitos".

Como se vê, por pura impossibilidade de tempo, Vera Viana não vai pisar no enredo da Fafi. O jeitão, então, é resmungar. "Eu queria ser aluna ou queria estar dando aula. Não me conformo em estar de fora".

Vera Viana: "Sinto falta do palco, dos ensaios"

Glamour Studio Sonora

Antes

Depois

Grátis Um Mini-Poster A Cores 10 x 15

Promoção Do Mês
Grátis Um Mini-Poster A Cores 10 x 15
De: Cr$ 1.980,00
Por Apenas: Cr$ 000,00
100% De Desconto.

GLAMOUR STUDIO SONORA
Rua Duque de Caxias, 272 - Centro. próximo à Pça. Costa Pereira
Fones: 223.1465 e 223.7896.

Por Apenas Cr$000,00, Marque Um Encontro Com Sua Beleza.

No Glamour Studio Sonora, você tem um encontro marcado com sua beleza. Aqui, maquiadoras, cabeleireiras e fotógrafas profissionais dão o realce exato à sua beleza. Ligue 223-1465 e 223-7896 e marque agora mesmo sua sessão fotográfica a cores. Sua beleza vai agradecer.

Imagem 11 - Luta da Secretária Vera Viana para utilizar o espaço da FAFI para a Cultura e reabri-la, mesmo em escombros, inaugurando o primeiro Curso Livre de Teatro da FAFI.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

O primeiro Curso Livre de Teatro aconteceu na Fafi quando ainda o prédio estava em escombros, abandonado em sua estrutura física. O curso teve início em 18 de março de 1991, com trinta alunos e aulas de segunda a sexta das 19 às 23 horas, inicialmente proposto para terminar até o final de julho com carga horária de 500 horas. Estendeu-se até o mês de setembro com carga horária de pouco mais de 360 horas.

A ação da prefeitura teve respaldo da sociedade e da imprensa. O I Curso Livre de Teatro era mesmo uma necessidade, tanto da classe artística como da sociedade pelo demonstrado pelos alunos que não se preocuparam em estudar em meio a escombros. *A Gazeta* faz entrevistas com os primeiro alunos da "nova" Fafi cultural. Veja matéria da imagem a seguir:

A GAZETA

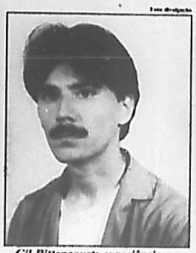
Caderno Dois

Vitória (ES), sexta-feira, 26 de abril de 1991

Kátia Regina: maior interesse pela área de cenário e direção

Eliezer Almeida, professor: a vida exige mais que encanto

Regina Carbello, aluna: "Serei atriz nem que seja pra ser avó"



Gil Bittencourt: experiência no teatro junto às comunidades

Júlia Duarte: "Meu lugar é em cima do palco, atuando..."

Na Fafi, o sonho dos palcos

A primeira turma do curso de Teatro da Fafi investe no aprendizado e aposta no futuro

Pupa Gatti

Da janela da Fafi (onde diariamente toma forma o curso de teatro promovido pela Prefeitura Municipal), todo mundo vê a vida passar. Fonte de inspiração é o que não falta. Pequenos roubos, crianças cheirando cola, engarrafamentos de trânsito, passeata de trabalhadores passam na rua em vaivém. Na sala de aula, 23 alunos (25, quando todo mundo comparece, dos 30 iniciantes) aprendem a colocar em cena o que se passa lá fora.

Terça-feira, 22h30m. O professor Renato Saudino, responsável pela disciplina Direção Teatral, "tira" Nelson Gonçalves do bar imaginário pelos alunos e encerra as atividades. Dois dias antes de completar dois meses, muita gente já pulou foram. Teatro? "Não era bem isso que eu queria".

Quem resistiu deve manter a coragem até para enfrentar ladrão de verdade. Não fosse a agilidade de corpo, adquirida na certa com o ballarino Marcos Conká (mestre da cadeira Corpo no curso), Cristiane e Marcos não teriam escapado tão impunemente das mãos do ousado malandro que resolveu importuná-los exatamente nesse dia, na saída.

O casal correu de volta à Fafi. O ladrão também correu mas por pouco não cai durinho no chão. Atendo a todo o movimento, um senhor ocasional lhe endereçou um tiro firme de revólver, que não bateu no peito do "herói" por pura sorte. "Isso não é nada, comenta alguém da turma. Todo dia acontece alguma coisa. Falta policiamento".

Ainda em obras, o prédio elegante só deixa acesas as luzes de uma sala grande, colada à Avenida Jerônimo Monteiro, e do hall de entrada. Acomodados em carteiras de colégio, as tradicionais, o grupo selecionado (190 inscritos para 30 vagas) tem compromisso firmado de segunda a sexta, de 19 às 22 horas. Além de Renato e Marcos Conká, ele ouve atento as explicações da cantora lírica Natércia Lopes, do diretor Oscar Gama, da atriz Colette Dantas, do professor Erlon Paschoal e do ator Eliezer Pessoa.

Júlia Duarte, apesar das recomendações da mestra Natércia, ainda não definiu seu nome artístico. É Júlia Duarte mesmo, com muito prazer. Suas pretensões? Grandiosas. Nada de brilhar em terras capixabas. Brincalhona e destemida, casada e falante, 23 anos, estudante de Comunicação na Ufes, dá poucos rodeios para chegar aonde quer — o palco iluminado.

"Minha realização acontece na aula de Interpretação. É aí que vejo que meu lugar é em cima do palco, atuando. Nem atrás nem na frente. Pretendo mesmo ser atriz". Rindo, Júlia diz que não tem vergonha de dizer que nunca fez curso de teatro, não conhecia nada de teatro. "Agora estou começando a realizar meu sonho", apesar dos pesares familiares.

"Eu vivo a aula de interpretação, eu viajo, entro dentro daquilo que eu quero fazer". E o companheiro, dá força? Mais ou menos, insinua. "Ele mexe com construção". A irmã, dez anos mais velha, é quem aplaude sua escolha. Mas com seu apoio ou sem ele, Júlia não pretende abandonar o barco.

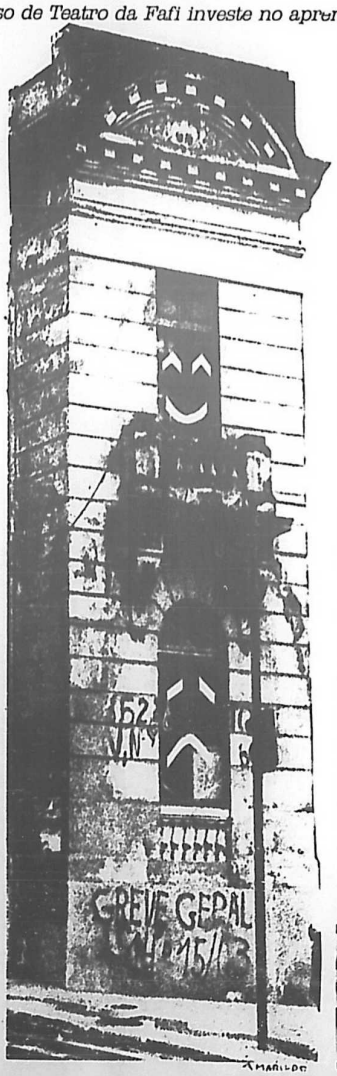
Não é só ela quem age assim. A paulista Regina Carbello prova que não. "O teatro é a arte de dar a luz a um novo personagem". Ela repete a observação de Eliezer Pessoa, apenas para declarar seu amor ao teatro. "Esta foi até agora a melhor definição de teatro dada pelo meu professor de Interpretação. Quer dizer, o autor ou atriz pode se dar ao luxo de criar o que quiser no palco. E isso me fascina".

Em volta da Fafi, o palco da vida, com roubos e cheiro de cola

Em São Paulo, Regina ensaiou, decorou diálogos e monólogos e leu textos teatrais dos 14 aos 24 anos. Depois, casou e mudou. Há 14 mora em Vitória, em Coqueiral de Aracruz. Para não abrir mão dessa paixão, iniciou um trabalho com crianças no colégio. A primeira peça, **A Baratinha**, não demorou a ser montada. Elogios e elogios, e Regina prossegue com seus 18 pequenos atores em busca de aventuras. "Quero ser atriz de qualquer jeito, nem que seja para ser avó. A aula de Interpretação é sua preferida. Direção e sonoplastia vêm logo atrás, mas entram em seu coração mais moderadas. "O curso está ótimo. Todas as dúvidas que eu tinha estou esclarecendo agora".

Gilcenário Bittencourt Cardoso, quebra a hegemonia feminina (20 mulheres para apenas 10 homens) mas não altera o entusiasmo. "O curso está muito bom. Tenho gostado muito das aulas de interpretação. Tenho me identificado muito com as aulas de Eliezer, o ponto máximo do curso. O nível dos professores é muito bom".

Apesar de tantos caminhos, Gil é seguro quando diz: "Atuar é o que mais gosto de fazer. Inevitavelmente, a gente acaba indo para a área que tem mais a ver com o nosso íntimo. O diretor é a pessoa que pensa em tudo. E eu sou muito displicente. Se fosse dirigir um espetáculo, com certeza, faltaria algum detalhe. O Élson Rubens é que tem uma capacidade muito grande para dirigir".



Élson nem todo mundo conhece. Ele é diretor de duas montagens encenadas por Gil — **Vida Curta** (85, 2º lugar no Festival de Teatro Amador realizado no Teatro Carlos Gomes) e **Por que não Eles?** (que enfoca a falta de sentido da guerra). Gil sabe bem sua importância na carreira que escolheu pois, se não tivesse aprendido a gostar do teatro com Élson, dificilmente enfrentaria o tempo nebuloso do fazer teatral com este ânimo.

Em Tabuazeiro, onde mora, Gil atua com o grupo Fertilidade. E o curso veio como oportunidade de aprimoramento no ofício. "Procurei o curso porque acho que não basta a pessoa ser autodidata. Busquei mais a parte técnica. O dom, a vocação, a gente já tem, falta agora lapidar, burilar", esclarece o ator.

Atento aos espetáculos locais, Gil cita sempre o pessal da terra entre os seus preferidos.

Nível é bom e os alunos destacam as aulas de interpretação

Um bom ator? "Altair Caetano, acho ele fantástico". Uma boa atriz? "Suelena de Andrade. Ela tem pouco tempo de palco, três anos, mas interpreta muito bem" (por mero acaso, Suelena é sua esposa, parceira constante de cena. Juntos, estrelaram **Fiel da Balança** no bairro Eucalipto (o roteiro analisa a mulher como ponto de equilíbrio da família), que Gil planeja ver remontado em Tabuazeiro.

Se o cenário é a telinha, a admiração muda de figura. Paulo Autran passa a ser o "supra-sumo da arte dramática brasileira", sobram elogios para Cássio Gabus Mendes e José Mayer, e, no trono a rainha Beatriz Segal reina sozinha. Gil atesta: "Ela foi brilhante como Odette Roittmam na novela".

Cristiane Rodrigues, 17 anos, só concorda com o colega de classe em um ponto: "Gosto mesmo de interpretação". Na hora de dar 10 à grande estrela, seu voto vai para Marília Pera. "Resolvi fazer o curso por um monte de coisas. Sempre sonhei com teatro. Não tenho nenhuma experiência". Como manequim e modelo, Cristiane vê o curso como uma complementação da carreira. "Penso em dar continuidade". Ao citar uma peça de teatro, a lembrança pára por perto — **Cantar Olá** — exibida no Sesi. Em nível nacional, "não me lembro de nada no momento".

E, para os professores do Curso Livre de Teatro da Fafi, como é ganhar de presente um bando de meninas e meninos apaixonados por alguma coisa que ninguém sabe bem o que é, como se faz e no que vai dar? O ator Eliezer Pessoa prefere deixar no ar a resposta: "Quando você opta pelo teatro o encanto inicial deve se tornar paixão".

Na prática, sua teoria tem dado certo. Raros conseguem ficar indiferentes à magia de uma encenação. "O iniciante tem muita agitação para desenvolver um trabalho", observa Elieser, "mas já se pode perceber algumas pessoas que estão se destacando. A relação de vida, hoje, exige muito mais do que encanto".

O fundamental, para Elieser, é cada um saber para que está ali. Não só para ser ator. "E vão aparecendo pessoas que vão demonstrando uma relação legal com a aula. É legal essa coisa do despertar, da descoberta. A princípio é a descoberta. A gente está buscando a unidade", nota o professor.

Talento é um personagem importante nesta trama mas como bem educador, Elieser reviste à empatia e dá tempo ao tempo. "É um tanto quanto cedo para apontar nomes. Com minha sutileza vejo as pessoas que estão ali. Este início é importante pois a prática facilita a desinibição. É a fase do autoconhecimento orgânico de cada um".

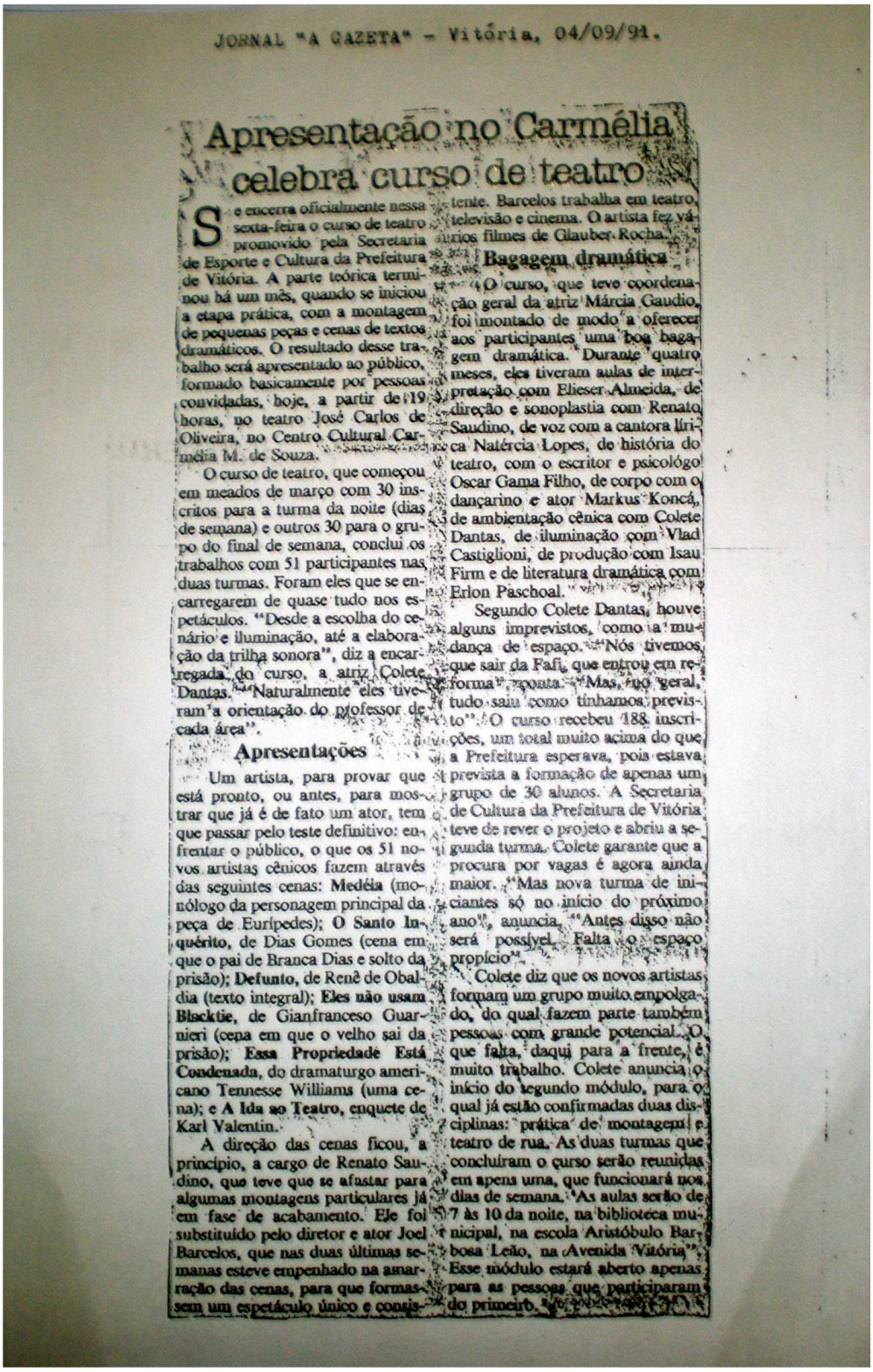
Pouco preocupada com dons de qualquer espécie, Kátia Regina Chagas está adorando as aulas. "Desde pequena sempre fui muito ligada a esta área de teatro. A vontade despertou mesmo quando passou a peça **O Ateneu**. Achava que nunca ia ter acesso a isso, até que minha mãe leu no jornal a matéria dizendo que ia começar um curso de teatro. Sempre tive curiosidade em saber sobre o que acontecia no palco. Uma coisa que está me interessando muito é a disciplina Cenário e também Direção. Quando chego aqui a hora passa".

MECÂNICA E PEÇAS
OFICINA, PEÇAS E ACESSÓRIOS, TODA SEGUNDA FEIRA.

Imagem 12 - Entrevista com a 1ª Turma do 1º Curso Livre de Teatro da FAFI, *A Gazeta* de 26/04/1991
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Imagem 13 - Fotos dos alunos do I Curso Livre de Teatro, em aula de interpretação ministrada pelo professor e ator Eliezer de Almeida
Fonte: Arquivo particular da autora

A apresentação de encerramento aconteceu no dia 06/09/1991 no Teatro Maria Carmélia de Souza. O Jornal *A Gazeta* publica em 04/09/1991 matéria com seguinte título: Apresentação no Teatro Carmélia celebra curso de teatro. No folder do convite para o encerramento do curso a secretaria de cultura da época, Vera Viana expõe as seguintes palavras: “O I Curso de teatro da Fafi é um reflexo prático de nossa intenção de democratizar a informação e dar ênfase aos projetos de fomentação cultural, buscando a articulação dos três principais fatores de nosso trabalho na área de cultura: Formação; Informação; Difusão”. Veja jornal ilustrando:



JORNAL "A GAZETA" - Vitória, 04/09/91.

Apresentação no Carmélia celebra curso de teatro

Se encerra oficialmente nessa sexta-feira o curso de teatro promovido pela Secretaria de Esporte e Cultura da Prefeitura de Vitória. A parte teórica terminou há um mês, quando se iniciou a etapa prática, com a montagem de pequenas peças e cenas de textos dramáticos. O resultado desse trabalho será apresentado ao público, formado basicamente por pessoas convidadas, hoje, a partir de 19 horas, no teatro José Carlos de Oliveira, no Centro Cultural Carmélia M. de Souza.

O curso de teatro, que começou em meados de março com 30 inscritos para a turma da noite (dias de semana) e outros 30 para o grupo do final de semana, conclui os trabalhos com 51 participantes nas duas turmas. Foram eles que se encarregarem de quase tudo nos espetáculos. "Desde a escolha do cenário e iluminação, até a elaboração da trilha sonora", diz a encarregada do curso, a atriz Colete Dantas. "Naturalmente eles tiveram a orientação do professor de cada área".

Apresentações

Um artista, para provar que está pronto, ou antes, para mostrar que já é de fato um ator, tem que passar pelo teste definitivo: enfrentar o público, o que os 51 novos artistas cênicos fazem através das seguintes cenas: **Medéia** (monólogo da personagem principal da peça de Eurípedes); **O Santo Inquérito**, de Dias Gomes (cena em que o pai de Branca Dias e solto da prisão); **Defunto**, de Renê de Obaldia (texto integral); **Eles não usam Blacktie**, de Gianfranceso Guarnieri (cena em que o velho sai da prisão); **Essa Propriedade Está Condenada**, do dramaturgo americano Tennesse Williams (uma cena); e **A Ida ao Teatro**, enquete de Karl Valentin.

A direção das cenas ficou, a princípio, a cargo de Renato Saudino, que teve que se afastar para algumas montagens particulares já em fase de acabamento. Ele foi substituído pelo diretor e ator Joel Barcelos, que nas duas últimas semanas esteve empenhado na amarração das cenas, para que formassem um espetáculo único e consistente. Barcelos trabalha em teatro, televisão e cinema. O artista fez vários filmes de Glauber Rocha.

Bagagem dramática

O curso, que teve coordenação geral da atriz Márcia Gaudio, foi montado de modo a oferecer aos participantes uma boa bagagem dramática. Durante quatro meses, eles tiveram aulas de interpretação com Elieser Almeida, de direção e sonoplastia com Renato Saudino, de voz com a cantora lírica Natércia Lopes, de história do teatro, com o escritor e psicológo Oscar Gama Filho, de corpo com o dançarino e ator Markus Koncá, de ambientação cênica com Colete Dantas, de iluminação com Vlad Castiglioni, de produção com Isau Firm e de literatura dramática com Erlon Paschoal.

Segundo Colete Dantas, houve alguns imprevistos, como a mudança de espaço. "Nós tivemos que sair da Fafi, que entrou em reforma", conta. "Mas, no geral, tudo saiu como tínhamos previsto". O curso recebeu 188 inscrições, um total muito acima do que a Prefeitura esperava, pois estava prevista a formação de apenas um grupo de 30 alunos. A Secretaria de Cultura da Prefeitura de Vitória teve de rever o projeto e abriu a segunda turma. Colete garante que a procura por vagas é agora ainda maior. "Mas nova turma de iniciantes só no início do próximo ano", anuncia. "Antes disso não será possível. Falta o espaço propício".

Colete diz que os novos artistas formam um grupo muito empolgado, do qual fazem parte também pessoas com grande potencial. O que falta, daqui para a frente, é muito trabalho. Colete anuncia o início do segundo módulo, para o qual já estão confirmadas duas disciplinas: prática de montagem e teatro de rua. As duas turmas que concluíram o curso serão reunidas em apenas uma, que funcionará nos dias de semana. "As aulas serão de 7 às 10 da noite, na biblioteca municipal, na escola Aristóbulo Barbosa Leão, na Avenida Vitória". Esse módulo estará aberto apenas para as pessoas que participaram do primeiro.

Imagem 14 – Matéria sobre a apresentação de encerramento do 1º Curso Livre de Teatro da FAFI, no teatro Carmélia.
Matéria do jornal *A Gazeta*
Fonte: Arquivo particular da autora

Nas imagens a seguir, informações sobre o encerramento da 1º Turma do Curso Livre de Teatro:

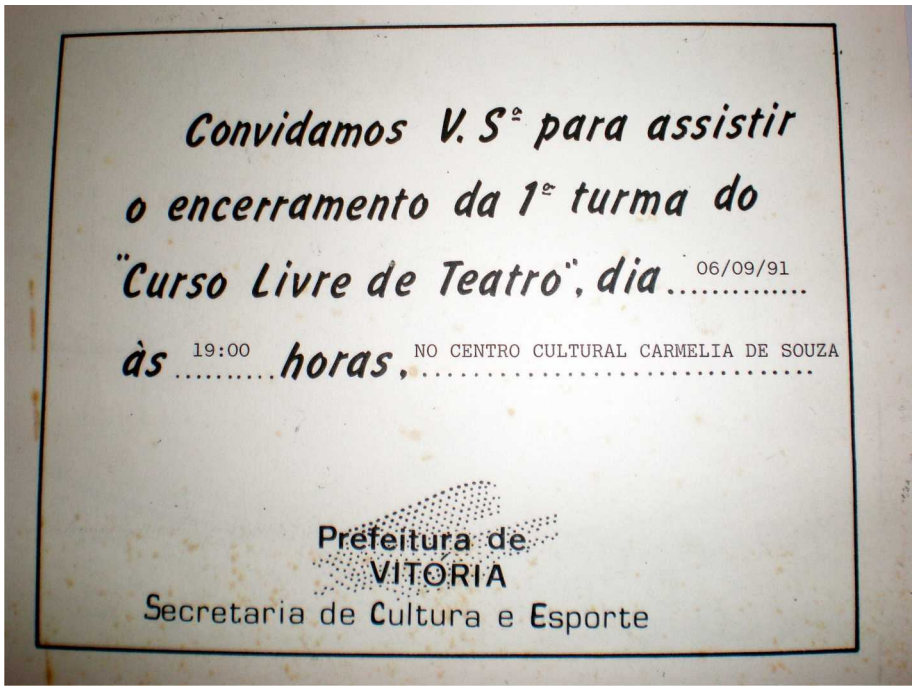
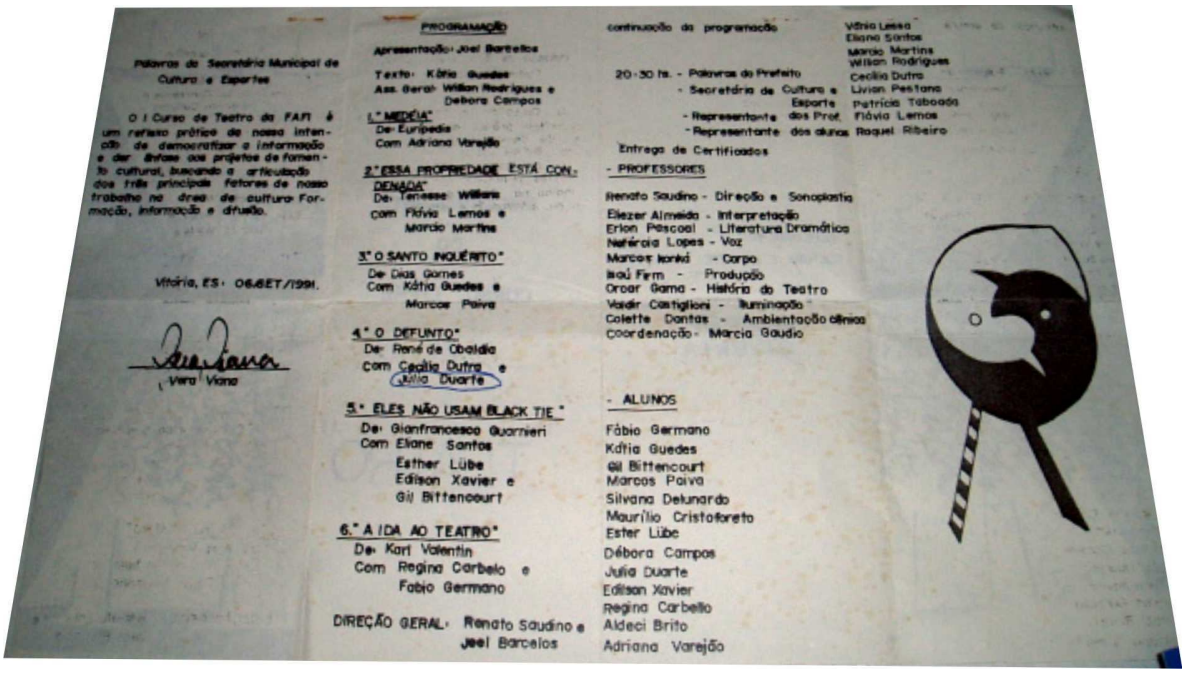


Imagem 15 - Convite do encerramento do 1º CLT
Fonte: Arquivo particular da autora

Imagem 16 - Folheto de programação 1.
Fonte: Arquivo particular da autora



Palavras da Secretária Municipal de Cultura e Esportes

O I Curso de Teatro da FAFI é um reflexo prático da nossa intenção de democratizar a informação e dar ênfase aos projetos de fomento cultural, buscando a articulação dos três principais fatores de nosso trabalho na área de cultura: Formação, informação e difusão.

Vitória, ES: 06/SET/1991.

Vera Viana

PROGRAMAÇÃO

Apresentação: Joel Barcelos

Texto: Kátia Guedes

Ass. Geral: Willian Rodrigues e Debora Campos

1.ª MEDÉIA"
De: Eurípedis
Com Adriana Varejão

2.ª ESSA PROPRIEDADE ESTÁ CONDENADA"
De: Tenesse Williams
Com Flávia Lemos e Marcio Martins

3.º O SANTO INQUÉRITO"
De: Dias Gomes
Com Kátia Guedes e Marcos Paiva

4.º O DEFUNTO"
De: René de Obaldia
Com Cecília Dutra e Julia Duarte

5.º ELES NÃO USAM BLACK TIE"
De: Gianfrancesco Guarnieri
Com Eliane Santos
Esther Lübe
Edilson Xavier e
Gil Bittencourt

6.º A IDA AO TEATRO"
De: Karl Valentin
Com Regina Carbelo e Fabio Germano

DIREÇÃO GERAL: Renato Saudino e Joel Barcelos

continuação da programação

20:30 hs. - Palavras do Prefeito
- Secretária de Cultura e Esporte
- Representante dos Prof.
- Representante dos alunos

Entrega de Certificados

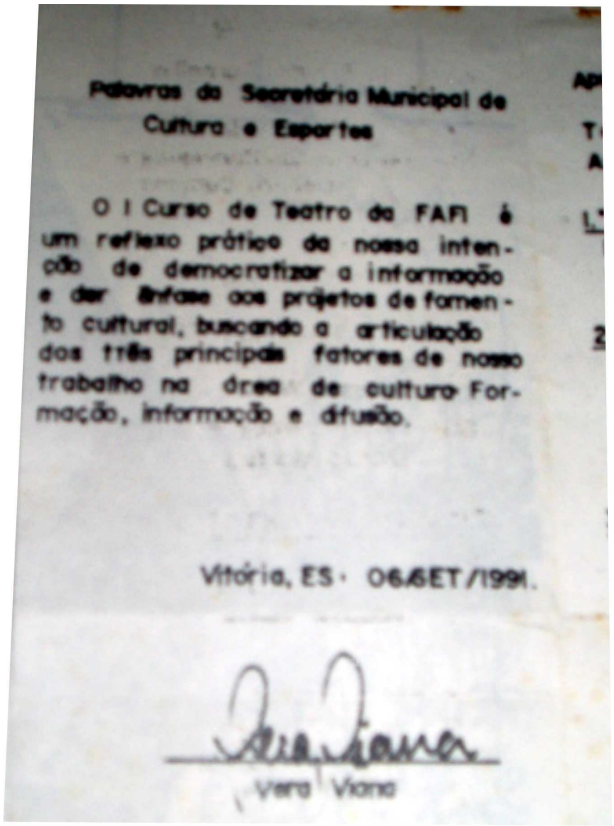
- PROFESSORES

Renato Saudino - Direção e Sonoplastia
Eliezer Almeida - Interpretação
Erlon Pascoal - Literatura Dramática
Nefércia Lopes - Voz
Marcos Ikonká - Corpo
Isaú Firm - Produção
Oscar Gama - História do Teatro
Valdir Castiglioni - Iluminação
Colette Dantas - Ambientação clínica
Coordenação - Marcia Gaudio

- ALUNOS

Fábio Germano
Kátia Guedes
Gil Bittencourt
Marcos Paiva
Silvana Delunardo
Maurílio Cristoforeto
Ester Lübe
Débora Campos
Julia Duarte
Edilson Xavier
Regina Carbello
Aldeci Brito
Adriana Varejão
Vânia Lessa
Eliana Santos
Marcio Martins
Willian Rodrigues
Cecília Dutra
Livian Pestana
Patrícia Taboada
Flávia Lemos
Raquel Ribeiro

Imagem 17 - Folheto de programação 2.
Fonte: Arquivo particular da autora



Palavras da Secretária Municipal de Cultura e Esportes

O I Curso de Teatro da FAFI é um reflexo prático da nossa intenção de democratizar a informação e dar ênfase aos projetos de fomento cultural, buscando a articulação dos três principais fatores de nosso trabalho na área de cultura: Formação, informação e difusão.

Vitória, ES: 06/SET/1991.

Vera Viana

Imagem 18 - Fala da Secretária de Cultura no folheto de programação 2.
Fonte: Arquivo particular da autora

Logo após a formação da turma**,** em 06 de setembro de 1991, com a apresentação de encerramento no Centro Cultural Carmélia, surgem demandas para novos cursos. Daquele curso em diante a Fafi nunca mais foi à mesma. Dezenas de cursos foram ministradas na Fafi a partir de então. Depois de reaberta em janeiro de 92 e oficializada Escola de Artes em fevereiro, a Fafi nunca mais fechou suas portas. Dessa data em diante a Fafi vem sendo palco de vários acontecimentos culturais: lançamentos de livros, exposições, cursos, workshops, palestras, apresentações de peças, mostras, bailes dos artistas, declamações de poesias, programações musicais como o projeto *Via Fafi* que foi o lançamento de coletâneas de Cd's.

4.2 A Escola de Artes Fafi

Em 25 de janeiro de 1992[123], a administração de Vitor Buaiz, inaugura a Fafi, com o prédio totalmente reformado e restaurado, passando a funcionar como Escola de Artes Fafi[124]. São oferecidas diversas oficinas de curta duração em diversas áreas artísticas: do teatro à fotografia, da dança à cerâmica, da musicalização ao cinema[125].

Em fevereiro de 1992, a Escola já havia recebido muitas doações feitas por grandes empresas:

> A Escola de Arte Fafi já recebeu mais de Cr$ 30 milhões em doações de equipamentos e utensílios. A informação foi dada pela secretária de Cultura

[123] Data da inauguração do prédio com uma programação intensa de inauguração. Mas a lei que cria a Escola de Artes Fafi é a lei nº. 3.788 de 18/02/1992.

[124] Inaugurada enquanto Escola de Artes na gestão do Prefeito Vitor Buaiz e da Secretária Vera Viana. A secretaria na época denominava-se Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Vide tabela 1.

[125] Deny Gomes, também história viva da Fafi, faz seu depoimento, nos Escritos de Vitória. Retrata com veemência a sensação desse momento da recuperação do prédio: "Mas a memória poderosa da história da Fafi e a necessidade de recuperar seu espaço para a arte e a cultura da cidade deram forças aos cidadãos de Vitória e do Espírito Santo, artistas e intelectuais, jornalistas e estudantes, gente do povo e lideranças políticas que, com retorno pleno da democracia, se reuniram num grande projeto de recuperação do prédio e criação da Escola de Artes da Fafi. Empresas, pessoas, órgãos governamentais mobilizaram-se para fazer renascer a antiga beleza do prédio e modernizá-lo para as novas funções que a própria comunidade lhe destinou. [...] A realidade atual da Fafi demonstra a grandeza do potencial criativo de nosso povo e sua capacidade de produzir arte, cultura e conhecimento. [...] meu coração se enche de alegria por saber que também me incluo entre os que são responsáveis, por seu esforço profissional e por seu muito bem-querer, pela vida que renasceu na FAFI" (GOMES, 1994:12).

e Esportes, Vera Viana, após contato com empresas assim que o prédio foi concluído. Segundo Vera a resposta do empresariado foi rápida: A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) doará Cr$ 10 milhões em equipamentos de vídeo e a empresa Aracruz Celulose investirá a mesma quantia em equipamentos de som, iluminação e cadeiras para o teatro. A Encol Construtora Ltda., Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), Pepsi-Cola e o Mundo das Louças, doaram móveis e utensílios de cozinha. A Semce equipará até o final de fevereiro as instalações da Fafi, mas a programação da Escola de Artes já teve inicio. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 08/02/1991[126])

CADERNO DOIS

A GAZETA — Vitória (ES), sábado, 8 de fevereiro de 1992

Fafi já recebeu 30 milhões em doações

A Escola de Arte Fafi já recebeu mais de Cr$ 30 milhões em doações de equipamentos e utensílios. A informação foi dada pela secretária municipal de Cultura e Esportes, Vera Viana, após contato com empresas assim que o prédio foi concluído. Segundo Vera, a resposta do empresariado foi rápida: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) doará Cr$ 10 milhões em equipamentos de vídeo e a empresa Aracruz Celulose investirá a mesma quantia em equipamentos de som, iluminação e cadeiras para a sala de teatro. A Encol Construção Ltda, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Pepsi-Cola e o Mundo das Louças doaram móveis, equipamentos de som, geladeiras e utensílios de cozinha. A Semce equipará até final de fevereiro as instalações da Fafi, mas a programação da Escola de Arte já teve início.

Livros

A Secretaria Municipal de Cultura e Esportes (Semce) angariou cerca de 600 livros sobre arte com os dois bailes de encerramento da programação de inauguração da Fafi. Segundo Vera Viana, 50% dos livros estão em bom estado de conservação e o restante deverá passar por uma triagem. Depois de catalogados pelas bibliotecárias da Semce, os livros que não forem aproveitados para a biblioteca de arte da Fafi serão doados às bibliotecas Municipal e Volante. A Biblioteca Volante funciona em uma Kombi e percorre os bairros junto ao projeto Taba.

Cursos

Foram abertas quinta-feira as inscrições para as sete oficinas que vão ocupar as salas da Escola de Arte Fafi, a partir de março. Cerâmica, Introdução à Criação de Instrumentos Musicais Não-Convencionais, Dança, O Corpo e a Imagem, Estética e História do Teatro, Atelier Livre de Pintura e Iniciação ao Teatro para Adolescentes são as oficinas oferecidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Esportes (Semce). As inscrições estarão abertas de 9 às 21 horas, na Fafi, até dia 20 deste mês.

Os primeiros cursos da Fafi oferecem à comunidade 254 vagas. A maior parte dos cursos tem 30 vagas, com exceção das oficinas de Introdução à Criação de Instrumentos Musicais Não-Convencionais e Ateliê Livre de Pintura. Estas duas oficinas terão 9 e 15 vagas, respectivamente. O Curso Permanente de Dança terá duas turmas com 30 vagas cada, clássica e jazz/moderna. A duração dos cursos será de três meses a um ano.

Hélio Dórea

Jantar bem amigo

● Maria Alice, sempre alinhada, e Carlos Lindenberg Filho recebeu em seu apartamento, sábado, para um delicioso jantar em torno de seu grupo de amigos. O encontro teve como finalidade comemorar os aniversários da própria **hostess** e de Lurdinha Milanezi, Doris Ayres, Therezinha Saleme, Odely Fontana Pinto, Nagé Negrão e Emílio Wallace Nemer.

● Participação de Nely Negrão, Emílio Wallace Nemer, Sebastião Milanesi, Guilherme Ayres, Manoel Dias Pinto, José Saleme, Ivelize e Darcy Arpini, Letícia e Otacílio Azevedo Traud e Carlos Mariano Peixoto, Odete Fontana Leal, Ethel e César Mendonça e Bernarda e Ronaldo Gomes.

Agitos em Guriri

Imagem 19 - Arquivo Vera Viana (8 de fevereiro de 1992)

[126] O único jornal obtido para pesquisa não possuía numeração da página.

A restauração da Fafi em parte mexeu com os corações de seus antigos freqüentadores. Restaurar o prédio não é o mesmo que reconstruir o passado. Adentrar aquele espaço para alguns era o mesmo que temer ver uma nova Fafi, onde seus momentos se encontram somente em suas lembranças ou no clima que a própria estrutura arquitetônica mostra [127].

[127] Em sua crônica, no Escritos de Vitória – Fafi, a jornalista e Membro da Academia Espírito-santense de Letras, Marzia Fiqueira observa algumas situações com seu olhar carregado de sensações confirmadas mais adiante pela crônica do, já falecido, historiador, ex-aluno e importante pessoa para nossa cultura, Miguel Depes Talon: "Hoje, o prédio foi restaurado, cores mais suaves substituem o cinza triste do passado, e aceita com jeito as boas-vindas as pessoas que lhe deram nova vida". [...] Há um espanto geral na casa, que se espalha pelas salas, uma saudade de outros jovens que nelas fizeram suas primeiras descobertas, cultivaram suas primeiras ilusões, sofreram suas primeiras decepções.
Mas estes se foram, para não mais voltar. Porque, mesmo que retomem, o andar um pouco mais devagar, a expressão pensativa, séria, como convém aos que atingiram de certa forma a maturidade, chegam movidos pela curiosidade. O que fizeram com a Fafi? Perguntam-se. E espiam, com um sentimento parecido com o ciúme, os novos espaços abertos, ou fechados, pela reforma e recuperação.
A Fafi estava abandonada [...] Mas, se enquanto esteve relegada ao desamor, entregue a seu destino que parecia inglório, pertencia mais e mais aos que nela estudaram, hoje, renascida, tem novos donos. Exigentes, indiferentes. Sem lembranças para lembrar junto, pra rir ou pra esconder uma furtiva lágrima..Então, a memória lhe pega peças enquanto o coração lhe bate forte" . (FIQUEIRA:43-44 *).
* FIGUEIRA, Marzia. A Fafi do nosso amor. In: *Escritos de Vitória. 3. Fafi*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Vitória, fevereiro de 1994:43-44.
Esses olhares identificados por Marzia Figueira, são encontrados num texto da mesma coletânea de contos e crônicas: "Confesso que, assim que encerraram as obras de restauração do prédio da antiga Fafi, não me animei a ir vê-la. Não que a Fafi não me sensibilizasse. Nada disso. É que eu receava que na restauração, como nos antigos sacrifícios astecas, lhe extraíssem o coração. E não de outra. Passado algum tempo estive na Fafi para o lançamento de um livro def fotos do Centro de Vitória, feitas por Humberto [refere-se aqui a Humberto Capai, fotógrafo conhecido], e com texto de Rubem Braga e Luís [grafado assim, mas é Luiz] Guilherme Santos Neves, livro, aliás, editado graças à Lei 'Rubem Braga' [Talon foi um dos responsáveis pela elaboração da Lei Rubem Braga].
Era noite e até que havia muita gente. Conversa vai, conversa vem, fui adiando meu encontro com o passado. Mas num dado momento, em que me achei, providencialmente, sozinho, dispus-me a ter, também a minha visita ao mito Orfeu e me mandei na direção do passado. de fato, a restauração, em princípio, foi impecável, tudo nos trinques: o salão nobre das esquentadas assembléias [refere-se ao teatro da Fafi nos anos 60, as salas de aula, o friso de madeira nas paredes, as janelas, quase tudo. Digo, quase tudo, porque deixei a verificação do coração para o final. E, como temia, tinham extraído o coração e, em seu lugar, tinham erigido uma bela praça, quase como um anfiteatro, onde em ocasiões especiais funcionaria um bar.
A essa altura, o prezado leitor que só conhece a Fafi restaurada deve estar se perguntando a que parte, mais especificamente, estou a me referir, em relação à velha Fafi. Bem, quanto ao local, tenho certeza de que não haverá dificuldade. Trata-se da pracinha, onde, nos áureos tempos – mais precisamente nos 60 – funcionava a cantina do diretório, com o salão de bailes da Fafi. [...] Agora, a velha Fafi é só memória, e quando olho, desolado, para a praçinha, onde havia a cantina do diretório, pesa-me, no peito, um vazio maior que o Penedo. Mas lembrando-me de Álvaro Moreyra, para quem ' a felicidade nunca morre inteiramente...a gente é sempre um pouco feliz da felicidade que teve', cerro os olhos, e vejo a velha cantina, e ouço sons, e há conversas e, quase sem sentir, saio em busca da sala do discotecário, para que Zé Carlos coloque a toca ' São Francisco', Assim que Waleska chegar" (TALON *, 1994:49 a 51**).
* Ex-aluno da FAFI e historiador, Miguel Depes Talon foi quem concebeu o texto da LRB junto ao professor Renato Pacheco e Rogério Medeiros.
* * TALON, Miguel Depes: Assim que Waleska chegar. In: *Escritos de Vitória. 3. Fafi*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Vitória, fevereiro de 1994, p.49-51.

A Fafi vira a atenção do momento e surpreende as expectativas da procura pelos cursos oferecidos gratuitamente. Vinte e três dias após a inauguração do prédio e a um dia da oficialização enquanto Escola de Artes (lei nº. 3.788 – 18/02/92), a Fafi ganha destaque no jornal *A Gazeta* em 17/02/1992. O jornal reserva novamente capa e página inteira do caderno de cultura sobre os acontecimentos na Fafi, que no passado teve períodos de badalação e que volta a ser movimentada – grupo, escola, faculdades, bailes etc. Agora por um novo público, uma nova demanda devido a uma nova oferta: Artes. Divulgada pela imprensa e portas abertas com sua programação a Fafi oferece diversos cursos gratuitos e atrai muita gente. As imagens a seguir mostram o destaque que a impressa da época deu a abertura da Fafi

A GAZETA

Caderno Dois

Vitória (ES), segunda-feira, 3 de fevereiro de 1992

Foto Allem Lopes

O prédio reformado terá mostras de vídeo e Carnaval durante este mês

Fafi: após a festa, trabalho

Teatro, salas de dança e reunião, biblioteca e set de vídeo. São muitas as opções da Escola de Artes

Christina Abelha

Muito trabalho aguarda os coordenadores da Fafi. Com o término das comemorações de reabertura do espaço cultural, o cotidiano vai trazer um público ávido de conhecimento e formação artística. Para isto foi montada uma operação de guerra, com funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, segundo informou a secretária Vera Viana.

O projeto da Escola de Artes, que funciona no prédio da Fafi, foi aprovado pela Câmara Municipal de Vitória, mas o quadro de funcionários não. Isto gerou um problema para a coordenação da Escola que, após a semana de festas, abre matrículas para diversos cursos e começa uma programação diária, com mostras de filmes e funcionamento da biblioteca municipal.

"Estamos com essa operação que denominei de "guerra", porque foi uma emergência. O quadro de funcionários não foi aprovado pela Câmara e precisávamos começar as atividades da Fafi. A solução foi convocar os funcionários da própria Secretaria e dar plantões extras", conta Vera. A situação deve ser resolvida assim que acabar o recesso dos parlamentares.

Fora esse contratempo faltam alguns detalhes para colocar a Escola em pleno funcionamento. As salas não estão totalmente aparelhadas e Vera Viana espera conseguir "padrinhos" para cada uma. "Já contatamos trinta e cinco empresas e vinte já deram sua contribuição. Estamos conseguindo tudo graças ao empresariado capixaba e vamos agradecer fazendo com que cada um seja padrinho de uma sala", diz a secretária. A praça também não está pronta mas a obra está sendo ultimada. Lá vai funcionar um anfiteatro para shows e um quiosque com lanchonete e bar.

A programação

Apesar disso, segunda-feira é dia normal para o novo espaço cultural da cidade. Foram organizadas três mostras de vídeo: uma sobre os 500 anos de América, que acontece de 1º a 23 de fevereiro, diariamente, às 18 horas. Entre os filmes estão **A Missão** e o seriado feito pela RAI, **Cristovão Colombo**, todos selecionados pelo jornalista Amylton de Almeida. A segunda mostra é sobre Carnaval e vai de 24 a 28 de fevereiro, em duas sessões diárias: 12 e 18 horas. A terceira é uma **Retrospectiva do Cinema** com filmes de Chaplin, Fellini, Bergman, Glauber Rocha e muitos outros. Esta mostra acontece de 1º a 23 de fevereiro, às 12 horas. O objetivo, segundo Vera Viana, é ter sempre uma diversão gratuita para quem estiver no centro da cidade na hora de almoço ou depois do trabalho.

Mas nem só de filmes viverá a Fafi. A partir de segunda-feira o espaço está aberto de 9 às 23 horas com suas doze salas funcionando a todo vapor. Um pequeno teatro, sala de dança, salas de reunião, biblioteca, salas de vídeo (já existe um acervo de cerca de fitas à espera de quem queira ver os filmes no esquema de empréstimo, numa das salas equipadas para este fim), sala para ensaio de peças, espaço para leitura de revistas e jornais e salas de multiuso para cursos de artes e oficinas. As inscrições para os cursos vão de 6 a 20 de fevereiro. O início das aulas está previsto para o dia 8 de março.

Os cursos

Os cursos foram definidos a partir de discussões com as comunidades. Atendendo às suas reivindicações, a Secretaria de Cultura e Esportes coloca à disposição da população nove opções. **Oficina Permanente de Dança** com balé clássico para crianças de 7 a 13 anos, jazz para adolescentes, de 13 a 18 anos, balé moderno, para adultos, com horário a ser definido e professores que serão indicados pelo Sindicato dos Artistas (Sated). Curso **O Corpo e a Imagem**, coordenado pelo jornalista Amylton de Almeida, com duração de um ano. Este curso conta com a participação de 22 professores de diversas áreas, entre elas, história, literatura, artes plásticas, medicina, antropologia, arquitetura, fotografia, economia, física, psicanálise. Todos da Universidade Federal do Espírito Santo. O projeto tem o apoio da Ufes e do Sindicato dos Jornalistas, e será ministrado à noite. **Iniciação ao Teatro para Adolescentes**, duração: três meses. O Curso de **Teatro para Adultos:** um ano. **Curso de Cerâmica**, com o ceramista capixaba Zailton Ferreira Alves: três meses. **Oficina de Artes Plásticas**, com a artista Ivanilde Brunow, duração: três meses.

Curso de Confecção de Instrumentos Musicais, com um músico Jorge Pombo. Para este curso só existem nove vagas, a duração é de três meses. **Curso de Reciclagem em para Profissionais em Artes.** Esta da reciclagem será mais bem divulgada da depois de um encontro da Secretaria da de Cultura e Esportes com as entidadades culturais de Vitória. Todos os cursos são gratuitos, mas o material a ser utilizado durante as aulas pelos as alunos é de responsabilidade do próprio aluno. E, fora o Curso de Confecção de Instrumentos, há trinta vagas.

Atividades paralelas

Na segunda quinzena de março, dois espetáculos vão ser apresentados no teatro de bolso da Fafi: as peças **Hallou Creuzodete**, do multimídia Milson Henriques, e **No Reino Dourado**, do ator, escritor e jornalista Alvarito Mendes Filho. O grupo que vai apresentar **No Reino Dourado** foi formado pelo curso de teatro que foi dado na Fafi no ano passado, durante a reforma do prédio.

A Galeria de Arte e Pesquisa da Ufes vai ocupar parte do espaço térreo da Escola de Artes. Os coordenadores da galeria já estão elaborando o calendário de exposições. Além disso, o andar térreo vai abrigar inicialmente 15 mil livros da Biblioteca Municipal, que funcionava na Escola Municipal de Primeiro Grau Aristóbulo Barbosa Leão. Serão três salas: duas para livros didáticos e uma para livros de arte. A troca de ingressos para os dois bailes, na Fafi, por livros de arte é para ajudar a criar o acervo da segunda sala.

O espaço é de todos

A proposta da secretária Vera Viana é de que a Fafi seja um espaço onde as pessoas possam ensaiar, levar suas peças, fazer reuniões de trabalhos artísticos e ter lazer. Por isso, as salas são de multiuso. Servem para cursos e oficinas, para palestras, para ver filmes, sem maiores transtornos com mudanças e obras para adaptações.

Existe ainda um projeto em andamento que vai agitar os cinéfilos capixabas. É o convênio que a Secretaria está firmando com o Instituto Brasileiro de Cultura (Ibac) para trazer equipamentos de cinema que possibilitem um curso de seis meses de montagem, produção, roteiro, direção, iluminação e tudo que abranja a parte técnica do cinema. Está prevista a compra de telões possibilitando a instalação de uma sala de exibição cinematográfica. "Tudo para muito breve", afirma Vera Viana.

"Espero que a Fafi seja um espaço de socialização do conhecimento humano e de lazer. Este espaço é uma reivindicação das entidades culturais e da antiga cooperativa dos jornalistas, que sempre lutou por ele. Todas as capitais do Brasil têm sua Escola de Artes. A Fafi veio preencher esta lacuna que havia em Vitória. Um pouco tarde talvez...", lamenta a então escritora e diretora de teatro, hoje secretária de Cultura e Esportes de Vitória. Antes tarde do que nunca.

Amylton de Almeida

Procura agrada coordenador

O coordenador do minicurso **O Corpo e a Imagem**, que aconteceu na semana de reinauguração da Fafi, jornalista Amylton de Almeida, está otimista com relação ao curso que vai dar, agora com duração de um ano. Foram abertas 30 vagas e quinze pessoas ficaram de fora. O interesse dos que fizeram o curso até o fim, 23 pessoas, foi muito grande, e o rendimento dessas pessoas "foi ótimo" para Amylton.

Para ele, esta semana foi um preâmbulo do que vai ser o curso com 22 professores dando noções das mais diferentes áreas. A novidade de trabalhar com um público tão heterogêneo não assustou Amylton, que achou a experiência estimulante.

Além de trabalhar os alunos neste curso, Amylton ficou encarregado de selecionar 100 títulos de vídeos a serem exibidos nas três mostras que acontecem a partir desta semana.

Um projeto que preserva a estrutura e cria condições para aulas deu à cidade uma nova Fafi

Renato Saudino

Um curso de direção para atores

A convite da Prefeitura de Vitória, o ator e diretor de teatro Renato Saudino coordenou o curso de direção para atores, uma discussão sobre o processo de criação dos diretores. Sua proposta inicial era para que os atores conhecessem o outro lado da câmera, para auxiliar na direção. As 25 vagas oferecidas tiveram que ser ampliadas para 48. "Entrou gente que não tinha nem iniciação em teatro", conta Saudino. Para suprir o desconhecimento de parte dos alunos foi acrescentada alguma coisa sobre iniciação.

Apesar desse contratempo, Renato ficou satisfeito com a experiência e já está sugerindo à Prefeitura que divida as turmas do curso de teatro que vai dar a partir de março. "Acho que foi uma maravilha, superou as expectativas. O trânsito das pessoas na Fafi é maravilhoso e as pessoas estão levando os cursos a sério", afirma Saudino.

O horário da manhã dificultou o acesso ao curso, mas Renato gostou tanto do resultado que vai propor seminários noturnos para discutir direção teatral, além do curso que vai dar.

Imagem 20 – matéria sobre a FAFI após a abertura e sua movimentação.Fafi: após festa trabalho, 13 de fevereiro de 1992.

A GAZETA

Caderno Dois

Vitória (ES), segunda-feira, 17 de fevereiro de 1992

Renovada, a Fafi oferece vários cursos gratuitos e atrai muita gente

A arte de porta aberta

Pupa Gattl

Imagem 21 – matéria (A arte de porta aberta) 17/02/1992.
Fonte: foto de imagem escaneada com defeito

4.3 Fafi como Escola de Teatro e Dança

Em 1998, na administração de Luiz Paulo Veloso Lucas, começa uma discussão em torno de que caminho a Fafi deve seguir. Ou se continuava no formato administrativo de Centro Cultural ou se transformava a escola com formação específica em Teatro e Dança. Essa mudança de ações para um foco específico de atuação da Escola se dá em ocorrência de movimentos sociais reivindicatórios de classes. Argumentava-se na época que já havia espaços que formavam mão-de-obra qualificada em outras áreas como as Artes Plásticas (oferecida pela Ufes), a Música pela Escola de Música do Estado, mas não havia nenhum órgão responsável pela formação de qualidade em Teatro e em Dança. Hoje há rumores de um rediscutir a Fafi para uso de sua proposta inicial, a qual, segundo alguns representantes de classes, era mais democrática. No ano de 2000 o prefeito sanciona lei que altera a estrutura organizacional da Secult e normativa outras providências como a alteração da denominação da Fafi, lei nº 5.144 de 25/04/2:

> Art. 1º. A Escola de Artes Fafi, da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Vitória, passa a denominar-se Escola de Teatro e Dança Fafi.

4.4 Fafi gerenciada por uma ONG

O novo modelo de gestão implementado pela Secretaria de Cultura de Vitória onde a Fafi passaria a ser administrada por uma organização não-governamental não foi visto, em um primeiro momento, com bons olhos por parte dos professores e alunos da escola. Desde sua institucionalização enquanto Escola de Artes em 1992, a Fafi sempre foi administrada pela Secretaria de Cultura.

A insatisfação começou pelos alunos que se manifestaram em forma de protesto pedindo transparência ao processo licitatório da contratação da organização que iria gerir a escola. Na noite de segunda-feira do dia 24 de março de 2003, após reunião entre a direção da escola e corpo discente, estes se reuniram e decidiram criar o grêmio estudantil Amylton de

Almeida. Conduzido pelo aluno Victor Barros da turma de teatro, a reunião foi composta por 70 pessoas que ouviram "um manifesto em defesa da escola":

> Os alunos estão descontentes com os rumos da escola que será gerida por um outro modelo, tranformando-se numa organização social, passando a ser administrada por uma empresa e saindo da alçada da Secretaria de Cultura de Vitória. Eles estão recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado que será remetido ao governador, ao prefeito de Vitória e a Câmara Municipal. No manifesto repassado à imprensa, os autores reclamam que o processo de licitação para a escolha da empresa vencedora está mascarado. O texto cita uma empresa de administração, que seria assessorada por uma ONG. Além disso, segundo o manifesto, o futuro nome que assumiria a direção da Fafi seria de uma professora aposentada da Ufes. O atual diretor da Fafi, Marcus Frizzera, diz desconhecer essas informações. [...] Ele avisou que a Secretária de Cultura, Luciana Vellozo, vai conversar com os alunos, na quinta-feira (24 de março), às 18h30min, na Fafi. [...] A lei que tira a gestão da Fafi da Secretaria de Cultura é a 1.811, de 30/12/2002, jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, quarta-feira, 26/03/2003:5).

Não eram somente os alunos que se encontravam insatisfeitos com o processo. Na época o ex-diretor do Teatro Carlos Gomes, ator, diretor e roteirista, autor do vídeo *Costa Pereira*, Rômulo Mussielo, também sustentava a importância da classe artística participar desse processo. Na mesma matéria Rômulo demonstra sua opinião: "Não concordo com a forma como ele é feito. Se as mudanças estão acontecendo de forma velada, há que se questionar a forma como esta licitação está sendo apresentada ao público"[128], aconselhou no encontro.

Para esclarecer as mudanças de gestão implementadas em sua gestão, a secretária de cultura Luciana Vellozo Santos redige um documento subscrevendo também o subsecretário João Carlos Simonetti. O documento foi disponibilizado no site da prefeitura, descrevendo, explicando e justificando o novo formato de gestão da Escola que passa a ser administrada por uma Organização Social. O documento relata o teor da reunião entre a secretária, gestores da secretaria de cultura e alunos da FAFI na reunião de quarta-feira:

> Um dos pontos mais ressaltados foi que a FAFI continua pública e gratuita, e que as mudanças não podem ser confundidas com privatização nem terceirização. A Prefeitura de Vitória continua responsável pelos resultados

[128] *A Gazeta* 29/03/2003 caderno dois p.5.

> obtidos na Escola, que seguirá a política cultural de Vitória. (Luciana Vellozo, documento divulgado, na época, no site da PMV).

A reunião aconteceu no auditório da Fafi. Este ficou completamente lotado com as presenças de pais de alunos, funcionários da escola e professores. Todos preocupados com o novo modelo de gestão. Durante a reunião várias dúvidas foram colocadas pelos presentes para serem esclarecidas pela secretária:

> Além de pública e gratuita a escola continuaria oferecendo os cursos de teatro e dança; a responsabilidade sobre a escola continuaria sendo da secretaria que cobraria resultados da entidade administradora "que assumir a Fafi". [...] As pessoas questionaram o processo que culminou na lei por ele não ter sido discutido, inicialmente, com os alunos, pais, professores e funcionários. O subsecretário alegou que tudo correu normalmente na Câmara de Vereadores. 'A lei foi aprovada em dezembro, na Câmara, que é um órgão competente para discutir leis', explicou, mas o público não concordou. A reunião [houve outra na quarta com os professores] aconteceu uma semana depois da publicação do decreto 11.550, que regulamenta a lei. Segundo material divulgado pela secretaria de cultura 'a seleção da entidade para gerir a Fafi será feito através de processo de seleção: serão convidadas todas as entidades qualificadas como organização social no âmbito do município de Vitória e que tenham por finalidade o desenvolvimento da cultura. Jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 29/03/2003:5).

Na mesma matéria foi divulgada que no dia seguinte a reunião, na sexta-feira, dez alunos e participantes do grêmio Amylton de Almeida fizeram um manifesto no semáforo em frente a escola, vestidos de palhaço, distribuindo panfletos entre pedestre e pedindo apoio a manifestação: " 'Até terça-feira (01 de abril) vamos entrar com uma denúncia nos ministérios públicos federal e estadual questionando a constitucionalidade da lei e denunciando a falta de lisura nesse processo'. Informou o membro do grêmio, Francisco de Assis". jornal *A Gazeta* (CADERNO DOIS, 29/03/2003:5). No documento, a então secretária Luciana Vellozo, objetivamente explica que como vai ser o novo modelo de gestão, afirma que a Fafi continuará sendo uma escola pública, gratuita e com qualidade, que a prefeitura vai fiscalizar e acompanhar de perto o processo de gestão da OS. Explica o que é uma organização social e como um modelo vem somar para a melhoria da escola e que a grade de cursos e professores não mudaria, dentre outros pontos:

> O novo modelo de gestão trará vantagens para o funcionamento da Escola com a contratação dos professores em condições estáveis, o que cria melhores condições de trabalho do corpo docente. Trata-se de uma maior agilidade administrativa, o que vai facilitar a realização de obras e manutenção de serviços de qualidade. A possibilidade de captar recursos externos com os benefícios da Lei Rouanet é vantagem.
> Este modelo administrativo já foi implantado com sucesso em diversos órgãos, como a TVE Brasil, já citada, ligada à Presidência da República, o Dragão do Mar de Arte e Cultura, ligado ao Governo do Ceará, e diversos órgãos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (Luciana Vellozo Santos, Secretária de Cultura de Vitória).

Apesar de toda manifestação contrária, o IACC assumiu a gestão da Escola até o término do contrato. O IACC esteve a frente da gestão da Fafi entre 21/08/2003 a 28/02/2005, conforme cláusula nona do contrato de gestão SEMC nº. 001/2003, assinado entre a Secretaria de Cultura e o Instituto. Na sua prestação de contas após o término do contrato o Instituto informou em documento amplamente divulgado pela imprensa, a confecção e distribuição de um kit multimídia contendo um CD-ROM, para demonstrar suas ações e uso de recursos.

A secretaria de Cultura do Município não possui nenhuma documentação de uma prestação de contas geral de finalização dos trabalhos no IACC, segundo a secretária de cultura, Maria Helena Signorelli. Procurados os dois ministérios públicos, municipal e estadual, nenhum processo foi encontrado. Os nomes dos dois alunos, o criador do prêmio Victor Barros e o Francisco de Assis que informou a imprensa sobre a denúncia ao MP, foram procurados nas fichas da Escola FAFI, em sua secretaria e não foram encontrados[129].

4.5 Fafi volta a ser administrada pela SEMC

A partir do dia 03/03/2005, a gestão da Fafi voltou às mãos da Secretaria de Cultura de Vitória. Um dia depois do prazo de vigência do contrato com o IACC. Na época, a Secretária de Cultura, Maria Helena Signorelli, falou a imprensa dos motivos:

[129] Pesquisa realizada junto à secretaria da FAFI em maio de 2008.

> Segundo a secretária, a decisão de reassumir a Fafi é para avaliar se o modelo anterior era o mais adequado. Até julho, destacou, "um levantamento será realizado com o intuito de mostrar o melhor modelo de gestão e apontar o caminho. Optamos por não prorrogar o contrato para ter um tempo de avaliar o trabalho. Não está descartada a hipótese de o modelo anterior – terceirizado – voltar", acrescentou. Ela ressaltou que segmentos ligados à cultura que não estavam satisfeitos com o modelo antigo serão ouvidos, assim como alunos e comunidades. Jornal A Tribuna (AT2, 01/03/2005:7).

Quanto ao relatório comunicado em 2005 à imprensa, este não foi feito pela secretaria, segundo informações da própria secretaria Maria Helena Costa Signorelli. A secretaria explica ainda sobre a decisão de a Escola voltar a ser administrada pela administração direta:

> A decisão da FAFI não continuar sob a gestão do IACC, não foi uma decisão pessoal, mas sim administrativa da gestão atual da prefeitura, que extrapola até a própria Secretaria de Cultura. Assim que assumi a secretaria me inteirei sobre a FAFI e fiquei sabendo que havia uma denúncia no Ministério Público questionando o processo licitatório da organização social que, na época viria administrar a Escola. Baseado nesta denúncia feita pelos alunos da FAFI, solicitei a Auditoria Geral da Prefeitura uma avaliação sobre o processo. O resultado da avaliação demonstrou que alguns procedimentos fundamentais na licitação não foram cumpridos e mediante estes fatos a Procuradoria Geral da Prefeitura emitiu um parecer desfavorável a renovação do contrato de gestão da FAFI com o IACC. Gostaria que ficasse bem claro que o problema da questão licitatória foi exatamente no início do processo da escolha da instituição e não sobre questões da gestão realizada pelo Instituto de Artes Cênicas Capixaba quanto a administração de recursos, procedimentos administrativos, montagem de grade curricular e nem contratação de professores, por exemplo. (Entrevista cedida a autora por Maria Helena Signorelli, em Vitória, no dia 04/04/2008).

Quanto ao processo administrativo de solicitação de auditoria não consegui acesso. Também não tive mais acesso a nenhuma dúvida e explicações de informações complementares até o fechamento desta dissertação, depois de inúmeros contatos e solicitações. Não foram obtidas respostas também quanto as seguintes questões: quais os termos da denúncia feita ao MP? Quais os procedimentos que não foram seguidos durante o processo de escolha da instituição? Que procedimentos licitatórios são esses? Faltou o cumprimento de normas regidas pela lei de licitação nº. 8.666? Outras questões ficaram

mostrando assim a dificuldade do trabalho de pesquisa tanto com a história oral quanto ao acesso a documentação oficial.

A decisão da administração em volta a gerir a Escola foi uma escolha administrativa, apesar da secretaria se esquivar em uma resposta direta sobre o assunto:

> Com o término do contrato teria que ser feito um novo procedimento para contratação de uma nova entidade e isso demanda muito tempo. Por isso retomamos a gestão direta da FAFI até que pudéssemos estudar qual modelo traria mais benefícios para a Escola, os funcionários e os alunos. Também nesse tempo tivemos que reestruturar a Secretaria de Cultura para se adequar a nova visão do modelo de gestão da nova administração tendo como prefeito João Coser.
>
> Ocorre que várias questões devem ser levadas em conta e estamos estudando cautelosamente o modelo ideal. Mesmo assim as atividades da escola nunca foram prejudicadas, nem antes e nem depois do término do contrato. Uma coisa importante que nossa gestão pôde medir é que um modelo de gestão feito por uma organização social traz muitos benefícios, como agilidade de ações gestoras/administrativas sim, mas que houve nesse tempo também certo distanciamento entre a gestão da escola e a relação com a comunidade. Detectamos isso conversando com pais dos alunos, freqüentadores da escola, representantes de entidades culturais, enfim, ouvimos a sociedade e este ponto ficou bem claro.
>
> Nossa decisão de continuar gerindo a Fafi se fundamenta na possibilidade de se estarmos mais próximos da comunidade, poder detectar o que será melhor para a Escola levando em conta suas reais necessidades. Esse termômetro direto nos ajuda até mesmo a pensar numa política cultural vinculada as necessidades solicitadas pelo morador da capital.
>
> Um dos instrumentos para medir o que estamos falando é a avaliação institucional que a Fafi realiza com os alunos, pais, professores e funcionários e para esta avaliação instituímos uma comissão representativa que hoje se compõe com cerca de 21 pessoas[130]. Os resultados dessas avaliações é que geram elementos que nos orienta a concretizar um plano de trabalho. Essas avaliações demonstraram um ponto importante para nós da gestão: a grande necessidade da escola hoje é que ela venha ser reconhecida pelo Ministério da Educação como uma escola técnica regular. Por exemplo, o curso de dança já tem nove anos de existência e muitos pais nos questionam que seus filhos ficam três, quatro, cinco anos fazendo curso na Fafi, que é um tempo igual ou às vezes maior que um dispensado a um curso superior, e não tem um diploma, apenas um certificado sem validade como um curso técnico. Conseguir esta regulamentação é nosso grande compromisso com a sociedade e nossa principal meta para a Escola.

[130] São feitas de quanto em quanto tempo? Quantas já foram feitas O que elas detectaram? Sem resposta posterior obtidas, apesar de inúmeras tentativas de marcação de entrevista, e-mails, telefonemas.

> Alcançando este objetivo deixamos para o município uma construção política cultural de estado e não de governo onde uma vez regulamentada, sempre regulamentada. Ai não importa se a Fafi terá administração direta ou via instituições terceirizadas.
>
> Estamos buscando nos adequar as diretrizes da Sedu, do Conselho Estadual de Educação buscando viabilizar uma série de exigências e procedimentos, como discutir e montar grade de disciplinas, definição de missão, filosofia da escola e tantos outros, para finalizar o Projeto Político Pedagógico e Artístico da FAFI para regulamentá-la como Escola Técnica. Para isso já contamos no quadro administrativo com uma pedagoga. Uma das exigências que atendemos e pretendemos protocolar na câmara o projeto de lei até dezembro de 2008. (Entrevista cedida a autora por Maria Helena Costa Signorelli, em Vitória, no dia 04/04/2008).

Quando perguntada sobre um modelo de gestão, se a secretaria possui algum documento, delimitando teórica e tecnicamente a gestão cultural do município, a secretaria disse não ter nenhum documento formalizado:

> Estamos organizando diversas questões da cultura para então delimitarmos isso como um plano. O que seguimos é um planejamento geral adotado em toda administração da gestão Coser que possui três grandes eixos estratégicos que são: o desenvolvimento sustentável com inclusão social, a democratização da gestão pública e a defesa da vida e respeito aos direitos humanos. Na cultura de um modo geral buscamos elementos para adequar a esses pilares. Dentre eles está a questão de se pensar a Fafi como uma necessidade social. A Fafi é mais que uma escola é um centro cultural, é um centro de vivência. É um dos poucos equipamentos culturais que temos hoje no Estado.A Escola hoje é referência em todo o Brasil sendo considerada como uma da três melhores escolas de dança do Estado [131]. Hoje a cultura é uma demanda que apareceu como ponto específico do orçamento participativo de 2007.
>
> Uma outra questão fundamental para o desenvolvimento de uma política cultural consolidada para o município e que venho buscando é o retorno do Conselho Municipal de Cultura, que desde que assumi busquei saber e este estava desarticulado há alguns anos. Já demos entrada com um projeto de lei na Câmara [132] em que o conteúdo deste projeto trata da reestruturação do Conselho adequando-o as diretrizes da nova gestão administrativa. O Conselho é de suma importância como um veículo de democratização do fazer cultural. Através dele institucionalizamos as demandas da sociedade e propomos que sua representatividade dá mais espaço para essa democracia política cultural quando delegamos partilhar sua representatividade em paridade, ou seja: 50 por cento do Conselho representado pelo poder

[131] Eleita como? Foi realizada alguma pesquisa? Sem resposta posterior obtida.
[132] Projeto de lei que cria e normatiza a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, de 20/03/2008, assinado pelo prefeito João Carlos Coser referente ao processo nº 1113033/2008.

> público e 50 por cento pela sociedade através de nomes indicados por classes representantes, comunidades e instituições ligadas à cultura.
>
> Todas essas ações da gestão pública cultural da prefeitura de Vitória estão diretamente ligadas à implementação do Sistema Nacional de Cultural do qual a Cidade de Vitória assinou protocolo de intenção com o Governo Federal onde vamos adotar as mesmas diretrizes.
>
> A proposta da Secretaria de Cultural, na minha gestão, apoiada pelo prefeito João Coser é construir uma política cultural onde o que importa são os ganhos que a sociedade vai ter, dentro da visão já falada de feitos culturais de estado, que pode mudar gestões e estes feitos permanecem para sempre. Como disse, reestruturar o Conselho, regulamentar a Fafi como curso técnico são conquistas construídas em alicerces sólidos de uma política cultural cidadã". (Entrevista cedida a autora por Maria Helena Signorelli, em Vitória, no dia 04/04/2008).

4.6 Conclusão do capítulo

Uma questão que pode ser observada é que transformar idéias e projetos em ações depende da vontade e da ação dos gestores públicos. Até a criação da Secretaria de Cultura em 1985, que inicialmente começou suas atividades dividindo-se com a pasta do Esporte, não se tem registro de um plano de cultura em Vitória. Pode-se assim dizer que a cultura começou a ser pensada por iniciativas como a Coojes – Cooperativa dos Jornalistas que fizeram um movimento chamado SOS Fafi para sensibilizar o Governo do Estado em 1985 a adquirir o imóvel que a Ufes colocou a venda. Essa mobilização era para garantir que a Fafi não fosse adquirida por alguma empresa privada e se perdesse no tempo tudo o que ela representava na história da cidade de Vitória. Nesse ínterim de mobilizações que incluía jornalistas, intelectuais, artistas, estudantes de arquitetura, a Prefeitura de Vitória, por iniciativa do então prefeito Hermes Laranja dá um lance maior que o Estado e adquire a Fafi em 17/09/1987. Mas a administração do Prefeito Hermes não avançou muito por diversos motivos, dentre eles que seu mandato só contemplava três anos de função no cargo na transição do regime ditatorial para a abertura democrática.

As primeiras iniciativas de fortalecer o setor cultural vieram na gestão do Prefeito Vitor Buaiz, tendo a frente da Secretaria de Cultura e Esporte a secretária Vera Viana. Uma matéria do jornal *A Gazeta* não mede esforço em reconhecer esse fundamental processo e

avanço cultural por que passou Vitória com o título "*Uma gestão em balanço, quatro anos foram o bastante para sacudir a cidade e suas artes*" [133]. O saldo foi positivo.

Buscando um referencial do fazer cultura em Vitória, pode-se dizer que até a administração da Vera Viana, a cultura e as artes no município não possuíam expressividade e a pasta só existiu de nome. O mecanismo usado por artistas ou produtores era o tão conhecido jargão no meio cultural de "estende o pires" para os órgãos públicos e implorar uma reles ajuda. Foi assim que Vera Viana encontrou a secretaria, segundo suas próprias palavras até mesmo como autora, diretora e atriz, quando exerceu o "estender" diversas vezes: "Foi quando cheguei a secretaria era um balcão [...] não se tinha critérios para avaliar os projetos. Como trabalhar com isso?" (Vera Viana em entrevista no jornal *A Gazeta*, 04/01/1993).

Mesmo sem haver um planejamento traçado com objetivos, metas e missão bem definidos, a secretaria de cultura, entre 1989 e 1992, realizou um dos grandes trabalhos feitos até hoje e que sem esse ponto de partida nada do que se tem hoje poderia talvez existir. A secretária Vera Viana e sua equipe trabalharam com diversas diretrizes de ações, tentando inscrever a cultura em todo o processo da gestão municipal. A visão de uma cultura como direito do cidadão, além de clara foi declara pela própria secretária na entrevista ao jornal em resposta a posição da cultura num governo: "Depois de quatro anos de administração, você pode dizer qual o lugar da cultura em um programa de governo? – Talvez possa ter essa visão mais clara daqui a algum tempo [...] Cultura não é apenas Belas Artes, é tudo que é fruto do trabalho humano. E é um direito de todo cidadão. Assim como a saúde, a educação e o meio ambiente. A cultura está em todas as áreas". (Vera Viana em entrevista no jornal *A Gazeta*, 04/01/1993).

Em termos de ações realizadas essa gestão deixou um grande legado para gestão seguinte. Os primeiros e importantes passos foram realizados:

[133] Jornal *A Gazeta* 4 de janeiro de 1993. Capa do Caderno Dois.

- A criação de uma lei de incentivos (Rubem Braga) que, com apenas um ano de vigência (junho de 1991) e vigorando desde 25 de novembro de 1992, conseguiu fomentar 36 espetáculos de música e dança, 14 de teatro, 8 de cinema e vídeo, 11 de literatura, 8 de artes plásticas e capoeira, 7 de história e 1 de patrimônio, o que para Vitória era um fato nunca antes ocorrido.
- A reforma e abertura da Fafi enquanto Escola de Artes, fomentando diversos cursos, palestras, worshops, exposições, apresentações de espetáculos, ensaios, apresentações musicais, diversas oficinas e cursos em várias áreas; considerada o palco central para todas as artes;
- *Palavras da Cidade* – um projeto com várias publicações que deram visibilidade a vários escritores, pois a secretaria encaminhava diversas cópias para todas as bibliotecas e escolas em todo o Brasil;
- Projeto TABA onde eram realizadas palestras, oficinas e exibição de filmes nos bairros, propondo um acesso cultural fora do grande centro;
- *Esportes nos Bairros* com atividades para todas as idades;
- *Aniversário da Cidade*: festa em comemoração ao aniversário da cidade em todo o mês de setembro em vários pontos da cidade;
- *Rua do Lazer*: um projeto que trabalhava o resgate da memória nos bairros da ilha;
- *I Festival Nacional de Teatro da Cidade de Vitória*;
- I e II Fenavi – Festival Nacional de Cinema e Vídeo
- I II e III Autos de Natal que registram públicos de até 8 mil pessoas;
- Festa das Paneleiras (primeira edição 1989);
- Feira do Verde (primeira edição 1989);

Todos esses projetos desenvolvidos nesta gestão geraram grande repercussão e retorno para a população em geral. Infelizmente, uma característica comum quando da troca de gestões é que muitos projetos passam pela descontinuidade, ocasionando desperdício de recursos e quebrando uma linha condutora de ações. Alguns projetos ganharam tanta força que sobreviveram às mudanças, como: Lei Rubem Braga; a Fafi, mesmo ganhando novos procedimentos administrativos e de gestão; o aniversário da Cidade; *Festas das Paneleiras*

de Goiabeiras; *Feira do Verde*; *Artes na Praça*, que teve seu início na gestão do prefeito Hermes Laranja[134].

Quanto a Fafi, permanece o problema da falta de um uso mais amplo do espaço:

> A Fafi está restrita. Uma escola fechada. Até seu retorno a comunidade em geral que deveria ser uma constante no espaço não existe. A Fafi precisa urgentemente ser repensada em sua proposta. A Fafi acabou. Não se sustenta em sua proposta de escola de teatro e dança. A Fafi sumiu do mapa cultural artístico da Cidade. Cadê os artistas freqüentando lá? Não acontece. Ë um absurdo reduzirem a Fafi num espaço somente de curso técnico em teatro e dança. É dinheiro público jogado fora. Ano passado a Fafi formou apenas quatro profissionais. Uma escola de curso técnico com formação de quatro anos, formar apenas quatro alunos é um injustificável. É um desperdício de dinheiro público. Escola profissionalizante para fazer o quê, se não há mercado de trabalho no Estado, que dirá em Vitória somente.
>
> É muito triste ver o espaço da Fafi não sendo aproveitado como deveria e proporcionando a população tudo que ele poderia. O prédio se fecha aos sábados e domingos. Como pode um espaço cultural ficar fechado nesses dias? Isso afasta a comunidade. É mais que desperdício a Fafi ser apenas uma escola técnica de teatro e dança. É necessária uma escola para formação, é uma luta dos artistas. Mas a Fafi representa muito mais. Eu inclusive já conversei com os gestores municipais. O prédio não tem mais condições de, pensando tecnicamente, ser atualmente uma escola, não de

[134] Outros se perderam, como os autos de Natal e a *Rua de Lazer*, iniciados na gestão de Vitor Buaiz, e o projeto *Via Fafi*, de grande destaque, sendo realizados três edições de CDS com música e cantores capixabas, com sua primeira coletânea lançada em abril de 1993 na gestão de Paulo Hartung. Outros ganharam novas roupagens e apresentaram caráter de implantação de novos projetos, já que a perpetuação da história e da memória sempre foi relegada a último plano.

Projetos como *Palavras da Cidade*, que inovaram e geraram os *Escritos de Vitória*, além de outras publicações em novos estilos na gestão seguinte, com o prefeito Paulo Hartung e o Secretário Joaquim Beato. Outro projeto importante, que na época gerou grande movimentação, foram os *Festivais de Cinema e Vídeo* (I e II Fenavi), mas que após o término do mandato do prefeito Vitor Buaiz, foi descontinuado. Sua importância era enorme para o setor de cinema e vídeo, apoiado pela sociedade, que participou ativamente desses festivais. Em 1993 iniciou-se um projeto com as mesmas propostas, só que agora, realizado pela iniciativa privada, mas com parte de seus recursos patrocinados pela administração pública a partir de 1998 na sua 5ª edição. O *Vitória Cine Vídeo*, que teve sua primeira edição no ano de 1993 e que a partir de sua 5ª edição, em 1998, começou a receber recursos da Lei Rubem Braga, até esta última edição (15ª) em 2007.

Outros projetos tiveram início nas gestões seguintes e têm continuidade até hoje, como o projeto *Viagem pela Literatura*, iniciado na gestão Paulo Hartung e secretário Jorge Alencar. Os projetos *Cena Livre* e *Memória Viva* tiveram repercussão, mas foram descontinuados. Outro grande projeto cultural iniciado e que se inseriu de vez no calendário de eventos da cidade foi o *Carnaval de Todos os Ritmos* e o *Concerto de Natal*, iniciados em 1997, na gestão do prefeito Luiz Paulo e da Secretária de Cultura e Turismo, Cláudia Cabral. O projeto *Fazendo Arte nos Bairros*, da gestão da Cláudia Cabral, pode ser avaliado como uma remodelação do projeto *Taba* em termos de objetivos assim como ambos se desencadearam no projeto atual da prefeitura na gestão atual de João Coser e da secretária Maria Helena Signorelli, *Circuito Cultural*. Todos eles voltados a levar e fazer circular cultura fora do centro e da orla de Camburi.

teatro e dança. Existe o espaço do antigo colégio São Vicente de aula que está fechada, funcionando como local de ensaios para os grupos locais, e lá tem diversas salas. Um espaço perfeito, bom espaço onde a Fafi como escola de teatro e dança deveria se instalar. Outra coisa importante é que esse espaço, localizado na cidade alta, próximo ao Palácio Anchieta, catedral, museu e outros bens históricos, tem uma quadra, com pé direito bem alto e estrutura propícia, agora inútil, que poderia ser transformada num teatro com mais de 300 lugares. Cidade alta, um lugar hoje tranqüilo para abrigar uma escola e contribuir na revitalização do centro.

A Fafi hoje, mesmo inadequada, está direcionada para um público específico. Um prédio historicamente tão rico não pode ser reduzido a uma escola fechada. Acredito que até como a administração da escola está sendo conduzida hoje possa ser reflexo de uma fase dela administrada por uma Organização Social, o IACC que a meu ver foi uma administração famigerada. Um período de afronta à sociedade. Nessa época da administração da Fafi pelo instituto quem só podia entrar no prédio eram os alunos. As pessoas eram barradas na porta do prédio. Tinha que apresentar carteirinha. Um absurdo. O cidadão que antes entrava lá para ler um jornal não tinha mais o direito de entrar naquilo que pertence a ele também. A ele que paga impostos e não somente a um grupo restrito de pessoas com alunos, estudantes de teatro ou dança. Absurdamente nesta época não se podia falar alto dentro da escola. Eu nunca vi uma escola de teatro onde as pessoas não podem expressar suas emoções. O teatro reprimindo sua própria função que é libertar!

A Fafi ficou distante da cultura. A meu ver, hoje, a Fafi, por ser inadequada para fins pedagógicos e pela representatividade artística, cultural, educacional, política e histórica que possui, deve ser um centro de memória (com visitação monitorada) e de vivência para as pessoas que circulam pela principal avenida da cidade e para os trabalhadores do centro que não dispõem de oferta de espaço com objetividade. Em horários curtos, durante o almoço e após as 18horas, poderiam ser ofertados cursos de inclusão digital. Hoje, a escola de Teatro e Dança, somente, é exclusiva socialmente. Um discurso longe da prática da nova administração municipal. Vivemos uma nova fase de necessidades para a sociedade capixaba. A Fafi tinha que ter visitação monitorada para conter sua própria história que perpassa a própria história da cidade. Lá deveria de ter salas, espaços para contar essa história. O espaço, o prédio tem essa característica. Está mais que claro que ela não comporta mais espaço enquanto escola, mas tem todas as características deste centro histórico cultural/turístico que ela deve assumir. Nas visitas monitoradas as pessoas poderiam saber como foi cada época do prédio, o que isso representava para a sociedade, politicamente, como exemplo, levar as pessoas visitantes nos locais onde a repressão da ditadura deixava as pessoas detidas lá para fazer a gente calar a boca. Além disso, poderia ter um uso de inclusão social e digital (Entrevista cedida a autora por José Luiz Gobbi, em Vitória, no dia 15/05/2008).

Limitada como escola de teatro e dança, a Fafi perde seu foco, sua função: ser multifacetária. Um formato de centro cultural talvez comportasse melhor suas diversas possibilidades como equipamento cultural. Um lugar de circulação cultural também, um circuito de movimentos culturais, um lugar de manifestações artísticas e culturais que expressasse a diversidade existente hoje na cidade.

Gestores culturais, ao longo dos anos, após a reinauguração do prédio em 1992 planejaram atividades na Fafi e naquele espaço várias atividades têm sido realizadas. Mas do ponto de vista de um projeto de políticas culturais permanente, o espaço ficou a desejar. Nada foi feito efetivamente para que a Fafi fosse um centro gerador de novos produtores culturais. A visão de eventos temporários fez da Fafi um instrumento cultural muito limitado, em conformidade também com a visão exposta pelo entrevistado José Luiz Gobbi. Nesse sentido, a Fafi constitui um exemplo concreto dos problemas gerados pelo tipo de política cultural que vem sendo aplicada no Brasil desde os anos 90.

CAPÍTULO 5
POLÍTICAS CULTURAIS: SEUS ESTUDOS E AVANÇOS

O estudo sobre políticas culturais encontra-se em plena atividade. Em nenhum momento da história tantos trabalhos foram desenvolvidos. O aparecimento das leis de incentivo, a partir da década de 90, deu inicio a diversas pesquisas e estudos no campo da cultura. Esses estudos questionam e ajudam a redefinir o conceito de cultura para um plano mais amplo, contemplado a partir da visão antropológica, destacando a importância de lidarmos com as diversidades culturais. O artigo 215 da CF88 promove o reconhecimento dessa diversidade firmando uma nacionalidade brasileira multicultural. Essa conjuntura estimulou também, uma releitura do que se construiu nos anos 1960 na América Latina sobre a associação entre educação e desenvolvimento humano com capacidade de produção. Apesar de muitos países se desenvolverem economicamente com alto poder de produção, não houve redução nas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Os estudos da Unesco[135] mostram a inversão desses valores: que a prosperidade econômica é decorrente do desenvolvimento humano e este por sua vez significa aprimoramento cultural.

Muitas críticas se fazem às leis de incentivo, sejam elas federais, estaduais ou municipais: da sua gestão; do uso e distribuição dos recursos; da troca de bônus feito pelas empresas e os critérios de escolha de que projeto “apoiar”; da conscientização dessas empresas de que os recursos por elas destinadas em forma de incentivos não deixam de ser públicos e que sua destinação deve ser a mais democrática possível; da conscientização dos empresários e criação de uma mentalidade cultural não somente de mercado mas do que é cultura e que bens culturais precisam ser apoiados.

Mas especificamente no caso da cidade de Vitória, a Lei Rubem Braga além das críticas e sugestões acima citadas, é alvo de cobranças para que a lei seja mais clara: formação das comissões normativas, que precisam ser mais rotativas e a cada gestão participarem representantes diversos de cada setor, não se restringindo a grupos que acabam apoiando os

[135] Em 1995 a UNESCO realiza sua Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

mesmo produtores, formando “panelas”; transparência e publicidade mais intensas nas ações das leis e nos projetos aprovados; maior divulgação além de editais de abertura do processo participativo para apresentação de projetos; criação de cursos de capacitação, abertos a todos para elaboração de projetos; tornar públicos e amplamente divulgados os projetos contemplados que não prestam contas e os casos de produtores que durante esses 18 anos da lei captaram os bônus e nunca produziram os produtos culturais e nem prestaram contas dos recursos. Que sejam divulgados os casos que já estão na Projur-PMV, órgão a quem competem essa cobrança depois de encaminhado pela secretaria da Lei Rubem Braga[136].

A demanda dessas respostas que o poder público deve a sociedade é refletida pelos meios de comunicação de massa. A sociedade questiona, a imprensa pergunta e as respostas são postergadas. Até quando? Na imagem a seguir podemos ver que os anos se passam e de tempos em tempos a sociedade põe em pauta a questão:

[136] Todos esses questionamentos foram pautados no Grupo Temático Gestão Cultural como diretrizes e ações durante a I Conferência Municipal de Cultura: diálogos para implantação das Políticas Culturais, realizado nos dias 11,12 e 13 de junho de 2008, e deverão ser acatadas e executadas pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

A GAZETA

Vitória (ES), terça-feira, 26 de setembro de 2006

CADERNO DOIS

teatro

NO PALCO Festival de Teatro de Vitória, que trará Bibi Ferreira (foto) a Vitória, seleciona capixabas. Pág. 2

televisão

NA TV "Super Pai", comédia de John Pasquin com Tim Allen no papel central, é atração de hoje na Sessão da Tarde. Pág. 3

literatura

NAS LIVRARIAS Paulo Coelho trata de fé e preconceito em "A Bruxa de Portobello", que ele mostrou primeiro na Internet. Pág. 8

Editora: **Ana Laura Nahas** - anahas@redegazeta.com.br - Tel.: (27) 3321-8608

RECURSOS 13% DOS PROJETOS APROVADOS PELA LEI RUBEM BRAGA ENTRE 2002 E 2005 NÃO PRESTARAM CONTAS À PREFEITURA DE VITÓRIA

Tem, mas não acabou

Falta de fiscalização na Lei Rubem Braga deixa inacabados projetos financiados com dinheiro público

TATIANA WUO
twuo@redegazeta.com.br

PELA METADE. Música é a área que mais recebe recursos da Lei Rubem Braga e também a que tem o maior número de projetos que não prestaram contas. FOTO DIVULGAÇÃO

Há exatos 15 anos, a produção cultural de Vitória ganhou o reforço da Lei Rubem Braga, um mecanismo de financiamento de livros, peças de teatro, espetáculos de dança, filmes e CDs que certamente aumentou a quantidade de projetos que chegaram ao público. Ou deveriam chegar.

Acontece que, por falta de fiscalização da própria lei, ligada à Secretaria de Cultura de Vitória, 13% dos projetos aprovados entre 2002 e 2005 não prestaram contas. Isso quer dizer que ninguém sabe se eles saíram do papel ou, caso contrário, para onde foi o dinheiro – público - que arrecadaram.

Para se ter uma idéia, o projeto de um curta-metragem, aprovado em janeiro de 2003 e beneficiado com mais de R$ 70 mil, até hoje não foi finalizado. Outro, do ano seguinte e no valor de R$ 92 mil, também não. Um CD, orçado em R$ 20 mil está na mesma situação.

"A gente tem que ser mais rigoroso mesmo. Afinal é dinheiro público, um dinheiro que poderia estar comprando remédios, investindo em segurança, comprando livros", admite o secretário-executivo da Lei Rubem Braga, Leonardo Monjardim, que está à frente da lei há cerca de dois anos.

FUNCIONAMENTO. Na prática, os projetos aprovados pela Lei Rubem Braga ganham da prefeitura a autorização para captarem, junto a empresas privadas, o dinheiro para a sua execução. Em contrapartida, as empresas que investem em cultura ganham da prefeitura isenção no Imposto sobre Serviço (ISS) e no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A lei entrou em vigor em junho de 1991, durante a gestão do prefeito Vitor Buaiz (1989-1992), à época filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o mesmo do atual prefeito, João Coser.

A lei previa um prazo de um ano para a prestação de contas dos projetos aprovados. Em janeiro de 2001, durante a gestão de Luiz Paulo Velloso Lucas (PSDB), o decreto nº 10.789 alterou as normas e deu à Comissão Normativa – responsável pela seleção e aprovação dos projetos – o poder de definir o prazo para a finalização dos trabalhos beneficiados pela prefeitura.

O próprio Monjardim diz que as novas regras favorecem a não conclusão de projetos. "As pessoas não estão respeitando o prazo de 12 meses. Esse decreto facilitou a inadimplência", afirma. Ele diz que pretende propor modificações na lei e que divulgará, em breve, a lista dos inadimplentes, mas não diz quando nem quais serão exatamente as mudanças.

Monjardim relembra que, neste ano, foi lançado o Anuário da Lei Rubem Braga, uma espécie de relatório para que toda a sociedade conheça as obras financiadas pela lei. Além disso, a prefeitura divulga, em seu site oficial (www.vitoria.es.gov.br), o resultado dos projetos aprovados a cada seleção (uma vez por ano), com o objetivo de dar transparência ao processo.

O secretário-executivo relembra que, desde que assumiu a Lei, muita coisa mudou. "Diminuímos a burocratização das coisas, hoje poucos trabalhos são indeferidos por falta de documentação. Além disso aumentamos o contato com as empresas, facilitando a troca do bônus", justifica.

Música é campeã dos inadimplentes

Processo Secretaria de Cultura diz que bandas esbarram na falta de preparo para administrar os recursos na produção do CD

No final dos anos 90, a música capixaba viveu um momento único em sua história. CDs de bandas locais estiveram entre os mais vendidos nas lojas e mais tocados nas rádios, os shows lotavam, grupos assinavam contratos com grandes gravadoras.

A cena prometia. Mas o *boom* durou pouco e, atualmente, o que se vê é o esfriamento da produção e a falta de recursos para finalizar um novo trabalho. Talvez por isso, o número de lançamentos de CDs capixabas nos últimos dois anos tenha sido reduzida.

Talvez pelo mesmo motivo, os maiores índices de projetos aprovados pela Lei Rubem Braga que permanecem inacabados são da área de música. "Algumas bandas esbarram na falta de preparo para administrar os recursos captados com o respaldo da lei", avalia Leonardo Monjardim.

Mas o despreparo, ele completa, não é apenas desta área. "Tinha projeto de 1995 que ainda não estava pronto. Alguns de 1998 também. Um livro aprovado em 1996 não está pronto até hoje. Como pode uma pessoa ficar 10 anos para fazer um livro, sendo que é preciso apresentar a obra pronta para entrar com o projeto na Rubem Braga?", questiona.

RESPONSABILIDADE. Monjardim, secretário-executivo da Lei: "A gente tem que ser mais rigoroso mesmo".

CONTROLE. Uma resposta provável é: falta de fiscalização. Nenhum órgão da prefeitura verifica a execução dos projetos aprovados. Apenas a Comissão Normativa da Lei Rubem Braga, subordinada à Secretaria de Cultura, tem a responsabilidade de controlar os prazos dos projetos que a lei financia.

Mas a Comissão Normativa, que freqüentemente se vê envolvida em polêmicas quanto à falta de critérios para a aprovação dos projetos, também se defende. "Quem faz a cobrança é o pessoal da Comissão de Gerenciamento [ligada à secretaria-executiva]. A gente só aprova", afirma Hélio Oliveira, coordenador da área de Música da Comissão Normativa.

Com relação ao prazo para prestação de contas, ele diz que, se o projeto estiver em andamento e houver um imprevisto na hora de mostrar os gastos, pode haver uma extensão no prazo. "Quando o artista não está fazendo nada, é a Comissão de Gerenciamento que deve cobrar e a pessoa vai ter que dizer, em juízo, o que está fazendo com o dinheiro", garante.

Imagem 22 – Matéria de jornal questionamento o uso dos recursos públicos, a falta de fiscalização e os projetos não finalizados.
Fonte: *A Gazeta* 26/09/2006. Arquivo: matéria taty who

A compreensão e a formulação das políticas culturais no Brasil passam por um momento decisivo. Estamos no meio da formação desses conceitos, dessas sistematizações e das formulações das diretrizes e ações dos planos de políticas culturais. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) aparece no cenário nacional como o fio condutor da construção das políticas culturais que chama para essa responsabilidade a participação de todos - entes federados, estaduais, municipais, sociedade civil organizada, organizações sociais e iniciativa privada - para discutirem, juntos, a formulação de um plano integrado de políticas culturais. Para isso o MINC realizou a Conferência Nacional de Cultura e várias iniciativas foram realizadas. Os estados e municípios brasileiros estão aderindo ao PNC e assinando protocolos de intenções, que reorganizam a cultura dentro de uma visão gestora política com a criação e implantação de fundos de cultura, de conselhos, de leis de incentivos, de planos de políticas culturais, mapeamento e recenseamento, equipamentos culturais assim como bens materiais e imateriais locais e outras diretrizes que norteiam o Sistema.

Como diz Lia Calabre em suas palestras, conferências e encontros, o Brasil não possui um contínuo processo de estudos e mapeamento dos fazeres culturais, sendo nas últimas quatro décadas constatada uma série de iniciativas em direção a elaboração de linhas de atuação política que foram iniciadas e abandonadas com raros registros dos feitos e raríssimas sistematizações. Essa eterna descontinuidade de ações, pesquisas, registros acarreta desperdício humano e financeiro. Nos últimos anos, os estudos culturais, os mapeamentos, os indicadores como a censo MUNIC 2006 feito com IBGE e MINC, assim como o grande interesse despertado em pesquisadores, produtores, atores, gestores até mesmo em nível mundial tem mudado este quadro.

5.1 Políticas culturais e seus instrumentos de ação

Todo o histórico para conceituar e construir políticas culturais teve no Brasil momentos diversos, mas que de fato não registraram a construção de uma política cultural que atendesse ao que podemos chamar de princípios básicos para a construção de uma política cultural. As tentativas de construção dessas políticas passam pelos modelos centralistas em

que o Estado bancava, divulgava e produzia o conteúdo que ele determinava ser importante, mas por trás dessas ações estava a disseminação do que o Estado pensava e que conceito ele queria construir de si mesmo para a sociedade. Não era e nunca foi uma ação conjunta com essa sociedade refletindo ela mesma sobre suas ações. Mais recentemente a partir da década de 90 se concentra o poder decisório dos bens culturais que deverão ser produzidos e que tipo de produto que a sociedade deveria consumir, agora nas mãos do mercado que financiava via incentivos fiscais quais bens culturais eles consideravam cultura. Dessa forma o Estado passa a ter um instrumento de ação que são as leis de incentivo à decisão de escolha e fomento a um grupo restrito de empresas sobre o que é ou não cultura. Essa questão demanda uma reflexão importante do que vem a ser ação do Estado na cultura. Ela não pode ser, em momento algum, confundida com a definição de conteúdos ou formas, impondo o que vem a ser cultura e muito menos colocar um dos seus instrumentos, como as leis de incentivo, a disposição de grupos restritos e dominantes da sociedade.

Hoje o Governo Federal tem dedicado esforços mais consistentes para a construção de uma política cultural que envolva os três entes federados (federal, estadual e municipal) partindo da aprovação no Senado do Plano Nacional de Cultura e junto com estados e municípios que trabalharam em conjunto para a construção do Plano Nacional de Cultura e os conseqüentes planos estaduais e municipais. Isto tem demonstrado resultados bastante positivos à medida que os estados e municípios têm firmado um acordo através dos protocolos de intenção para a implantação de políticas culturais integradas, onde diversas ações são realizadas de forma sistemática em cada estado e município brasileiro, elaborando documentos dentro de diretrizes planejadas, pensadas e conjuntas envolvendo todos os atores para a implantação e implementação das políticas culturais brasileiras. Dessa vez o fazer cultural sai das ações separadas, desintegradas e descontínuas que a cada nova mudança de gestor no processo eleitoral desmantelava tudo que havia sido feito na gestão interior. Todas essas diretrizes e ações estão contempladas na implantação de um Sistema Nacional de Cultura que historicamente foi antecedido por diversas iniciativas, mas que de fato se concretizou na gestão do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil através do

decreto n 5.520/2005 que criou o Sistema e reorganizou o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Protocolo de Intenções para implantação do Sistema[137].

Com a assinatura do Protocolo de Intenções, cada estado ou município deverá seguir uma pauta comum de trabalho que são:

- A formulação e implantação do Plano Nacional de Cultura;
- A criação, instalação, implementação e/ou fortalecimento dos Conselhos de Política Cultural de forma integrada;
- A realização de conferências de cultura;
- O fortalecimento de sistemas de financiamento específicos para a cultura, e a integração e otimização dos recursos financeiros;
- A implantação de sistemas setoriais das diversas áreas da cultura – bibliotecas, museus, centro culturais, artes em geral, patrimônio cultural, entre outras – com participação e controle social;
- A implantação e disponibilização democrática do Sistema Nacional de Informações Culturais, constituído de bancos de dados sobre bens, serviços, programas e instituições de natureza cultural;
- A criação, implantação ou manutenção de órgãos específicos de gestão da política cultural no âmbito de cada Município signatário.

Ou seja, a premissa institucional para o financiamento do sistema implica tarefas de planejamento, de participação social, de financiamento, de estruturação de políticas setoriais, de informação e de institucionalização de órgãos gestores das políticas culturais.

[137] Entenda-se que, em princípio o sistema "nacional"resultará, no que concerne à gestão pública e governamental, da concatenação de sistemas, órgãos e políticas federais, estaduais e municipais de cultura, dentro do princípio constitucional da autonomia político-administrativa de cada um dos três entes federados. (nota de rodapé do caderno: *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*/organização: Lia Calabre, Brasília: Ministério da Cultura, 2006:17).

5.2 Os avanços nas políticas culturais no Brasil e em Vitória

Nos últimos anos, tanto as discussões sobre o que é política cultural, quanto os mapeamentos do que vem sendo feito como a formalização, implantação e implementação de uma política cultural com destino a efetividade e estabilidade vêm sendo desenvolvidas em alguns estados e municípios brasileiros. Um dos grandes incentivadores dessas mudanças no Brasil parte do Observatório Itaú Cultural, setor do Instituto Itaú Cultural que em já milita na cultura a vinte e um anos em São Paulo. O Instituto realizou em seis capitais brasileiras em 2007 seminários do programa *Rumos Itaú Cultural Pesquisa: Gestão Cultural*[138], onde os seminários conseguiram detectar significativas experiências como o da gestão cultural do Recife, Amazonas e Ceará como grandes indicadores de que as políticas culturais vêm mudando e muito. O seminário escolheu esses dois estados e a cidade do Recife, com tradição cultural popular forte, mas afastados do eixo privilegiado pela atenção da grande mídia, para permitir que experiências bem sucedidas pudessem ser conhecidas para além dos limites da implantação. Nas apresentações de cada caso foram colocados os conceitos, as metodologias, objetivos e soluções encontradas.

Recife iniciou seu processo de gestão cultural através da concepção de planejamento estratégico onde suas ações foram delimitadas em quatro anos, iniciando em 2005 e com término em 2008. Partindo das diretrizes das ações do MINC, a cidade realizou no seu primeiro ano de gestão a Conferência Municipal de Cultura e nele elaborou o plano estratégico formulado para integrar o Sistema Nacional de Cultura. Pegaram como ponto de partida dois documentos importantes para se pensar e conceber políticas culturais, que são a Agenda 21 e a Convenção da Diversidade Cultural[139].

---

[138] Revista Observatório Itaú Cultural/OIC n. 3 (set/dez. 2007) - São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007. Matéria: *Gerências brasileiras de gestão pública cultural.* Seminários Rumos Pesquisa: Gestão Cultural- Edição Cuiabá p 32-41.

[139] A Agenda 21 foi um documento orientador das políticas públicas de cultura com contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade. Documento foi aprovado de discussões ocorridas nos dias 7 e 8 de maio de 2004, no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para Inclusão Social, um marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona 2004. A Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, outro documento importante, entrou em vigor em 18 de março de 2007. Adotada em outubro de 2005 pela Conferência Geral da UNESCO, a Convenção tem o objetivo de estreitar os vínculos que unem a cultura com o desenvolvimento sustentável e fomentar o diálogo entre as culturas. Além disso, reitera o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, a igual dignidade das distintas culturas, o acesso eqüitativo às expressões culturais e a abertura às culturas do mundo.

O plano estratégico do Recife se baseou em ampliar o conceito de cultura além da dimensão simbólica para mais duas - econômica e cidadã - determinando três objetivos estratégicos para as ações pertinentes como: pluralidade das manifestações culturais; participação política na formulação dos programas e valorização da cultura local. Esses objetivos estratégicos foram colocados em prática dentro de seis programas estratégicos de ação desenvolvidos simultaneamente:

- Valorização da cultura;
- Cultura como vetor de desenvolvimento;
- Patrimônio cultural;
- Formação cultural;
- Rede de equipamentos culturais;
- Gestão cultural democrática.

Esses programas desencadearam outros subprogramas com uma ampla gama de ações como construção de novos espaços físicos, reforma dos existentes, criação de espaços multidisciplinares, capacitação através de cursos e oficinas como meta de inclusão no mercado cultural. O secretário de cultura do Recife, João Roberto Peixe afirma que a revitalização dos espaços já existentes e construção de novos vão contribuir para um aumento de 86% dos espaços que Recife irá fornecer a sociedade até 2008. Outra ação importante feita pela secretaria foi a interdisciplinaridade da Cultura com o Turismo, considerando a importância das grandes festas populares como o carnaval multicultural gerando um fluxo constante do aumento de turistas nessas festas. Um projeto em fase de elaboração e que deve gerar bons resultados é o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, para firmar e dar visibilidade internacional ao patrimônio cultural.

Recife trabalhou seu planejamento estratégico levando em conta as várias diretrizes do Sistema Nacional de Cultura que promovem a descentralização da cultura, a ampliação dos circuitos artísticos, com desenvolvimento de estrutura e geração de informações sejam

amplamente divulgadas e fiquem disponíveis a todos para que a arte circule colocando a arte em espaços públicos em contato direto com quem circula pela cidade.

A experiência cultural no Amazonas segue caminhos próprios, mas seus resultados também proporcionam uma visão sobre a importância de se colocar a cultura dentro de uma gestão pública. Começando pela visão que o gestor tem de cultura. O secretário de Cultura do Estado, Robério dos Santos Pereira Braga considera cultura como "elemento primordial à sociedade, capaz de construir solidariedade, de aliviar tensões e conflitos, de reduzir desigualdades e proporcionar melhoria da qualidade de vida da população, mas, sobretudo, preservar e promover a identidade e a auto-estima do povo"[140]. Atua como gestor na secretaria desde 1997. Ao longo desse período, a secretaria passou a ser uma pasta exclusiva de cultura e de passou também a ser administrada diretamente pelo Executivo desde 1996. Com essa mudança a cultura passou a ser integrada a uma gestão pública como outras pastas de igual valor de importância como à saúde, a educação etc. O plano definia a visão de valorizar, fomentar e promover a diversidade cultural no Estado.

A missão tinha como alvo promover a cultura como fator de inclusão social, entretenimento e desenvolvimento local e o objetivo delimitado era popularizar, interiorizar e difundir as manifestações culturais e artísticas, gerando emprego e renda e promovendo lazer gratuito à população. Nesses dez anos a secretaria ampliou as ações que através da cultura geraram novos negócios, emprego e renda. A iniciativa privada soma forças para o desenvolvimento desses projetos, firmando o estado como pólo cultural e grande centro formador de artistas e técnicos.

A Secretaria está subdividida em um sistema de gestão integrada fazendo com que as ações culturais não se concentrem somente na capital. Ela é divida em nove sistemas integrados: sistemas de bibliotecas, de museus, de teatros, de centros culturais, de gestão de corpos artísticos, de patrimônio cultural, de formação técnica e artística e sistema de difusão cultural. Este último sistema que é responsável pela circulação onde se leva aos bairros e as cidades do interior as ações desenvolvidas pela Secretaria. O sistema de difusão cultural

[140] Revista Observatório – Itaú Cultural/OIC n. 3 (set/dez 2007). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007:36.

trabalha com quatro vertentes: circulação e difusão, gestão de eventos, audiovisual e edições e literatura.

O Estado do Ceará pode ser tomado como um exemplo que merece maior destaque nesse contexto. Sendo considerada a mais antiga secretaria somente voltada para a cultura do Brasil, criada em 1966, a Secult teve um excelente termômetro de sua gestão cultural com a pesquisa do IBGE direcionada a cultura realizada em 2006, a pesquisa MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais. As ações de cultura no Ceará são tão atuantes que, pela pesquisa foi detectado que enquanto 57,9% dos municípios brasileiros afirmam ter uma política cultural, no Ceará 76,6% já fazem essa gestão. Todas as prefeituras do Ceará possuem um órgão gestor de cultura e todo o Estado já faz parte do Sistema Nacional de Cultura. Até na criação e estruturação dos sistemas municipais de cultura o Ceará domina acima da média nacional. O sistema consiste em ter criado os conselhos, os fundos, planos de cultura, mecanismos de financiamento como leis de incentivo, formação artístico-cultural, reequipamento ou compra de equipamentos culturais, cadastramento e incentivos a grupos culturais, mostras e festivais permanentes. Uma política cultural eficaz e estável, centrada em três diretrizes:

- Respeito a diversidade cultural;
- A participação e o compartilhamento da gestão, ou seja, uma gestão descentralizada e participativa;
- A autonomia e autodeterminação para fixar suas próprias metas, eleger seus valores e determinar-se por eles.

O plano estadual de cultura do Ceará (2003-2006) firmou-se em seis programas:

- Gestão do conhecimento na área cultural;
- Valorização das culturas regionais onde houve uma aproximação entre a cultura e o turismo, criando e circulando os bens culturais estimulando seu consumo;
- Preservação do patrimônio cultural material e imaterial;

- Apoio à criação artística cultural;
- Gestão pública eficaz e compartilhada;
- Telecomunicações e desenvolvimento audiovisual.

Uma grande ação totalmente diferenciada que o Ceará realizou nessa gestão da secretária Cláudia Leitão foi o projeto *Cultura em Movimento: Secult Itinerante*, realizado em 2005 e 2006 onde a secretaria viajou por todas as regiões cearenses, instalando no que eles chamaram de cidades-pólos oferecendo projetos e ações para os 184 municípios cearenses. Foi criado um roteiro, levando em conta a logística dessas viagens, baseado no calendário estadual de eventos, onde nessas viagens eram trabalhados três macro-ações:

- Relações político-institucionais – com sessões públicas em câmaras municipais, visitas técnicas a espaços culturais e realizações de palestras técnicas;
- Mapeamento cultural – realização de pesquisas cadastrando os equipamentos materiais e imateriais e cadastrando artistas, técnicos e grupos culturais;
- Capacitação – cursos e oficinas nas áreas de gestão e educação patrimonial;
- Programa de difusão cultural com apresentação de shows, filmes, realização de exposições.

No caso de Vitória, pela primeira vez há um projeto de política cultural pensado de forma mais sistêmica rumo à criação de uma política cultural estável e constante. De que se tem conhecimento em nenhuma das gestões da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, desde sua criação em 15 de março de 1985 através da Lei 3.292 na gestão do prefeito Ferdinand Berredo de Menezes, foi elaborado um planejamento de ações e um plano municipal de cultura escrito com diretrizes e ações planejadas e implantadas. Pelo menos de maneira formal, dando publicidade e mostrando os resultados dessas “ações planejadas”.

Na gestão atual da prefeitura de Vitória iniciada em 2005 a SEMC (Secretaria Municipal de Cultura) começou, pela primeira vez na história do município, um processo de gerenciamento da cultura de forma planejada e sistematizada: “Muita coisa a ser feita”, fala

da própria secretária Maria Helena Signorelli, mas muita coisa iniciada de maneira que a secretaria está realizando um trabalho e com sua implementação, o próximo gestor terá mobilidade de mudar os projetos iniciados desde que ele trabalhe a gestão participativa, onde o cidadão ou seus representantes, através da sociedade civil organizada, decidirá o que, como e por que mudar, baseado nas necessidades da população e das comunidades[141].

É que Vitória agora faz parte do Sistema Nacional de Cultura com ações conjuntas com o Governo Federal. Firmado em 25 de março de 2005 entre o prefeito João Coser, a secretária Maria Helena Signorelli e o Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, o Protocolo de Intenções para implantação do Sistema Nacional de Cultura, onde diversas ações devem ser desenvolvidas em conjunto entre os âmbitos federal, estadual e municipal. Um grande avanço para a criação de uma definição de uma política clara, participativa e definida de políticas culturais no município. Através desse protocolo, Vitória se compromete a implantar o Sistema Nacional de Cultura. Na cláusula quarta do protocolo, definiram-se os compromissos que o município assume perante o Ministério da Cultura:

- Formulação e implantação do Plano Nacional de Cultura (que foi formulado através da 1ª Conferência Nacional de Cultura onde as diretrizes foram traçadas e o Plano aprovado na Câmara Federal [142]);
- Implementação dos Sistemas de Cultura (Vitória ainda não fechou nessa fase do processo);

[141] Entrevista cedida para autora por Maria Helena Signorelli,em Vitória, no dia 04/04/2008.

[142] O Plenário aprovou, por 403 votos unânimes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 306/00, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que institui o Plano Nacional de Cultura em 03/07/07. A PEC acrescenta parágrafo ao artigo 215 da Constituição, que trata do princípio da *cidadania cultural*, mediante o qual o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais. Embora a Constituição de 1988 tenha inovado ao reconhecer o princípio da cidadania cultural que é a garantia estatal de que todos gozem do pleno exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes da cultura nacional -, o texto deixou de estabelecer os mecanismos para a atuação cultural do Estado. O objetivo da PEC é reparar essa omissão. A aprovação do PNC estava prevista na Emenda Constitucional 48. Após a promulgação da PEC, o Congresso Nacional deverá elaborar uma lei específica para disciplinar as ações públicas na área, nos mesmos moldes em que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) disciplina a política para a educação. A nova lei estabelecerá metas, ações e diretrizes para a valorização da cultura brasileira. Disponível em:
< http://www.direito2.com.br/acam/2003/jul/3/plenario-aprova-plano-nacional-de-cultura > . Acesso em 04/04/08.

- Efetivação dos planos de cultura nas respectivas esferas de competência; (Vitória realizou nos dias 11, 12 1 13 de junho deste ano a !ª Conferência Municipal de Cultura onde foram definidos diretrizes e ações em grupos temáticos embasados na conferência nacional, com participação de toda sociedade civil. Essas diretrizes serão levados ao Conselho Municipal de Cultura para serem transformadas no Plano Municipal de Cultura. A realização da conferência municipal é um etapa importante onde a população, artistas, técnicos, produtores, gestores participam democraticamente da criação da diretrizes e linhas de ações baseadas nas necessidades da cidade. È um momento democrático, importante e participativo).
- Instalação, implementação e/ ou fortalecimento dos conselhos de política cultural de forma integrada; Vitória já aprovou a criação, normatização e organização do Conselho Municipal de Cultura através da Lei nº. 7.482 de 12 de junho de 2008, que tomou posse dia 26 de novembro de 2008. O mais importante que o Conselho vai funcionar de forma paritária dando mais transparência e descentralizando as ações culturais de maneira mais participativa da sociedade.
- Implantação da conferência de cultura no âmbito de suas competências; (Vitória já realizou sua primeira conferência);

Isolada por anos do cenário cultural do país, Vitória passa a ser descoberta por agentes culturais a partir dos anos 90. Na administração atual a Cidade avança nas questões de planejamento cultural. Tudo muito incipiente ainda. Poucos recursos, poucos agentes públicos capacitados e muito por se fazer, mas as primeiras iniciativas demonstram que a política cultural começa a ganhar espaço.

CONCLUSÃO (Considerações finais)

A implantação e conseqüente implementação de políticas culturais planejadas na cidade de Vitória é um processo contínuo e que se encontra muito incipiente, mas que demonstra que os gestores públicos têm se preocupado com a cultura, tentando inseri-la no contexto da gestão pública. As políticas culturais não podem ser mais pensadas isoladamente dos outros contextos, devendo ser a cultura considerada como uma linha condutora para o desenvolvimento do mundo e da humanidade. Acordos firmados através de documentos, como o confeccionado na Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da Unesco, a Agenda 21, e outros, demonstram a importância que à cultura adquiriu na gestão pública.

Os estudos e aplicações do que vêm a ser políticas culturais é um campo recente, mas que tem avançado muito, principalmente nos últimos dez anos. No conceito de cultura que adveio do século XVIII, cultura era sinônimo de “artes”. Hoje, a cultura é entendida pela sua dimensão antropológica, onde pode ser definida como o conjunto de costumes, gestos, vestimentas, fala e modo de viver e de se expressar de um grupo. A política cultural como um novo ramo das ciências vem trabalhando o pensar a cultura no seu conceito mais amplo, como o antropológico. Sendo assim cria-se um campo vasto de possibilidades, onde a utilização de políticas culturais supre as necessidades da população, atendendo à diversidade cultural do Brasil e trabalhando as questão de inclusão social e diminuição das desigualdades. A cultura cidadã vem sendo desenvolvida, com êxito, em várias regiões do Brasil como Recife, Bahia, Belo Horizonte, Maranhão e iniciando em Vitória.

Entender as políticas culturais, seus circuitos de intervenção é importante na definição de que modelo de política cultural utilizar. Para onde voltar essas políticas? Para o mercado, para a cultura marginalizada ou a que intervém no uso da cultura onde se cria acesso aos modos culturais? Ou voltada para a própria administração institucionalizando, como secretaria, órgão? Tudo deve ser levando em conta numa gestão.

Conhecer quais são os tipos de políticas culturais, defini-las também ajuda no entendimento do que é a administração pública da cultura. Conhecer a história, identificar se o que foi feito até hoje se enquadra em um dos tipos como *Tradicionalismo Patrimonialista*, o *Estatismo Populista* e a *Política Cultural Neoliberal*, tudo isso ajuda a definir os parâmetros para o direcionamento das ações para uma política de cultural cidadã, tão pretendida hoje pelas administrações democráticas. A cultura e a cidadania estão diretamente ligadas. Não há cultura sem o exercício da cidadania e nem esta sem a consciência de uma diversidade cultural existente no mundo.

Todo esse resgate histórico sobre a Lei Rubem Braga e a Faf permite inúmeras reflexões sobre como e o que foi feito pela gestão pública no município de Vitória ao longo desses dezoito anos, sendo estes os mais importantes para a cultura do município. Que a LRB é um grande instrumento cultural, que proporcionou e continua a movimentar a produção cultural, é mais que evidente. Mas seguindo os mesmos vícios de outras leis de incentivo, como a Rouanet, a LRB precisa e deve ser revista.

Alguns pontos necessitam uma revisão até textual da lei. Como exemplo, a utilização da comissão normativa, que deveria ser colocado em pauta para discussão. Ao mesmo tempo em que esta possui um viés democrático de julgamento de mérito sobre os projetos apreciados na lei, também causa uma enorme dificuldade formal, sendo que os processos não podem sair dos prédios da administração, dificultando a análise desses projetos pelas comissões. Outro problema é a demora nos julgamentos ocorrida em função das análises feitas pelos membros da CM. Em suma, o intuito de sua criação é louvável e com finalidades democráticas, mas, em sua prática, inviabiliza os processos de avaliação.

Outro ponto importante a ser revisto na LRB é a questão de acessibilidade deste pelo empresariado capixaba. Uma alteração na porcentagem de captação, em conformidade com quantidade de ISS deduzido pelas empresas, aumentaria o acesso de pequenas empresas, que nunca poderão ter seus nomes atrelados a um marketing cultural de apoio a projetos contemplados pela LRB. Se a proporcionalidade do percentual for inversa ao valor do imposto, isto permitirá um acesso mais democrático.

Uma outra questão polêmica, mas que necessita de uma revisão, são as formas de acompanhamento e fiscalização dos projetos contemplados. Não há critérios de prestação de contas que proporcionem a fiscalização se um determinado projeto foi executado ou não e o porquê quase não seja. A secretaria da lei possui apenas as prestações de contas de quem as apresentou.

Outro ponto importante de se analisar é a utilização da escola da Fafi. O modelo atual atende às necessidades das comunidades? Será que a Fafi permanecendo como escola de teatro e dança, não fica restrita em suas possibilidades como centro cultural? Um espaço tão multifacetário ao longo se sua existência teria mais a dar para o município se aberta ao público com atividades multidisciplinares? Essas e outras questões fazem com que a Fafi passe por a discussão de suas possibilidade e uso enquanto equipamento cultural. Pensando na relação entre a Fafi e a Lei Rubem Braga, seria possível que esta financiasse aquela em uma atividade contínua? A verdade é que a Fafi pode e deve ser pensada e utilizada em sua diversidade de possibilidades.

Palco de muitos acontecimentos, a Fafi dos anos 90 parece se aproximar da Fafi que deveria ser hoje. Uma Fafi aberta à sociedade. Uma Fafi que abriu as suas portas depois de quase dez anos transformada de um lugar alegre, movimentado, querido e amado dos anos 60 para uma Fafi virando escombros dos anos 70/80. A luta por sua abertura passa por uma luta das categorias e verdadeiros apaixonados pelas artes. Não podia um "cartão histórico" da cidade ficar fechado até sua ruína total. Os anos 90 foram anos de retomada do que ficou perdido no passado. A Fafi virou uma "questão de honra" para a classe artística e uma vitória para a cidade. A população ávida pelo fazer, ver e ter cultura. As portas se abriram, os cursos foram disponibilizados e a procura por eles só demonstra quanto "a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte [..]" [143].

Nesse caminho de buscas, a Fafi passou pela administração indireta de uma organização social, por um curto período, mas voltou à administração direta, não comportando mais seu

[143] Comida – letra de Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer.

espaço físico as necessidades de uma escola de teatro e dança. O prédio da Fafi vai dividir futuramente com o prédio de uma antiga escola na Cidade Alta a função de escola e devem ser pensadas novas utilizações do prédio.

Os estudo e avanços da cultura como um campo de nova ciência estão em contínuo crescimento em todo o país. Pensar a cultura em conformidade com a Constituição Brasileira é uma opção pelo caminho da diversidade cultural. É entender que cada localidade necessita de um trabalho apropriado para atender às necessidades daquela localidade. É acatar a cultura em sua transversalidade com as outras pastas, sendo pensada, trabalhada e executada junto com a saúde, educação, saneamento básico etc. Os entes federalizados, União, estados e municípios passam trabalhar conjuntamente no que se faz necessário e isoladamente em suas peculiaridades. O Sistema Nacional de Cultura traça uma linha condutora de ação que auxilia na implantação e implementação de políticas culturais planejadas, executadas dentro de uma visão de gestão pública. A assinatura do protocolo de intenções com o MINC é uma forma de aceitar esse avanço da implantação de políticas culturais com gestão. Vitória não só faz parte da SNC, como assinou o protocolo e já possuem empossados os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Estamos muito aquém culturalmente do que acontece nos grandes estados como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Maranhão e Ceará, mas estamos caminhando no sentido de que gerir a cultura requer tempo, vontade, fazer e refazer buscando acertar. E Vitória tem dado seus passos. Resta agora aos governantes deixar que a cultura por si só expresse suas necessidades e assim ganhe o espaço que lhe é devido: deixar que seu próprio povo expresse seus hábitos, costumes, anseios e necessidades.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ACHIAME, Fernando A. M., Conselho Estadual de Cultura, BETTARELLO, Fernando Augusto de Barros, Universidade Federal do Espírito Santo, SANCHOTENE, Fernando Lima. **Catálogo de bens culturais tombados no espírito santo.** [Vitória] : Conselho Estadual de Cultura: UFES, 1991, 190 p. Publicado em co-edição com: Masso Ohno Editor.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A política cultural: regulação estatal e mecenato privado.** São Paulo: IN Tempo Social, 2003.

AMADO, Janaína. Ferreira, Marieta de Moraes, coordenadoras. **Usos e abusos da história oral** – 7.ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

COOPERATIVA DE JORNALISTAS. **Proposta da Cooperativa de Jornalistas sobre ocupação da FAFI.** Arquivo Prefeitura de Vitória – SEEC/DPU/RU, pasta FAFI; sem data e demais referências.

BRASIL, **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRANT, Leonardo. **Diversidade cultural e desenvolvimento social.** In BRANT, Leonardo org.). **Políticas culturais** (v. 1). São Paulo:Manole, 2003.

_____.**Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos** - 4ª ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2004 – (coleções visões da cultura).

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário** – 1997 São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2004.

_____.**O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. – (Coleção primeiros passos 216).

ESCRITOS DE VITÓRIA – 3 FAFI/Prefeitura Municipal de Vitória. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, 1994. 79 p.

FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs). **Experiências de gestão cultural democrática.** São Paulo, Polis, 1993.

FILHO, Oscar Gama. **Teatro capixaba: 395 anos -** de Anchieta à década de 70. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1981.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro de Salles (1939-). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** – 2a ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KILL, Miguel A. Geografia e história do Espírito Santo. Vitória: Livraria Âncora, 1974.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 5.ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MICELI, Sérgio. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural e comunicação dirigida**. – 4 ed. – São Paulo: globo, 1995.

OLIVEIRA, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2005 5ª reimpressão da 5ª ed. 1994.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARNEY, José. **Incentivo à cultura e sociedade industrial**. In: JELÍN, Elizabeth e outros. *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000.

SANTOS, Simone Cypreste. **Mercado da Capixaba: uma questão de intervenção.** 1994. Projeto de Graduação II - DAU / Universidade Federal do Espírito Santo, 34 p.

SEDEC/GPU/CRU. **Relatório inicial de pesquisa sobre o edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI.**

TATAGIBA, Fernando: **SOS FAFI – Dez anos de abandono.** Revista CUCA, setembro/outubro, 1985.

VILAÇA, Adilson. **Escola, escola de arte**. Texto Adilson Vilaça; pesquisa Eliomar Mazzoco. – Vitória: Secretaria de Cultura, 2001. 102p.

WERTHEIN, Jorge. **Por uma visão política da cultura**. DF: Jornal Correio Brasiliense, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

Artigos

Isaura Botelho. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br. > Acesso em 12 de abril de 2006.

Dória, Carlos Alberto. **Os compadres e o mercado**. 2006. Disponível em < http://www.cinemabrazil.com.br > Acesso em 16 de julho de 2007.

Periódicos e revistas

Diário de Natal – de 24 de agosto de 2005 - sessão educação : Legado – Getúlio Vargas escreveu parte importante da história brasileira, passando pelas consolidações das leis educacionais.

Jornal *A Gazeta*.

Jornal A Tribuna.

Revista Cuca, da UFES – matéria (S.O.S) FAFI – dez anos de abandono Edição setembro/outubro de 1985.

Revista Observatório Itaú Cultural (Instituto Itaú Cultural).

Revista Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Culturais).

Websites

http://www.cinemabrazil.com.br

Centro de Pesquisa Histórica e Contemporânea do Brasil – FDV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br > . Acesso em 23/09/2007.

Disponível em : <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/1)%20lei-8666.pdf>. Acesso em 08/10/2007.

Ministério da Cultura: disponível em: < http://www.cultura.gov.br > . Acesso em 12/04/ 2006.

Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento. Documento apresentado à assembléia geral das nações unidas. 1995. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento/index_html/mostra_documento> Acesso em: 08/04/2006.

Observatório da Actividades Culturais. Disponível em : <http://www.oac.pt> Acesso de 10/04/2006.

Unesco. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/culturaedesenvolvimento/index_html/mostra_documento >. Acesso em 05/04/2006.

A UNESCO e a Cultura no Brasil – Disponível em: < www.unesco.org.br/area/cultura/index_htm/mostra_documento> . Acesso em 09/04/2006.

Isaura Botelho. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br. > Acesso em 12/04/2006.

Documento produzido pela UNESCO na sua Conferência Geral realizada em 02 de novembro de 2001. Disponível em: <http:www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decunivdiversidadecultural.doc>. Acesso em 06/04/2006.

Artigo: **Por uma visão Política da Cultura**

Disnonivel em :

<http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/2003/visao_politica/mostra_documento >. Acesso em 09/04/2006.

Sobre a criação do Ministério da Educação Disponível em:

< http://pesquisa.dnonline.com.br/document/?down=8088> – Diário de Natal, 24/08/2005;

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/docs/EX-ORGAO.htm>. Acesso em 07/09/2007;

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm >. Acesso em 12/09/2007. Sobre o décimo quinto período do governo republicano brasileiro do mandato de Vargas de 31/0/1951 a 3/01/1956;

Disponível em : < http://mecsrv04.mec.gov.br/newsletter/NoticiasDia.asp?data=12/11/2004 >. Acesso em 20/09/2007;

Disponível em:

< http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=37285>. Acesso em 23/09/2007.

Wikipédia. Disponível em: < pt.wikipedia.org >. Acesso em 18/04/2008.

Isaura Botelho. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br. > Acesso em 12/042006.

José Aparecido de Oliveira – gestão 15/03/1985 a 29/05/1985. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Cultura_(Brasil)>. Acesso em 07/09/2007.

Lei n° 8.028, de 12/04/1990, O Ministério da Cultura é extinto e é criada a Secretaria da Cultura da Presidência da República - SEC/PR. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/docs/EX-ORGAO.htm> . Acesso em 07/09/2007.

A Lei nº. 8.490 de 12/11/1992 transforma a SEC/PR em Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/8490-92.htm> . Acesso em 07/09/2007.

Pela medida provisória 151 de 15/03/1990 e posteriormente em 12/04/1990 através da lei nº 8.029, o presidente Collor extingue diversos órgãos e transformou outros.
Disponível em: < http://www.geipot.gov.br/download/1990/90-9-medprov151.doc > . Acesso em 08/09/07.

Lei nº 8.490. Disponível em:
<http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/PAGINAS/42/1990/8029.htm> . Acesso em 13 /10/1990.

"[...]O Pólo de Brasília foi criado em 1991, na gestão do governador Joaquim Roriz. Incentivar a produção de cinema foi um de seus 50 compromissos em campanha política de 1990. [...]" Disponível em:
<http://www.sc.df.gov.br/paginas/polo_de_cinema/polo_de_cinema_02.htm> . Acesso em 08/09/2007.

Matéria de Ana Murta (Vitória (ES) · 10/05/2006 19:24), intitulada "O Cinema Capixaba Existe", para o site Overmundo. Disponível em:
<http://www.overmundo.com.br/overblog/o-cinema-capixaba-existe>. Acesso em 08/09/07.

Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Disponível em:
<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/FAFI.htm>. Acesso em 20/04/2006. Mas a lei que cria a Escola de Artes FAFI é a lei nº 3.788 de 18/02/1992.

Sobre Renúncia fiscal. Associação Brasileira de e Economia da Saúde. Disponível em : <www.abres.cict.fiocruz.br/docs/22.pdf> Acesso em 30/08/2007.

Revista Portuguesa de Educação. Sobre o programa CRUTAC.
Disponível em < http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37416207.pdf >. Acesso em 27/02/2008.

CETURB-GV – Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória. Disponível em:
<http://www.ceturb.gov.br/site/menu_uma_viagem_no_tempo.asp>. Acesso em 17/02/2008.

História da FAFI. Disponível em:
<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/FAFI.htm>. Acesso em 20/04/2006.

Ilha de Vitória, blog. Disponível em:

< http://ilhadevitoria.multiply.com/journal>. Acesso em 23/02/2008.

Restauração da ponte Florentino Avidos. Disponível em

<http://www.governo.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiaId=99663082> . Acesso em 23/02/2008.

Implantação dos serviços urbanos na Cidade de Vitória – administração de José Cleofas (1922 – 1925). Disponível em:

< http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/JoaoCleofas/02.html >. Acesso em 23/02/2008.

Primeiras capitais a utilizar a telefonia móvel. Disponível em: <http://www.vivo.com.br/portal/estudantes_linha_do_tempo.php >. Acesso em 23/02/2008.

Criação da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: < http://www.ccje.UFES.br/01hc_historico.asp > . Acesso em 23/02/2008.

Prêmio TARU
Disponível em: < http://www.taru.art.br >. Acesso em 02/04/2008.

Documentos Oficiais

Lei 582 de 14/12/1908 que institucionaliza a Prefeitura de Vitória.
Lei 1.693 de 29/12/1928 cria a Escola Ativa na Cidade de Vitória.
Decreto nº. 19.402, de 14/11/1930 cria uma secretaria de estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública).
Lei nº. 378 de 13/11/1937.
Lei 520, de 06/09/1951cria a Escola Politécnica do Espírito Santo.
Lei 550 de dezembro de 1951 cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo – FAFI.
Lei 1.920 de 25/08/1953 lei federal que separa saúde e educação em pastas autônomas.
Lei 3.868 de 30/01/1961 lei federal sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que federalizava a UFES.
Resolução 02/83 Conselho Estadual de Cultura do processo 08/82 que faz o tombamento histórico da FAFI como patrimônio cultural, inscrito no livro do Tombo Histórico sob o nº. 27, à folha 04.
Lei 3.158 de 10/02/1984 que trata do 1º PDU (Plano Diretor Urbano) da Cidade de Vitória, onde o município o identifica a FAFI como sendo de interesse de preservação.
Medida provisória nº. 151 de 15/03/1990 (Collor extinção de órgãos).

Lei nº. 7.505 de 02/08/1986 cria a Lei Sarney.

Lei nº. 8.029 - de 12/04/1990 - dou de 13/4/90.

Lei nº. 10.923 de 30/12/1990 cria a Lei Mendonça.

Lei nº. 3.730 de 05/06/1991 cria a Lei Rubem Braga.

Lei nº. 8.313de 23/12/1991 cria a Lei Rouanet.

Lei nº. 3.788 de 25/02/1992 cria a Escola de Artes FAFI.

Lei nº. 8.490 de 12/11/1992.

Lei nº. 8.666 de 21/06/1993 (regula o art. 37 da CR88, institui normas para licitações e contratos).

Lei nº. 5.144 de 25/04/2000 cria a Escola de Teatro e Dança FAFI.

Decreto nº. 10.789 de 09/01/2001, que dá nova redação ao artigo 6º de decreto nº. 10.328 de 11/03/1999, (que dá nova regulamentação da Lei Rubem Braga 3.730).

Lei nº. 5.811 de 30/12/2002, (Fala sobre seleções de organizações sociais para gerir a cultura).

Lei nº. 11.500 de 17/03/2003 (regulamenta lei nº. 5.811).

Lei nº. 12.633 de 13/01/2006 cria a Gerência da Escola de Teatro e Dança da FAFI – quando a FAFI volta a ser gerida pela SEMC.

Lei 7.482 de 12/06/2008 cria o Conselho Municipal de Políticas Culturais

Entrevistas

Afonso Abreu (entrevista cedida em 28/08/07)

Benilson Pereira (entrevista cedida em 11/04/2007)

César Baptista (entrevista cedida em 11/04/2007)

José Augusto Carvalho (entrevista realizada em 23/02/2008)

José Luiz Gobbi (entrevista realizada em 15/05/2008)

Leonardo Passos Monjardim (entrevista realizada em 29/08/07)

Maria Helena Costa Signorelli (entrevista realizada em 04/04/2008)

Milson Henriques (entrevista cedida em 05/03/2008)

Orlando Bomfim Netto (entrevista realizada em 24/08/07)

Rogério Medeiros (entrevistas concedidas em 10/07/07, 12/09/07, 20/11/08)
Vera Viana (entrevista realizada em 18/09/07)
Hermes Laranja (entrevista cedida em 07/04/08)
José Antônio Saad Abi-Zaid (entrevista cedida em 15/04/08)

Entrevistados

Afonso Abreu - 2º Secretário Geral da Lei Rubem Braga (1993-2000).
José Antônio Saad Abi-Zaid - ex-reitor da Universidade Federal do Espírito Santo 1984-1988.
José Augusto Carvalho - professor do curso de Letras e do Mestrado de Lingúistica da UFES, ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da FAFI em 1961.
José Luiz Gobbi - ator, diretor, produtor. Montou um dos espetáculos mais assistidos do Estado, Hellow Creuzodete, sendo a primeira peça teatral produzida com recursos da LRB.
Hermes Laranja - ex-prefeito de Vitória de 1986 -1988.
Leonardo Passos Monjardim - 4º Secretário Geral da Lei Rubem Braga (2005 - 2008).
Milson Henriques - ator, autor, poeta, diretor, dramaturgo, desenhista e cartunista.
Orlando Bomfim Netto - 3º Secretário Geral da Lei Rubem Braga (2000-2005).
Rogério Medeiros - vice-prefeito de Vitória 1989-1992.

Apêndices e anexos

APÊNDICE A

Tabela 1: Quadro de alterações da Secretaria Municipal de Cultura de Vitória

LEI nº.	**Data**	**Assunto**	**Gestão/Prefeito**
3.292	15/05/1985	Cria a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte	Ferdinand Berredo de Menezes
4.064	30/06/1994	Art.8º A Secretaria Municipal de Cultura e Esportes passa a denominar-se Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	Paulo César Hartung Gomes
4.213	01/06/1995	Cria a Secretaria Municipal de Esportes. Art.5º A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, do Município de Vitória, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Cultura e Turismo [...]	Paulo César Hartung Gomes
4.397	31/01/1997	Art. 32 A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Vitória passa a denominar-se Secretaria Municipal de Cultura	Luiz Paulo Veloso Lucas

Fonte: Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Vitória

APÊNDICE B

Tabela 2: Quadro de nomeações e exonerações de Secretários de Cultura de Vitória – ES (1989-2006)

Data nomeação	Data Exoneracão	Secretári0 (a)	Gestão/Prefeito
04/01/1989 Jornal *A Gazeta em* 09/01/89		Designa o Secretário Municipal de Educação – **Terezinha Baldassini Crava** para responder pela Secretaria de Cultura e Esportes	Vitor Buaiz
19/05/1989 Jornal *A Gazeta* 24/05/89	**03/04/1990** *DO* em 03/05/90	**Deny Pacheco Gomes** – Secretária de Cultura e Esportes	Vitor Buaiz
26/06/1990 *DO* em 09/07/90	**30/12/1992** *A Gazeta* 31/12/92	**Vera Lucia Viana Corrêa** – Secretária de Cultura e Esportes	Vitor Buaiz
01/01/1993 *A Gazeta em* 05/01/93	**09/03/1994** *A Gazeta em* 10/03/94	**Joaquim Beato** - Secretário Municipal de Cultura e Esporte	Paulo César Hartung Gomes
09/03/1994 *A Gazeta em* 10/03/94	**19/08/1996** *A Gazeta em* 20/08/96	**Jorge Alencar Tavares de Freitas** – Secretário Municipal de Cultura e Esporte Já na exoneração, a pedido, a Secretaria já se denominava Cultura e Turismo.	Paulo César Hartung Gomes
30/10/1996 Publicado J. *A Gazeta* 01/11/96	**02/02/1997** Publicado J. *A Gazeta* 03/01/97	**Jorge Alencar Tavares de Freitas** – Secretário Municipal de Cultura e Turismo Exoneração, a pedido.	Luiz Paulo Vellozo Lucas
02/01/1997 Publicado J. *A Gazeta* 03/01/97		Resolver designar **Silvia Helena Selvátici** para responder pela Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, a contar de 01.01.97	Luiz Paulo Vellozo Lucas
07/01/1997 *A Gazeta em* 08/01/97	**02/02/2002** *A Gazeta em* 08/02/02	**Cláudia de Oliveira Cabral Santos** – Secretária de Cultura e Turismo. Na exoneração, a pedido a Secretaria já se denominava Secretaria de Cultura.	Luiz Paulo Vellozo Lucas
07/02/2002 *A Gazeta em* 08/02/02	**22/12//2004** *A Tribuna* em 24/12/04	**Luciana Vellozo Santos** – Secretária Municipal de Cultura	Luiz Paulo Vellozo Lucas
03/01/2005 *A Tribuna* em 04/01/05	**29/12/2005** *A Tribuna* em 01/01/06	**Maria Helena Costa Signorelli** - Secretária Municipal de Cultura	João Carlos Coser
30/12/2005 *A Tribuna* em 01/01/06		**Maria Helena Costa Signorelli** - Secretária Municipal de Cultura	João Carlos Coser

Fonte: GABPREF-GDO – PMV

APÊNDICE C

Tabela 3: Quadro de nomeações e exonerações de Secretários-Executivos da Lei Rubem Braga
(1991-2008)

Data nomeação	**Data exoneração**	**Secretário (a)**	**Gestão/Prefeito**
16/09/1991 Jornal *A Gazeta* 19/09/91	**26/01/1993** Jornal *A Gazeta* 27/01/93	**Rogério Ribeiro Coimbra** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	Vitor Buaiz
22/04/1993 Jornal *A Gazeta* 23/04/93	**06/08/2001** Jornal *A Gazeta* 07/08/01	**Afonso Braga de Abreu e Silva** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	Paulo César Hartung Gomes (nomeou) Luiz Paulo Velloso Lucas (exonerou)
16/08/2001 Jornal A Tribuna 28/082/2001	**22/02/2005** Jornal A Tribuna 23/02/2005	**Orlando Bomfim Netto** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	Luiz Paulo Velloso Lucas (nomeou) João Carlos Coser (exonerou)
22/02/2005 Jornal A Tribuna 23/02/2005	**29/12//2005** Jornal A Tribuna 01/01/2006	**Leonardo Passos Monjardim** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	João Carlos Coser
30/12/2005 Jornal A Tribuna 01/01/2006	**03/07/2008** Jornal A Tribuna 04/07/2008	**Leonardo Passos Monjardim** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	João Carlos Coser
16/07/2008 Jornal A Tribuna 19/07/2008		**Leandro Andrade Haddad** para o cargo de Secretário Executivo, da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização do Projeto Cultural Rubem Braga	João Carlos Coser

Fonte: GABPREF-GDO - PMV

APÊNDICE D

Tabela 4: Nomes dos Membros das Comissões Normativas da Lei Rubem Braga (1991-2008)

1991	26/02/**1992**
Não possuem registros: * na LRB; * nem nos documentos oficiais da prefeitura; *Nos arquivos eletrônicos tais informações também não foram cadastradas; * Nas publicações oficiais de jornais de editais dos feitos oficiais sobre projetos contemplados, somente a partir do ano de 1996, que começaram a ser publicados os nomes das comissões.	**Literatura** Wanda Maria B. Capistrano Camargo Marien Calixte
	Cine/Foto/Vídeo Ernane Zanon Guimarães Mariza Texeira do Espírito Santo
	Teatro / Circo /Ópera Leda Brambate Carvalinho *Suplentes* Carlos Roberto Vascon. Dos Santos Carlos Francisco da Silva
	História Lea Brígida Rocha de Alvarenga Ormando Moras *Suplentes* Levy Rocha Ivan Borgo
	Música / Dança Maurício de Oliveira *Suplentes* Marcelo Ferreira Francisco Viana Lessa
	Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Mª Helena Linderberg Ewerton Guimarães da Silva Bastos *Suplentes* Jorge Homero Siqueira Sole Nona Rostagno
	Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro C Maria Cristina Coelho Duarte Márcia Gáudio *Suplentes* Paulo Hernani Marques Wladir Castiglioni Filho
	Folclore/Capoeira/Artesanato Luiz Paulo Nunes Lima Marinete Correa Loureiro *Suplentes* José Levindo Sobrinho Cleber Vieira do Nascimento
	Fonte: portaria nº 035 Acervo: Gab. Prefeito/Semad/PMV

15/5/1992	30/01/**1993** a 31/05/**1994**	08/11/**1994**
	Literatura Ailton Bermudes Benilson Pereira *Suplentes* Neida Lucia Moraes Marcos de Castro e Silva	**Literatura** Marilena Soneghet Bergman José Luiz Holzmeister *Suplentes* Neida Lúcia Moraes
	Cine/Foto/Vídeo Telma Elita Juliano Luiz Otávio Carvalho *suplentes* Ernane Zanon Guimarães Antônio Pazolini	**Cine/Foto/Vídeo** Ernane Zanon Alice Álvares *Suplentes* Ricardo Sá Tida Barbariolli
Teatro / Circo /Ópera Adolfo Alves Silva Filho Eliezer Almeida *Suplentes* Silvestre Pereira de Oliveira Zenaider Rios	**Teatro / Circo /Ópera** José Augusto Loureiro Márcia gáudio **Suplentes** Mercedes Pilati Husdon Braga	**Teatro / Circo /Ópera** Beth Caser Natércia Lopes *Suplentes* Robson de Paula Mercedes Pilati
História Ricardo Brunow Costa José Garaju da Silva	**História** José Higino de Oliveira Domingos Gomes de Azevedo *Suplentes* Ricardo Brunow Costa	**História** José Paulo de Souza Filho Marcos Pimentel *Suplentes* João Bonino Moreira
Música / Dança Humberto Rosa de Oliveira Branca Lopes Santos Neves *Suplentes* Marcelo Ferreira Antônio Carlos Nunes Ribeiro	**Música / Dança** Marco Antônio Vieira Spissimile Marco Antônio Ribeiro da Costa *Suplentes* Marco Antônio Castro Grijó Paulo Fernandes	**Música / Dança** Humberto Rosa de Oliveira Markus Conká *Suplentes* Luiz Carlos Silva Castro Maria Lúcia Clamon
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Ewerton Guimarães da Silva Bastos Maria Helena Lindenberg Amoedo Lopes *Suplentes* Cleria Soares Luiz Carlos Spagnol	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Ivanildes Brunow Attilio Colnago *Suplentes* Lucy Dal´Orto Nona Rostagno	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Lincoln Guimarães Attilio Colnago *Suplentes* Jânio Leonardelli Fernando Neyder
Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais Maria Cristina Coelho Duarte Márcia Gáudio *Suplentes* Paulo Hernani Marques Wladir Castiglioni Filho	**Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais** Teresa Carolina Frota de Abreu Renata Hermanny de Almeida *Suplentes* Maria de Fátima Coelho Duarte Rogério Almenara Ribeiro	**Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais** Otto Grellert Furtado Tereza Carolina Frota de Abreu
Folclore/Capoeira/Artesanato Regina Helena Pereira Destefani Rejane Corrêa Loureiro *Suplentes* Gualter Gonçalves Carlos da Silva Borge	**Folclore/Capoeira/Artesanato** Therezinha Dora de Abreu Leila Costa Tureta *Suplentes* Luiz Pedro Tostes Jr. Hermógenes Lima da Fonseca	**Folclore/Capoeira/Artesanato** Eliomar Carlos Mazzoco Luiz Guilherme Santos Neves *Suplentes* Hermógenes Lima Fonseca Adelzira Madeira
Fonte: portaria nº 098 Acervo: Gab. Prefeito/Semad/PMV	Fonte: portaria nº 098 – processo 039.373/93 Acervo: Gab. Prefeito/Semad/PMV	Fonte: portaria nº 056 – processo 84.042/94 Acervo: Gab. Prefeito/Semad/PMV

1995	1996	1997
Sem registro Nos arquivos da PMV Secretaria da LRB Não publicado em jornais de época	**Literatura** Beatriz Mª Farias Santos Rabello Benilson Pereira	**Literatura** Marilena Soneghetti Bergman
	Cine/Foto/Vídeo Clóvis Mendes Neto Marcelo Ferreira da Silva	**Cine/Foto/Vídeo** Clóvis Mendes Neto Ernane Zanon Guimarães
	Teatro / Circo /Ópera Elizabeth Mª Caser Natércia Lopes Oliveira	**Teatro / Circo /Ópera** José Augusto Loureiro Erlon José Paschoal Carlos Augusto Neves
	História Hércules Dutra d Campos F	**História** José Tristão Fernandes
	Música / Dança Gilberto Garcia Branca Santos Neves	**Música / Dança** Edésio Fraga Moreira Marcelo Ferreira
	Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Tânia Mara P. Calazans Warner Veiga	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** César Cola Jânio Leonardelli
	Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais José Carlos Neves Loureiro Tereza Carolina Frota d Abreu	**Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais** Gerson Dalfior Vidal Tereza Carolina Frota d Abreu Maristela dos Santos Carlos Roberto Holz Letícia Von Krueger Pimentel
	Folclore/Capoeira/Artesana. Eliomar Mazzoco	**Folclore/Capoeira/Artesana.** Maria E. Silva Condebaldes Borges Maria A. M. Assmann
	Fonte: *A Gazeta* (09/08/1996) Acervo: LRB	Fonte: sem informação Acervo: LRB

1998	Janeiro 1999	Agosto 1999
Literatura Wanda Mª Bernardis Capistrano Camargo Benilson Pereira Maria Helena Hees Alves Mª do Carmo Schneider Marcos de Castro e Silva	**Literatura** Wanda Mª Bernardis Capistrano Camargo Benilson Pereira Maria Helena Hees Alves Mª do Carmo Schneider Marcos de Castro e Silva	**Literatura** Wilson Coelho Pinto Jorge Alves Marien Calixte Ailse Therezinha Romanelli Gabriel Aug. de MelloBittencourt
Cine/foto/vídeo Ricardo Sá Eliezer de Almeida Orlando Bomfim Neto Ernane Zanon Guimarães	**Cine/foto/vídeo** Ricardo Sá Eliezer de Almeida Orlando Bomfim Neto Ernane Zanon Guimarães	**Cine/foto/vídeo** Glecy Helena Coutinho Clóvis Mendes Neto Rosilane Andrade Benevides Orlando Bomfim Neto Ernane Zanon Guimarães
Teatro / Circo/Ópera Natércia Lopes F. Oliveira Robson José de Paula Elenice Moreira Leite Marinalva Celestino do Nasc	**Teatro / Circo/Ópera** Natércia Lopes F. Oliveira Robson José de Paula Elenice Moreira Leite Marinalva Celestino do Nasc.	**Teatro / Circo /Ópera** Cristina Moreira L. Adolfo Alves Maria Bernadete Pires T. Elizabeth M,[Caser José Humberto Pereira d Silva
História Déa Mª Moreira de Medeiros Armando Marques Vieira	**História** Déa Mª Moreira de Medeiros Armando Marques Vieira	**História** Hércules Dutra de Campos F. Joel Corrêa da Fonseca Armando Marques Vieira José Lugon Windsor Eisenhower Tristão C. F.
Música / Dança Renata Pacheco Leonardo Caetano Mário Ruy Nogueira Brandão	**Música / Dança** Renata Pacheco Leonardo Caetano Mário Ruy Nogueira Brandão	**Música / Dança** Cecília Hermeneto Nilcéia Prates Marco Antônio Castro Grijó Leonardo Caetano Mário Ruy Nogueira Brandão
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Jânio Leonardelli Celso Adolfo	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Jânio Leonardelli Celso Adolfo	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** César Cola Maria Helena Lindenberg Celso Adolfo Salles Ramos Elcimar Rosindo Torres Ivanildo Brunow
Acervo/Patrimônio Histórico e C. Gerson Dalfior Vidal Cristina Coelho Inês Perini	**Acervo/Patrimônio Histórico e C.** Gerson Dalfior Vidal Cristina Coelho Inês Perini	**Acervo/Patrimônio Histórico e C.** Gerson Dalfior Vidal Tereza Carolina Frota d Abreu Maristela dos Santos Carlos Roberto Holz Letícia Von Krueger Pimentel
Folclore/Capoeira/Artesan. Alcione Dias Alcebíades Milton Cabral Maria Inês Leão Garcia Condebaldes de Menezes Borges Daniela Macedo Costa Luciene Meireles Dutra	**Folclore/Capoeira/Artesan.** Alcione Dias Alcebíades Milton Cabral Maria Inês Leão Garcia Condebaldes de Menezes Borges Daniela Macedo Costa Luciene Meireles Dutra	**Folclore/Capoeira/Artesana.** Alcione Dias Kátia Bobbio Terezinha Dora de Abreu Carvalho Luciene Meireles Dutra Leda Mª Lima de Carvalho
Fonte: *A Gazeta* (27/10/1998) Acervo: LRB	Fonte: *A Gazeta* (15/01/1999) Acervo: LRB	Fonte: *A Gazeta* (10/08/1999) Acervo: LRB

Setembro 1999	Janeiro 2000	Março 2000
Literatura	**Literatura**	**Literatura**
Wilson Coelho Pinto	Wilson Coelho Pinto	Wilson Coelho Pinto
Jorge Alves	Jorge Alves	Jorge Alves
Marien Calixte	Marien Calixte	Marien Calixte
Ailse Therezinha Romanelli	Ailse Therezinha Romanelli	Ailse Therezinha Romanelli
Gabriel Augusto de Mello B.	Gabriel Augusto de Mello B.	Gabriel Augusto de Mello B.
Cine/foto/vídeo	**Cine/foto/vídeo**	**Cine/foto/vídeo**
Glecy Helena Coutinho	Glecy Helena Coutinho	Glecy Helena Coutinho
Clóvis Mendes Neto	Clóvis Mendes Neto	Clóvis Mendes Neto
Rosilane Andrade Benevides	Rosilane Andrade Benevides	Eliezer de Almeida
Orlando Bomfim Neto	Orlando Bomfim Neto	Orlando Bomfim Neto
Ernane Zanon Guimarães	Ernane Zanon Guimarães	Ernane Zanon
Teatro / circo ópera	**Teatro / circo ópera**	**Teatro / circo ópera**
Cristina Moreira	Cristina Moreira	Cristina Moreira
Adolfo Alves	Adolfo Alves	Adolfo Alves
Maria Bernadete Pires T.	Maria Bernadete Pires T.	Maria Bernadete Pires T.
Elizabeth M. Caser	Elizabeth M. Caser	Elizabeth M. Caser
José Humberto Pereira da Silva	José Humberto Pereira da Silva	José Humberto Pereira da Silva
História	**História**	**História**
Hércules Dutra de Campos F.	Hércules Dutra de Campos F.	Hércules Dutra de Campos F.
Joel Corrêa da Fonseca	Joel Corrêa da Fonseca	Joel Corrêa da Fonseca
Armando Marques Vieira	Armando Marques Vieira	Armando Marques Vieira
José Lugon	José Lugon	José Lugon
Windsor Eisenhower Tristão	Windsor Eisenhower Tristão	Windsor Eisenhower Tristão
Calmon Fernandes	Calmon Fernandes	Calmon Fernandes
Música / Dança	**Música / Dança**	**Música / Dança**
Cecília Hermeneto	Cecília Hermeneto	Cecília Hermeneto
Nilcéia Prates	Nilcéia Prates	Nilcéia Prates
Marco Antônio Castro Grijó	Marco Antônio Castro Grijó	Marco Antônio Castro Grijó
Leonardo Caetano	Leonardo Caetano	Leonardo Caetano
Mário Ruy Nogueira Brandão	Mário Ruy Nogueira Brandão	Mário Ruy Nogueira Brandão
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia**	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia**
César Cola	Jânio Leonardelli de Abreu	Jânio Leonardelli de Abreu
Maria Helena Lindenberg	Maria Helena Lindenberg	Maria Helena Lindenberg
Celso Adolfo Salles Ramos	Celso Adolfo Salles Ramos	Celso Adolfo Salles Ramos
Elcimar Rosindo Torres	Elcimar Rosindo Torres	Elcimar Rosindo Torres
Ivanildo Brunow	Ivanildo Brunow	Ivanildo Brunow
Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais	**Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais**	**Acervo/Patrimônio Histórico e Cultural de Museus e Centro Culturais**
Gerson Dalfior Vidal	Gerson Dalfior Vidal	Gerson Dalfior Vidal
Tereza Carolina Frota d Abreu	Tereza Carolina Frota d Abreu	Tereza Carolina Frota d Abreu
Maristela dos Santos	Maristela dos Santos	Maristela dos Santos
Carlos Roberto Holz	Carlos Roberto Holz	Carlos Roberto Holz
Letícia Von Krueger Pimentel	Letícia Von Krueger Pimentel	Letícia Von Krueger Pimentel
Folclore/capoeira/artesanato	**Folclore/capoeira/artesanato**	**Folclore/capoeira/artesanato**
Alcione Dias	Alcione Dias	Alcione Dias
Kátia Bobbio	Kátia Bobbio	Kátia Bobbio
Terezinha Dora de Abreu Carvalho	Terezinha Dora de Abreu Carvalho	Terezinha Dora de Abreu Carvalho
Luciene Meireles Dutra	Luciene Meireles Dutra	Luciene Meireles Dutra
Leda Mª Lima de Carvalho	Leda Mª Lima de Carvalho	Leda Mª Lima de Carvalho
Fonte: *A Gazeta* (25/09/1999)	Fonte: *A Gazeta* (21/01/2000)	Fonte: *A Gazeta* (25/03/2000)
Acervo: LRB	Acervo: LRB	Acervo: LRB

Dezembro 2000	2001	2002
Literatura Benilson Pereira Ester Vieira de Abreu Regina Menezes Moreira Marcos de Castro da Silva Luzia Rocha Vinhosa	**Literatura** Benilson Pereira Ester Vieira de Abreu Regina Menezes Moreira Marcos de Castro da Silva Luzia Rocha Vinhosa	**Literatura** Marcos de C. e Silva Marluce P. Daher Anaximandro Amorim Matuzalém D.de Moura Maria de Sá Miranda
Cine/foto/vídeo Glecy Helena Coutinho Clóvis Mendes Neto Eliezer de Almeida Ricardo Sales de Sá João Carlos C. Coutinho	**Cine/foto/vídeo** Glecy Helena Coutinho Clóvis Mendes Neto Eliezer de Almeida Ricardo Sales de Sá João Carlos C. Coutinho	**Cine/foto/vídeo** João Carlos Coutinho Alexandre Curtiss Walter Abreu Jovany Sales Rey Wagner Vasconcelos
Teatro / circo ópera Cristina Moreira Adolfo Alves Maria Bernadete Pires T. João Batista da Silva Julia Duarte de Souza	**Teatro / circo ópera** Cristina Moreira Adolfo Alves Maria Bernadete Pires T. João Batista da Silva Julia Duarte de Souza	**Teatro / circo ópera** Waldir Castiglioni Sueli Bispo Cristina Moreira Everaldo Nascimento Renato Saudino
História	**História** Paulo S. Moraes	**História** Deane Vieira Costa Paulo Stuck Moraes
Música / Dança Darlisson Corrêa Carlos Santos Almeida Marcela Lobo Barbosa Karla Ferreira Pinto Branca Santos Neves	**Música / Dança** Márcio Ruy Nogueira Brandão Rita de Cássia Geaquino M. Marcela Lobo Barbosa Karla Ferreira Pinto Branca Santos Neves	**Música / Dança** Waleska S. Pereira Elídio Netto Mitzi Maticci
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli César Cola Ivanildo Brunow	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli César Cola Ivanildo Brunow	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli Celso Ramos Nona Rostagno
Patrimônio Histórico Gerson Dalfior Vidal Suely Pereira dos Santos Mª Cristina Coelho Duarte Carlos Alberto Holz Letícia Von Krueger Pimentel	**Patrimônio Histórico** Gerson Dalfior Vidal Suely Pereira dos Santos Mª Cristina Coelho Duarte Carlos Alberto Holz Letícia Von Krueger Pimentel	**Patrimônio Histórico** Tereza Carolina Frota de Abreu Aline Barroso Miceli Suely dos Santos Marcelo F. R. K. de Souza Adriza Rigoni
Folclore/capoeira/artesanato Alcione Dias Guilherme Ramalho Manhães Condebaldes de Menezes Borges Alex Krusemark Reginaldo Barbosa Salles	**Folclore/capoeira/artesanato** Alcione Dias Guilherme Ramalho Manhães Condebaldes de Menezes Borges Alex Krusemark Reginaldo Barbosa Salles	**Folclore/capoeira/artesanato** Eliomar Mazzoco Ana Cláudia Borges Margareth Cruz Pereira Luiz Cláudio Ribeiro
Fonte: *A Gazeta* (21/12/2000) Acervo: LRB	Fonte: *A Gazeta* (30/08/2001) Acervo: LRB	Fonte: A Tribuna (08/03/2002) Acervo: LRB

Fevereiro 2003	Dezembro 2003	2004
Literatura Leonardo Monjardim Matuzalém Dias de Moura Marcos de Castro e Silva	**Literatura** Leonardo Monjardim Marly Rodrigues Coppo Marluce Pestana Daher Margarida Reimão Araújo Jorge Alves	**Literatura** Hanor Franklin dos Santos Marly Rodrigues Coppo Aldo José Barroca
Cine/foto/vídeo Marcos Valério Guimarães Alexandre Curtiss Wagner Vitória de Vasconcel. Jovany Sales Rey Lizandro Nunes Machado	**Cine/foto/vídeo** Marcos Valério Guimarães Alexandre Curtiss Jovany Sales Rey Valentina Krupnova	**Cine/foto/vídeo** Marcos Valério Guimarães Alexandre Curtiss Roberto Burura Alexandre Serafini Valentina Krupnova
Teatro / circo ópera Wladir Castiglioni Cristina Moreira Everaldo Nascimento	**Teatro / circo ópera** Milton Castro Neves Karina Angélica da Silva José Luiz Gobbi Fraga Zilma Gomes de Oliveira Fafá Helena Santos Souza	**Teatro / circo ópera** Robson José de Paula Karina Angélica da Silva José Luiz Gobbi Fraga Zilma Gomes de Oliveira Fafá
História Victor Biasutti João Bonino Moreira Hormízio Santos Muniz Hércules de Dutra C. Filho	**História** Victor Biasutti João Bonino Moreira Hormízio Santos Muniz	**História** Victor Biasutti Álvaro Soares Costa Hormízio Santos Muniz
Música / Dança Waleska Santos Pereira Elídio Netto Geraldo Sérgio d F.Bonates Andréa Oliveira Mitzi Martucci	**Música / Dança** Ivete da Costa Nunes Denize Marques Teixeira Geraldo Sérgio Bonates Andréa Oliveira Marcelo Ferreira	**Música / Dança** Juscelino José Pereira Denize Marques Teixeira Geraldo Sérgio Bonates Andréa Oliveira Marcelo Ferreira
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli Celso Adolfo Sales Ramos Nona Rostagno	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Dayse Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli
Patrimônio Histórico Tereza Carolina Frota d Abreu Aline Barroso Miceli Adriza S. Rigoni Marcelo F. R. K. de Souza Suely Pereira dos Santos	**Patrimônio Histórico** Tereza Carolina Frota d Abreu Aline Barroso Miceli Adriza S. Rigoni Marcelo F. R. K. de Souza	**Patrimônio Histórico** Tereza Carolina Frota d Abreu Nelson Porto Ribeiro Letícia Von Krueger
Folclore/capoeira/artesanato Eliomar Mazzoco Luiz Cláudio Ribeiro Margareth Cruz Pereira Ana Claudia Borges	**Folclore/capoeira/artesanato** Eliomar Mazzoco Luiz Cláudio Ribeiro Margareth Cruz Pereira	**Folclore/capoeira/artesanato** Eliomar Mazzoco Adriana Bravin Margareth Cruz Pereira
Fonte: A Tribuna (12/02/2003) Acervo: LRB	Fonte: A Tribuna (24/12/2003) Acervo: LRB	Fonte: A Tribuna (15/12/2004) Acervo: LRB

2005	2006	2007
Literatura Hanor Franklin dos Santos Marly Rodrigues Coppo Valcema Rodrigues Alcides Pelacani	**Literatura** Hanor Franklin dos Santos Marly Rodrigues Coppo Valcema Rodrigues Alcides Pelacani	**Literatura** Hanor Franklin dos Santos Marly Costa
Cine/foto/vídeo Marcos Valério Guimarães Alexandre Curtiss Roberto Burura Alexandre Serafini Valentina Krupnova	**Cine/foto/vídeo** Marcos Valério Guimarães Alexandre Curtiss Roberto Burura Alexandre Serafini Valentina Krupnova	**Cine/foto/vídeo** Marcos Valério Guimarães Janaína Serra Lizandro Nunes
Teatro / circo ópera Eliezer Almeida Santos, Carlos Francisco da Silva Robson José de Paula Sérgio Torente Karina Angélica da Silva	**Teatro / circo ópera** Eliezer de Almeida Santos, Carlos Francisco da Silva Robson José de Paula Sérgio Torente Karina Angélica da Silva	**Teatro / circo ópera** Eliezer de Almeida Santos, Carlos Francisco da Silva Robson José de Paula Karina Angélica da Silva Maria A.Quintela
História Nadia Alcuri Campos Jovany Sales Rey José Calogeras Valporto Tatagiba	**História** Nadia Alcuri Campos Jovany Sales Rey Ana Paula Ferreira	**História** Nadia Alcuri Campos Jovany Sales Rey Ana Paula Ferreira
Música / Dança Juscelino José Pereira Hélio Oliveira Denize Marques Teixeira Geraldo Sérgio Bonates Ingrid Mendonça	**Música / Dança** Juscelino José Pereira Hélio Oliveira Denize Marques Teixeira Paulo Fernandes	**Música / Dança** Juscelino José Pereira Hélio Oliveira Paulo Fernandes
Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia Daise Resende Maria Helena Lindenberg Jânio Leonardelli	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Daise Resende Maria Helena Lindenberg Luiz Henrique da Silva Sérgio Luiz Teixeira Câmara Liza Tancredo	**Artes Plásticas/Gráfica e Filatelia** Luiz Henrique da Silva Sérgio Luiz Teixeira Câmara Liza Tancredo
Patrimônio Histórico	**Patrimônio Histórico** Tereza Carolina Frota de Abreu Nelson Porto Ribeiro Letícia Von Krueger	**Patrimônio Histórico** Tereza Carolina Frota de Abreu Nelson Porto Ribeiro Letícia Von Krueger
Folclore/capoeira/artesanato	**Folclore/capoeira/artesanato** Eliomar Mazzoco Adriana Bravin Margareth Cruz Pereira	**Folclore/capoeira/artesanato** Eliomar Mazzoco Margareth Cruz Pereira
Fonte: A Tribuna (03/12/2005) Acervo: LRB	Fonte: A Tribuna (30/12/2006) Acervo: LRB	Fonte: A Tribuna (04/02/2008) Acervo: LRB

APÊNDICE E -

Tabela 5: Nomes dos Ministros da Cultura desde a criação do MINC

Nome	**Período**
José Aparecido de Oliveira	15/03/1985 a 29/05/1985
Aluísio Pimenta	30/05/1985 a 13/02/1986
Celso Furtado	14/02/1986 a 28/07/1988
Hugo Napoleão do Rego Neto	29/07/1988 a 19/09/1988
José Aparecido de Oliveira	20/09/1988 a 14/03/1990
Ipojuca Pontes	15/03/1990 a 10/03/1991
Sérgio Paulo Rouanet	11/03/1991 a 02/10/1992
Antônio Houaiss	20/10/1992 a 01/09/1993
José Jerônimo Moscardo de Sousa	02/09/1993 a 09/12/1993
Luiz Roberto do Nascimento e Silva	15/12/1993 a 31/12/1994
Francisco Correa Weffort	01/01/1995 a 31/12/1998
Francisco Correa Weffort	01/01/1999 a 31/12/2002
Gilberto Passos Gil Moreira	01/01/2003 a 30/07/2008

ANEXO A

Art. 215 da Constituição Federal da República 1988

Seção II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6 º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº. 42, de 19.12.2003).

ANEXO B

Dados sobre o tombamento histórico da FAFI - Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo.

Patrimônio Cultural Arquitetônico Tombado

FAFI – páginas 124 a 127

Bem tombado: Antiga sede da FAFI – Faculdade de Filosofia

Av. Jerônimo Monteiro n – 656 – Vitória – ES

Proprietário: PMV

Uso atual: (1991) desocupado

Data da construção: 1926

Proteção: tombado pelo CEC em 12/03/83, processo n – 08/82. Inscrição no Livro Histórico n – 31, Folha 04.

Sob a posse do Governo do Estado até 1961, quando foi transferido pela União, de modo a compor o acervo imóvel da então nascente UFES. [...] o projeto é do arquiteto Tchescoslovaco Josef Pitilick.

Descrição/ambiência. Sobre a obra [...], na mensagem final de governo Florentino Avidos (1924-1928), fotografias da construção da fachada principal, da Exposição realizada no seu recinto [...] com o preço total do empreendimento que montou a 598. 060 $ 825 (quinhentos e noventa e oito contos, sessenta mil e oitocentos e vinte e cinco reais), significativa quantia para a época.

ANEXO C

Texto atualizado da Lei Rubem Braga com suas devidas alteração feitas em 1999.

LEI Nº 3.730
"RUBEM BRAGA"

Incorporadas as alterações em vigor.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Vitória, o Projeto Cultural "RUBEM BRAGA".

Art. 2º - O Projeto Cultural Rubem Braga consiste na concessão de incentivo fiscal para a realização de Projetos Culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município no mínimo há cinco anos.

§ 1º - O incentivo fiscal a que se refere o "caput" deste artigo , corresponderá ao recebimento, por parte do empreendedor de qualquer Projeto Cultural do Município, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Executivo, correspondentes ao valor do incentivo autorizado.

§ 2º - Os Portadores dos certificados poderão ultiliza-los para pagamentos dos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU - até o limite de 20%(vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos, observado o cronograma financeiro do projeto aprovado pela Comissão.

§ 3º - O valor que deverá ser usado como incentivo cultural anualmente, não podendo ser inferior a 2%(dois por cento), nem superior a 5%(cinco por cento) da receita proveniente do ISSQN e do IPTU, será fixado na Lei Orçamentária.

§ 4º - Para o exercício financeiro de l99l, fica estipulado que o valor do incentivo cultural corresponderá 5%(cinco por cento) do ISSQN e do IPTU.

§ 5º - O incentivo fiscal para a realização dos Projetos Culturais a que faz alusão ao Art. 2º desta Lei, somente será concedido a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Município, com prioridade para os trabalhos que tenham sido compostos, produzidos, ou que retratem ou abranjam situações alusivas à cultura regional do Estado do Espírito Santo, ocorridas nas áreas descritas no Art. 3º da mesma Lei.

Art. 3º - São abrangidas por esta Lei as seguintes áreas:

I - Música e dança;

II - Teatro, circo e ópera;

III - Cinema, Fotografia e vídeo;

IV - Literatura;

V - Artes plásticas, artes gráficas e filatelia;

VI - Folclore, capoeira e artesanato;

VII - História;

VIII - Acervo e patrimônio histórico e cultural de museus e centros culturais.

Art. 4º - Fica constituída uma Comissão Normativa composta por membros das áreas culturais ligadas ao projeto.

§ 1º - São membros natos da Comissão de que trata o "caput" deste artigo, os Secretários Municipais - ou os que lhe fizerem a vez - de Fazenda, Planejamento e Cultura.

§ 2º - Cada entidade, ligada ao projeto, indicará um nome para compor a Comissão e, em caso de mais de uma entidade por setor, uma Assembléia conjunta, indicará o representante da área.

§ 3º - Os demais membros restantes, serão extraídos de listas tríplices, encaminhadas ao Prefeito Municipal, pelas entidades representativas das áreas listadas no artigo 3º desta Lei, para fim de escolha e nomeação.

§ 4º - O Secretário Municipal de Cultura, ou quem lhe fizer a vez, será o Presidente nato da Comissão Normativa de que se trata este artigo.

Art. 5º - Fica autorizada a criação de uma Comissão Móvel, independente e autônoma, formada pelos representantes das áreas culturais listadas no artigo 3º desta Lei, cujos nomes serão encaminhados pelas respectivas entidades representativas, para sorteio, para análise e apreciação dos projetos encaminhados.

§ 1º - Os componentes da Comissão de que trata o "caput" deste artigo, deverão ser pessoas de reconhecida notoriedade na área cultural.

§ 2º - Compete à Comissão Normativa fixação do limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.

§ 3º- Para a obtenção do incentivo referido no artigo 2º desta Lei, deverá o interessado apresentar à Comissão Normativa, cópia do Projeto Cultural, explicitando objetivos, recursos financeiros e humanos envolvidos, para fim de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.

§ 4º - Fixado o valor do incentivo a ser concedido, a Comissão Normativa providenciará o sorteio dos integrantes da Comissão Móvel, para análise e apreciação do mérito do projeto apresentado.

Art. 6º - Os Certificados referidos no Artigo 2º, parágrafo primeiro desta Lei terão prazo de utilização de até l2 (doze) meses após a sua emissão, corrigidos mensalmente, pelos mesmos índices da correção dos impostos.

Art. 7º - Independentemente de poder o Município ajuizar a competente ação penal, este poderá, ainda, aplicar ao empreendedor que não comprovar a correta aplicação da Lei, por dolo, desvio de objetos e/ou de recursos, multa igual ao valor do incentivo, ficando ele ainda excluído de participar de quaisquer projetos culturais abrangidos por esta Lei.

Art. 8º - As entidades representativas dos diversos segmentos da Cultura e da Câmara Municipal, podem ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais alcançados por esta Lei.

Art. 9º - Ao poder Executivo competirá formar uma Comissão de 03 (três) membros, destinada ao gerenciamento e fiscalização do projeto.

§ 1º - Fica criado, na estrutura de Secretaria Municipal de Cultura, ou do órgão que lhe fizer a vez, um cargo de Secretário Executivo, de provimento em comissão de livre nomeação do Prefeito Municipal, padrão CC-2, com a finalidade de dirigir a Comissão de Gerenciamento e Fiscalização de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - A Comissão de Gerenciamento e Fiscalização poderá requisitar à Administração Municipal, os funcionários que julgar necessários ao seu funcionamento.

Art. l0º - As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta Lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município devendo mostrar, obrigatoriamente, a divulgação do apoio institucional do Município de Vitória.

Art. 11º - A presente Lei será regulamentada no prazo máximo de 90(noventa) dias.

Art. 12º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em **11 de março de 1999.**

Luiz Paulo Vellozo Lucas - Prefeito Municipal

Claudia de Oliveira Cabral Santos - Secretária Municipal de Cultura

ANEXO D

Texto do Decreto nº. 10.328 que dá nova regulamentação a LRB

DECRETO Nº 10.328

Dá nova regulamentação à Lei 3730, de 08 de junho de 1991

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais:

D E C R E T A :

Art 1°. A Comissão Normativa a que se refere o art. 4° da Lei 3.730/91 será constituída de 42 (quarenta e dois) membros, assim indicados:

I - 01 membro por cada área de atividade, por indicação das entidades;

II - 04 membros de cada área, extraído de listas tríplices indicadas pelas entidades;

III - Os Secretários Municipais de Cultura e de Economia e Finanças.

§ 1°. Na hipótese de haver mais de uma entidade por área, uma assembléia conjunta indicará o representante e os nomes das listas tríplices.

§ 2°. A assembléia de que trata o parágrafo anterior será convocada e presidida pelo Secretário Executivo de que trata o § 1º do art. 9° da Lei 3.730/91.

§ 3°. O Presidente da Comissão Normativa será o Secretário Municipal de Cultura, ou quem lhe fizer a vez.

Art. 2°. A Comissão Normativa de que trata o artigo anterior elaborará o seu próprio Regimento.

Art. 3°. Compete à Comissão de Gerenciamento e Fiscalização, criada pelo art. 9° da lei 3.730/91, a análise preliminar dos projetos a serem submetidos à Comissão Normativa.

Art. 4°. A confecção dos bônus, anteriormente nominados de Certificados Expedidos pelo Poder Executivo, conforme Lei n° 3730/91, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Economia e Finanças.

Parágrafo único. Os valores correspondentes aos bônus de que trata este Decreto poderão ser desmembrados em tantas parcelas quantas forem necessárias.

Art 5°. A prioridade para apreciação dos projetos será por ordem de apresentação.

Art 6°. O autor do projeto apreciado favoravelmente terá o prazo de 12 (doze) meses para a sua conclusão, a contar da emissão dos bônus correspondentes.

§ 1°. O autor do projeto terá um prazo de 60 (sessenta) dias após a concretização do mesmo para a prestação de contas.

§ 2°. Na hipótese de o beneficiário pelo projeto não apresentar a prestação de contas no prazo previsto no parágrafo anterior, ou não concretizá-lo no prazo previsto no caput deste artigo, a Comissão de Gerenciamento e Fiscalização solicitará da Procuradoria Jurídica do Município que o acione judicialmente.

§ 4°. Da prestação de contas deverão constar:

I - comprovação da realização do projeto, com especial atenção ao disposto no § 3º do art. 8º do presente Decreto;

II - comprovação das despesas realizadas com os recursos obtidos por meio do incentivo fiscal, de acordo com a Planilha de Custos apresentada.

§ 5°. A aprovação da prestação de contas é de competência da Secretaria Executiva, ouvida a Comissão de Gerenciamento e Fiscalização.

Art 7°. Independentemente da prestação de contas de que trata o artigo anterior, o autor do projeto contemplado com bônus apresentará, mensalmente, relatório do andamento do projeto.

Art. 8°. Os Projetos para captação de incentivos fiscais de que trata a Lei n° 3.730 deverão ser apresentados, em três vias, com os seguintes documentos:

I - Memorial Descritivo

II - Justificativa

III - Cronograma de Execução

IV - Planilha de Custos

V - Comprovação de Domicílio

VI - Cópia do Contrato Social ou Ata de Fundação, se pessoa jurídica

VII - Curriculum Vitae do Postulante

§ 1°. Deverá o postulante anexar todas as informações necessárias à plena compreensão do Projeto.

§ 2°. A Secretaria Executiva poderá requerer, e fixar prazo para a sua apresentação, a qualquer tempo, informações e documentos complementares que julgue necessários a análise do projeto, sob pena de arquivamento do mesmo.

§ 3°. Deverá estar expresso no Projeto a contrapartida social de sua realização, especificando de que maneira se dará o acesso da população ao seu resultado final.

Art. 9°. Entende-se por projeto cultural o exercício de atividade que se proponha a fomentar as artes e a cultura do Município, por meio de seus técnicos, artistas, produtores e realizadores.

§ 1°. Fica vedada a apresentação de projetos culturais por parte dos membros da Comissão Normativa e da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização.

§ 2°. A pessoa física ou jurídica que tiver obtido a liberação de bônus para projeto seu, só poderá pleitear nova liberação após a aprovação da prestação de contas do projeto anterior.

§ 3°. É vedada a apresentação de projetos por instituições públicas ou por ela mantidas.

Art. 10. Os projetos que já tenham feito a captação de bônus na data de publicação deste Decreto, têm o prazo de 12 (doze) meses para a conclusão do projeto, a contar da publicação deste Decreto.

§ 1°. Aos projetos cuja publicação da Resolução Normativa já tenho sido feita na data de publicação deste Decreto, mas cuja emissão dos bônus correspondentes ainda não tenha sido concluída, aplica-se o disposto no art. 6° do presente Decreto.

§ 2°. Aplicam-se integralmente as normas dispostas neste Decreto aos projetos aprovados cuja prestação de contas não se tenha efetuado até a data de sua publicação.

Art 11. A Comissão Normativa será composta no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. A atual Comissão Normativa formada nos termos do Decreto nº 8607/91, deliberará com plenitude de poderes, obedecendo o prazo de sua nova composição, conforme o caput deste artigo.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 8607/91 e 8862/92.

Palácio Jerônimo Monteiro, em **11 de março de 1999.**

Luiz Paulo Vellozo Lucas - Prefeito Municipal

Claudia de Oliveira Cabral Santos - Secretária Municipal de Cultura

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo